**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ**
**DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PIAUÍ

# BOLETIM DE SERVIÇOS

**ARTIGO 1º, INCISO II, DA LEI Nº 4.965, DE 05/05/1966.**

**EDIÇÃO EXTRA Nº 88, DE 26 DE AGOSTO DE 2021**

**ELABORAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E PUBLICAÇÃO A CARGO DA DIGEP**

Av. Presidente Jânio Quadros, 330 – Santa Isabel – Teresina – PI CEP. 64.053-390 – Fone (086) 3131-1417

Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IFPI
Av. Jânio Quadros, 330, Santa Isabel, TERESINA / PI, CEP 64053-390
Fone: (86) 3131-1443 Site: www.ifpi.edu.br

# RESOLUÇÃO 22/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 23 de agosto de 2021.

Aprova o Protocolo de Enfermagem, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, no uso de suas atribuições conferidas no Estatuto deste Instituto Federal, aprovado pela Resolução Normativa nº 59, de 20 de agosto de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2021, considerando deliberação em reunião ordinária do dia 20 de agosto de 2021, e ainda:

a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da Enfermagem e dá outras providências;
o Decreto nº 94.406, de 08 de junho de 1987, que regulamenta a Lei nº 7.498/86;
a Resolução COFEN nº 358/2009, que trata da Sistematização da Assistência de Enfermagem/Processo de Enfermagem;
a Resolução COFEN Nº 564, de 06 de novembro de 2017, pela qual o Enfermeiro exerce a sua profissão com a liberdade, dignidade e autonomia que lhe assegura a Constituição Federal e a Lei do Exercício Profissional, devendo ele assumir firmemente o título e atribuições a que está legalmente habilitado;
a Resolução CONSUP nº 6/ 2020 que aprova a implantação da Sistematização da Assistência da Enfermagem (SAE) e de seus instrumentos;
a necessidade de normatizar as atividades realizadas pela equipe de enfermagem;
a resolutividade do trabalho do enfermeiro como membro da equipe de saúde, no âmbito do IFPI;
a prestação de atendimento integral dos serviços aos clientes, possibilitando uma maior resolutividade ao processo de saúde e doença; e
a garantia de respaldar legalmente o enfermeiro da instituição para que ele possa prescrever medicamentos nos casos clínicos de baixa complexidade, conforme a Lei nº 7.498/86, art. 11 § 2º,

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar o Protocolo de Enfermagem para atendimento de baixa complexidade, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor em 1° de setembro de 2021.

PAULO HENRIQUE GOMES DE LIMA

Presidente do CONSUP

Documento assinado eletronicamente por:

- **Paulo Henrique Gomes de Lima**, **REITOR - CD1 - IFPI-IFPI**, em 23/08/2021 11:12:55.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 21/07/2021. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse https://suap.ifpi.edu.br/autenticar-documento/ e forneça os dados abaixo:

**Código Verificador:** 41429
**Código de Autenticação:** ea5b678998



# PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA **ATENDIMENTO DE BAIXA COMPLEXIDADE** NO ÂMBITO DO INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ (IFPI)

INSTITUTO FEDERAL
Piauí

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí**

# PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA ATENDIMENTO DE BAIXA COMPLEXIDADE NO ÂMBITO DO INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ (IFPI)

INSTITUTO FEDERAL
Piauí

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí**

# PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA ATENDIMENTO DE BAIXA COMPLEXIDADE NO ÂMBITO DO INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ (IFPI)

Teresina

2021

© 2021 IFPI
Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

**Reitor**
Paulo Henrique Gomes Lima
**Pró-Reitora de Ensino**
Laura Maria Andrade de Sousa
**Pró-Reitora de Extensão e Produção**
Divamélia de Oliveira Bezerra Gomes
**Pró-Reitor de Administração e Orçamento**
Paulo Borges da Cunha
**Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação e Inovação**
José Luís de Oliveira e Silva
**Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional**
Antônio de Pádua Alves Pinto

**Organização:**

| | |
|---|---|
| Catarina Angélica Carvalho Pereira | Enfermeira / COREN-PI 325.149 |
| Diego Mauricio Portela Dutra | Enfermeiro / COREN-PI 315.650 |
| Elaine Carininy Lopes da Costa | Enfermeira / COREN-PI 130.231 |
| Letícia Rodrigues da Silva Aguiar | Enfermeira / COREN-PI 418.630 |
| Liziane Mota de Araújo | Enfermeira / COREN-PI 332.298 |
| Marcela Osório Reis Carneiro | Enfermeira / COREN-PI 364.255 |
| Maria da Cruz Dias Feitosa | Enfermeira / COREN-PI 314.317 |
| Naíla Roberta Alves Rocha | Enfermeira / COREN-PI 241.927 |
| Olívia Fernandes Martins | Enfermeira / COREN-PI 350.751 |
| Patrícia Santos da Silva | Enfermeira / COREN-PI 241.889 |
| Stefany Emília Xavier Moreira Teixeira | Enfermeira / COREN-PI 489.889 |
| Zildânia da Silva Barros | Enfermeira / COREN-PI 373.241 |

**Colaboração:** Alba Lúcia Campello Braga – Téc. em Enfermagem / COREN-PI 220.374.
**Normalização:** Luana Karen Rodrigues de Carvalho - Bibliotecária CRB3/1082.
**Revisão ortográfica:** Maria da Conceição Saraiva Santos Cardoso.
**Capa:** Diretoria de Comunicação Social (Dircom) IFPI.

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

I59p

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
Protocolo de enfermagem para atendimento de baixa complexidade no âmbito do Instituto Federal do Piauí (IFPI) / Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – Teresina: IFPI, 2021.

149 f.: il.; color.

Inclui referências bibliográficas.

1. Enfermagem. 2. IFPI – Serviços de enfermagem. 3. Enfermagem – Manuais, guias, etc. 4. Saúde pública. III. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. IV. Título.

CDD 610.73

**Ficha catalográfica**: Luana Karen Rodrigues de Carvalho - Bibliotecária CRB3/1082.

## DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

| | |
|---|---|
| **Nome** | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) |
| **CNPJ** | 10.806.496/0001-49 |
| **End.** | Av. Presidente Jânio Quadro, 730 – Bairro: Santa Isabel |
| **Cidade** | Teresina – PI/ CEP: 64057-830 |
| **Fone** | (86) 3131-1436 |
| **Reitor** | Paulo Henrique Gomes de Lima |
| **Ato legal** | Lei 11.892**,** de 29 de dezembro de 2008**.** |
| **Site do IFPI** | http://www.ifpi.edu.br/ |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|---|---|
| AE | Assistência Estudantil |
| ACE | Anticoncepcional de Emergência |
| AHE | Anticoncepcional Hormonal de Emergência |
| AI | Anticoncepcional Injetável |
| AOC | Anticoncepcional Oral Combinado |
| CEFET-PI | Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí |
| COFEN | Conselho Federal de Enfermagem |
| CONSUP | Conselho Superior do IFPI |
| COSAU | Coordenação de Saúde |
| DIU | Dispositivo Intrauterino |
| ESF | Estratégia Saúde da Família |
| HAS | Hipertensão Arterial Sistêmica |
| IFPI | Instituto Federal do Piauí |
| IMC | Índice de Massa Corpórea |
| IST'S | Infecções Sexualmente Transmissíveis |
| IVAS | Infecção das Vias Aéreas Superiores |
| MMII | Membros Inferiores |
| RV | Rinovírus |
| SSVV | Sinais Vitais |
| SAE | Sistematização da Assistência da Enfermagem |
| TAES | Técnicos Administrativos da Educação |
| POP | Protocolo Operacional Padrão |
| POLAE | Política de Assistência Estudantil |
| PNAES | Programa Nacional de Assistência Estudantil |

# APRESENTAÇÃO

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia tiveram sua origem com a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação, no âmbito do Sistema Federal de Ensino.

A criação e o reconhecimento dos cursos técnicos permitiram que o Ministério da Educação promovesse a Escola Industrial Federal à Escola Técnica Federal do Piauí, permanecendo com esta denominação de 1967 a 1998. A mudança da Escola Técnica Federal do Piauí em Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí (CEFET-PI) aconteceu em 1999, e esta denominação permaneceu até 2008. Ao longo da história a rede federal de educação tem oportunizado educação pública de qualidade e que visa o atendimento às demandas da sociedade.

Atualmente, o Instituto Federal do Piauí é composto pela Reitoria, instalada na cidade de Teresina, e pelos demais *Campi*: Angical, Campo Maior, Cocal, Corrente, Floriano, Parnaíba, Paulistana, Pedro II, Picos, Piripiri, São João do Piauí, São Raimundo Nonato, Oeiras, Teresina Central, Teresina Zona Sul, Uruçuí, Valença, Campus Avançado Dirceu, Campus Avançado Pio IX e Campus Avançado José de Freitas. Sua missão é promover educação de excelência, direcionada às demandas sociais, destacando-se como instituição de referência nacional na formação de cidadãos críticos e éticos, dotados de sólida base científica e humana, comprometidos com intervenções transformadoras da sociedade e com responsabilidade econômica, social e ambiental.

No âmbito do IFPI a enfermagem integra uma equipe multiprofissional de assistência estudantil instituída pelo Decreto 7.234/2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAE). Os profissionais de enfermagem compõem o quadro de servidores Técnicos Administrativos da Educação (TAE's), vinculados à assistência estudantil e lotados nas Coordenações de Saúde (COSAU) dos *campi*.

Visando a melhoria do cuidado prestado e permitindo que a equipe de enfermagem possa sistematizar suas intervenções de forma padronizada, clara e organizada, centrada nas necessidades do cliente, foi implantada no Instituto

Federal do Piauí, em dezembro de 2020, a Sistematização da Assistência da Enfermagem-SAE; um marco na história da Enfermagem do IFPI, pois além de oferecer autonomia ao profissional, aperfeiçoa a assistência de enfermagem e padroniza a organização do serviço.

Outro passo importante para a qualidade da assistência e autonomia da categoria é a implantação do Protocolo de Prescrição de Medicamentos de Baixa Complexidade para o Atendimento Clínico de Enfermagem no IFPI, fundamentado na Lei do Exercício Profissional Nº 7.498/86 e seu Decreto Regulamentador 94.406/87, que dispõe sobre a prescrição de medicamentos pelo enfermeiro em programas de saúde pública. O Grupo Técnico de Trabalho foi designado por meio da Portaria Nº 241/2021 - GAB/REI e é composto por profissionais enfermeiros e técnicos de enfermagem, com o objetivo de elaborar e implantar o referido protocolo. Este documento é fundamental para unificar as ações nos *campi* e garantir a resolução dos casos simples e de baixa complexidade.

Os protocolos deste instrumento contêm tabelas sequenciais e estrutura mínima, composta por: definição, anamnese, exame físico, diagnóstico de enfermagem, intervenções de enfermagem e referências. Este instrumento contribuirá para a melhoria da qualidade da assistência prestada ao cliente, da resolutividade dos casos, do alinhamento técnico e da organização dos cuidados de enfermagem nos campi do IFPI, oferecendo autonomia e segurança no exercício da profissão.

A primeira edição do Protocolo de enfermagem para atendimento de baixa complexidade no âmbito do IFPI é lançada em 2021 e terá validade de três anos.

# SUMÁRIO


| | | P. |
|---|---|---|
| | APRESENTAÇÃO ..... | 05 |
| 1 | INTRODUÇÃO ..... | 10 |
| 1.1 | PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DA AZIA/PIROSE ..... | 13 |
| 1.2 | PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DA CEFALEIA/DOR DE CABEÇA ..... | 17 |
| 1.3 | PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DA CONSTIPAÇÃO ..... | 20 |
| 1.4 | PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DA CONVULSÃO ..... | 23 |
| 1.5 | PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DA DESCOMPENSAÇÃO GLICÊMICA ..... | 26 |
| 1.6 | PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DA DIARRÉIA .. | 32 |
| 1.7 | PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DA DISMENORRÉIA ..... | 37 |
| 1.8 | PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DA DOR DE GARGANTA ..... | 42 |
| 1.9 | PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DA DOR DE OUVIDO ..... | 46 |
| 1.10 | PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DA DOR LOMBAR / DOR NAS COSTAS ..... | 50 |
| 1.11 | PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DA ENTORSE, CONTUSÃO, LUXAÇÃO E FRATURA ..... | 54 |
| 1.12 | PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DA EPISTAXE . | 58 |

**1.13 PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DA ESCABIOSE (SARNA) ..... 61**

**1.14 PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DA FEBRE ..... 65**

**1.15 PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DA FOLICULITE ..... 70**

**1.16 PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DA HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA (HAS) ..... 74**

**1.17 PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DA HIPOTENSÃO ..... 78**

**1.18 PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DO IMPETIGO . 80**

**1.19 PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DA INFECÇÃO DAS VIAS AÉREAS SUPERIORES (IVAS) ..... 84**

**1.20 PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DAS INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSIVEIS (IST'S) MAIS COMUNS .... 89**

**1.21 PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DA MICOSE (IMPINGEM) ..... 94**

**1.22 PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DA MICOSE INTERDIGITAL (FRIEIRA) ..... 97**

**1.23 PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DA MORDEDURA DE ANIMAIS ..... 100**

**1.24 PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DAS NÁUSEAS E VÔMITOS ..... 106**

**1.25 PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DOS OLHOS VERMELHOS ..... 110**

**1.26 PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DAS PARASITOSES INTESTINAIS ..... 113**

**1.27 PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DA PARONÍQUIA AGUDA ..... 118**

**1.28 PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DA PEDICULOSE ..... 121**

**1.29 PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DA PITIRÍASE VERSICOLOR (PANO BRANCO) ..... 124**

**1.30 PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O PLANEJAMENTO FAMILIAR .... 127**

**1.31 PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DAS QUEIMADURAS ..... 140**

**1.32 PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DA URTICÁRIA. ..... 144**

**REFERÊNCIAS ..... 148**

## 1 INTRODUÇÃO

A Assistência Estudantil é entendida na perspectiva da educação, como direito e compromisso com a formação integral do estudante. É uma política pública que estabelece um conjunto de ações que buscam reduzir as desigualdades socioeconômicas e promover a justiça social durante a formação dos estudantes (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ, 2017).

Regulamentada a partir da Resolução nº 014/14 - Conselho Superior do IFPI (CONSUP) e alterada pelas Resoluções nº 031/14 e 027/16 - Conselho Superior do IFPI (CONSUP), a Política de Assistência Estudantil (POLAE) é o documento que orienta todas as ações referentes à Assistência Estudantil (AE) com foco na garantia do acesso, da permanência e do êxito acadêmico na perspectiva da inclusão social, formação ampliada, produção do conhecimento e melhoria do desempenho acadêmico (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ, 2016).

A POLAE tem como fundamentação legal, o Decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), cujo objetivo é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão. O PNAES oferece assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico (BRASIL, 2010).

Entre as categorias que integram os programas universais de assistência estudantil está o atendimento ao estudante. Esta categoria se subdivide em: alimentação estudantil, assistência à saúde do estudante, acompanhamento e suporte ao ensino e incentivo à participação político-acadêmica, cultural e esportiva.

Na assistência à saúde é disponibilizado ao estudante atendimento médico, odontológico, de enfermagem e psicológico de forma gratuita, objetivando a promoção da saúde, na perspectiva da educação em saúde por meio da adoção de hábitos de vida saudáveis, colaborando com o bem-estar físico, psíquico e social dos estudantes (INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

DO PIAUÍ, 2017). Desta forma, o profissional de enfermagem é essencial para cumprir a política de assistência estudantil.

Dentre as atribuições do profissional enfermeiro no âmbito do IFPI estão: prestar assistência ao usuário nos campi, em clínicas, hospitais, ambulatórios, postos de saúde e em domicílio; realizar consultas e procedimentos de maior complexidade, prescrevendo ações; realizar ações para a promoção da saúde junto à comunidade e assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

O profissional de enfermagem atua com autonomia e em consonância com os preceitos éticos e legais, técnico-científico e teórico-filosófico; exerce suas atividades com competência para promoção do ser humano na sua integralidade, de acordo com os princípios da ética e da bioética, e participa como integrante da equipe de enfermagem e de saúde na defesa das políticas públicas (CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM, 2017).

A Lei do Exercício Profissional, Lei 7.498/86 e seu Decreto Regulamentador 94.406/87, estabelecem que é competência privativa do enfermeiro a consulta de enfermagem, a prescrição da assistência de enfermagem, bem como a prescrição de medicamentos estabelecidos em programas de saúde pública e em rotina aprovada pela instituição de saúde, Art. 11, Inciso I, alíneas i, j e Inciso II, alínea c (CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM, 1986,1987).

A Consulta de Enfermagem deve ser baseada em suporte teórico que oriente o raciocínio clínico do enfermeiro em cada uma das etapas do processo: histórico, diagnóstico, planejamento, implementação e avaliação.

Em dezembro de 2020, foi implantado no IFPI a Sistematização da Assistência da Enfermagem (SAE). A Resolução COFEN 358/2009 define que a SAE tem por finalidade organizar o trabalho da Enfermagem, quanto ao método, pessoal e instrumentos, de modo que seja possível a operacionalização do Processo de Enfermagem (PE) (CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM, 2009).

A maioria das consultas realizadas pela equipe de enfermagem do IFPI é de casos de baixa complexidade, porém muitas vezes, o atendimento torna-se limitado devido ao fato de a instituição não possuir um protocolo de prescrição de medicamentos para atendimento clínico de enfermagem. Em virtude disso o profissional, boa parte das vezes, encaminha o cliente para receber cuidados externos.

De acordo com a Lei nº 7498/1986, o enfermeiro exerce todas as atividades de enfermagem, cabendo-lhe privativamente a prescrição da assistência de enfermagem e a prescrição de medicamentos estabelecidos em programas de saúde pública e em rotina aprovada pela instituição de saúde. Portanto, o principal objetivo deste protocolo é garantir respaldo legal para que o enfermeiro da instituição possa prescrever medicamentos nos casos clínicos de baixa complexidade, contribuindo para a assistência de qualidade ao cliente, autonomia ao profissional e segurança na resolução dos casos, seguindo uma rotina unificada (CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM, 1986).

Ressalta-se que a prescrição de medicamentos é apenas uma das atribuições do enfermeiro e não a mais importante. O cerne do exercício da enfermagem está no cuidar e em sua integralidade, essa é a essência da enfermagem.

## 1.1 PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DA AZIA/PIROSE

<table>
<tr><td rowspan="2">  <br></td><td rowspan="2">PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DA AZIA/PIROSE</td><td>Versão</td><td>1.0</td></tr>
<tr><td colspan="2">Data da Aprovação<br>30/10/2020</td></tr>
<tr><td>VALIDADE</td><td>ELABORAÇÃO</td><td>REVISÃO</td><td>APROVAÇÃO</td></tr>
<tr><td>3 anos e/ou conforme atualização do MS</td><td>DIEGO MAURICIO PORTELA DUTRA<br>COREN-PI: 315.650 ENF</td><td>Grupo Técnico de Trabalho</td><td>Grupo Técnico de Trabalho</td></tr>
<tr><td colspan="4">1 DEFINIÇÃO<br>A azia é, por definição, uma sensação de queimação que normalmente ascende da área subesternal (abaixo do peito) e sobe pela região do esôfago até a garganta, geralmente causando gosto ácido ou amargo na boca (RICHTER, 2005; BLENKINSOPP et al., 2017).<br>Os critérios ROME IV fornecem caraterísticas para identificar a pirose. São elas (ROME FOUNDATION, 2006; 2016b; a; SUZUKI, 2017):<br>• Presença de queimação retroesternal;<br>• Sintomas frequentes (pelo menos duas vezes por semana);<br>• Ausência de diagnóstico de disfunções esofágicas, por exemplo, a doença do refluxo gastroesofágico (DRGE) como causa da azia.<br>A queixa explanada neste protocolo pode ser considerada uma afecção clínica autolimitada ou um sintoma relacionado a outros problemas na saúde, tais como: dispepsia funcional, úlcera péptica, DRGE, câncer esofágico e gástrico, gastroparesia, entre outros (LONGSTRETH; LACY, 2017). Para o alívio da azia, habitualmente o indivíduo acometido opta pelo autocuidado que nem sempre é realizado da maneira adequada, e pode estar associado a riscos.<br>A azia é intermitente e, geralmente, o desconforto pode ser aliviado com o uso de antiácido. Porém, quando este sintoma ocorre com frequência, pode causar</td></tr>
</table>

prejuízo às atividades habituais. Por exemplo, embora a azia noturna não traga risco à vida do paciente, se persistente, ela habitualmente interfere na sua qualidade de vida, podendo limitar escolhas alimentares e afetar a qualidade do sono (BERARDI *et al*., 2009). Nos casos de azia persistente ou agravada por fatores externos, o encaminhamento a outro profissional ou serviço de saúde é imperativo (BLENKINSOPP *et al*., 2017; SILVA, 2008).

Sinais/sintomas relacionados à azia, persistentes, que limitam as atividades diárias, incluindo a alimentação, sugerem transtorno de etiologia não autolimitada, e por isso os pacientes devem ser encaminhados a outro profissional ou serviço de saúde.

**2 ANAMNESE**

- Identificação do cliente;
- Tempo de evolução;
- Gravidez;
- Sobrepeso;
- Atividade física em excesso;
- Estado emocional;
- Tabagismo;
- Episódio único ou repetitivo;
- Uso de medicação (analgésicos, anti-inflamatório, antibióticos, etc.);
- Doenças associadas;
- Queixa inicial;
- Histórico de saúde;
- Histórico de alergias;
- Histórico alimentar e atividades diárias;
- Identificar os fatores capazes de causar pirose ou contribuir para.

**3 EXAME FISICO**

- Sinais vitais (pulso, pressão arterial, frequência respiratória, temperatura corporal e dor);
- Inspeção e palpação: nível de consciência, estado nutricional e de hidratação;

- Palpação do abdome, inspecionando-o em regiões e correlacionando com anatomia de cada órgão;
- Avaliar condição gastrointestinal do cliente.

**4 DIAGNOSTICO DE ENFERMAGEM**

- Pirose (azia) presente.

**5 INTERVENÇÕES DE ENFERMAGEM**

**5.1 EQUIPE DE ENFERMAGEM**

- Anamnese;
- Exame físico;
- Orientar o repouso/sono com elevação de 15 cm da cabeceira da cama;
- Orientar moderada ingestão dos seguintes alimentos: cítricos, café, bebidas alcoólicas e/ou gasosas, menta, hortelã, tomate e chocolate, entre outros;
- Informar sobre os cuidados especiais com os medicamentos potencialmente “de risco” (que podem piorar o quadro clinico): anticolinérgicos, teofilina, bloqueadores dos canais de cálcio, alendronato, entre outros;
- Orientar o repouso duas horas após as refeições;
- Orientar dietas fracionadas;
- Orientar a suspensão do fumo;
- Orientar, em obesos, a redução do peso corporal;
- Identificar estratégias que tenham sido bem-sucedidas no alívio da pirose;
- Reavaliar em 24-48 horas;
- Orientar hábitos alimentares saudáveis;
- Encaminhar ao serviço de referência em caso de sinais de alerta, ou se necessário.

**5.2 ENFERMEIRO**

**Prescrever:**

- **Simeticona gotas 5mg/ml** - 30 gotas por via oral;
- **Omeprazol 20 mg** - 1 comprimido pela manhã, por via oral;

- **Hidróxido de alumínio 60 mg/ml**: 5 ml (uma colher de chá) por via oral até 3x/dia (uma hora após refeições e/ou antes de deitar-se), atentando para possível efeito rebote e evitando uso rotineiro, uma vez que a medicação não promove alívio a médio prazo (no máximo 14 dias);
- Realizar interconsulta médica ou avaliação médica em conjunto, a fim de determinar conduta medicamentosa mais adequada.

**Observar:**

**SINAIS DE ALERTA** (atendimento médico imediato)

- Dificuldade de engolir/deglutir;
- Sangue nas fezes;
- Vômitos persistentes;
- Vômitos com sangue;
- Massa abdominal palpável;
- Abdômen distendido/rígido (sinais de peritonite).

## REFERÊNCIAS


BERARDI, R. *et al*. **Handbook of nonprescription drugs**: an interactive approach to self-care. 16th ed. Washington: American Pharmacists Association, 2009.

BLENKINSOPP, A.; PAXTON, P.; BLENKINSOPP, J. H. **O doente na farmácia**: o guia de condutas nas doenças comuns. São Paulo: Andrei, 2017.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. **Guia de prática clínica**: sinais e sintomas do trato gastrointestinal: azia (acidez/pirose) e dispepsia. Brasília: Conselho Federal de Farmácia, 2020. (Guias de prática clínica para farmacêuticos, 4).

LONGSTRETH, G. F.; LACY, B. E. **Approach to the adult with dyspepsia**. Nov. 2017. Disponível em: https://www.uptodate.com/contents/approach-to-the-adult-with-dyspepsia. Acesso em: 23 fev. 2021.

RICHTER, J. E. The management of heartburn in pregnancy**. Alimentary Pharmacology and Therapeutics**, Oxford, v. 22, n. 9, p. 749-757, nov. 2005.

ROMANO, C. *et al*. Functional Dyspepsia: An Enigma in a Conundrum. **Journal of Pediatric Gastroenterology and Nutrition**, Philadelphia, v. 63, n. 6, p. 579-584, dec. 2016.

## 1.2 PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DA CEFALEIA/DOR DE CABEÇA

<table>
<tr><td rowspan="2">  <br></td><td rowspan="2">PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DA CEFALEIA / DOR DE CABEÇA</td><td>Versão</td><td>1.0</td></tr>
<tr><td colspan="2">Data da aprovação<br>30/10/2020</td></tr>
<tr><td>VALIDADE</td><td>ELABORAÇÃO</td><td>REVISÃO</td><td>APROVAÇÃO</td></tr>
<tr><td>3 anos e/ou conforme atualização do MS</td><td>LETICIA RODRIGUES DA SILVA AGUIAR<br>COREN-PI: 418630 ENF</td><td>Grupo Técnico de Trabalho</td><td>Grupo Técnico de Trabalho</td></tr>
</table>

**1 DEFINIÇÕES**

**Cefaleia tipo tensional:** é caracterizada como uma dor de qualidade não pulsátil, em aperto ou pressão, geralmente bilateral, de intensidade leve a moderada e que não piora com atividade física rotineira. A dor pode durar minutos, horas ou permanecer constante durante dias. A presença de sintomas associados à dor tais como fotofobia, náuseas e vômitos, é rara. Não é associada a sintomas premonitórios ou aura.

**Migrânea (enxaqueca):** os principais tipos de migrânea são a sem aura e a com aura. A primeira é conhecida como a enxaqueca comum, em que a dor costuma apresentar duração, características e fenômenos associados típicos, porém não é acompanhada de sintomas ou sinais neurológicos focais transitórios, como ocorre na migrânea com aura.

Os sintomas premonitórios ocorrem até 48 horas antes da crise em 60% dos pacientes. Os sintomas mais comuns são: alteração do humor, irritabilidade, hiperatividade, sonolência, dificuldade de concentração, bocejo excessivo, hiperosmia, foto e fonofobia, diarreia ou constipação, sede, poliúria, retenção de fluidos, anorexia e apetência por alimentos específicos.

**2 ANAMNESE**

**IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE**

Nome, idade, sexo, cor, estado civil, naturalidade (enfermidades regionais), residência e viagens recentes.

**HISTÓRICO DE SAÚDE**

- Motivações do cliente na procura do setor saúde;
- Descrição dos sintomas;
- Histórico de doenças e tratamentos anteriores (doenças crônicas, alergias, intolerâncias, caso tenha ocorrido internação relatar motivação, cirurgias anteriores, medicamentos controlados e automedicação, se houver);
- Antecedentes familiares.

**3 EXAME FISICO**

- **Sinais vitais** - temperatura; pulso (ou frequência cardíaca); pressão arterial; frequência respiratória; dor.
- **Inspeção** - nível de consciência, atividade motora, cor da pele, humor e tipo de fala.
- **Palpação** - avaliar sinais de edema, abrasões ou contusões se houver suspeita de trauma.

**Intensidade da dor**: avaliar por meio da escala numérica, a mais utilizada. Quando o examinador pergunta ao paciente, numa escala de 0 a 10, significando zero ausência de dor e dez, dor incapacitante.

**4 DIAGNOSTICO DE ENFERMAGEM**

- Dor presente.

**5 INTERVENÇÕES DE ENFERMAGEM**

**5.1 EQUIPE DE ENFERMAGEM**

- Anamnese;
- Exame físico;
- Avaliar sinais vitais;
- Realizar uma avaliação completa da dor, incluindo: local, características, início e duração, frequência, qualidade, intensidade e gravidade, além de fatores precipitadores;
- Investigar os fatores que aliviam/pioram a dor;

- Promover repouso adequado para facilitar o alívio da dor;
- Avaliar a resposta ao manejo/controle da dor;
- Estimular a ingestão hídrica e a alimentação;
- Orientar sobre hábitos de vida saudável;
- Manter o estudante em observação por 30 minutos após administração de medicamentos;
- Encaminhar para serviço de emergência se necessário.

**5.2 ENFERMEIRO**

**Prescrever:**

- **Paracetamol 500mg a 1.000mg**: por via oral. Repetir 2 a 4 horas após s/n (máximo/dia 3g); **OU**
- **Dipirona 500mg**: por via oral. Repetir 2 a 4 horas após s/n (máximo/dia 2g); **OU**
- **Ibuprofeno 600mg a 1.200mg**: por via oral. Repetir 2 a 4 horas após s/n (máximo/dia 1.200mg); **OU**
- **Metoclopramida10mg a 20mg:** por via oral; **OU**
- **Domperidona 20mg**: por via oral (se houver náuseas).

**Observações:**

- Evitar, quando possível, fatores referidos pelos pacientes como desencadeantes de suas crises;
- Tratar de doenças concomitantes, particularmente hipertensão arterial e depressão do humor;
- Aconselhar atividades físicas moderadas;
  Regular o padrão de sono.

**REFERÊNCIAS**

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Acolhimento à demanda espontânea**: queixas mais comuns na atenção básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. (Cadernos de Atenção Básica n. 28, volume II).

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ. **Formulários SAE para consulta de enfermagem e atendimento de demanda espontânea no âmbito do IFPI**. Teresina: IFPI, 2020.

## 1.3 PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DA CONSTIPAÇÃO

<table>
<tr><td rowspan="2">  <br></td><td rowspan="2">PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DA CONSTIPAÇÃO</td><td>Versão</td><td>1.0</td></tr>
<tr><td colspan="2">Data da aprovação<br>30/10/2020</td></tr>
<tr><td>VALIDADE</td><td>ELABORAÇÃO</td><td>REVISÃO</td><td>APROVAÇÃO</td></tr>
<tr><td>3 anos e/ou conforme atualização do MS</td><td>DIEGO MAURICIO PORTELA DUTRA<br>COREN-PI: 315.650 ENF</td><td>Grupo Técnico de Trabalho</td><td>Grupo Técnico de Trabalho</td></tr>
<tr><td colspan="4">1 DEFINIÇÃO<br>Não existe uma definição de abrangência universal para constipação. Fundamentando-se nas queixas dos clientes, ela pode ser referida como fezes endurecidas, esforço excessivo no ato evacuatório, evacuações infrequentes, sensação de evacuação incompleta e até mesmo demora excessiva no banheiro. Considera-se normal a frequência de evacuação de, no mínimo, três vezes por semana.<br>O último Consenso de Roma, no qual se definiram os critérios de constipação funcional, ocorreu em 2006, seguem:<br>Dois ou mais dos seguintes achados<br>• Esforço ao menos em 25% das evacuações;<br>• Fezes ressecadas ou duras ao menos em 25% das evacuações;<br>• Sensação de evacuação incompleta ao menos em 25% das vezes;<br>• Sensação de bloqueio anorretal ao menos em 25% das evacuações;<br>• Manobra manual de facilitação da evacuação ao menos em 25% das vezes;<br>• Menos de três evacuações por semana;<br>• Distúrbios de evacuação que não preencham os critérios da síndrome do intestino irritável.</td></tr>
</table>

**2 ANAMNESE**

- Identificação do cliente;
- Queixa inicial (hemorragia retal, dor abdominal intensa, perda de peso, anorexia, tenesmo e febre);
- Histórico de saúde;
- Histórico de alergias.

**3 EXAME FISICO**

- Sinais vitais (pulso, pressão arterial, frequência respiratória, temperatura corporal e dor);
- Avaliação do abdome, correlacionando com anatomia de cada órgão.

**4 DIAGNÓSTICO DE ENFERMAGEM**

- Abdome distendido;
- Pressão abdominal aumentada;
- Dor abdominal;
- Esforço para evacuar;
- Fezes duras e formadas;
- Volume de fezes diminuído;
- Frequência diminuída;
- Incapacidade de eliminar fezes;
- Mudança no padrão intestinal;
- Sensação de preenchimento retal;
- Sensação de pressão retal.

**5 INTERVENÇÕES DE ENFERMAGEM**

**5.1 EQUIPE DE ENFERMAGEM**

- Orientar o aumento da ingesta hídrica;
- Orientar a adequação da dieta;
- Estimular deambulação;
- Observar distensão abdominal;
- Realizar/orientar massagem abdominal;
- Encaminhar à nutricionista;
- Encaminhar ao serviço de referência em caso de sinais de alerta, ou se

necessário.

**5.2 ENFERMEIRO**

**Prescrever:**

- **Óleo Mineral**: 15 ml à noite por via oral e outra dosagem no dia seguinte ao despertar. Caso não obtenha êxito, aumente a dosagem para 30 ml (2 colheres de sopa) à noite e 15 ml pela manhã.

**Observar:**

**SINAIS DE ALERTA**

- Ausência de evacuação ou flatulência nas últimas 24 horas com dor/distensão abdominal;
- Distensão abdominal, dor abdominal intensa e vômitos;
- Ausência de ruídos hidroaéreos;
- Ausência de evacuações há mais de 5 dias;
- Dor à descompressão abdominal;
- Febre maior que 38ºC sem outros sinais/sintomas que possam originá-la;
- Nódulo extremamente dolorido no ânus.

**REFERÊNCIAS**

COTA, R. P.; MIRANDA, L. S. Associação entre constipação intestinal e estilo de vida em estudantes universitários. **Rev. Bras. Nutr. Clín**., São Paulo, v. 21, n. 4, p. 296-301, 2006.

DINIZ, E. M. S. R. R. **Constipação intestinal**: uma revisão. 2008. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Saúde Pública) – Faculdade de Farmácia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

NANDA INTERNATIONAL. **Diagnósticos de Enfermagem da Nanda**: definições e classificações: 2009- 2011. Porto Alegre: Artmed, 2009.

## 1.4 PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DA CONVULSÃO

<table>
<tr><td rowspan="2">  </td><td rowspan="2">PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DA CONVULSÃO</td><td>Versão</td><td>1.0</td></tr>
<tr><td colspan="2">Data da aprovação<br>30/10/2020</td></tr>
<tr><td>VALIDADE</td><td>ELABORAÇÃO</td><td>REVISÃO</td><td>APROVAÇÃO</td></tr>
<tr><td>3 anos e/ou conforme atualização do MS</td><td>LETICIA RODRIGUES DA SILVA AGUIAR<br>COREN-PI: 418630-ENF</td><td>Grupo Técnico de Trabalho</td><td>Grupo Técnico de Trabalho</td></tr>
<tr><td colspan="4">1 DEFINIÇÃO<br>É descrita como enrijecimento do corpo (contrações musculares súbitas), causando perda do equilíbrio e queda ao solo, seguida de relaxamento e contração de grupos musculares, podendo ter ou não relaxamento dos esfíncteres vesical e intestinal. A convulsão é o tipo de crise mais associado ao estigma, à morbidade e à mortalidade.</td></tr>
<tr><td colspan="4">2 ANAMNESE<br>IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE<br>• Nome, idade, sexo, cor, estado civil, naturalidade (enfermidades regionais) e moradia.<br>HISTÓRICO DE SAÚDE<br>• Caso inconsciente, pergunte ao acompanhante se o paciente apresentou convulsão recente, a frequência das crises, número de crises no último ano;<br>• Duração da alteração da consciência/convulsão;<br>• História de trauma craniano ou de pescoço;<br>• Outros problemas médicos, medicação ou intoxicação (exemplo: organofosforado), uso de outras substâncias (envenenamento, estimulantes, benzodiazepínicos, álcool e drogas), abstinência de álcool e distúrbio metabólico, (hiperglicemia, hipoglicemia e hiponatremia, entre</td></tr>
</table>

outros);

- História de epilepsia;
- Investigar febre, dor de cabeça, sinais de meningite (rigidez de nuca).

**3 EXAME FÍSICO**

**<u>Inspeção durante crise convulsiva:</u>**

- Observar presença de rigidez e/ou movimentos convulsivos que duram de 1 a 2 minutos ou mais, para dados diagnósticos.

**<u>Inspeção após crise convulsiva:</u>**

- Verificar sinais vitais, glicemia capilar e saturação de oxigênio;
- Verificar lesões e sangramentos (mordedura na língua ou machucados no corpo), cor da pele e obstrução das vias aéreas, como: (queda da língua e secreção oral);
- Presença de Incontinência urinária ou fecal, fadiga, tontura, sonolência, confusão mental, agitação, dor de cabeça e muscular;
- Avaliar nível de consciência, orientação no tempo e espaço, atividade motora, humor, dicção, pupilas, déficits focais.

**4 DIAGNOSTICO DE ENFERMAGEM**

- Convulsão.

**5 INTERVENÇÕES DE ENFERMAGEM**

**5.1 EQUIPE DE ENFERMAGEM**

- Acionar o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192;
- Orientar movimentos para evitar lesão (proteger e lateralizar a cabeça durante a convulsão);
- Monitorar a direção da cabeça e dos olhos durante a convulsão;
- Afrouxar as roupas;
- Permanecer com o paciente durante a convulsão;
- Manter vias aéreas pérvias;
- Estabelecer o acesso IV, se necessário;
- Aplicar oxigênio, se necessário;
- Avaliar o estado neurológico;

- Avaliar sinais vitais;
- Reorientar após a convulsão;
- Registrar a duração da convulsão;
- Registrar as características da convulsão: partes do corpo envolvidas, atividade motora e progressão da convulsão;
- Documentar as informações sobre a convulsão;
- Monitorar a duração do período e as características após a convulsão;
- Comunicar familiares do cliente.

**5.2 ENFERMEIRO**

- Acompanhar ao serviço de referência, na ausência do responsável;
- Relatar o incidente ocorrido aos responsáveis pelo cliente;
- Realizar consulta/avaliação no momento em que o cliente retorne à instituição.

**REFERÊNCIAS**

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Acolhimento à demanda espontânea**: queixas mais comuns na atenção básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. (Cadernos de Atenção Básica n. 28, volume II).

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ. **Formulários SAE para consulta de enfermagem e atendimento de demanda espontânea no âmbito do IFPI**. Teresina: IFPI, 2020.

## 1.5 PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DA DESCOMPENSAÇÃO GLICÊMICA

<table>
<tr><td rowspan="2">  </td><td rowspan="2">PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DA DESCOMPENSAÇÃO GLICÊMICA</td><td>Versão</td><td>1.0</td></tr>
<tr><td colspan="2">Data da aprovação<br>30/10/2020</td></tr>
<tr><td>VALIDADE</td><td>ELABORAÇÃO</td><td>REVISÃO</td><td>APROVAÇÃO</td></tr>
<tr><td>3 anos e/ou conforme atualização do MS</td><td>OLÍVIA FERNANDES MARTINS<br>COREN-PI: 350.751-ENF</td><td>Grupo Técnico de Trabalho</td><td>Grupo Técnico de Trabalho</td></tr>
</table>

### 1 DEFINIÇÕES

**Glicemia** é a concentração de glicose no sangue ou mais precisamente no plasma. O nível normal de glicose no sangue encontra-se entre valores de 70 mg/dL a 100 mg/dL em condições de jejum de no mínimo 8 horas (CAB nº 36). Valores fora do padrão normal, tanto para mais quanto para menos acarretam uma série de complicações para a saúde, incluindo o *Diabetes mellitus*.

Algumas pessoas podem tolerar valores mais baixos ou mais elevados sem apresentar sintomas, enquanto outras pessoas podem desenvolver sintomas apenas com leve descompensação glicêmica.

**Hipoglicemia** é a diminuição dos valores glicêmicos, com ou sem sintomas, para valores abaixo de 70mg/dL. São sintomas da hipoglicemia: fome, dor abdominal, visão turva, cefaleia, tremor, nervosismo, ansiedade, palidez, sudorese, taquicardia, déficit cognitivo, agressividade, confusão, tonturas, dificuldade pra falar, convulsão, entre outros.

**Hiperglicemia** é a elevação da glicose na corrente sanguínea para valores

acima de 100mg/dL em jejum ou acima de 200mg/dL após ingestão de alimentos. São sintomas hiperglicêmicos: poliúria, polidipsia, polifagia, perda inexplicada de peso, fraqueza, visão turva, prurido cutâneo, neuropatia periférica, infecções recorrentes, entre outros (BRASIL, 2013).

**2 ANAMNESE**

- Identificação do cliente;
- Dados antropométricos, IMC;
- Queixas principal e secundárias;
- Condições de saúde (doenças pré-existentes, alergias, uso de medicações, contínuo ou esporádico, incluindo uso de glicocorticoides, diuréticos, sulfoniluréias, repaglinidas, nateglinidas ou insulina);
- Hábitos de vida (exercício físico, hábito alimentar, sono e repouso, tabagismo, etilismo);
- Antecedente familiar e pessoal com ênfase em possíveis doenças pré-existentes;
- Identificação de outros fatores de risco.

**3 EXAME FISICO**

- Sinais vitais (frequência cardíaca, respiratória, pressão arterial, temperatura, pulso);
- Medidas antropométricas-IMC;
- Glicemia capilar;
- Avaliação da visão;
- Avaliação neurológica;
- Avaliação cardiopulmonar;
- Avaliação de pulsos periféricos;
- Inspeção e palpação de pele e anexos;
  Inspeção e palpação de extremidades.

**4 DIAGNÓSTICO DE ENFERMAGEM**

- Hiperglicemia;
- Hipoglicemia;
- Fome;

- Fraqueza;
- Desorientação;
- Desidratação;
- Perfusão Tissular.

**5 INTERVENÇÕES DE ENFERMAGEM**

**5.1 EQUIPE DE ENFERMAGEM**

**HIPOGLICEMIA**

- Verificar glicemia capilar;
- Avaliar sinais vitais;
- Monitorar o aparecimento de sinais e sintomas de hipoglicemia;
- Monitorar condições metabólicas que possam estar associadas;
- Auxiliar na deambulação em caso de hipotensão ortostática;
- Posicionar e manter o cliente na posição de Trendeleburg;
- Ofertar alimentos, líquidos ou sólidos, e reavaliar valores glicêmicos após 30 minutos;
- Orientar o cliente e cuidadores sobre reconhecimento, prevenção, e conduta na hipoglicemia;
- Comunicar familiares do cliente;
- Contatar o serviço de emergência, se necessário;
- Encaminhar/acompanhar o cliente ao serviço de referência se apresentar valores e sintomas de hipoglicemia após oferta de alimentos.

| Sinais e sintomas | Condutas |
|---|---|
| Hipoglicemia leve: fome, tremor, nervosismo, ansiedade, palidez, sudorese, taquicardia, déficit cognitivo leve. | Tabletes de glicose (15g), 150ml de suco de laranja ou refrigerante comum, uma colher de sopa de açúcar ou mel. Reavaliar o manejo. |
| Hipoglicemia moderada a grave: cefaleia, dor abdominal, visão turva, agressividade, confusão, tonturas, dificuldade pra falar. | Chamar o serviço de atendimento móvel de urgência. Marcar o retorno após alta e reavaliar o manejo. |

**HIPERGLICEMIA**

- Verificar glicemia capilar;
- Avaliar sinais vitais;
- Auxiliar na deambulação, se necessário;
- Monitorar o aparecimento de sinais e sintomas de hiperglicemia;
- Monitorar a saturação periférica;
- Comunicar familiares do cliente;
- Avaliar, se portador de *Diabetes mellitus*, conceito que o cliente e sua família têm sobre a doença e quais são as informações necessárias para que ele consiga autonomia e a corresponsabilidade nas decisões diárias referentes ao autocuidado, adaptadas à sua realidade socioeconômica e cultural;
- Observar a presença de sinais e sintomas de infecção ou outras doenças;
- Providenciar insumos necessários ao tratamento de lesões;
- Ofertar líquidos (água) ao cliente de a cada hora;
- Ofertar sopas e sucos, caso o cliente não consiga ingerir alimentos sólidos;
- Orientar o cliente e cuidadores sobre prevenção, reconhecimento e conduta na hiperglicemia;
- Sugerir ações que facilitem a adesão aos regimes alimentar e terapêutico e aos exercícios físicos;
- Realizar curativo e orientações preventivas a ferimentos, se necessário (POP 27);
- Comunicar familiares do cliente;
- Encaminhar/acompanhar para serviço de referência (ROP 08), se necessário;
- Auxiliar na administração de insulina, se necessário (POP 24).

**5.2 ENFERMEIRO**

- Realizar consulta de enfermagem;
- Investigar possíveis fatores que causaram a descompensação glicêmica;

- Investigar doenças crônicas pré-existentes;
- Identificar fatores de risco, orientando mudanças no estilo de vida e tratamento não medicamentoso, verificando adesão e possíveis intercorrências ao tratamento, encaminhando o indivíduo ao médico, quando necessário;
- Agendar consultas de enfermagem subsequentes, visando a avaliação da adesão as orientações recebidas na primeira consulta e estabilização dos valores glicêmicos;
- Programar, junto à equipe, estratégias para a educação do cliente;
- Desenvolver atividades educativas para comunidade acadêmica por meio de ações coletivas de promoção da saúde e prevenção de doenças crônicas incluindo o *Diabetes mellitus*.

**Se o cliente é portador de *Diabetes mellitus***

- Checar, no momento da consulta, a adesão e conhecimento do cliente sobre a patologia, o uso correto dos medicamentos prescritos, interações medicamentosas, possíveis efeitos colaterais, alimentação, prática de atividade física e hábitos de vida;
- Identificar fatores de risco para lesões em MMII;
- Avaliar, prescrever cobertura medicamentosa, supervisionar e realizar curativo, se necessário;
- Avaliar os resultados e reavaliar o plano de intervenção individual;
- Supervisionar o cumprimento das ações no âmbito da instituição;
- Registrar as ações de intervenção e de monitoramento.

**REFERÊNCIAS**

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Acolhimento à demanda espontânea**: queixas mais comuns na atenção básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. (Cadernos de Atenção Básica n. 28, volume II).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. (Cadernos de Atenção Básica, n.

35). Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/estrategias_cuidado_pessoa_doenca_cronica_cab35.pdf. Acesso em: 23 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica:** diabetes mellitus. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. (Cadernos de Atenção Básica, n. 36). Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/caderno_36.pdf. 23 fev. 2021.

BULECHEK, G. M. *et al*. **Classificação das Intervenções de Enfermagem (NIC)**. 7. ed. Rio de Janeiro: GEN, 2020.

GARCIA, T. R. (org.) **Classificação Internacional para a Prática de Enfermagem (CIPE®)**: versão 2017. Porto Alegre: Artmed, 2017.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ. **Formulários SAE para consulta de enfermagem e atendimento de demanda espontânea no âmbito do IFPI**. Teresina: IFPI, 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ. **Manual de Procedimentos Operacionais Padrão (POP's)**: serviço de enfermagem. Teresina: IFPI, 2020.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES. Departamento de Nutrição. **Manual de contagem de carboidratos para pessoas com diabetes**. 2016. Disponível em: https://www.diabetes.org.br/publico/images/manual-de-contagem-de-carboidrato2016.pdf. Acesso em: 23 fev. 2021.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES. **Diabetes na era da Covid-19**. 2021. Disponível em: https://www.diabetes.org.br/. Acesso em: 23 fev. 2021.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES. **Diretrizes Sociedade Brasileira de Diabetes 2019-2020**. São Paulo: Clannad, 2019. Disponível em: https://www.diabetes.org.br/profissionais/images/DIRETRIZES-COMPLETA-2019-2020.pdf. Acesso em: 23 fev. 2021.

## 1.6 PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DA DIARRÉIA

| | | | |
|---|---|---|---|
| INSTITUTO FEDERAL Piauí | PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DA **DIARREIA** | Versão | 1.0 |
| | | Data da aprovação 30/10/2020 | |
| VALIDADE | ELABORAÇÃO | REVISÃO | APROVAÇÃO |
| 3 anos e/ou conforme atualização do MS | LIZIANE MOTA DE ARAUJO COREN-PI: 332.298 TE | Grupo Técnico de Trabalho | Grupo Técnico de Trabalho |

**1 DEFINIÇÃO**

Consiste na alteração da função intestinal com perda excessiva de água e eletrólitos pelas fezes. Manifesta-se clinicamente pelo aumento do número de evacuações e/ou pela diminuição da consistência das fezes.

Conforme Brasil (2013), a diarreia infecciosa pode variar entre viral, bacteriana e parasitária. Sinais de alerta como a presença de pus ou sangue nas fezes predispõem infecção bacteriana e devem ser avaliados pelo profissional médico da equipe.

**CLASSIFICAÇÃO DA DIARREIA**

| CATEGORIA | MANIFESTAÇÃO CLÍNICA |
|---|---|
| **Diarreia aguda** | Presença de três ou mais evacuações aquosas, diminuídas de consistência, em um período de 24 horas. |
| **Disenteria** | Presença de sangue visível nas fezes. |
| **Diarreia persistente** | Episódio de diarreia de início agudo e durando mais de 14 dias. |

Fonte: WGO, 2012.

## 2 ANAMNESE

- Identificação do paciente;
- Queixa inicial;
- Início do quadro;
- Histórico de alergias alimentares;
- Número de evacuações;
- Presença de muco ou sangue nas fezes;
- Características das fezes (frequência, consistência, volume);
- Vômitos;
- Febre;
- Débito urinário;
- Uso de medicamentos.

## 3 EXAME FÍSICO

- Sinais vitais (pulso, pressão arterial, frequência respiratória, temperatura corporal e dor);
- Ausculta abdominal;
- Inspeção – avaliar nível de consciência, turgor da pele, mucosas, olhos;
- Palpação;
- Peso.

### PRINCIPAIS SINAIS PARA AVALIAÇÃO DO GRAU DE DESIDRATAÇÃO

| | Hidratado | Desidratado | Desidratação grave |
|---|---|---|---|
| **Aspecto geral** | Alerta | Irritado, com sede | Deprimido, comatoso |
| **Olhos** | Brilhantes com lágrima | Fundos | Muito fundos, sem lágrima |
| **Mucosas** | Úmidas | Secas | Muito secas |
| **Turgor** | Normal | Pastoso | Muito pastoso |
| **Pulso** | Cheio | Palpável | Débil ou ausente |
| **Perfusão** | Normal | Normal | Alterada |
| **Circulação** | (PA) Normal | Normal | Diminuída/taquicardia |
| **Diurese** | Normal | Pouco diminuída | Oligúria/anúria |
| **Redução do peso** | 0% | ≤ 10% | > 10% |

## 4 DIAGNÓSTICOS DE ENFERMAGEM

- Dor abdominal;
- Ingestão nutricional prejudicada;
- Diarreia;
- Fraqueza;
- Desidratação;
- Risco de desidratação;
- Função do sistema gastrointestinal prejudicada.

## 5 INTERVENÇÕES DE ENFERMAGEM

- Avaliar condições gastrointestinais;
- Avaliar a presença de desidratação;
- Gerenciar desidratação;
- Orientar sobre desidratação;
- Orientar sobre nutrição;
- Orientar sobre o manejo (controle) da diarreia;
- Orientar maior oferta líquida;
- Orientar sobre a Terapia de Reidratação Oral (TRO).

### 5.1 EQUIPE DE ENFERMAGEM

- Anamnese;
- Exame físico;
- Avaliar características da diarreia;
- Distinguir as diarreias potencialmente mais graves;
- Verificar (questionar) presença de febre, muco, pus e/ou sangue nas fezes;
- Fornecer orientações alimentares para diarreia;
- Preparar TRO (POP 25);
- Recomendar fracionamento da dieta para melhor aceitação;
- Realizar ações de educação em saúde.

**5.2 ENFERMEIRO**

**Prescrever** TRO de acordo com o grau de desidratação.

**Sem desidratação**: cliente atendido e dispensado com orientações de cuidados domiciliares levando sais hidratantes para a casa. A solução de reidratação oral (SRO) deve ser oferecida à vontade após cada evacuação, porém não deve ser misturada com outros líquidos como chás, leite ou refrigerante. Sempre orientar que a SRO não substitui as refeições.

**Desidratação leve (perda de 3% a 5% do peso corporal)**: ofertar 50ml/kg de SRO mais a reposição das perdas continuadas em um período de quatro horas, permanecendo em observação no setor de saúde.

**Desidratação moderada (6% a 9% do peso corporal)**: ofertar 100ml/kg de SRO mais a reposição de perdas continuadas, em um período de quatro horas, permanecendo em observação no setor de saúde.

**Desidratação grave**: constitui emergência médica, encaminhar para atendimento o mais breve possível. Enquanto aguarda atendimento deve-se administrar a SRO em doses pequenas e frequentes, conforme aceitação do paciente.

**Contraindicações da TRO**

- Perda ou ganho insuficiente de peso após as primeiras horas de TRO;
- Vômitos persistentes;
- Recusa persistente da solução;
- Distensão abdominal grave, íleo paralítico;
- Alteração de consciência;
- Evolução para choque hipovolêmico.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Acolhimento à demanda espontânea**: queixas mais comuns na atenção básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. (Cadernos de Atenção Básica n. 28, volume II).

CLASSIFICAÇÃO Internacional para a Prática de Enfermagem (CIPE®): versão 2017. 2017. Disponível em: https://www.icn.ch/sites/default/files/inline-files/icnp-brazil-portuguese-translation-2017.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ. **Manual de Procedimentos Operacionais Padrão (POP's):** serviço de enfermagem. Teresina: IFPI, 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Saúde. **Protocolo de Enfermagem:** atenção à demanda espontânea de cuidados na criança: volume 5. Florianópolis, 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Saúde. **Protocolo de Enfermagem:** atenção à demanda espontânea de cuidados no adulto: volume 4. Florianópolis, 2016.

WORLD GASTROENTEROLOGY ORGANIZATION. **Diarreia aguda em adultos e crianças:** uma perspectiva mundial. 2012. Disponível em: https://www.worldgastroenterology.org/UserFiles/file/guidelines/acute-diarrhea-portuguese-2012.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

## 1.7 PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DA DISMENORRÉIA

<table>
<tr><td rowspan="2">  </td><td rowspan="2">PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DA DISMENORRÉIA</td><td>Versão</td><td>1.0</td></tr>
<tr><td colspan="2">Data da aprovação<br>30/10/2020</td></tr>
<tr><td>VALIDADE</td><td>ELABORAÇÃO</td><td>REVISÃO</td><td>APROVAÇÃO</td></tr>
<tr><td>3 anos e/ou conforme atualização do MS</td><td>PATRÍCIA SANTOS DA SILVA<br>COREN-PI: 241.889 ENF<br>COREN-PI: 487.341 TE</td><td>Grupo Técnico de Trabalho</td><td>Grupo Técnico de Trabalho</td></tr>
</table>

**1 DEFINIÇÃO**

Dor pélvica (baixo ventre) que ocorre antes ou durante o período menstrual, de modo cíclico. Sensação de dor, originada por espasmo nos músculos uterinos; a sensação de dor é normalmente descrita como contrações espasmódicas intensas, pulsáteis, e como sensações de desconforto no abdome e região lombar.

**Classificação:**

- **Dismenorreia primária:** é a menstruação dolorosa na ausência de lesões dos órgãos pélvicos. Acompanha os ciclos menstruais normais e é devida ao aumento da produção de prostaglandinas pelo útero, que promovem contrações uterinas dolorosas.
- **Dismenorreia secundária:** está associada a alterações do sistema reprodutivo, como endometriose, miomas uterinos, infecção pélvica, anormalidades congênitas da anatomia do útero ou da vagina, uso de dispositivo intrauterino (DIU), entre outras.

**Queixas:**

Dor branda, causando cólica, desconforto, sensação de peso no ventre ou nas costas.

Dor moderada, causando além de desconforto, sensação de mal-estar, diarreia e dor de cabeça.

Dor muito forte, incapacitando a mulher de realizar suas atividades, durando de dois a sete dias, e acompanhada de transtorno gastrintestinal inclusive com vômitos, dor referida nas costas, nas coxas e cefaleia.

**2 ANAMNESE**

- Identificação da cliente;
- Queixa inicial;
- Histórico de saúde
- Histórico de alergias;
- Histórico de imunização.

**3 EXAME FISICO**

- Sinais vitais (pulso, pressão arterial, frequência respiratória, temperatura corporal e dor);
- Avaliação da região abdominal e pélvica;
- Inspeção e palpação: temperatura da pele e umidade; turgor; vascularização ou hematomas.

**SINAIS DE ALERTA**

- Atraso menstrual, amenorreia ou gravidez confirmada;
- Parto ou abortamento recente;
- Febre, calafrio, hipotensão, taquicardia, taquipneia;
- Distensão ou rigidez abdominal, sinais de irritação peritoneal;
  História de violência sexual.

**4 DIAGNOSTICOS DE ENFERMAGEM**

- Cólica menstrual presente;
- Cólica menstrual leve;
- Cólica menstrual moderada;
- Dismenorreia;
- Presença de cólica menstrual.

## 5 INTERVENÇÕES DE ENFERMAGEM

### 5.1 EQUIPE DE ENFERMAGEM

- Acolher e tranquilizar a cliente;
- Realizar avaliação da dor, incluindo local, características, início, frequência, qualidade e intensidade;
- Observar a ocorrência de indicadores não verbais de desconforto, em especial nas clientes com dificuldade de comunicação;
- Orientar estilo de vida saudável e atividade física regular;
- Orientar aplicação de calor local com média intensidade, em baixo ventre, enquanto tiver dor, e quando estiver em sua residência;
- Ensinar o uso de técnicas não farmacológicas desde que o profissional se sinta tecnicamente capacitado para tal (p. ex., biofeedback, TENS, hipnose, relaxamento, imagem orientada, terapia com música, recreação, terapia ocupacional, jogo terapêutico, acupressão, aplicação de calor e massagem) antes, durante e após quadro doloroso, se possível; antes que a dor ocorra ou aumente, e juntamente com outras medidas de alívio da dor.
- Orientar a realização de exercício físico leve a moderado e aumento da ingesta hídrica;
- Orientar sobre os riscos de automedicação;
- Orientar o registro dos sintomas e datas;
- Determinar o impacto da experiência da dor na qualidade de vida da cliente (p. ex., sono, apetite, atividade, cognição, humor, relacionamentos, desempenho profissional ou rendimento escolar);
- Notificar o médico (havendo o profissional no *campus*), caso as medidas adotadas não funcionem, ou se a queixa atual consistir em uma mudança significativa na experiência anterior de dor da cliente;
- Encaminhar ao serviço de assistência de saúde, se necessário.

### 5.2 ENFERMEIRO

**Prescrever** anti-inflamatórios não hormonais e/ou antiespasmódicos e analgésicos.

- **Anti-inflamatórios não hormonais**

a) **Ibuprofeno 600mg**: 1 comprimido, por via oral, de 8/8 horas, **OU;**
b) **Diclofenaco 50mg**: 1 comprimido, por via oral, de 8/8 horas, **OU**;
c) **Piroxican 20mg**: 1 comprimido, por via oral, de 12/12 horas, **OU**;
d) **Nimesulida 100mg:** 1 comprimido, por via oral, de 12/12 horas.

**Obs.:** Podem ser iniciados 2 a 3 dias antes do período menstrual e mantidos durante a menstruação (evitar uso superior a 7 dias);

- **Antiespasmódicos e analgésicos**

a) **Butilbrometo de Escopolamina 10mg/ml**: solução oral, 20 a 40 gotas de 6/6 horas, **OU**;
b) **Butilbrometo de Escopolamina 10mg**: 1 comprimido, por via oral, de 6/6 horas, **OU**;
c) **Butilbrometo de Escopolamina 10mg + Dipirona Sódica Monoidratada 250mg (Buscopan Composto)**: 1 comprimido, via oral, de 6/6 horas, **OU**;
d) **Butilbrometo de Escopolamina 6,67mg/ml + Dipirona Sódica Monoidratada 333,4mg/ml (Buscopan Composto®)**: solução oral, 20 a 40 gotas, de 6/6 horas, **OU**;
e) **Dipirona Sódica Monoidratada500 mg/ml**: solução oral, 20 a 40 gotas de 6/6 horas, **OU**;
f) **Dipirona Sódica Monoidratada 500mg**: 1 comprimido, via oral, de 6/6 horas, **OU**;
g) **Paracetamol500 mg**: 1 comprimido, por via oral, de 6/6 horas, **OU**;
h) **Paracetamol 200mg/ml**: solução oral, 35 a 55 gotas, de 6/6 horas.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Acolhimento à demanda espontânea**: queixas mais comuns na atenção básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. (Cadernos de Atenção Básica n. 28, volume II).

BULECHEK, G. M.; BUTCHER, H. K.; DOCHETERMAN, J. M. **Classificação das Intervenções de Enfermagem (NIC)**. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO DO SUL. Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande. **Protocolo de enfermagem**

**em saúde da mulher na atenção primária à saúde.** Campo Grande, MS: COREN-MS, 2010. Disponível em: http://ms.corens.portalcofen.gov.br/wp-content/uploads/2020/11/Protocolo-SA%C3%9ADE-DA-MULHER.pdf**.** Acesso em: 02 mar. 2021.

GARCIA, T. R. (org.) **Classificação Internacional para a Prática de Enfermagem (CIPE®)**: versão 2017. Porto Alegre: Artmed, 2017.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ. **Formulários SAE para consulta de enfermagem e atendimento de demanda espontânea no âmbito do IFPI.** Teresina: IFPI, 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Saúde. **Protocolo de Enfermagem:** saúde da mulher na atenção primária: acolhimento às demandas da mulher nos diferentes ciclos de vida: volume 3. Florianópolis, SC, 2016. Disponível em: http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/28_11_2016_22.36.14.03084a93d0f0eec988fa25f3095b594a.pdf. Acesso em: 01 mar. 2021.

## 1.8 PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DA DOR DE GARGANTA

<table>
<tr><td rowspan="2">  </td><td rowspan="2">PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DA DOR DE GARGANTA</td><td>Versão</td><td>1.0</td></tr>
<tr><td colspan="2">Data da aprovação<br>30/10/2020</td></tr>
<tr><td>VALIDADE</td><td>ELABORAÇÃO</td><td>REVISÃO</td><td>APROVAÇÃO</td></tr>
<tr><td>3 anos e/ou conforme atualização do MS</td><td>MARCELA OSÓRIO REIS CARNEIRO<br>COREN-PI: 364.255 ENF</td><td>Grupo Técnico de Trabalho</td><td>Grupo Técnico de Trabalho</td></tr>
</table>

**1 DEFINIÇÃO**

A dor de garganta é causada habitualmente por condições localizadas na faringe ou em estruturas anatômicas adjacentes. A faringite infecciosa aguda é a principal causa de dor de garganta e mais de 50% das faringites são de etiologia viral. A clínica é de dor de garganta, febre e mal-estar.

Os vírus que comumente causam faringite incluem: vírus influenza, parainfluenza, rinovírus, coronavírus, adenovírus, vírus sincicial respiratório, vírus Epstein-Barr, enterovírus e herpervírus. O principal causador da faringite bacteriana infecciosa é o *Streptococcus B* hemolítico do grupo A (*Streptococcus pyogenes*), cujo reconhecimento precoce e tratamento adequado são primordiais para a prevenção de febre reumática. Outros agentes incluem *Streptococcus* dos grupos C e G, *Neisseria gonorrhoeae*, *Mycoplasma pneumoniae*, *Chlamydia pneumoniae*, *Aracnobacterium hemolyticum*, e vírus da imunodeficiência humana (HIV). Parasitas e fungos podem ser agentes etiológicos em situações menos comuns.

A diferenciação precisa entre faringite viral e estreptocócica baseada na história e no exame físico pode ser difícil, porém, essa distinção é importante para o uso mais acurado de antibióticos. O tratamento antimicrobiano iniciado

até nove dias do início das manifestações clínicas é eficaz na prevenção da febre reumática.

**Dados sugestivos de etiologia viral**

- Conjuntivite;
- Coriza;
- Rouquidão;
- Tosse;
- Diarreia;
- Exantema característico.

**Dados sugestivos de faringite estreptocócica**

- Dor de garganta de início súbito;
- Dor à deglutição;
- Febre;
- Rash cutâneo escarlatiforme;
- Cefaleia;
- Náusea, vômito e dor abdominal;
- Eritema tonsilofaríngeo;
- Exsudato tonsilofaríngeo;
- Petéquias no palato mole;
- Hiperemia e edema da úvula;
- Adenomegalias cervicais anteriores dolorosas.

**2 ANAMNESE**

- Identificação do cliente;
- Queixa inicial;
- Histórico de saúde;
- Histórico de alergias.

**3 EXAME FÍSICO**

- Aspecto geral;
- Avaliação dos sinais vitais (pulso, frequência cardíaca, frequência respiratória, pressão arterial, temperatura axilar e dor);
- Oroscopia: aspecto da mucosa orofaríngea (hiperemia da faringe e das amígdalas, com ou sem vesículas ou ulcerações, e com ou sem exsudato

amigdaliano);

- Presença de gânglios em região submandibular.

**4 DIAGNÓSTICO DE ENFERMAGEM**

- Dor;
- Inflamação;
- Sinal de Infecção;
- Deglutição prejudicada;
- Risco de ingestão de alimentos deficitária.

**5 INTERVENÇÕES DE ENFERMAGEM**

**5.1 EQUIPE DE ENFERMAGEM**

- Anamnese;
- Exame físico;
- Avaliar sinais vitais (pulso, frequência cardíaca, frequência respiratória, pressão arterial, temperatura axila e dor);
- Monitorar aparecimento de sinais e sintomas associados à infecção local e sistêmica (p. ex., hiperemia, edema, sensibilidade, febre, mal-estar);
- Realizar oroscopia;
- Orientar a escovação dos dentes e gengivas, evitar contato com o público, o consumo de cigarros e fazer repouso da voz;
- Administrar gargarejo com água morna e sal (1 copo de água com 1 colher de cafezinho, rasa, de sal);
- Administrar medicamentos, conforme prescrição;
- Encaminhar para consulta médica imediata na identificação de sinais de alerta, agravamento dos sintomas e na identificação de placas a oroscopia;
- Orientar aumento da ingesta hídrica;
- Atentar para sinais de Síndrome Respiratória Aguda Grave, H1N1 ou COVID-19.

**SINAIS DE ALERTA**

- Dificuldade de abrir a boca (trismo);
- Totalmente incapaz de engolir;
- Dificuldade respiratória;
- Febre (suspeitar de H1N1);

- Presença de sinais de abcesso de tonsilas à oroscopia;
- Febre maior que 39ºC.

**5.2 ENFERMEIRO**

**Prescrever:**

- Gargarejo com água morna e sal (1 copo de água com 1 colher de cafezinho, rasa, de sal);
- Antitérmicos, analgésicos e antimicrobianos.

**Antitérmicos, Analgésicos e Antimicrobianos***

**Dipirona Sódica solução oral 500 mg/ml**: 20 a 40 gotas em administração única, ou se a dor permanecer, até o máximo de 40 gotas, 4 vezes ao dia; **OU**

**Paracetamol 500 mg**: 1 ou 2 comprimidos (500 mg a 1.000 mg), por via oral, em administração única, ou a cada 6 horas se a dor permanecer, respeitando a dose máxima de 4g/dia.

**PENICILINAS**

**Amoxicilina** 500 mg: de 8/8h, via oral, por 10 dias.

875 mg: de 12/12h, via oral , por 10 dias.

**ALÉRGICOS À PENICILINA**

**Eritromicina** 50mg/kg (até 500 mg): via oral de 6h/6h por 10 dias.

**Azitromicina** 12 mg/kg: uma vez ao dia (máximo 500mg), via oral por 5 dias.

* Os antimicrobianos são medicações usadas para tratamento da faringite estreptocócica e prevenção da febre reumática.

**REFERÊNCIAS**

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Acolhimento à demanda espontânea**: queixas mais comuns na atenção básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. (Cadernos de Atenção Básica n. 28, volume II).

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Saúde. **Protocolo de Enfermagem**: atenção à demanda espontânea de cuidados no adulto: volume 4. Florianópolis, 2016.

PREFEITURA DE JOINVILE. Secretaria da Saúde. **Assistência de enfermagem ao adulto na demanda espontânea da atenção primária**. Joinvile, SC, 2020. Disponível em: https://www.joinville.sc.gov.br/public/portaladm/pdf/jornal/62c9232f98dd9b891e74956f9196480e.pdf. Acesso em: 01 mar. 2021.

## 1.9 PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DA DOR DE OUVIDO

<table>
<tr><td rowspan="2">  </td><td rowspan="2">PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DA DOR DE OUVIDO</td><td>Versão</td><td>1.0</td></tr>
<tr><td colspan="2">Data de Aprovação<br>30/10/2020</td></tr>
<tr><td>VALIDADE</td><td>ELABORAÇÃO</td><td>REVISÃO</td><td>APROVAÇÃO</td></tr>
<tr><td>03 anos e/ou conforme atualização do MS</td><td>CATARINA ANGÉLICA CARVALHO PEREIRA<br>Enfermeira Coren-PI: 325.149</td><td>Grupo Técnico de Trabalho</td><td>Grupo Técnico de Trabalho</td></tr>
<tr><td colspan="4">1 DEFINIÇÃO<br>A dor de ouvido ou otalgia é um sintoma que surge, principalmente, após introduzir água ou objetos, como cotonetes e palitos, no canal auditivo, o que pode provocar infecção do ouvido ou rompimento do tímpano. Porém, outras causas incluem problemas na mandíbula e garganta ou crescimento de um dente, por exemplo. Pode ser de origem: primária (orelha externa ou média) ou secundária, quando causada por problemas em pontos distantes do ouvido (dor referida ou reflexa).</td></tr>
<tr><td colspan="4">2 ANAMNESE<br>• Identificação do cliente;<br>• Queixa principal (dor e/ou prurido no ouvido);<br>• Identificação de fatores predisponentes à otite (natação, trauma, barotrauma, resfriado recente, rinite etc.);<br>• História pregressa de saúde;<br>• Uso de algum medicamento;<br>• Histórico de alergia.</td></tr>
<tr><td colspan="4">3 EXAME FISICO<br>• Aspecto geral do usuário;</td></tr>
</table>

- Verificação dos SSVV;
- Avaliação da dor (início, causa, nível de intensidade, irradiação, sintomas associados e tempo de duração);
- Sensação de ouvido congesto ou hipoacusia;
- Avaliação se a dor piora com mastigação/deglutição;
- Inspeção da orelha, das regiões pré e pós-auriculares, e da região cervical;
- Dor a mobilização da orelha ou na compressão do tragus sugerem otite externa;




- Prurido no ouvido;
- Presença de secreção;
- Presença de corpo estranho;
- Investigação das disfunções da articulação temporomandibular, sendo necessário palpar a região dessa articulação e pedir para o paciente abrir e fechar a boca, em busca de crepitações e/ou dor.

| **Sinais de gravidade (atendimento médico imediato)** |
|---|
| Febre |
| Edema doloroso pós-auricular (mastoidite) |
| Sinais de rigidez de nuca/meningismo |
| Suspeita de trauma de ouvido interno (otorragia) |
| Corpo estranho |
| Outros agravamentos que possam afetar o funcionamento do ouvido |

**4 DIAGNOSTICO DE ENFERMAGEM**

- Dor Presente.

**5 INTERVENÇÕES DE ENFERMAGEM**

**5.1 EQUIPE DE ENFERMAGEM**

- Monitorar sinais vitais;
- Investigar os fatores que aliviam/pioram a dor;
- Promover repouso adequado para facilitar o alívio da dor;
- Orientar não uso do cotonetes;
- Avaliar, se houver, características da secreção;
- Aplicar compressa morna por 20 minutos na região;
- Administrar medicamentos para aliviar/prevenir dor;
- Avaliar resposta ao manejo/controle da dor;
- Orientar repouso;
- Comunicar ao responsável pelo estudante;
- Encaminhar ao serviço de emergência, se necessário.

**5.2 ENFERMEIRO**

- Realizar avaliação completa da dor, incluindo local, características, início/duração, frequência, qualidade, intensidade e gravidade, além de fatores precipitadores, caso apresente algum sinal de gravidade conforme a tabela anterior, encaminhar ao serviço de referência;
- Orientar o retorno para avaliação do quadro. Se os sinais e sintomas persistirem o profissional deverá avaliar a gravidade e encaminhar ao serviço de referência.

**Prescrever:**

- Paracetamol 500 mg, 1 ou 2 comprimidos (500 mg a 1.000 mg), por via oral, para alívio da dor; **OU**
- Dipirona Sódica solução oral 500 mg/ml, 20 a 40 gotas em administração única.

**REFERÊNCIAS**

BEZERRA, C. Dor de ouvido: 12 principais causas e o que fazer. 2020. Disponível em: https://www.tuasaude.com/dor-de-ouvido/. Acesso em: 26 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Acolhimento à demanda espontânea**: queixas mais comuns na atenção básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. (Cadernos de Atenção

Básica n. 28, volume II). Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/acolhimento_demanda_espontanea_queixas_comuns_cab28v2.pdf. Acesso em: 26 fev. 2021.

BULECHEK, G. M.; BUTCHER, H. K.; DOCHTERMAN, J. M. **Classificação das Intervenções de Enfermagem (NIC)**. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ. **Formulários SAE para consulta de enfermagem e atendimento de demanda espontânea no âmbito do IFPI.** Teresina: IFPI, 2020.

PREFEITURA DE JOINVILE. Secretaria da Saúde. **Assistência de enfermagem ao adulto na demanda espontânea da atenção primária**. Joinvile, SC, 2020. Disponível em: https://www.joinville.sc.gov.br/public/portaladm/pdf/jornal/62c9232f98dd9b891e77495f9196480e.pdf. Acesso em: 19 fev. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Saúde. **Protocolo de Enfermagem**: atenção à demanda espontânea de cuidados no adulto: volume 4. Florianópolis, 2016. Disponível em: http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/03_01_2017_20.41.55.f5fd7d29b82782c70892bddb8890ccce.pdf. Acesso em: 26 fev. 2021.

## 1.10 PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DA DOR LOMBAR / DOR NAS COSTAS

<table>
<tr><td rowspan="2">  </td><td rowspan="2">PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DE DOR LOMBAR / DOR NAS COSTAS</td><td>Versão</td><td>1.0</td></tr>
<tr><td colspan="2">Data de Aprovação<br>30/10/2020</td></tr>
<tr><td>VALIDADE</td><td>ELABORAÇÃO</td><td>REVISÃO</td><td>APROVAÇÃO</td></tr>
<tr><td>3 anos e/ou conforme atualização do MS</td><td>CATARINA ANGÉLICA CARVALHO PEREIRA<br>Enfermeira<br>COREN-PI: 325.149</td><td>Grupo Técnico de Trabalho</td><td>Grupo Técnico de Trabalho</td></tr>
</table>

### 1 DEFINIÇÃO

A origem da dor pode estar localizada nas articulações, discos, vertebras, músculos ou ligamentos que podem estar irritados ou inflamados. A causa precisa da lombalgia aguda pode ser identificada em 20% dos casos. Um traumatismo específico ou uma atividade extenuante pode provocar dor, entretanto, 80% das vezes a causa não é óbvia. A dor pode acometer qualquer estrutura da coluna, porém as mais acometidas são os músculos e ligamentos. Sabe-se também que a dor pode ser influenciada por estresses psicológicos, depressão e outros fatores não orgânicos.

**As principais causas**

- Mecânica: torção ou estiramento, processo degenerativo dos discos e facetas, geralmente devido à idade, hérnia de disco, fratura compressiva osteoporótica, estenose medular entre outros;
- Doenças viscerais;
- Condições não mecânicas de dor lombar.

### 2 ANAMNESE

Para o atendimento de enfermagem **a dor** deverá ter iniciado **há 2 semanas e**

**de intensidade leve**

- Identificação do cliente;
- Queixa principal/caracterização da dor (início, causas, nível de intensidade, irradiação, sintomas associados e tempo de duração);
- História pregressa de saúde;
- Uso de algum medicamento;
- Histórico de alergia.

**Atenção:** Segundo Ministério da Saúde, uma vez que 97% dos casos de lombalgia são de causa mecânico-postural o objetivo maior da anamnese é procurar sinais de gravidade (bandeiras vermelhas) conforme tabela abaixo, pois estes casos deverão ser encaminhados ao serviço de referência.

| **Sinais de alerta (Bandeira vermelha)** |
|---|
| 1. Idade < 20 e > 50 (espondilite anquilosante, osteoporose...) |
| 2. Dor que piora à noite (câncer) |
| 3. História de neoplasia (metástases) |
| 4. Emagrecimento (neoplasias) |
| 5. Febre (infecção bacteriana recente: osteomielite, abcessos...) |
| 6. Grande trauma |
| 7. Tratamento para osteoporose (fratura patológica) |
| 8. Paresia e/ou parestesia dos MMII |
| 9. Fraturas (uso de corticoides) |
| 10. Hérnia de disco com parestesia e grande fraqueza muscular |
| 11. Distúrbios urinários ou gastrintestinais (bexiga neurogênica, diminuição do tônus do esfíncter urinário e/ou retal) |
| 12. Incontinência ou retenção urinária |

**3 EXAME FISICO**

- Aspecto geral do usuário;
- Verificação dos SSVV;
- Curvatura da coluna (lordose, cifose e escoliose);
- Movimentos que provocam dor e limitações funcionais;
- Diferença de comprimento dos MMII;
- Presença de vícios de postura corporal.

**4 DIAGNÓSTICO DE ENFERMAGEM**

- Dor Musculoesquelética;

- Dor Presente.

**5 INTERVENÇÕES DE ENFERMAGEM**

**5.1 EQUIPE DE ENFERMAGEM**

- Realizar uma avaliação completa da dor incluindo local, características, início/duração, frequência, qualidade, intensidade e gravidade, além de fatores precipitadores;
- Investigar os fatores que aliviam/pioram a dor;
- Promover repouso adequado para facilitar o alívio da dor;
- Monitorar sinais vitais;
- Avaliar resposta ao manejo/controle da dor;
- Determinar o compromisso do paciente para aprender e usar uma postura correta;
- Orientar o paciente sobre a estrutura e funcionamento da coluna e melhora da postura para movimentar-se e utilizar o corpo;
- Orientar o paciente sobre a necessidade de uma postura correta para prevenir fadiga, tensão ou lesão;
- Determinar a percepção que o paciente tem das próprias anormalidades musculoesqueléticas e os efeitos potenciais da postura e tecido muscular;
- Orientar sobre o uso de colchão/cadeira ou travesseiro firmes, se adequado;
- Orientar que evite dormir em pronação;
- Auxiliar na demonstração de posições adequadas para dormir;
- Orientar que evite sentar na mesma posição por períodos prolongados;
- Orientar sobre possíveis causas potenciais de dor muscular ou articular;
- Orientar o carregamento adequado de peso (fracionamento, divisão de volumes, etc.);
- Aplicar compressas mornas locais;
- Encaminhar ao serviço de emergência, se necessário.

**5.2 ENFERMEIRO**

**Prescrever:**

- **Paracetamol 500mg**: 1 comprimido (500 mg a 1.000 mg), por via oral, a

cada 4 horas se dor ou 750 mg a cada 6 horas;

- **Diclofenaco ou ibuprofeno 50 mg**: por via oral a cada 8 horas **ou** 200 mg a 600 mg a cada 6 horas , dose máxima 1200 mg.

**OBSERVAÇÃO:**

- Retornar para reavaliação entre duas a quatro semanas, realizando exame físico direcionado a avaliação da região. Se houver melhora, instruir o paciente para retornar ao trabalho com limitação das atividades.
- Conversar sobre os riscos de efeitos adversos decorrentes do uso contínuo de AINES (problemas gastrointestinais, cardiovasculares, renais, hematológicos e hepáticos). Oferecer alternativas para alívio da dor, como o uso de calor local. Reforçar a importância da prevenção da dor por meio dos exercícios de fortalecimento da coluna.

**REFERÊNCIAS**

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Acolhimento à demanda espontânea**: queixas mais comuns na atenção básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. (Cadernos de Atenção Básica n. 28, volume II). Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/acolhimento_demanda_espontanea_queixas_comuns_cab28v2.pdf. Acesso em: 24 fev. 2021.

BULECHEK, G. M.; BUTCHER, H. K.; DOCHTERMAN, J. M. **Classificação das Intervenções de Enfermagem (NIC)**. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

COSTA, V. **Medicamentos para as dores**: os perigos dos AINEs. 2017. Disponível em: http://metis.med.up.pt/index.php/Medicamentos_para_as_dores_%E2%80%93_os_perigos_dos_AINEs . Acesso em: 27 fev. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ. **Formulários SAE para consulta de enfermagem e atendimento de demanda espontânea no âmbito do IFPI.** Teresina: IFPI, 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Saúde. **Protocolo de Enfermagem**: atenção à demanda espontânea de cuidados no adulto: volume 4. Florianópolis, 2016. Disponível em: http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/03_01_2017_20.41.55.f5fd7d29b82782c70892bddb8890ccce.pdf. Acesso em: 24 fev. 2021.

## 1.11 PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DA ENTORSE, CONTUSÃO, LUXAÇÃO E FRATURA

<table>
<tr><td rowspan="2">INSTITUTO FEDERAL<br>Piauí</td><td rowspan="2">PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA OTRATAMENTO DA ENTORSE, CONTUSÃO, LUXAÇÃO E FRATURA</td><td>Versão</td><td>1.0</td></tr>
<tr><td colspan="2">Data de Aprovação<br>15/04/2021</td></tr>
<tr><td>VALIDADE</td><td>ELABORAÇÃO</td><td>REVISÃO</td><td>APROVAÇÃO</td></tr>
<tr><td>3 anos e/ou conforme atualização do MS</td><td>ELAINE CARININY LOPES DA COSTA<br>COREN-PI: 130.231-ENF</td><td>Grupo Técnico de Trabalho</td><td>Grupo Técnico de Trabalho</td></tr>
<tr><td colspan="4">1 DEFINIÇÃO<br>Entorse: é uma lesão articular que ocorre quando os ligamentos são estirados e sofrem ruptura total ou parcial.<br>Contusão: é uma lesão provocada por pancadas, sem a presença de ferimentos abertos, isto é, sem rompimento da pele. Não há solução de continuidade da pele e só ocorre derramamento de sangue no tecido subcutâneo, ou em camadas mais profundas.<br>Luxação: é a perda da congruência articular, ou seja, quando um osso sai por completo de sua posição anatômica.<br>Fratura: É uma interrupção na continuidade do osso.</td></tr>
<tr><td colspan="4">2 ANAMNESE<br>• Identificação do cliente;<br>• Queixa inicial,<br>• Histórico de saúde;<br>• Histórico de alergias;<br>• Histórico de imunização.<br>• História e mecanismo do trauma;<br>• Avaliar os padrões respiratórios (verificar as vias aéreas, ventilação, oxigenação);</td></tr>
</table>

- Verificar os aspectos circulatórios tais como controle de hemorragia e perfusão sanguínea do membro;
- Avaliar a função neurológica;
- Verificar o tamanho da ferida cutânea;
- Investigar a existência de perda da musculatura;
- Investigar a presença de necrose óssea;
- Avaliar a existência de perda óssea;
- Investigar a ocorrência de dor.

**3 EXAME FISICO**

- Sinais Vitais (pulso, pressão arterial, frequência respiratória, temperatura corporal e dor);
- Avaliação das proeminências ósseas, musculatura envolvida, pulso e perfusão, coloração, temperatura das extremidades;
- Avaliação neurológica: sensibilidade, motricidade e reflexos;
- Avaliação da extremidade distal à fratura, pesquisando pulsos, motricidade e sensibilidade.

**4 DIAGNOSTICO DE ENFERMAGEM**

- Dor por fratura;
- Risco para hemorragia;
- Risco de integridade da pele prejudicada;
- Risco de função neurovascular periférica prejudicada;
- Risco para infecção.

**5 INTERVENÇÕES DE ENFERMAGEM**

**5.1 EQUIPE DE ENFERMAGEM**

- Anamnese;
- Exame físico;
- Realizar controle da hemorragia, realizando compressão direta;
- Imobilizar o osso fraturado de forma imediata e elevar o membro (se possível);
- Realizar compressa fria, conforme a necessidade;
- Posicionar o membro de maneira adequada;

- Avaliar sinais de infecção;
- Monitorizar sinais vitais;
- Avaliar sinais de choque;
- Avaliar pontos de compressão (escápulas, região sacra, região poplítea, panturrilha e calcanhar);
- Avaliar frequentemente o estado neurovascular;
- Avaliar dor, dormências e mobilidade dos pés e artelhos;
- Realizar procedimentos utilizando técnica asséptica;
- Realizar curativo estéril, se necessário;
- Explicar cada cuidado a ser prestado, encorajando a participar do seu cuidado;
- Permitir que o paciente expresse sua angustia e medo, oferecer apoio emocional;
- Encaminhar ao serviço de referência, se necessário.

**5.2 ENFERMEIRO**

**Prescrever:**

**Dipirona sódica**: 1 comprimido de 500 mg por via oral a cada 6 horas, **OU;**

**Paracetamol**: 1 comprimido de 500mg (4h/4h) ou 750mg (6h/6h).

**Diclofenaco**: 50mg (8h/8h) 200mg-600mg (4-6h) – dose máx. 1.200 mg, **OU**

**Ibuprofeno**: 50mg (8h/8h) 200mg-600mg (4-6h) – dose máx. 1.200 mg.

**Observação:** Conversar sobre os riscos de efeitos adversos decorrentes do uso contínuo de Aines.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Vice Presidência de Serviços de Referência e Ambiente. Núcleo de Biossegurança. **Manual de primeiros socorros**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Acolhimento à demanda espontânea**: queixas mais comuns na atenção básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. (Cadernos de Atenção Básica n. 28, volume II).

FRAGOSO, D. A. R.; SOARES, E. Assistência de enfermagem a um paciente com fratura de fêmur. **R. Pesq.**: cuid. fundam. online, Rio de Janeiro, v. 2, p. 688-691, out./dez. 2010. Ed. supl. 2.

## 1.12 PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DA EPISTAXE

<table>
<tr><td rowspan="2">INSTITUTO FEDERAL<br>Piauí</td><td rowspan="2">PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA OTRATAMENTO DA EPISTAXE</td><td>Versão</td><td>1.0</td></tr>
<tr><td colspan="2">Data de Aprovação<br>30/10/2020</td></tr>
<tr><td>VALIDADE</td><td>ELABORAÇÃO</td><td>REVISÃO</td><td>APROVAÇÃO</td></tr>
<tr><td>3 anos e/ou conforme atualização do MS</td><td>STÉFANY EMILIA XAVIER MOREIRA TEIXEIRA<br>COREN-PI: 489.889 ENF</td><td>Grupo Técnico de Trabalho</td><td>Grupo Técnico de Trabalho</td></tr>
</table>

**1 DEFINIÇÃO**

Epistaxe é definida como o sangramento ativo pelas fossas nasais, sendo a emergência mais frequente da região nasal.

Estima-se que 60% da população já sofreram ou sofrerão ao menos um episódio de epistaxe durante a vida, a maioria dos casos são autolimitados, entretanto até 6% das ocorrências necessitarão de algum tipo de intervenção. Desse modo, é fundamental que a equipe promova o controle do sangramento e identifique situações que indiquem atendimento especializado.

Os principais fatores predisponentes são distúrbios locais como trauma, corpo estranho, neoplasias e modificação da mucosa nasal em consequência à baixa umidade do ar. Além disso, o sangramento nasal também pode ocorrer devido a distúrbios sistêmicos como: discrasias sanguíneas, drogas anticoagulantes e antiplaquetárias, falência orgânica e consumo de álcool.

**2 ANAMNESE**

- Identificação do cliente;
- Queixa Inicial (intensidade, frequência, apresentação uni ou bilateral do sangramento);
- Histórico de saúde pregressa (trauma nasal por uso de medicamentos antiagregantes plaquetários e anticoagulantes);
- Histórico de alergias;

- Hábitos e vícios.

**3 EXAME FISICO**

- Sinais vitais (pulso, pressão arterial, frequência respiratória, temperatura corporal e dor);
- Avaliação neurológica: nível de consciência, agitação psicomotora e grau de ansiedade;
- Avaliação da pele: hidratação, coloração, temperatura, umidade, turgor, vascularização, hematomas e lesões (local, tamanho, exsudato, leito da lesão).

**4 DIAGNOSTICO DE ENFERMAGEM**

- Hemorragia presente.

**5 INTERVENÇÕES DE ENFERMAGEM**

**5.1 EQUIPE DE ENFERMAGEM**

- Anamnese;
- Exame físico;
- Aplicar pressão manual acima da ponte nasal;
- Identificar a causa do sangramento;
- Monitorar a quantidade e a natureza da perda do sangue;
- Monitorar a quantidade do sangramento na orofaringe;
- Aplicar bolsa de gelo na área afetada;
- Colocar tampão na cavidade nasal, se apropriado;
- Promover redução do estresse;
- Oferecer alívio à dor/medidas de conforto;
- Manter as vias aéreas desobstruídas;
- Administrar oxigênio umidificado, se adequado;
- Monitorar os sinais vitais, conforme apropriado;
- Colocar o paciente na posição de Fowler média, conforme apropriado;
- Orientar o paciente sobre restrições a atividade, conforme apropriado;
- Orientar o paciente para evitar trauma às narinas (coçar as narinas, espirrar ou tocar no nariz);
- Orientar o paciente e/ou familiares sobre sinais de sangramento e ações apropriadas;

**5.2 ENFERMEIRO**

- Com o paciente estabilizado, avaliar se a epistaxe é ativa (com sangramento ativo), ou inativa (sem sangramento ativo no momento da consulta);
- Prescrição de medicamentos.

**Prescrever:**

**Lavagem nasal** com solução fisiológica 0,9% em casos de epistaxes inativas;

**Orientações gerais** devem ser fornecidas a todos os pacientes com epistaxe, independente do tratamento clínico realizado, como repouso, aplicação de gelo e compressas frias no nariz, evitar banho e alimentos quentes, evitar medicações derivadas do ácido acetilsalicílico e evitar exposição solar.

**REFERÊNCIAS**

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Protocolos de Intervenção para o SAMU 192**: serviço de atendimento móvel de urgência. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

CLASSIFICAÇÃO Internacional para a Prática de Enfermagem (CIPE®): versão 2017. 2017. Disponível em: https://www.icn.ch/sites/default/files/inline-files/icnp-brazil-portuguese-translation-2017.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

DOCHETERMAN, J. M.; BULECHEK, G. M. **Classificação das intervenções de Enfermagem (NIC)**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

## 1.13 PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DE ESCABIOSE (SARNA)

<table>
<tr><td rowspan="2">  </td><td rowspan="2">PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DA ESCABIOSE (SARNA)</td><td>Versão</td><td>1.0</td></tr>
<tr><td colspan="2">Data de Aprovação<br>30/10/2020</td></tr>
<tr><td>VALIDADE</td><td>ELABORAÇÃO</td><td>REVISÃO</td><td>APROVAÇÃO</td></tr>
<tr><td>3 anos e/ou conforme atualização do MS</td><td>NAILA ROBERTA ALVES ROCHA<br>COREN-PI: 241.927 ENF</td><td>Grupo Técnico de Trabalho</td><td>Grupo Técnico de Trabalho</td></tr>
<tr><td colspan="4">1 DEFINIÇÃO<br>É causada pela infestação do ácaro Sarcoptes scabiei var hominis, que não sobrevive por mais de uma semana fora do hospedeiro, e completa todo o seu ciclo biológico no homem. É transmitida por contato pessoal e menos comumente por vestimentas utilizadas por pessoa infectada.<br>A distribuição das lesões, o prurido intenso, que piora à noite, e sintomas semelhantes em contato íntimos sugerem o diagnóstico. Em adultos, as lesões distribuem-se principalmente em áreas flexoras de punhos, região interdigital, cotovelos, axilas, cintura, nádegas e região peniana e escrotal, nos homens, e mamilos, nas mulheres. Em crianças, as lesões predominam principalmente na face, couro cabeludo, pescoço, região palmar e plantar.</td></tr>
<tr><td colspan="4">2 ANAMNESE<br>• Identificação do cliente;<br>• Queixa inicial;<br>• Histórico de saúde;<br>• Histórico de alergias;<br>• Histórico de imunização.</td></tr>
</table>

**3 EXAME FISICO**

- Sinais vitais (pulso, pressão arterial, frequência respiratória, temperatura corporal e dor);
- Inspeção: lesão cavitária característica acometendo principalmente áreas de aquecimento (axilas, virilhas, interdigitais, periumbilical, etc.), mas podendo acometer outras partes do corpo.

**4 DIAGNOSTICO DE ENFERMAGEM**

- Prurido presente;
- Integridade da pele prejudicada.

**5 INTERVENÇÕES DE ENFERMAGEM**

**5.1 EQUIPE DE ENFERMAGEM**

- Determinar a causa do prurido;
- Fazer exame físico para identificar rupturas na pele;
- Aplicar compressa fria para alívio da irritação, se indicado;
- Orientar o cliente a manter as unhas curtas;
- Comunicar os responsáveis pelo cliente, se necessário;
- Encaminhar ao serviço de emergência, se indicado.
- Monitorar as características da lesão;
- Monitorar áreas de risco de deterioração,
- Evitar força de cisalhamento;
- Verificar estado nutricional;
- Monitorar o processo de cicatrização da ferida;
- Monitorar sinais e sintomas de infecção;
- Aplicar curativo apropriado;
- Verificar se o cliente apresenta sinais de abuso físico/negligência;
- Orientar o cliente e a família sobre procedimentos de cuidado com a lesão;
- Orientar o cliente e a família sobre sinais e sintomas de infecção;
- Documentar local, tamanho e aspecto da lesão.

**5.2 ENFERMEIRO**

O principal enfoque deve ser dado às orientações em relação às vestimentas, toalhas e roupas de cama, que devem ser lavadas e passadas com ferro quente.

Outros itens que não puderem ser lavados devem ficar fechados em saco plástico por uma semana. O tratamento deve ser feito simultaneamente por todas as pessoas atingidas pela parasitose. Retornar a escola um dia após o término do tratamento.

**Tratamento tópico**

• **Permetrina** – creme a 5% é a droga de escolha, que deve ser aplicado por um período de 8 a 12 horas, sem necessidade de repetir o tratamento. Apresenta boa tolerância local.

A segurança da droga não foi totalmente estabelecida em crianças abaixo dos três meses, gestantes e mulheres que estejam amamentando.

• **Benzoato de benzila** – loção a 25%, que deve ser aplicada durante três dias. Considerado menos efetivo que a permetrina, com frequência causa dermatite irritativa, o que tem restringido o seu uso.

• **Monossulfiram** – aplicado diluído (em duas partes iguais de água em adultos – 1:2 e três – 1:3 em crianças), durante três dias.

• **Enxofre** – empregado a 5% em vaselina ou pasta d´água. Deve ser aplicado por três dias, remover no banho a cada 24 horas. Pode ser utilizado em crianças abaixo dos três meses de idade e gestantes;

• **Ivermectina** – deve ser administrada a pacientes com contraindicação ou dificuldade de aplicação da terapia tópica, como nas lesões muito eczematizadas, pacientes acamados ou infestação em instituições. Está contraindicado em gestantes e mulheres que estejam amamentando. A dose é de 200μg/kg, podendo ser utilizada a partir dos cinco anos de idade ou 15 kg de peso. Pode ser repetida em sete dias.

**Observação:** O tratamento tópico deve ser aplicado do pescoço aos pés, com atenção à região interdigital e extremidades subungueais. O uso após banho quente pode aumentar a absorção, podendo causar dermatite de contato, assim como o uso repetido e desnecessário pode irritar a pele. O prurido pode permanecer por semanas após o tratamento, então o uso de anti-histamínicos e

corticoides tópicos ou até sistêmicos podem estar indicados. Alguns nódulos podem também persistir após o tratamento, como reação de sensibilidade a produtos de degradação parasitária.

## REFERÊNCIAS


BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Acolhimento à demanda espontânea**: queixas mais comuns na atenção básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. (Cadernos de Atenção Básica n. 28, volume II). Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/acolhimento_demanda_espontanea_queixas_comuns_cab28v2.pdf. Acesso em: 16 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. Área Técnica de Dermatologia Sanitária. **Dermatologia na atenção básica**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2002. (Série Cadernos de Atenção Básica; n. 09). Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guiafinal9.pdf. Acesso em: 15 mar. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ. **Formulários SAE para consulta de enfermagem e atendimento de demanda espontânea no âmbito do IFPI**. Teresina: IFPI, 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Saúde. **Pack Brasil adulto**: ferramenta de manejo clínico em atenção primária à saúde. Florianópolis, SC, 2018.

## 1.14 PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DA FEBRE

<table>
<tr><td rowspan="2">  </td><td rowspan="2">PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DE FEBRE</td><td>Versão</td><td>1.0</td></tr>
<tr><td colspan="2">Data de Aprovação<br>30/10/2020</td></tr>
<tr><td>VALIDADE</td><td>ELABORAÇÃO</td><td>REVISÃO</td><td>APROVAÇÃO</td></tr>
<tr><td>3 anos e/ou conforme atualização do MS</td><td>NAILA ROBERTA ALVES ROCHA<br>COREN-PI: 241.927 ENF</td><td>Grupo Técnico de Trabalho</td><td>Grupo Técnico de Trabalho</td></tr>
<tr><td colspan="4">1 DEFINIÇÃO<br>Febre é definida como elevação da temperatura corporal acima da faixa circadiana normal. Trata-se da reação fisiológica, resultante de alteração no centro termorregulador hipotalâmico; em seu mecanismo, estão envolvidas citocinas, reagentes de fase aguda e numerosos sistemas fisiológicos, imunológicos e endócrinos. Embora muitas vezes entendida como sinônimo de resposta à infecção, febre constitui achado inespecífico, presente em situações tão diversas quanto autoimunidades, neoplasias e reação a drogas.</td></tr>
<tr><td colspan="4">2 ANAMNESE<br>• Identificação do cliente;<br>• Queixa inicial;<br>• Histórico de saúde;<br>• Histórico de alergias;<br>• Histórico de imunização.</td></tr>
<tr><td colspan="4">3 EXAME FÍSICO<br>• Sinais vitais (pulso, pressão arterial, frequência respiratória, temperatura corporal e dor);<br>• Inspeção;</td></tr>
</table>

- Nível de consciência, estado nutricional e de hidratação, áreas com alteração de coloração, temperatura, umidade, turgor, vascularização ou hematomas, lesões (local, tamanho, exsudato, leito da lesão);
- Buscar sinais meníngeos (rigidez de nuca/vômitos em jato);
- Taquipneia/dificuldade respiratória;
- Vômitos intensos;
- Sangramento de mucosas;
- Presença de manchas na pele;
- Tiragem subcostal ou batimento das asas do nariz ou afundamento retroesternal ou de fúrcula (c/ ou s/ cianose);
- Garganta com pontos necróticos ou quantidade numerosa de placas;
- Palpação;
- Verificar presença de dor abdominal intensa/distensão abdominal;
- Sinal de Blumberg ou de Giordano positivos;
- Tumefação dolorosa atrás da orelha.

Sendo um achado inespecífico, a investigação clínica tradicional busca outros sinais/sintomas que possa indicar a origem da febre, normalmente envolvendo agentes infecciosos.

**4 DIAGNOSTICO DE ENFERMAGEM**

- Febre presente.

**5 INTERVENÇÕES DE ENFERMAGEM**

**5.1 EQUIPE DE ENFERMAGEM**

- Orientar sinais de alerta;
- Orientar ingesta hídrica;
- Orientar vestimentas leves;
- Questionar reação alérgica a algum medicamento;
- Atentar para sinais de síndrome respiratória aguda grave, H1N1 ou COVID-19;
- Monitorar os sinais vitais;
- Monitorar a temperatura atentamente para prevenir agravamento da hipertermia;

- Orientar o paciente a comunicar outros sinais de infecção;
- Monitorar a ocorrência de condições médicas subjacentes que podem precipitar hipertermia;
- Avaliar resposta à termorregulação;
- Comunicar os responsáveis pelo cliente, se necessário;
- Encaminhar ao serviço de emergência, se febre não interrompida/melhorada.

**5.2 ENFERMEIRO**

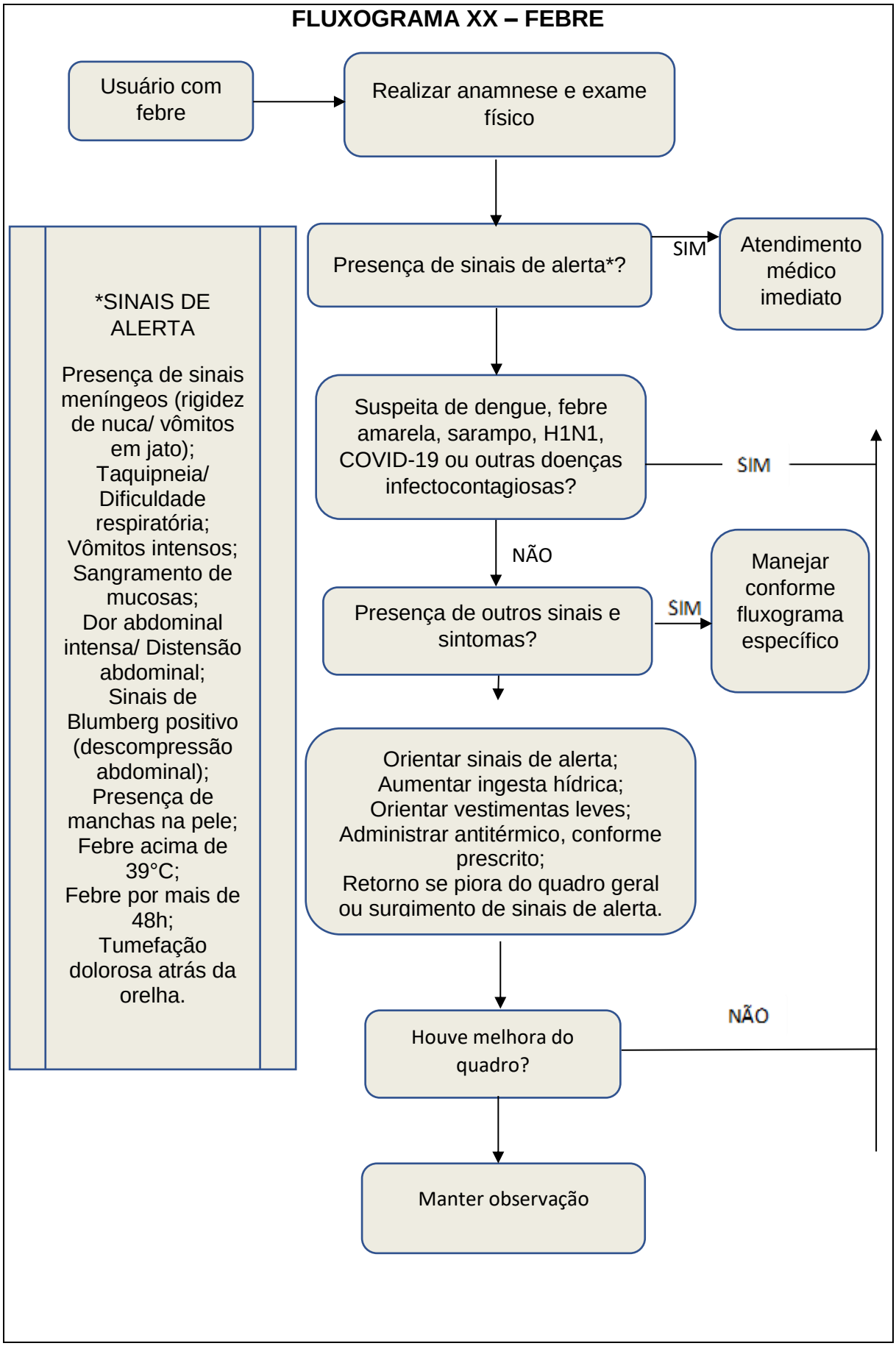
**Prescrever:**

- **Paracetamol 500 mg**: 1 ou 2 comprimidos (500 mg a 1.000 mg), por via oral, em administração única, ou a cada 6 horas se a febre permanecer, respeitando a dose máxima de 4g/dia; **OU**

- **Dipirona Sódica solução oral 500 mg/ml**: 20 a 40 gotas em administração única, ou se a febre permanecer, até o máximo de 40 gotas, 4 vezes ao dia.

**Observação**: O paracetamol é o agente de primeira escolha, por sua eficácia e maior segurança nas doses recomendadas (Formulário Terapêutico Nacional, 2010). Entretanto, em caso de suspeita de febre amarela ou dengue, não deve ser prescrito paracetamol, devido ao metabolismo hepático do medicamento; neste caso, sugere-se prescrição da dipirona.

**FLUXOGRAMA XX – FEBRE**



## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Acolhimento à demanda espontânea**: queixas mais comuns na atenção básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. (Cadernos de Atenção Básica n. 28, volume II). Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/acolhimento_demanda_espontanea_queixas_comuns_cab28v2.pdf. Acesso em: 16 fev. 2021.

BRUN, C. P.; PASQUALOTTO, A. C. Febre. *In*: ROSA, A. A. A.; SOARES, J. L. M. F.; BARROS, E. **Sintomas e sinais na prática médica**: consulta rápida. Artmed: São Paulo, 2006. p. 369.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ. **Formulários SAE para consulta de enfermagem e atendimento de demanda espontânea no âmbito do IFPI**. Teresina: IFPI, 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Saúde. **Pack Brasil adulto**: ferramenta de manejo clínico em atenção primária à saúde. Florianópolis, SC, 2018.

## 1.15 PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DA FOLICULITE

<table>
<tr><td rowspan="2">  </td><td rowspan="2">PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DA FOLICULITE</td><td>Versão</td><td>1.0</td></tr>
<tr><td colspan="2">Data de Aprovação<br><br>30/10/2020</td></tr>
<tr><td>VALIDADE</td><td>ELABORAÇÃO</td><td>REVISÃO</td><td>APROVAÇÃO</td></tr>
<tr><td>3 anos e/ou conforme atualização do MS</td><td>NAILA ROBERTA ALVES ROCHA<br>COREN-PI: 241.927 ENF</td><td>Grupo Técnico de Trabalho</td><td>Grupo Técnico de Trabalho</td></tr>
</table>

### 1 DEFINIÇÃO

**Foliculite** é uma infecção da pele que se inicia nos folículos pilosos. Geralmente, é motivada por uma infecção bacteriana ou fúngica, mas também pode ser causada por vírus e, até mesmo, por uma inflamação de pelos encravados. A infecção se apresenta no formato de pequenas espinhas, de pontas brancas, em torno de um ou mais folículos pilosos. A maioria dos casos de foliculite é superficial, mas pode coçar e doer. Normalmente, a inflamação do pelo se cura sozinha, mas casos mais graves e recorrentes merecem atenção e tratamento com um dermatologista, pois podem levar a perda permanente do pelo e cicatrizes.

**Foliculite superficial**: forma particular de impetigo que se apresenta como pequena pústula folicular, que após ruptura e dissecação forma crosta e não interfere no crescimento do pelo ou cabelo. As lesões são geralmente numerosas, localizando-se em geral no couro cabeludo, extremidades, pescoço, tronco e mais raramente nas nádegas. As lesões podem ter duração de alguns dias ou tornarem-se crônicas.

**Hordéolo:** é a foliculite dos cílios e glândulas de Meibomius que se caracteriza por edema intenso devido à frouxidão do tecido palpebral.

**Sicose da barba**: a lesão é pústula folicular centralizada por pelo podendo ocorrer placas vegetantes e infiltradas. A sicose da barba não interfere com o crescimento dos pelos.

**2 ANAMNESE**

- Identificação do cliente;
- Queixa inicial,
- Histórico de saúde;
- Histórico de alergias;
- Histórico de imunização.

**3 EXAME FISICO**

- Sinais vitais (pulso, pressão arterial, frequência respiratória, temperatura corporal e dor);
- Inspeção: buscar por grandes áreas avermelhadas, lesões elevadas com pus amarelado no meio. As partes atingidas ficam muito sensíveis, doloridas e apresentam em alguns casos dor intensa.

**4 DIAGNOSTICO DE ENFERMAGEM**

- Prurido presente;
- Integridade da pele prejudicada;
- Dor presente.

**5 INTERVENÇÕES DE ENFERMAGEM**

**5.1 EQUIPE DE ENFERMAGEM**

- Fazer exame físico para identificar rupturas na pele;
- Orientar o cliente a manter as unhas curtas;
- Monitorar as características da lesão;
- Monitorar áreas de risco de deterioração,
- Verificar estado nutricional;
- Monitorar o processo de cicatrização da ferida;

- Monitorar sinais e sintomas de infecção;
- Aplicar curativo, se necessário;
- Verificar se o cliente apresenta sinais de abuso físico/negligência;
- Orientar o cliente e a família sobre procedimentos de cuidado com a lesão;
- Orientar o cliente e a família sobre sinais e sintomas de infecção;
- Documentar local, tamanho e aspecto da lesão;
- Aferir sinais vitais;
- Avaliar resposta ao manejo/controle da dor;
- Monitorar aparecimento de sinais e sintomas associados à infecção local e sistêmica;
- Orientar a ingestão adequada de água e alimentos;
- Orientar ao cliente e à família maneiras de evitar infecções;
- Encaminhar a rede de assistência à saúde, se necessário.

**5.2 ENFERMEIRO**

**Prescrever:**

- **Clindamicina a 1%, loção ou gel:** aplicar duas vezes ao dia por 7 a 10 dias. Alternativamente, faz-se a lavagem da área afetada com **peróxido de benzoíla a 5%**, durante o banho, por 5 a 7 dias.
- **Cefalexina 250 a 500 mg por via oral:** 3 a 4 vezes ao dia, por 10 dias, no acometimento cutâneo extenso.

**REFERÊNCIAS**

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. Área Técnica de Dermatologia Sanitária. **Dermatologia na atenção básica**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2002. (Série Cadernos de Atenção Básica; n. 09). Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guiafinal9.pdf. Acesso em: 05 abr. 2021.

DHAR, A. D. **Foliculite**. Kenilworth, NJ, EUA: Merck & Co, 2019. Disponível em: https://www.msdmanuals.com/pt-br/profissional/dist%C3%BArbios-

dermatol%C3%B3gicos/infec%C3%A7%C3%B5es-bacterianas-da-pele/foliculite#v963735_pt. Acesso em: 05 abr. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ. **Formulários SAE para consulta de enfermagem e atendimento de demanda espontânea no âmbito do IFPI**. Teresina: IFPI, 2020.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DERMATOLOGIA. **Foliculite**. 2021. Disponível em: https://www.sbd.org.br/dermatologia/pele/doencas-e-problemas/foliculite/7/#o-que-e. Acesso em: 05 abr. 2021.

## 1.16 PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DA HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA (HAS)

| | | | |
|---|---|---|---|
| INSTITUTO FEDERAL Piauí | PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DA **HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA (HAS)** | Versão | 1.0 |
| | | Data de Aprovação 30/10/2020 | |
| VALIDADE | ELABORAÇÃO | REVISÃO | APROVAÇÃO |
| 3 anos e/ou conforme atualização do MS | CATARINA ANGÉLICA CARVALHO PEREIRA Enfermeira COREN-PI: 325.149 | Grupo Técnico de Trabalho | Grupo Técnico de Trabalho |

### 1 DEFINIÇÃO

É traduzida como o aumento dos níveis pressóricos acima do recomendado para uma determinada faixa etária e condição clínica, sempre levando em conta também o risco cardiovascular.

A consulta de enfermagem deve focar nos fatores de risco que influenciam o controle da hipertensão, ou seja, as mudanças no estilo de vida, o incentivo à atividade física, à redução do peso corporal quando acima do IMC recomendado e o abandono do tabagismo. Deve também estar voltada para as possibilidades de fazer a prevenção secundária, a manutenção dos níveis pressóricos abaixo da meta e o controle de fatores de risco.

**Classificação da pressão arterial de acordo com a medida casual no consultório (> 18 anos)**

| Classificação | Pressão sistólica (mmHg) | Pressão diastólica |
|---|---|---|
| Ótima | < 120 | < 80 |
| Normal | < 130 | < 85 |
| Limítrofe | 130-139 | 85 - 89 |
| Hipertensão estágio 1 | 140 - 159 | 90 - 99 |

| | | |
|---|---|---|
| Hipertensão estágio 2 | 160 - 179 | 100 - 109 |
| Hipertensão estágio 3 | > ou igual a 180 | > ou igual a 110 |
| Hipertensão sistólica isolada | > ou igual a 140 | < 90 |

Quando as pressões sistólica e diastólica de um paciente se situam em categorias diferentes, a maior deve ser utilizada para classificação da pressão arterial.

**2 ANAMNESE**

- Identificação do cliente;
- Antecedentes familiares e pessoais (agravos à saúde);
- Queixas atuais, principalmente as indicativas de lesão de órgão-alvo, tais como: tontura, cefaleia, alterações visuais, dor precordial, dispneia, paresia, parestesias, edemas e lesões de membros inferiores;
- Percepção da pessoa diante da patologia, do tratamento e do autocuidado;
- Medicações em uso e presença de efeitos colaterais;
- Hábitos de vida: alimentação, sono e repouso, atividade física, higiene e funções fisiológicas;
- Identificação de fatores de risco (diabetes, tabagismo, alcoolismo, obesidade, dislipidemia, sedentarismo e estresse);
- Presença de lesões em órgãos-alvo ou doenças cardiovasculares (doenças cardíacas, hipertrofia de ventrículo esquerdo, angina ou infarto prévio do miocárdio, revascularização miocárdica prévia, insuficiência cardíaca), episódio isquêmico ou acidente vascular encefálico, nefropatia, doença vascular arterial periférica e retinopatia hipertensiva.

**3 EXAME FISICO**

- Altura, peso, circunferência abdominal e IMC (POP 10);
- Pressão arterial com a pessoa sentada e deitada;
- Frequência cardíaca e respiratória;
- Pulso radial e carotídeo;
- Alterações na visão;
- Pele (integridade, turgor, coloração e manchas);
- Ausculta cardiopulmonar;
- Abdômen (sopros abdominais e massas pulsáteis);

- Membros superiores e inferiores: dor, edema, pulsos pediosos e lesões; articulações (capacidade de flexão, extensão, limitações de mobilidade, edemas).

**4 DIAGNOSTICO DE ENFERMAGEM**

- Hipertensão presente.

**5 INTERVENÇÕES DE ENFERMAGEM**

**5.1 EQUIPE DE ENFERMAGEM**

- Verificar os níveis da pressão arterial, peso, altura e circunferência abdominal, conforme (POP 07 e 10).
- Orientar sobre:
  - ✓ A doença e o processo de envelhecimento;
  - ✓ Motivação para mudança de hábitos de vida não saudáveis (fumo, estresse, bebida alcoólica e sedentarismo);
  - ✓ Percepção de presença de complicações;
  - ✓ Os medicamentos em uso (indicação, doses, horários, efeitos desejados e colaterais).
- Orientar o cliente sobre os fatores de risco cardiovascular, em especial aqueles ligados à hipertensão arterial e diabetes;
- Monitorar a ocorrência de hipertensão;
- Monitorar a ocorrência de condições médicas subjacentes que podem precipitar a hipertensão;
- Comunicar ao responsável pelo estudante;
- Encaminhar ao serviço de emergência, se necessário.

**5.2 ENFERMEIRO**

- Realizar consulta de enfermagem, abordando fatores de risco, tratamento não medicamentoso, adesão ao tratamento e possíveis intercorrências, encaminhando o cliente à rede de atenção a saúde, quando necessário;
- Desenvolver atividades educativas de promoção de saúde, individual ou em grupo, com os pacientes hipertensos;
- Estabelecer, junto à equipe, estratégias que possam favorecer adesão ao

tratamento.

## REFERÊNCIAS


BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Acolhimento à demanda espontânea**: queixas mais comuns na atenção básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. (Cadernos de Atenção Básica n. 28, volume II). Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/acolhimento_demanda_espontanea_queixas_comuns_cab28v2.pdf. Acesso em: 24 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica**: hipertensão arterial sistêmica. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. (Cadernos de Atenção Básica, n. 37).

BULECHEK, G. M.; BUTCHER, H. K.; DOCHTERMAN, J. M. **Classificação das Intervenções de Enfermagem (NIC)**. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

COSTA, V. **Medicamentos para as dores**: os perigos dos AINEs. 2017. Disponível em: http://metis.med.up.pt/index.php/Medicamentos_para_as_dores_%E2%80%93_os_perigos_dos_AINEs. Acesso em: 27 fev. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ. **Formulários SAE para consulta de enfermagem e atendimento de demanda espontânea no âmbito do IFPI**. Teresina: IFPI, 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Saúde. **Protocolo de Enfermagem**: atenção à demanda espontânea de cuidados no adulto: volume 4. Florianópolis, 2016. Disponível em: http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/02_01_2017_21.16.08.f5fd7d29b82782c70892bddb8890ccce.pdf. Acesso em: 24 fev. 2021.

## 1.17 PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DA HIPOTENSÃO

<table>
<tr><td rowspan="2">  </td><td rowspan="2">PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DA HIPOTENSÃO</td><td>Versão</td><td>1.0</td></tr>
<tr><td colspan="2">Data de Aprovação<br>30/10/2020</td></tr>
<tr><td>VALIDADE</td><td>ELABORAÇÃO</td><td>REVISÃO</td><td>APROVAÇÃO</td></tr>
<tr><td>3 anos e/ou conforme atualização do MS</td><td>CATARINA ANGÉLICA CARVALHO PEREIRA<br>Enfermeira<br>COREN-PI: 325.149</td><td>Grupo Técnico de Trabalho</td><td>Grupo Técnico de Trabalho</td></tr>
<tr><td colspan="4">1 DEFINIÇÃO<br>Hipotensão ou pressão baixa significa que a pressão arterial é mais baixa do que o esperado. Na maioria dos adultos saudáveis, a pressão baixa não causa problemas ou sintomas. Em alguns casos pode até ser normal, pessoas que se exercitam regularmente podem ter uma pressão arterial mais baixa do que pessoas que são sedentárias. No entanto se a pressão arterial cai subitamente ou causa sintomas como tontura e desmaio, podendo ser um problema para a saúde.</td></tr>
<tr><td colspan="4">2 ANAMNESE<br>• Identificação do cliente;<br>• Uso de medicações ou drogas ilícitas;<br>• Presença de sintomas específicos: baixo nível de energia, diminuição da força, fraqueza, tontura, desmaio, suor frio, sede excessiva, taquicardia, visão embaçada, pele fria, respiração ofegante e confusão mental;<br>• História pregressa de saúde;<br>• Hábitos de vida: alimentação; sono e repouso; atividade física, higiene; funções fisiológicas;<br>• Histórico de alergia.</td></tr>
</table>

**3 EXAME FISICO**

- Aspecto geral do cliente;
- Aferir a PA, com a técnica e aparelho adequados, e os outros sinais vitais;
- Avaliação cardiopulmonar e neurológica.

**4 DIAGNOSTICO DE ENFERMAGEM**

- Hipotensão presente.

**5. INTERVENÇÕES DE ENFERMAGEM**

**5.1 EQUIPE DE ENFERMAGEM**

- Verificar pressão arterial e os sinais vitais;
- Monitorar a ocorrência de hipotensão;
- Manter repouso no leito e os membros inferiores elevados para prevenir efeitos colaterais de hipotensão postural;
- Auxiliar na deambulação, em casos de hipotensão ortostática;
- Monitorar a ocorrência de condições médicas subjacentes que podem causar a hipotensão;
- Comunicar ao responsável pelo estudante;
- Encaminhar ao serviço de emergência se necessário.

**5.2 ENFERMEIRO**

- Realizar a consulta de enfermagem identificando e explicando os fatores que contribuíram para a evolução do quadro.

**REFERÊNCIAS**

BULECHEK, G. M.; BUTCHER, H. K.; DOCHTERMAN, J. M. **Classificação das Intervenções de Enfermagem (NIC)**. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

HIPOTENSÃO arterial. Disponível em: https://www.rededorsaoluiz.com.br/sintomas/hipotensao-arterial. Acesso em: 02 mar. 2021.

HIPOTENSÃO: o que é, sintomas e valores. Disponível em: https://www.minhavida.com.br/saude/temas/hipotensao. Acesso em: 02 mar. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ. **Formulários SAE para consulta de enfermagem e atendimento de demanda espontânea no âmbito do IFPI**. Teresina: IFPI, 2020.

## 1.18 PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DO IMPETIGO

<table>
<tr><td rowspan="2">  </td><td rowspan="2">PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DO IMPETIGO</td><td>Versão</td><td>1.0</td></tr>
<tr><td colspan="2">Data de Aprovação<br>30/10/2020</td></tr>
<tr><td>VALIDADE</td><td>ELABORAÇÃO</td><td>REVISÃO</td><td>APROVAÇÃO</td></tr>
<tr><td>3 anos e/ou conforme atualização do MS</td><td>NAILA ROBERTA ALVES ROCHA<br>COREN-PI: 241.927 ENF</td><td>Grupo Técnico de Trabalho</td><td>Grupo Técnico de Trabalho</td></tr>
<tr><td colspan="4">1 DEFINIÇÃO<br>Infecção bacteriana superficial, observada mais frequentemente em crianças, e tem como principais agentes o Staphylococcus aureus e o Streptococcus beta-hemolítico do grupo A. A inoculação é facilitada por escoriações, picadas de inseto e traumas. O diagnóstico é clínico, baseado na anamnese e no exame físico. No exame físico, o impetigo pode ser caracterizado como não bolhoso ou bolhoso.<br>Impetigo não bolhoso: observam-se pápulas eritematosas, que evoluem para vesículas e pústulas, se rompem facilmente, e deixam crostas melicéricas. Áreas expostas como face e extremidades são mais afetadas.<br>Impetigo bolhoso: relacionado principalmente ao Staphylococcus aureus, caracteriza-se por bolhas flácidas, mais duradouras, que ao se romperem deixam restos na sua periferia. Em alguns casos, bacterioscopia e cultura podem ser necessárias para identificar o agente causal.</td></tr>
<tr><td colspan="4">2 ANAMNESE<br>• Identificação do cliente;<br>• Queixa inicial;<br>• Histórico de saúde;</td></tr>
</table>

- Histórico de alergias;
- Histórico de imunização.

**3 EXAME FÍSICO**

- Sinais vitais (pulso, pressão arterial, frequência respiratória, temperatura corporal e dor);
- Inspeção: buscar por lesões de pele geralmente afebris, com grande potencial de disseminação e que pode ser de aspecto crostoso e/ou bolhoso. Possui na maioria das vezes uma coloração cor de mel. Localização mais comum na face e em regiões próximas ao nariz. Deve-se excluir síndrome mão-pé-boca.

**4. DIAGNOSTICO DE ENFERMAGEM**

1. Prurido presente;
2. Integridade da pele prejudicada;
3. Dor presente.

**5. INTERVENÇÕES DE ENFERMAGEM**

**5.1 EQUIPE DE ENFERMAGEM**

- Realizar exame físico para identificar rupturas na pele;
- Aplicar compressa fria para alívio da irritação, se indicado;
- Orientar o cliente a manter as unhas curtas;
- Monitorar as características da lesão;
- Monitorar áreas de risco de deterioração;
- Verificar estado nutricional;
- Monitorar o processo de cicatrização da ferida;
- Monitorar sinais e sintomas de infecção;
- Aplicar curativo apropriado;
- Verificar se o cliente apresenta sinais de abuso físico/negligência;
- Orientar o cliente e a família sobre procedimentos de cuidado com a lesão;
- Orientar o cliente e a família sobre sinais e sintomas de infecção;
- Documentar local, tamanho e aspecto da lesão;

- Aferir sinais vitais;
- Avaliar resposta ao manejo/controle da dor;
- Monitorar aparecimento de sinais e sintomas associados à infecção local e sistêmica;
- Orientar a ingestão adequada de água e alimentos;
- Orientar ao cliente e à família maneiras de evitar infecções;
- Encaminhar à rede de assistência a saúde, se necessário.

**5.2 ENFERMEIRO**

- Orientar o afastamento das atividades escolares**;**
- Orientar a limpeza e remoção de crostas, com água e sabão, duas a três vezes ao dia. Se houver dificuldade na remoção de crostas, elas podem ser amolecidas com aplicação de vaselina.

**Prescrever:**

- **Mupirocina** creme 3x/dia por 7 dias.
- **Eritromicina:** 250mg a 500mg, quatro vezes ao dia, em adultos, e 30mg a 50mg/kg/dia, em crianças, por sete dias;
- **Cefalexina:** 250mg a 500mg, quatro vezes ao dia, em adultos, e 25mg a 50mg/kg/dia, em crianças, por sete dias.

**Observação**

Lesões disseminadas com ou sem febre ou acometendo todo o trígono da face: Encaminhar ou realizar interconsulta com o médico da equipe (avaliar necessidade de antibiótico sistêmico, a cefalexina geralmente é a primeira escolha).

**REFERÊNCIAS**

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Acolhimento à demanda espontânea**: queixas mais comuns na atenção básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. (Cadernos de Atenção Básica n. 28, volume II). Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/acolhimento_demanda_espontanea_queixas_comuns_cab28v2.pdf. Acesso em: 16 fev. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ.

**Formulários SAE para consulta de enfermagem e atendimento de demanda espontânea no âmbito do IFPI**. Teresina: IFPI, 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Saúde. **Pack Brasil adulto**: ferramenta de manejo clínico em atenção primária à saúde. Florianópolis, SC, 2018.

## 1.19 PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DA INFECÇÃO DAS VIAS AÉREAS SUPERIORES (IVAS)

<table>
<tr><td rowspan="2">  </td><td rowspan="2">PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DA INFECÇÃO DAS VIAS AÉREAS SUPERIORES (IVAS)</td><td>Versão</td><td>1.0</td></tr>
<tr><td colspan="2">Data de Aprovação<br>30/10/2020</td></tr>
<tr><td>VALIDADE</td><td>ELABORAÇÃO</td><td>REVISÃO</td><td>APROVAÇÃO</td></tr>
<tr><td>3 anos e/ou conforme atualização do MS</td><td>CATARINA ANGÉLICA CARVALHO PEREIRA<br>Enfermeira<br>COREN-PI: 325.149</td><td>Grupo Técnico de Trabalho</td><td>Grupo Técnico de Trabalho</td></tr>
<tr><td colspan="4">1 DEFINIÇÃO<br>Infecção das vias aéreas superiores (IVAS) ou mais conhecida como resfriado comum, causada pelo vírus rinovírus (RV). A congestão nasal também é comum, porém, ao contrário da gripe, a maioria dos adultos e crianças quando apresentam febre costuma ser baixa.<br>É um dos problemas de saúde mais comuns nos ambulatórios, especialmente nos períodos de inverno. Os sinais e sintomas dos resfriados aparecem dois ou três dias após a exposição ao vírus, os mais comuns são: rinorreia (em geral transparente), prurido nasal, leve cansaço, espirros, tosse, dor ou coceira na garganta, olhos lacrimejantes, dor no corpo, febre baixa e de curta duração. Os sintomas do resfriado comum estão limitados ao trato respiratório superior. Rinorreia e obstrução nasal são os proeminentes, e estão associados à resposta inflamatória neutrofílica combinada ao aumento da permeabilidade vascular e da secreção de muco. Diferentemente de outros vírus respiratórios (influenza), o RV não destrói a barreira epitelial das vias aéreas.</td></tr>
<tr><td colspan="4">2 ANAMNESE<br>• Identificação do cliente;</td></tr>
</table>

- Queixa principal (apresenta dificuldade: para deglutir e respirar; tosse, congestão nasal, rinorreia e prurido nasal e indisposição);
- História pregressa de saúde;
- Uso de algum medicamento;
- Histórico de alergia.

**3 EXAME FISICO**

- Aspecto geral do usuário;
- Verificação dos SSVV;
- Oroscopia: aspecto da mucosa orofaríngea;
- Presença de gânglios em região submandibular;
- Ausculta pulmonar;
- Verificação da saturação de O2, não menor que 95% em ar ambiente, e avaliar tosse;
- Sinais de desconforto respiratório.

**ATENÇÃO: Na presença de fatores de risco ou sinais de gravidade** deverá ser encaminhado ao serviço de referência, pois o agravamento destes sintomas poderá desencadear a Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG).

| Fatores de risco | Sinais de gravidade |
|---|---|
| Gestação e puerpério | Dispneia ou FR alterada |
| População idosa (acima de 60 anos) | Febre > 38ºC |
| População indígena | Tosse persistente e/ou muito produtiva |
| Cardiopatias | Secreção nasal ou tosse amarelo esverdeada em grande quantidade |
| Imunossupressão | Convulsão |
| Nefropatias | Alteração do nível de consciência |
| Diabetes descompensada | Frequência respiratória > 30 IRPM. |
| Distúrbios hematológicos | PA sistólica < 90mmHg ou PA diastólica < 60mmHg |
| Transtornos neurológicos | Sat $O_2$ < 95% |
| Obesidade | Sinais de H1N1 e COVID-19 |

**4 DIAGNÓSTICO DE ENFERMAGEM**

- Corrimento nasal;
- Dispneia presente;
- Tosse presente;

- Condição respiratória prejudicada.

## 5 INTERVENÇÕES DE ENFERMAGEM

### 5.1 EQUIPE DE ENFERMAGEM

- Avaliar características da secreção;
- Orientar ingesta hídrica para fluidificar e drenar melhor as secreções nasais;
- Manter vias aéreas permeáveis;
- Monitorar frequência, ritmo, profundidade e esforço nas respirações;
- Monitorar a ocorrência de dispneia e eventos que a melhorem ou piorem;
- Monitorar saturação periférica de oxigênio;
- Monitorar sinais vitais;
- Registrar movimentos torácicos observando a existência de simetria, o uso de músculos acessórios e retrações de músculos supraclaviculares e intercostais;
- Registrar início, características e duração da tosse;
- Encorajar respiração profunda;
- Realizar cuidados a fim de evitar a propagação;
- Fornecer máscara cirúrgica;
- Observar se tosse produtiva persistente por mais de três semanas, encaminhar ao serviço de referência para solicitação de baciloscopia de escarro para detecção de tuberculose;
- Orientar vacinação de influenza (quando em período de campanha) conforme faixa etária preconizada pelo Ministério da Saúde e comorbidades delimitantes;
- Atentar para sinais de SRAG, H1N1 ou COVID-19;
- Orientar o usuário a retornar se não houver melhora do quadro após 48 horas, ou se piora ou surgimento de sinais de alerta;
- Orientar repouso;
- Comunicar ao responsável pelo estudante;
- Encaminhar ao serviço de emergência, caso apresente fatores de risco e sinais de gravidade, conforme tabela.

**5.2 ENFERMEIRO**

Ainda não existem medicamentos que tenham demonstrado bons resultados no combate aos vírus da gripe e do resfriado comum, por isso, o tratamento é direcionado ao alívio dos sinais e sintomas. Os principais medicamentos sintomáticos utilizados são os analgésicos e antitérmicos, que aliviam a dor e a febre.

**Prescrever:**

- **Solução nasal 0,9%** gotas: aplicar 4 gotas em cada narina 4x/dia. Adicionalmente, pode ser indicado lavar o nariz com solução fisiológica 0,9% (jatos de aproximadamente 10 ml), quantas vezes forem necessárias, colocando a solução em uma narina e deixando sair pela outra.
- **Paracetamol 500 mg**: 1 ou 2 comprimidos (500 mg a 1.000 mg), por via oral, em administração única, ou a cada 6 horas se a febre permanecer, respeitando a dose máxima de 4g/dia; **OU**
- **Dipirona sódica** solução oral 500 mg/ml: 20 a 40 gotas em administração única, ou se a febre permanecer, até o máximo de 40 gotas, 4 vezes ao dia.

**OBSERVAR**

- O paracetamol é o agente de primeira escolha, por sua eficácia e maior segurança nas doses recomendadas (Formulário Terapêutico Nacional, 2010). Entretanto, em caso de suspeita de febre amarela ou dengue, não deve ser prescrito paracetamol, devido ao metabolismo hepático do medicamento; neste caso, sugere-se prescrição de Dipirona;
- Os medicamentos (paracetamol ou dipirona) devem ser prescritos APENAS se o usuário estiver sentindo dores no corpo ou estiver com febre.

**REFERÊNCIAS**

BRASIL. Ministério da Saúde. Biblioteca Virtual em Saúde. **Gripes e resfriados**. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/dicas-em-saude/2074-gripe-e-resfriado. Acesso em: 18 fev. 2021.

BULECHEK, G. M.; BUTCHER, H. K.; DOCHTERMAN, J. M. **Classificação das Intervenções de Enfermagem (NIC).** 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ. **Formulários SAE para consulta de enfermagem e atendimento de demanda espontânea no âmbito do IFPI**. Teresina: IFPI, 2020.

PREFEITURA DE JOINVILE. Secretaria da Saúde. **Assistência de enfermagem ao adulto na demanda espontânea da atenção primária**. Joinvile, SC, 2020. Disponível em: https://www.joinville.sc.gov.br/public/portaladm/pdf/jornal/62c9232f98dd9b891e77495f9196480e.pdf. Acesso em: 19 fev. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Saúde. **Protocolo de enfermagem**: atenção à demanda espontânea de cuidados no adulto: volume 4. Florianópolis, 2016.

## 1.20 PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DAS INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSIVEIS (IST) MAIS COMUNS

| | | | |
|---|---|---|---|
| INSTITUTO FEDERAL Piauí | PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DAS **INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSIVEIS (IST) MAIS COMUNS** | Versão | 1.0 |
| | | Data de Aprovação 30/10/2020 | |
| VALIDADE | ELABORAÇÃO | REVISÃO | APROVAÇÃO |
| 3 anos e/ou conforme atualização do MS | MARIA DA CRUZ DIAS FEITOSA COREN-PI: 314.317 ENF | Grupo Técnico de Trabalho | Grupo Técnico de Trabalho |

### 1 DEFINIÇÃO

As Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) são causadas por vírus, bactérias ou outros microorganismos, com transmissão principalmente por meio do contato sexual (oral, vaginal, anal) sem uso de preservativos, com uma pessoa que esteja infectada. A transmissão de uma IST pode acontecer, ainda, da mãe para a criança durante a gestação, parto ou a amamentação. De maneira menos comum, as IST's também podem ser transmitidas por meio não sexual, pelo contato de mucosas ou pele não íntegra com secreções corporais contaminadas.

As principais manifestações clínicas das IST's são: corrimento vaginal, corrimento uretral, úlceras genitais e verrugas anogenitais. Embora possam sofrer variações, essas manifestações têm etiologias bem estabelecidas, o que facilita a escolha e a realização dos testes para o diagnóstico e tratamento.

**As infecções do trato reprodutivo (ITR) são divididas em:**

- Infecções endógenas (candidíase vulvovaginal e vaginose bacteriana);
- Infecções iatrogênicas (infecções pós-aborto, pós-parto);
- IST (tricomoníase, infecção por *C. trachomatis* e *N. gonorrhoeae*).

A mulher pode apresentar concomitantemente mais de uma infecção, ocasionando assim corrimento de aspecto inespecífico. A ausência da rede laboratorial em algumas localidades favorece a menor especificidade das condutas e a possibilidade de tratamento desnecessário. Condutas baseadas apenas na impressão clínica não são recomendadas, devido à baixa sensibilidade e especificidade.

**2 ANAMNESE**

- Identificação do cliente;
- Queixa principal;
- Histórico de saúde sexual;
- Avaliação de risco;
- Comportamento de risco (vulnerabilidades);
- Histórico de imunização;
- Histórico de alergias.

**3 EXAME FISICO**

- Sinais vitais (pulso, pressão arterial, frequência respiratória, temperatura corporal e dor);
- Inspeção – observar pele e mucosas, tipo de corrimento: grumoso e/ou eritema/edema /escoriações na vulva e glande.
- Palpação – ganglionar de todos os segmentos corporais, tumorações, ulcerações, fístulas, fissuras etc.

**4 DIAGNOSTICO DE ENFERMAGEM**

- Risco para Infecção;
- Infecção;
- Inflamação;
- Dor.

**5 INTERVENÇÕES DE ENFERMAGEM**

**5.1 EQUIPE DE ENFERMAGEM**

- Anamnese;
- Exame físico;
- Verificar sinais vitais

- Realizar orientação centrada na pessoa e suas práticas sexuais
- Contribuir para que a pessoa reconheça e minimize o próprio risco de infecção por uma IST;
- Informar sobre a possibilidade de realizar prevenção combinada para IST/HIV/ hepatites virais;
- Oferecer preservativos ao cliente, orientando sobre as técnicas de uso;
- Notificar o caso, quando indicado, conforme (POP 12);
- Discutir o caso na equipe para continuidade dos cuidados ao indivíduo e à família;
- Fornecer orientações e agendar data de retorno;
- Encaminhar e/ou acompanhar quando necessário o usuário até o serviço de referência.

**5.2 ENFERMEIRO**

- Avaliar se o exame preventivo de câncer de colo do útero está em dia;
- Tratar mediante avaliação clínica com apresentação de exame laboratorial e/ou imagem;
- Orientar o cliente a concluir o tratamento mesmo que os sintomas tiverem desaparecidos;
- Encaminhar precocemente ao serviço de referência para investigação laboratorial e/ou de imagem.

**Prescrever:**

- **<u>Candidíase Vaginal</u>**

**Primeira opção:** miconazol creme a 2% ou outros derivados imidazólicos, via vaginal, um aplicador cheio, à noite ao deitar-se, por 7 dias **OU** nistatina 100.000 UI, uma aplicação, via vaginal, à noite ao deitar-se, por 14 dias

**Segunda opção:** fluconazol 150mg, por via oral, dose única **OU** itraconazol 100mg, 2 comprimidos, por via oral, 2x/dia, por 1 dia

**Obs**. As parcerias sexuais não precisam ser tratadas, exceto as sintomáticas. Tratamento em gestantes e lactantes: somente por via vaginal. O tratamento oral está contraindicado.

- **Tratamento de Vaginose Bacteriana**

**Primeira opção (incluindo gestantes e lactantes):** metronidazol 250mg, 2 comprimidos por via oral, 2x/dia, por 7 dias **OU** metronidazol gel vaginal 100mg/g, um aplicador cheio via vaginal, à noite ao deitar-se, por 5 dias.

**Segunda opção: c**lindamicina 300mg, por via oral, 2x/dia, por 7 dias.

**OBSERVAÇÃO**: O tratamento das parcerias sexuais não está recomendado. Para as puérperas, recomenda-se o mesmo tratamento das gestantes.

- **Tratamento de Tricomoníase**

**Primeira opção (incluindo gestantes e lactantes):** metronidazol 400mg, 5 comprimidos, por via oral, dose única (dose total de tratamento 2g) **OU** Metronidazol 250mg, 2 comprimidos, por via oral, 2x/dia, por 7 dias.

- **Tratamento de Herpes Genital**

**Primeiro episódio:** aciclovir 200mg, 2 comprimidos, por via oral, 3x/dia, por 7-10 dias **OU** aciclovir 200 mg, 1 comprimido, por via oral, 5x/dia (7h, 11h, 15h, 19h, 23h, 7h...), por 7 a 10 dias.

**Recidiva:** aciclovir 200mg, 2 comprimidos, por via oral, 3x/dia, por 5 dias **OU** aciclovir 200mg, 4 comprimidos, por via oral, 2x/dia, por 5 dias.

**Atenção**: O tratamento com antivirais é eficaz para redução da intensidade e duração dos episódios, quando realizado precocemente. Tratamento local pode ser feito com compressas de solução fisiológica ou degermante em solução aquosa, para higienização das lesões; Analgésicos orais podem ser utilizados, se necessário.

**Observações Gerais**

- As parcerias sexuais devem ser tratadas com o mesmo esquema terapêutico;
- Quando indicado, deve ser realizado de forma preferencialmente presencial, com a devida orientação;
- Durante o tratamento com metronidazol, deve-se evitar a ingestão de álcool (efeito antabuse, devido à interação de derivados imidazólicos com álcool, caracterizado por mal-estar, náuseas, tonturas e “gosto metálico na boca”);
- Durante o tratamento por via intravaginal, as relações sexuais devem ser supensas;
- Manter o tratamento durante a menstruação.

**REFERÊNCIA**

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. **Protocolo clínico e diretrizes terapêuticas para atenção integral às pessoas com infecções sexualmente transmissíveis (IST).** Brasília: Ministério da Saúde, 2020.

## 1.21 PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DA MICOSE (IMPINGEM)

<table>
<tr><td rowspan="2">  </td><td rowspan="2">PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DA MICOSE (IMPINGEM)</td><td>Versão</td><td>1.0</td></tr>
<tr><td colspan="2">Data de Aprovação<br>30/10/2020</td></tr>
<tr><td>VALIDADE</td><td>ELABORAÇÃO</td><td>REVISÃO</td><td>APROVAÇÃO</td></tr>
<tr><td>3 anos e/ou conforme atualização do MS</td><td>NAILA ROBERTA ALVES ROCHA<br>COREN-PI: 241.927 ENF</td><td>Grupo Técnico de Trabalho</td><td>Grupo Técnico de Trabalho</td></tr>
</table>

**1 DEFINIÇÃO**

Infecções superficiais da pele causadas por fungos dermatófitos, que se alimentam da queratina da pele. São as micoses superficiais, também chamadas de tinha ou tinea. Podem ocorrer em qualquer local da pele como mãos, pés, corpo, face, virilha e couro cabeludo (este último mais comum em crianças). Desenvolvem-se em área de pele úmida, acometem mais facilmente pessoas com baixa imunidade e são transmitidos por contato de pessoa para pessoa.

**2 ANAMNESE**

- Identificação do cliente;
- Queixa inicial,
- Histórico de saúde;
- Histórico de alergias;
- Histórico de imunização.

**3 EXAME FISICO**

- Sinais vitais (pulso, pressão arterial, frequência respiratória, temperatura corporal e dor);
- Inspeção: lesões circulares e pruriginosas, com descamação de crescimento lento e bordas elevadas, tendo como áreas mais comuns  axilas e região da virilha.

**4 DIAGNOSTICO DE ENFERMAGEM**

1. Prurido presente;
2. Integridade da pele prejudicada.

**5 INTERVENÇÕES DE ENFERMAGEM**

**5.1 EQUIPE DE ENFERMAGEM**

- Determinar a causa do prurido;
- Fazer exame físico para identificar rupturas na pele;
- Aplicar compressa fria para alívio da irritação, se indicado;
- Orientar o cliente a manter as unhas curtas;
- Comunicar os responsáveis pelo cliente, se necessário;
- Encaminhar ao serviço de emergência, se indicado.
- Monitorar as características da lesão;
- Monitorar áreas de risco de deterioração,
- Evitar força de cisalhamento;
- Verificar estado nutricional;
- Monitorar o processo de cicatrização da ferida;
- Monitorar sinais e sintomas de infecção;
- Aplicar curativo apropriado;
- Verificar se o cliente apresenta sinais de abuso físico/negligência;
- Orientar o cliente e a família sobre procedimentos de cuidado com a lesão;
- Orientar o cliente e a família sobre sinais e sintomas de infecção.
- Documentar local, tamanho e aspecto da lesão.

**5.2 ENFERMEIRO**

**Prescrever:**

- Orientar a evitar contato direto ou indireto com cliente ou animais com sintomas;
- Orientar quanto à identificação e tratamento de animais domésticos infectantes;
- Lavar adequadamente roupas pessoais, de banho e de cama com água quente ou passar a ferro quente.

**Tratamento tópico**

**Miconazol creme dermatológico**: 2x / dia por 7 a 14 dias.

Se lesões extensas, encaminhar ou discutir com médico da equipe uso de antifúngico sistêmico.

**Prevenção**: manter áreas da pele seca, principalmente as dobras (axilas, pescoço, virilha), pois os fungos se desenvolvem mais facilmente em áreas úmidas e quentes do corpo. Não compartilhar objetos de uso pessoal, como roupa íntima, escovas de cabelos e toalhas; manter boas condições de higiene, nutricionais e de saúde.

**REFERÊNCIAS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Saúde. **Pack Brasil adulto**: ferramenta de manejo clínico em atenção primária à saúde. Florianópolis, SC, 2018.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ. **Formulários SAE para consulta de enfermagem e atendimento de demanda espontânea no âmbito do IFPI**. Teresina: IFPI, 2020.

## 1.22 PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DA MICOSE INTERDIGITAL (FRIEIRA)

<table>
<tr><td rowspan="2">  </td><td rowspan="2">PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DA MICOSE INTERDIGITAL (FRIEIRA)</td><td>Versão</td><td>1.0</td></tr>
<tr><td colspan="2">Data de Aprovação<br>30/10/2020</td></tr>
<tr><td>VALIDADE</td><td>ELABORAÇÃO</td><td>REVISÃO</td><td>APROVAÇÃO</td></tr>
<tr><td>3 anos e/ou conforme atualização do MS</td><td>NAILA ROBERTA ALVES ROCHA<br>COREN-PI: 241.927 ENF</td><td>Grupo Técnico de Trabalho</td><td>Grupo Técnico de Trabalho</td></tr>
<tr><td colspan="4">1 DEFINIÇÃO<br>Infecção causada pelos fungos Trichophyton mentagrophytes ou Trichophyton rubrum, e que afeta preferencialmente a sola dos pés e os espaços entre os dedos. Conhecida também como tinea pedis ou pé de atleta, a frieira é a micose de pele mais comum no mundo.</td></tr>
<tr><td colspan="4">2 ANAMNESE<br>• Identificação do cliente;<br>• Queixa inicial;<br>• Histórico de saúde;<br>• Histórico de alergias;<br>• Histórico de imunização.</td></tr>
<tr><td colspan="4">3 EXAME FISICO<br>• Sinais vitais (pulso, pressão arterial, frequência respiratória, temperatura corporal e dor);</td></tr>
</table>

- Inspeção: Lesões descamativas úmidas entre os dedos ou nas plantas dos pés.

**4 DIAGNOSTICO DE ENFERMAGEM**

- Prurido presente;
- Integridade da pele prejudicada.

**5 INTERVENÇÕES DE ENFERMAGEM**

**5.1 EQUIPE DE ENFERMAGEM**

- Determinar a causa do prurido;
- Fazer exame físico para identificar rupturas na pele;
- Aplicar compressa fria para alívio da irritação, se indicado;
- Orientar o cliente a manter as unhas curtas;
- Comunicar os responsáveis pelo cliente, se necessário;
- Encaminhar ao serviço de emergência, se indicado.
- Monitorar as características da lesão;
- Monitorar áreas de risco de deterioração,
- Evitar força de cisalhamento;
- Verificar estado nutricional;
- Monitorar o processo de cicatrização da ferida;
- Monitorar sinais e sintomas de infecção;
- Aplicar curativo apropriado;
- Verificar se o cliente apresenta sinais de abuso físico/negligência;
- Orientar o cliente e a família sobre procedimentos de cuidado com a lesão;
- Orientar o cliente e a família sobre sinais e sintomas de infecção;
- Documentar local, tamanho e aspecto da lesão.

**5.2 ENFERMEIRO**

**Prescrever:**

- Lavar e secar bem os pés;
- Orientar o uso de calçados abertos/sandálias;
- Orientar exposição solar de sapatos fechados;
- **Miconazol creme dermatológico**: 12/12 horas por 7 a 14 dias.

Se presença de lesões extensas ou infecção secundária, encaminhar/discutir com médico da equipe.

**REFERÊNCIAS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Saúde. **Pack Brasil adulto**: ferramenta de manejo clínico em atenção primária à saúde. Florianópolis, SC, 2018.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ. **Formulários SAE para consulta de enfermagem e atendimento de demanda espontânea no âmbito do IFPI**. Teresina: IFPI, 2020.

## 1.23 PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DA MORDEDURA DE ANIMAIS

<table>
<tr><td rowspan="2">  </td><td rowspan="2">PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DA MORDEDURA DE ANIMAIS</td><td>Versão</td><td>1.0</td></tr>
<tr><td colspan="2">Data de Aprovação<br>30/10/2020</td></tr>
<tr><td>VALIDADE</td><td>ELABORAÇÃO</td><td>REVISÃO</td><td>APROVAÇÃO</td></tr>
<tr><td>3 anos e/ou conforme atualização do MS</td><td>MARIA DA CRUZ DIAS FEITOSA<br>COREN-PI: 314.317 ENF</td><td>Grupo Técnico de Trabalho</td><td>Grupo Técnico de Trabalho</td></tr>
<tr><td colspan="4">1 DEFINIÇÃO<br>É muito frequente a procura de assistência médica, em especial, nos setores de emergência devido a mordidas de animais. As mordeduras são em grande parte causadas por mamíferos (cães, gatos, bovinos, bubalinos, equídeos, caprinos, ovinos, suínos e outros), sendo estimado que 80% das ocorrências são de pequenos ferimentos, não havendo necessidade de atendimento de urgência.<br>Além do trauma físico causado pelas mordidas, deve-se ter atenção com as doenças infecciosas que podem ser transmitidas e são causadas por bactérias, fungos, vírus dentre outros agentes biológicos. A raiva (encefalite viral) e o ferimento ocasionado pelo acidente são as principais complicações.<br>Os dados da anamnese e exame físico são de suma importância para uma referência adequada ao serviço que iniciará a profilaxia antirrábica e antitetânica.</td></tr>
<tr><td colspan="4">2 ANAMNESE<br>• Identificação do cliente;<br>• Queixa principal;<br>• Histórico de saúde;<br>• Histórico de imunização;<br>• Histórico de alergias;<br>• Realização da estratificação de risco, para ter todas as informações sobre o</td></tr>
</table>

caso e referenciar para um serviço que fará a profilaxia.

**3 EXAME FISICO**

- Sinais vitais (pulso, pressão arterial, frequência respiratória, temperatura corporal e dor);
- Local do acidente – (cabeça, face ou pescoço) ou em locais muito inervados (mãos, polpas digitais e planta dos pés) e lambedura de mucosas
- Profundidade do acidente – os acidentes devem ser classificados como superficiais (sem presença de sangramento) ou profundos (apresentam sangramento, ou seja, ultrapassam a derme)
- Extensão e número de lesões – deve-se observar a extensão da lesão e se ocorreu apenas uma única lesão ou múltiplas, ou seja, uma porta de entrada ou várias.

**ATENÇÃO**

De acordo com os critérios acima estabelecidos, as exposições podem ser assim classificadas:

**Acidentes leves**

- Ferimentos superficiais, pouco extensos, geralmente únicos, em tronco e membros (exceto mãos, polpas digitais e planta dos pés) podem acontecer em decorrência de mordeduras ou arranhaduras causadas por unha ou dente;
- Lambedura de pele com lesões superficiais.

**Acidentes graves**

- Ferimentos na cabeça, face, pescoço, mão, polpa digital e/ou planta do pé;
- Ferimentos profundos, múltiplos ou extensos, em qualquer região do corpo;
- Lambeduras de mucosas;
- Lambeduras de pele onde já existe lesão grave;
- Ferimentos profundos causados por unha de gato;
- Quaisquer ferimentos causados por morcego.

**Esquema para profilaxia da raiva humana com vacina de cultivo celular**

| TIPO DE EXPOSIÇÃO | CONDIÇÕES DO ANIMAL AGRESSOR | | |
|---|---|---|---|
| | Cão ou gato sem suspeita de raiva no momento da agressão. | Cão ou gato clinicamente suspeito de raiva no momento da agressão. | Cão ou gato raivoso, desaparecido ou morto, animais silvestres (inclusive os domiciliados), animais domésticos de interesse econômico ou de produção. |
| **Contato Indireto** | • Lavar com água e sabão.<br>• Não tratar. | • Lavar com água e sabão.<br>• Não tratar. | • Lavar com água e sabão.<br>• Não tratar. |
| **Acidentes Leves** | • Lavar com água e sabão.<br>• Observar o animal durante 10 dias após a exposição.<br>• Se o animal permanecer sadio no período de observação encerrar o caso.<br>• Se o animal morrer, desaparecer ou se tornar raivoso, administrar 5 doses de vacina (dias 0, 3, 7, 14 e 28). | • Lavar com água e sabão.<br>• Iniciar esquema profilático com 2 doses, uma no dia 0 e outra no dia 3.<br>• Observar o animal durante 10 dias após a exposição.<br>• Se a suspeita de raiva for descartada após o 10º dia de observação, suspender o esquema profilático e encerrar o caso.<br>• Se o animal morrer, desaparecer ou se tornar raivoso, completar o esquema até 5 doses. Aplicar uma dose entre o 7º e o 10º dia e uma dose nos dias 14 e 28. | Lavar com água e sabão.<br>•Iniciar imediatamente o esquema profilático com 5 doses de vacina administradas nos dias 0, 3, 7, 14 e 28. |
| | • Lavar com água e sabão.<br>• Observar o animal durante 10 dias após exposição | • Lavar com água e sabão.<br>• Iniciar o esquema profilático com soro e 5 doses de vacina | • Lavar com água e sabão.<br>•Iniciar imediatamente o esquema profilático |

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Acidentes Graves** | • Iniciar esquema profilático com duas doses uma no dia 0 e outra no dia 3.<br>• Se o animal permanecer sadio no período de observação encerrar o caso.<br>• Se o animal morrer, desaparecer ou se tornar raivoso, continuar ao esquema profilático, administrando o soro, e completando o esquema até 5 doses. Aplicar uma dose entre o 7º e o 10º dia e uma dose nos dias 14 e 28. | nos dias 0, 3, 7, 14 e 28.<br>• Observar o animal durante 10 dias após a exposição.<br>• Se a suspeita de raiva for descartada após o 10º dia de observação, suspender o esquema profilático e encerrar o caso. | com soro e 5 (cinco) doses de vacina administradas nos dias 0, 3, 7, 14 e 28. |

**Informações Gerais**

- A história vacinal do animal agressor não constitui elemento suficiente para a dispensa da indicação do tratamento antirrábico humano.
- Em decorrência da letalidade provocada pela raiva, não existe contraindicação à vacina.

**4 DIAGNOSTICO DE ENFERMAGEM**

- Ferida;
- Cuidados com ferida;
- Dor Cutânea.

**5 INTERVENÇÕES DE ENFERMAGEM**

**5.1 EQUIPE DE ENFERMAGEM**

- Anamnese;
- Exame físico;
- Monitorar sinais vitais;
- Lavar imediatamente o ferimento com água corrente, sabão ou outro detergente e utilizar antissépticos que inativem o vírus da raiva (como

povidine, clorexidine e álcool-iodado), apenas no primeiro atendimento; Posteriormente, lavar a região com solução fisiológica;

- Lavar a mucosa ocular com solução fisiológica ou água corrente;
- Controlar sangramento;
- Aplicar curativo apropriado para proteger a lesão, se necessário;
- Realizar cuidados de conforto para facilitar o alívio da dor;
- Orientar o cliente e a família sobre procedimentos de cuidado com a lesão;
- Orientar o cliente e a família sobre sinais e sintomas de infecção;
- Documentar local, tamanho e aspecto da lesão.
- Orientar sobre os cuidados com o animal e o isolamento dele para evitar acidentes com outras pessoas;
- Encaminhar ao serviço de referência para iniciar a profilaxia do tétano segundo o esquema preconizado (caso não seja vacinado ou com esquema vacinal incompleto);
- Referenciar ao serviço que iniciará a profilaxia antirrábica, o mais breve possível, se necessário;
- Discutir o caso na equipe para continuidade dos cuidados ao indivíduo e à família;
- Fornecer orientações e agendar data de retorno;
- Encaminhar e/ou acompanhar o usuário até o serviço de referência, quando necessário.

**5.2 ENFERMEIRO**

- Avaliar a lesão examinando sua profundidade, extensão, localização e dor.

**Prescrever:**

**Dipirona Sódica**: solução oral 500 mg/ml, 20 a 40 gotas em administração única, ou se a dor permanecer, até o máximo de 40 gotas, 4 vezes ao dia; **OU**

**Paracetamol**: 500 mg, 1 ou 2 comprimidos (500 mg a 1.000 mg), por via oral, em administração única, ou a cada 6 horas se a dor permanecer, respeitando a dose máxima de 4g/dia.

**Atenção**: administrar analgésico 30 minutos antes da realização do curativo, se necessário.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Acolhimento à demanda espontânea**: queixas mais comuns na atenção básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. (Cadernos de Atenção Básica n. 28, volume II).

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Mordidas de animais. Disponível em: http://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/virtual%20tour/hipertextos/up2/mordidas_animais.html. Acesso em: 24 fev. 2021.

## 1.24 PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DAS NÁUSEAS E VÔMITOS

<table>
<tr><td rowspan="2">  </td><td rowspan="2">PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DAS NÁUSEAS E VÔMITOS</td><td>Versão</td><td>1.0</td></tr>
<tr><td colspan="2">Data de Aprovação<br>30/10/2020</td></tr>
<tr><td>VALIDADE</td><td>ELABORAÇÃO</td><td>REVISÃO</td><td>APROVAÇÃO</td></tr>
<tr><td>3 anos e/ou conforme atualização do MS</td><td>MARCELA OSÓRIO REIS CARNEIRO<br>COREN-PI: 364.255 ENF</td><td>Grupo Técnico de Trabalho</td><td>Grupo Técnico de Trabalho</td></tr>
<tr><td colspan="4">1 DEFINIÇÃO<br>Pode ser entendido como a expulsão oral forçada do conteúdo gástrico, associada à contração da musculatura. Há três fases consecutivas da êmese que incluem náusea, arcadas e vômitos. A náusea é a sensação de necessidade iminente de vomitar que está associado à estase gástrica. As arcadas são os movimentos musculares bruscos, abdominais e torácicos, que precedem o vômito. A fase final da êmese é o vômito, a expulsão forçada do conteúdo gástrico devido à retroperistalse.</td></tr>
<tr><td colspan="4">2 ANAMNESE<br>• Identificação do cliente;<br>• Queixa inicial (investigar a causa e duração das náuseas e/ou vômitos);<br>• Condições de saúde;<br>• Histórico de alergias.</td></tr>
<tr><td colspan="4">3 EXAME FÍSICO<br>• Aspecto geral do cliente;<br>• Avaliação dos sinais vitais (pulso, frequência cardíaca, frequência respiratória, pressão arterial, temperatura axila e dor);<br>• Investigação de distensão abdominal, presença de ruídos hidroaéreos, dor abdominal, presença de massas, dor à descompressão brusca dolorosa,</td></tr>
</table>

contração abdominal involuntária, icterícia;

- Avaliação neurológica e sinais de desidratação.

**4 DIAGNÓSTICO DE ENFERMAGEM**

- Náusea;
- Vômito;
- Risco de desidratação;
- Risco de ingestão de alimentos deficitária.

**5 INTERVENÇÕES DE ENFERMAGEM**

**5.1 EQUIPE DE ENFERMAGEM**

- Anamnese;
- Exame físico;
- Avaliar sinais vitais (pulso, frequência cardíaca, frequência respiratória, pressão arterial, temperatura axila e dor);
- Investigar a causa de náusea e a duração se conhecidas;
- Encorajar o cliente a fazer refeições pequenas e frequentes;
- Orientar o cliente a aumentar ingesta de água, suco, água de coco, etc.;
- Instruir o paciente a evitar líquidos quentes, alimentos contendo gordura e fibras, alimentos temperados, cafeína e doces;
- Acompanhar a evolução do caso;
- Administrar e orientar o uso de soro de reidratação oral;
- Atentar-se para os sinais de alerta;
- Encaminhar para avaliação médica imediata se sinais de alerta, sinais de piora ou não aceitação da TRO.

**SINAIS DE ALERTA**

- Taquipneia
- Taquicardia
- Pulso rápido e fino
- Sonolência ou confusão mental
- Sinais de choque hipovolêmico
- Dor abdominal intensa e ausência de ruídos hidroaéreos
- Descompressão abdominal dolorosa (Blumberg positivo)
- Febre

- Fezes com sangue ou pus
- Vômitos com sangue
- Rigidez de nuca/sinais meníngeos
- Vômitos em jatos e persistentes
- Sinais de desidratação grave

**5.2 ENFERMEIRO**

- Avaliar os clientes quanto aos sinais de desidratação.

**Prescrever soro de reidratação oral:**

- **50ml/kg de SRO** em um período de quatro horas para clientes com desidratação leve.
- **100ml/kg de SRO** em um período de quatro horas para clientes com desidratação moderada.

**Principais sinais para avaliação do grau de desidratação**

**Hidratado**

- Aspecto alerta
- Olhos brilhantes com lágrima
- Mucosas úmidas
- Bregma normotensa
- Pulso cheio
- Perfusão normal
- Circulação (PA) normal
- Diurese normal
- Redução do peso 0%

**Desidratado**

- Aspecto irritado, com sede
- Olhos encovados
- Mucosas úmidas Secas
- Bregma deprimida

- Pulso cheio palpável
- Perfusão normal
- Circulação (PA) normal
- Diurese pouco diminuída
- Redução do peso ≤ 10%

**Desidratação grave**

- Aspecto deprimido, comatoso
- Olhos muito encovados, sem lágrimas
- Mucosas muito secas
- Bregma muito deprimida
- Pulso débil ou ausente
- Perfusão alterada
- Circulação (PA) diminuída/taquicardia
- Diurese oligúria/anúria
- Redução do peso > 10%

**CONTRAINDICAÇÕES DA TRO**

- Perda ou ganho insuficiente de peso após as primeiras horas de TRO;
- Vômitos persistentes;
- Recusa persistente da solução;
- Distensão abdominal grave íleo paralítico;
- Alteração de consciência;
- Evolução para choque hipovolêmico.

**REFERÊNCIAS**

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Acolhimento à demanda espontânea**: queixas mais comuns na atenção básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. (Cadernos de Atenção Básica n. 28, volume II).

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Saúde. **Protocolo de enfermagem**: atenção à demanda espontânea de cuidados no adulto: volume 4. Florianópolis, 2016.

## 1.25 PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DOS OLHOS VERMELHOS

<table>
<tr><td rowspan="2">  </td><td rowspan="2">PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DOS OLHOS VERMELHOS</td><td>Versão</td><td>1.0</td></tr>
<tr><td colspan="2">Data de Aprovação<br>30/10/2020</td></tr>
<tr><td>VALIDADE</td><td>ELABORAÇÃO</td><td>REVISÃO</td><td>APROVAÇÃO</td></tr>
<tr><td>3 anos e/ou conforme atualização do MS</td><td>STÉFANY EMILIA XAVIER MOREIRA TEIXEIRA<br>COREN-PI: 489.889 ENF</td><td>Grupo Técnico de Trabalho</td><td>Grupo Técnico de Trabalho</td></tr>
<tr><td colspan="4">1 DEFINIÇÃO<br><br>O olho vermelho é uma das condições oftalmológicas mais comuns no contexto dos cuidados primários em saúde e um dos principais motivos de consultas oftalmológicas nos setores de pronto atendimento. A inflamação de qualquer parte do olho, incluindo o aparelho lacrimal, as pálpebras e a alteração do filme lacrimal podem causar a vermelhidão da parte normalmente branca do olho.<br><br>Os vasos sanguíneos podem se dilatar como resultado de infecção, alergia, inflamação causada por alguma coisa além de uma infecção ou pressão elevada dentro do olho, em geral causada por glaucoma de ângulo fechado repentino, no qual a pressão do líquido aumenta em frente à câmara do olho.<br><br>Diversas partes do olho podem ser afetadas, a conjuntiva (a fina membrana que reveste a pálpebra e cobre a frente do olho), a íris (a parte colorida do olho), a esclerótica (a camada fibrosa resistente e branca que cobre o olho) e a episclera (a camada de tecido conjuntivo entre a esclerótica e a conjuntiva), sendo a conjuntiva a mais comumente afetada.</td></tr>
<tr><td colspan="4">2 ANAMNESE<br>• Identificação do cliente;</td></tr>
</table>

- Queixa inicial;
- Histórico de saúde pregressa;
- Histórico de alergias.

**3 EXAME FISICO**

- Sinais vitais (pulso, pressão arterial, frequência respiratória, temperatura corporal e dor);
- Avaliação oftalmológica: edema em pálpebras, grau de vermelhidão, lacrimejamento, prurido, comprometimento de linfonodos pré-auriculares, submandibulares, acuidade visual e presença de secreção purulenta.
- Avaliação da simetria dos olhos;
- Realização de teste de mobilidade ocular (acompanhar dedo para os lados, cima e baixo);
- Avaliação das pupilas (tamanho, simetria, cor e foto reação).

**4 DIAGNOSTICO DE ENFERMAGEM**

- Infecção presente;
- Alergia presente.

**5 INTERVENÇÕES DE ENFERMAGEM**

**5.1 EQUIPE DE ENFERMAGEM**

- Anamnese;
- Exame físico;
- Identificar alergias conhecidas e reações usuais;
- Identificar imediatamente o nível de ameaça que uma reação alérgica significa à condição de saúde do cliente;
- Orientar o paciente para evitar o uso de substâncias causadoras de reações alérgicas;
- Comunicar aos responsáveis pelo cliente;
- Monitorar a ocorrência de vermelhidão, exsudato ou úlcera;
- Orientar o cliente a não tocar nos olhos;
- Retirar as lentes de contato, conforme apropriado;
- Lavar com soro fisiológico, conforme apropriado;
- Aplicar compressas úmidas, conforme apropriado;

- Fazer curativo não compressivo, se trauma;
- Orientar o cliente que não comprima o olho e encaminhá-lo com urgência ao serviço de referência;
- Encaminhar ao serviço de referência se secreção purulenta.

**5.2 ENFERMEIRO**

- Prescrição e avaliação.

**Prescrever:**
Limpeza e/ou compressa gelada de SF 0,9%**,** se não melhorar, encaminhar ao oftalmologista.

**REFERÊNCIAS**

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Educação. **Projeto olhar Brasil**: triagem de acuidade visual: manual de orientação. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

CLASSIFICAÇÃO Internacional para a Prática de Enfermagem (CIPE®): versão 2017. 2017. Disponível em: https://www.icn.ch/sites/default/files/inline-files/icnp-brazil-portuguese-translation-2017.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

DOCHETERMAN, J. M.; BULECHEK, G. M. **Classificação das intervenções de Enfermagem (NIC)**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

## 1.26 PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DAS PARASITOSES INTESTINAIS

<table>
<tr><td rowspan="2">  </td><td rowspan="2">PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA OTRATAMENTO DAS PARASITOSES INTESTINAIS</td><td>Versão</td><td>1.0</td></tr>
<tr><td colspan="2">Data da aprovação<br>30/10/2020</td></tr>
<tr><td>VALIDADE</td><td>ELABORAÇÃO</td><td>REVISÃO</td><td>APROVADO</td></tr>
<tr><td>3 anos e/ou conforme atualização do MS</td><td>LIZIANE MOTA DE ARAUJO<br>COREN-PI: 332.298TE</td><td>Grupo Técnico de Trabalho</td><td>Grupo Técnico de Trabalho</td></tr>
<tr><td colspan="4">1 DEFINIÇÃO<br>São infecções causadas pelo consumo de água e alimentos contaminados com cistos e ovos de protozoários, helmintos, etc.<br>Queixas mais comuns<br>• Prurido anal;<br>• Presença de vermes em fezes ou roupas íntimas;<br>• Presença de cistos (ovos) visíveis em fezes ou roupas íntimas;<br>• Dor abdominal, afastados sinais de alerta/gravidade;<br>• Diarreia intermitente não relacionada com a alimentação.<br>Sinais de Gravidade (avaliação médica imediata)<br>• Distensão abdominal importante e/ou ausência de ruídos intestinais (risco de obstrução intestinal);<br>• Dor abdominal intensa;<br>• Diarreia persistente;<br>• Eliminação de vermes pela cavidade nasal ou oral.</td></tr>
<tr><td colspan="4">2 ANAMNESE<br>• Identificação do cliente;<br>• Queixa inicial;<br>• Condições de saúde, higiene e moradia;</td></tr>
</table>

- Histórico de alergias;
- Características das fezes (coloração, consistência, quantidade, presença de parasitas);
- Prurido anal.

**3 EXAME FISICO**

- Sinais vitais (pulso, pressão arterial, frequência respiratória, temperatura corporal e dor);
- Avaliação do sistema gastrointestinal.

**4 DIAGNÓSTICOS DE ENFERMAGEM**

- Dor abdominal;
- Ingestão nutricional prejudicada;
- Risco de diarreia;
- Fraqueza;
- Náuseas;
- Função do sistema gastrointestinal prejudicada.

**5 INTERVENÇÕES DE ENFERMAGEM**

- Orientar sobre higiene adequada;
- Avaliar condições gastrointestinais;
- Orientar sobre nutrição;
- Orientar sobre o manejo da diarreia e náuseas.

**5.1 EQUIPE DE ENFERMAGEM**

- Anamnese;
- Exame físico;
- Orientar a higienização das mãos antes das refeições, antes de manipular e preparar alimentos, antes do cuidado de crianças e após ir ao banheiro ou trocar fraldas;
- Orientar a manter as mãos sempre limpas, unhas aparadas e evitar colocar a mão na boca;
- Orientar o uso de calçados;

- Orientar cozinhar bem os alimentos e consumir carnes somente bem passadas;
- Orientar a higienização com água potável os alimentos que serão consumidos crus e se possível deixe-os de molho por 30 minutos em água com hipoclorito de sódio a 2,5%;
- Orientar a ingesta de água filtrada ou fervida;
- Orientar a limpeza da casa e terreno ao redor, evitando a presença de insetos e ratos;
- Realizar ações de educação em saúde.

**5.2 ENFERMEIRO**

- Disponibilizar e dispensar os medicamentos específicos ao tratamento das parasitoses.

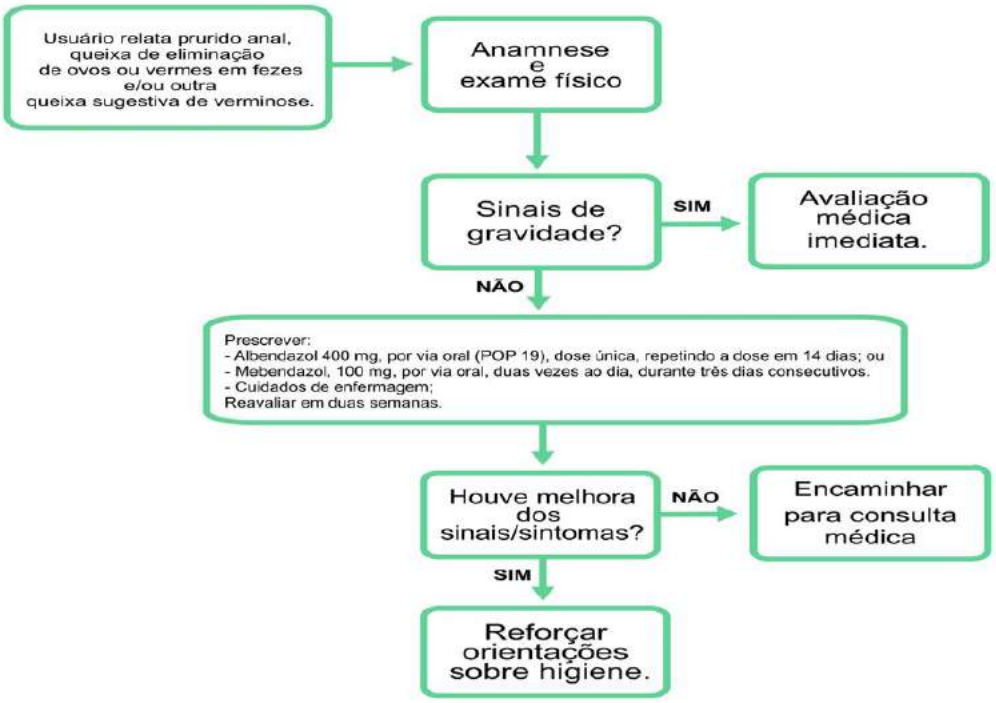
**Prescrever:**

- **Albendazol 400 mg**: por via oral (POP 19), dose única, repetindo a dose em 14 dias;**OU**
- **Mebendazol 100mg**: por via oral, duas vezes ao dia, durante três dias consecutivos.

**Observação**

- Não prescrever em caso de sinais de gravidade, gravidez suspeita ou confirmada e amamentação, deve-se encaminhar para avaliação médica.
- Se os sintomas persistirem após a primeira abordagem medicamentosa encaminhar ao serviço referência.

**Fluxograma 1 – Parasitose Intestinal**




**Sinais de gravidade (atendimento médico imediato):**
- Presença ou relato de parasitas em cavidade oral ou nasal;
- Distensão abdominal importante e/ou ausência de ruídos intestinais (risco de obstrução intestinal);
- Dor abdominal intensa;
- Diarréia persistente.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Biblioteca Virtual em Saúde. **Parasitoses intestinais**. Disponível em:<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/dicas/74parasitoses.html>. Acesso em: 05 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Doenças infecciosas e parasitárias**: guia de bolso. 8. ed. rev. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. (Série B. Textos Básicos de Saúde).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Plano nacional de vigilância e controle das enteroparasitoses**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

CLASSIFICAÇÃO Internacional para a Prática de Enfermagem (CIPE®): versão 2017. 2017. Disponível em: https://www.icn.ch/sites/default/files/inline-files/icnp-brazil-portuguese-translation-2017.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ. **Manual de Procedimentos Operacionais Padrão (POP's)**: serviço de enfermagem. Teresina: IFPI, 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Saúde. **Protocolo de enfermagem**: atenção à demanda espontânea de cuidados na criança: volume 5. Florianópolis, 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Saúde. **Protocolo de enfermagem**: atenção à demanda espontânea de cuidados no adulto: volume 4. Florianópolis, 2016.

## 1.27 PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DA PARONÍQUIA AGUDA

<table>
<tr><td rowspan="2">  </td><td rowspan="2">PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DA PARONÍQUIA AGUDA</td><td>Versão</td><td>1.0</td></tr>
<tr><td colspan="2">Data de Aprovação<br>30/10/2020</td></tr>
<tr><td>VALIDADE</td><td>ELABORAÇÃO</td><td>REVISÃO</td><td>APROVAÇÃO</td></tr>
<tr><td>3 anos e/ou conforme atualização do MS</td><td>NAILA ROBERTA ALVES ROCHA<br>COREN-PI: 241.927 ENF</td><td>Grupo Técnico de Trabalho</td><td>Grupo Técnico de Trabalho</td></tr>
</table>

### 1 DEFINIÇÃO

Processo inflamatório da pele em torno da unha. Ela tem início devido à “perda” da cutícula, que pode ser causada pelo hábito de remoção por alicate ou por pequenos traumatismos, ou por agentes químicos (como detergentes de cozinha, por exemplo), geralmente. Algumas profissões predispõem à paroníquia, em especial aquelas que têm muito contato com a água, como copeiras, lavadeiras etc. Nesses casos, é muito importante proteger as mãos (usar luva de borracha) ou evitar o contato com água e produtos químicos.

### 2 ANAMNESE

- Identificação do cliente;
- Queixa inicial,
- Histórico de saúde;
- Histórico de alergias;
- Histórico de imunização.

**3 EXAME FISICO**

- Sinais vitais (pulso, pressão arterial, frequência respiratória, temperatura corporal e dor);
- Inspeção: vermelhidão e inchaço em pregas ungueais, podendo haver pus. Problema frequentemente associado à história de trauma, por exemplo, retirar a cutícula ou roer as unhas.

**4 DIAGNOSTICO DE ENFERMAGEM**

- Integridade da pele prejudicada;
- Edema presente;
- Dor presente;
- Infecção presente.

**5 INTERVENÇÕES DE ENFERMAGEM**

**5.1 EQUIPE DE ENFERMAGEM**

- Monitorar as características da lesão;
- Monitorar áreas de risco de deterioração,
- Verificar estado nutricional;
- Monitorar o processo de cicatrização da ferida;
- Monitorar sinais e sintomas de infecção;
- Aplicar curativo apropriado;
- Verificar se o cliente apresenta sinais de abuso físico/negligência;
- Orientar o cliente e a família sobre procedimentos de cuidado com a lesão;
- Orientar o cliente e a família sobre sinais e sintomas de infecção;
- Documentar local, tamanho e aspecto da lesão;
- Avaliar a localização e a extensão do edema;
- Monitorar sinais e intensidade do edema;
- Fazer uma avaliação completa da circulação periférica;
- Aplicar gelo nas primeiras 24 a 36 horas para reduzir edema, se indicado;
- Realizar uma avaliação completa da dor, incluindo local, características, início/duração, frequência, qualidade, intensidade e gravidade, além de fatores precipitadores;

- Investigar os fatores que aliviam/pioram a dor;
- Promover repouso adequado para facilitar o alívio da dor;
- Monitorar sinais vitais, se apropriado;
- Avaliar resposta ao manejo/controle da dor;
- Monitorar aparecimento de sinais e sintomas associados à infecção local e sistêmica;
- Orientar a ingestão adequada de água e alimentos;
- Orientar ao cliente e à família maneiras de evitar infecções;
- Encaminhar à atenção primária à saúde para tratamento adequado.

**5.2 ENFERMEIRO**

**Prescrever:**

- **Curativo local** e orientar a pessoa não traumatizar novamente a unha;
- **Solução salina** (salmoura) morna duas vezes por dia para alívio sintomático e diminuição da infecção.

**Se houver pus (limitado à prega ungueal)**

- Realizar drenagem local com bisturi ou agulha. Encaminhar e/ou discutir com médico da equipe casos de pessoas com riscos na cicatrização, realizando o procedimento após esta interconsulta;
- **Prescrever (até pregas ungueais): mupirocina 2% tópica** aplicada sobre as áreas afetadas duas a três vezes por dia, por até 10 dias, reavaliando a cada 5 dias ou antes, se piora.

Se dor intensa, infecção além das pregas ungueais, lesões herpéticas no local ou temperatura acima de 38ºC, encaminhar para avaliação do médico da equipe.

**REFERÊNCIAS**

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ. **Formulários SAE para consulta de enfermagem e atendimento de demanda espontânea no âmbito do IFPI**. Teresina: IFPI, 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Saúde. **Pack Brasil adulto**: ferramenta de manejo clínico em atenção primária à saúde. Florianópolis, SC, 2018.

## 1.28 PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DA PEDICULOSE

<table>
<tr><td rowspan="2">  </td><td rowspan="2">PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DA PEDICULOSE</td><td>Versão</td><td>1.0</td></tr>
<tr><td colspan="2">Data de Aprovação<br>30/10/2020</td></tr>
<tr><td>VALIDADE</td><td>ELABORAÇÃO</td><td>REVISÃO</td><td>APROVAÇÃO</td></tr>
<tr><td>3 anos e/ou conforme atualização do MS</td><td>NAILA ROBERTA ALVES ROCHA<br>COREN-PI: 241.927 ENF</td><td>Grupo Técnico de Trabalho</td><td>Grupo Técnico de Trabalho</td></tr>
<tr><td colspan="4">1 DEFINIÇÃO<br>É o termo técnico atribuído à infestação por piolhos. Pode ocorrer na cabeça (mais frequente nas crianças em idade escolar), pelos da região pubiana, cílios ou sobrancelhas.</td></tr>
<tr><td colspan="4">2 ANAMNESE<br>• Identificação do cliente;<br>• Queixa inicial;<br>• Histórico de saúde;<br>• Histórico de alergias;<br>• Histórico de imunização.</td></tr>
<tr><td colspan="4">3 EXAME FISICO<br>• Sinais vitais (pulso, pressão arterial, frequência respiratória, temperatura corporal e dor);<br>• Inspeção: presença de parasitas (vulgo piolho) ou ovos do parasita em couro cabeludo. Atentar para presença de feridas em couro cabeludo e cuidar com</td></tr>
</table>

sinais de infecção secundária, que deve também ser manejada com o uso de antibióticos conforme conduta do médico da equipe (interconsulta/consulta conjunta).

**4 DIAGNOSTICO DE ENFERMAGEM**

- Prurido presente;
- Integridade da pele prejudicada.

**5 INTERVENÇÕES DE ENFERMAGEM**

**5.1 EQUIPE DE ENFERMAGEM**

- Determinar a causa do prurido;
- Fazer exame físico para identificar rupturas na pele;
- Aplicar compressa fria para alívio da irritação, se indicado;
- Orientar o cliente a manter as unhas curtas;
- Comunicar os responsáveis do cliente, se necessário;
- Encaminhar ao serviço de emergência, se indicado.
- Monitorar as características da lesão;
- Monitorar áreas de risco de deterioração,
- Evitar força de cisalhamento;
- Verificar estado nutricional;
- Monitorar o processo de cicatrização da ferida;
- Monitorar sinais e sintomas de infecção;
- Aplicar curativo apropriado;
- Verificar se o cliente apresenta sinais de abuso físico/negligência;
- Orientar o cliente e a família sobre procedimentos de cuidado com a lesão;
- Orientar o cliente e a família sobre sinais e sintomas de infecção;

- Documentar local, tamanho e aspecto da lesão.

**5.2 ENFERMEIRO**

**Prescrever:**

- Orientar uso frequentemente do pente fino, no mínimo uma vez ao dia, e em seguida lavá-lo com água corrente e sabão retirando todas as lêndeas;
- **Loção de permetrina a 1%**: (diluição de uma parte da loção a 5% para 4 partes de água), com aplicação durante o banho. Deixar agir por 5 minutos e enxaguar;
- Repetir 3x/semana, por uma semana e em dias alternados.

**REFERÊNCIAS**

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. Área Técnica de Dermatologia Sanitária. **Dermatologia na atenção básica**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2002. (Série Cadernos de Atenção Básica; n. 09). Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guiafinal9.pdf. Acesso em: 15 mar. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ. **Formulários SAE para consulta de enfermagem e atendimento de demanda espontânea no âmbito do IFPI**. Teresina: IFPI, 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Saúde. **Pack Brasil adulto**: ferramenta de manejo clínico em atenção primária à saúde. Florianópolis, SC, 2018.

## 1.29 PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DA PITIRÍASE VERSICOLOR (PANO BRANCO)

<table>
<tr><td rowspan="2">  <br></td><td rowspan="2">PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DA PITIRÍASE VERSICOLOR (PANO BRANCO)</td><td>Versão</td><td>1.0</td></tr>
<tr><td colspan="2">Data de Aprovação<br><br>30/10/2020</td></tr>
<tr><td>VALIDADE</td><td>ELABORAÇÃO</td><td>REVISÃO</td><td>APROVAÇÃO</td></tr>
<tr><td>3 anos e/ou conforme atualização do MS</td><td>NAILA ROBERTA ALVES ROCHA<br>COREN-PI: 241.927 ENF</td><td>Grupo Técnico de Trabalho</td><td>Grupo Técnico de Trabalho</td></tr>
</table>

### 1 DEFINIÇÃO

É uma micose superficial da pele, popularmente conhecida como “pano branco”, e causada por fungos do gênero *malassezia*, leveduras que habitam o folículo piloso sem causar doença. Em condições favoráveis para o crescimento do fungo, ele invade a pele e causa lesões características. Os fatores externos que facilitam a infecção são o calor e a umidade e os fatores do hospedeiro que favorecem a doença são desnutrição, sudorese excessiva e uso de anticoncepcionais, corticoides e/ou imunossupressores. A pitiríase versicolor está presente em todo o mundo e atinge todas as faixas etárias, sendo mais frequente em adolescentes e adultos jovens, uma vez que possuem maior atividade da glândula sebácea.

### 2 ANAMNESE

- Identificação do cliente;
- Queixa inicial;
- Histórico de saúde;
- Histórico de alergias;

- Histórico de imunização.

**3 EXAME FISICO**

- Sinais vitais (pulso, pressão arterial, frequência respiratória, temperatura corporal e dor);
- Inspeção: máculas descamativas coalescentes hipopigmentadas (mais comum) ou hiperpigmentadas no tronco, face, pescoço e membros superiores. É mais comum nos meses de verão em adolescentes e adultos jovens, favorece áreas oleosas da pele e geralmente apresenta uma natureza recidivante que requer tratamento frequente; prurido é raro.

**4 DIAGNOSTICO DE ENFERMAGEM**

- Prurido presente (raro).

**5 INTERVENÇÕES DE ENFERMAGEM**

**5.1 EQUIPE DE ENFERMAGEM**

- Determinar a causa do prurido;
- Fazer exame físico para identificar rupturas na pele;
- Aplicar compressa fria para alívio da irritação, se indicado;
- Orientar o cliente a manter as unhas curtas;
- Comunicar os responsáveis pelo cliente, se necessário;
- Encaminhar para Serviço de Emergência, se indicado.
- Monitorar as características da lesão;
- Verificar estado nutricional;
- Verificar se o cliente apresenta sinais de abuso físico/negligência;
- Documentar local, tamanho e aspecto da lesão.

**5.2 ENFERMEIRO**

**Prescrever:**

- **Miconazol creme dermatológico**: aplicar em todo o pescoço, tronco, braços e pernas duas vezes ao dia por 2 semanas, **OU;**
- **Cetoconazol xampu**: aplicar em todo o corpo após fazer espuma lavando

os cabelos, deixando agir por 5 minutos no corpo todo antes de retirar a substância. Usar 1x/dia por 2 semanas.

Orientar que as mudanças na pigmentação da pele normalmente persistem após o término do tratamento. O retorno à coloração normal leva meses após o término da terapia; contato direto não transmite; lesões não são decorrentes de má higiene.

**Prevenção:**

- A prevenção da pitiríase versicolor é feita por meio da utilização de roupas leves, arejadas e, preferencialmente, de tecidos não sintéticos.
- Após o tratamento, é necessário deixar planejado o uso de medicamentos para evitar que a micose retorne. A manutenção pode ser feita com medicamentos tópicos ou sistêmicos.

**REFERÊNCIAS**

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ. **Formulários SAE para consulta de enfermagem e atendimento de demanda espontânea no âmbito do IFPI**. Teresina: IFPI, 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Saúde. **Pack Brasil adulto**: ferramenta de manejo clínico em atenção primária à saúde. Florianópolis, SC, 2018.

## 1.30 PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O PLANEJAMENTO FAMILIAR

<table>
<tr><td rowspan="2">  </td><td rowspan="2">PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O PLANEJAMENTO FAMILIAR</td><td>Versão</td><td>1.0</td></tr>
<tr><td colspan="2">Data da aprovação 30/10/2020</td></tr>
<tr><td>VALIDADE</td><td>ELABORAÇÃO</td><td>REVISÃO</td><td>APROVADO</td></tr>
<tr><td>3 anos e/ou conforme atualização do MS</td><td>PATRÍCIA SANTOS DA SILVA<br>COREN-PI: 241.889 ENF<br><br>COREN-PI: 487.341 TE</td><td>Grupo Técnico de Trabalho</td><td>Grupo Técnico de Trabalho</td></tr>
<tr><td colspan="4">1 DEFINIÇÃO<br>Conjunto de ações de regulação da fecundidade, que auxiliam pessoas na prevenção e controle da geração e do nascimento de filhos; envolve adultos, jovens e adolescentes, com vida sexual com e sem parcerias estáveis, bem como aqueles que se preparam para o início da vida sexual. As ações do planejamento reprodutivo ou planejamento familiar são definidas e amparadas pela Lei nº 9.263/1996.</td></tr>
<tr><td colspan="4">2 ANAMNESE<br>• Identificação do cliente;<br>• Histórico pregresso de saúde;<br>• Histórico de alergias;<br>• Histórico de imunizações;<br>• Histórico sexual-reprodutivo (presente no formulário de consulta de enfermagem – IFPI).</td></tr>
<tr><td colspan="4">3 EXAME FISICO<br>• Sinais vitais (pulso, pressão arterial, frequência respiratória, temperatura corporal e dor);</td></tr>
</table>

- Inspeção e palpação: nível de consciência, temperatura e umidade da pele; avaliação abdominal e pélvica;
- Exame clínico das mamas, com educação para o autoexame;
- Dados antropométricos com cálculo de IMC.

**4 DIAGNOSTICO DE ENFERMAGEM**

- Adesão ao planejamento familiar.

**5 INTERVENÇÕES DE ENFERMAGEM**

**5.1 EQUIPE DE ENFERMAGEM**

- Anamnese;
- Exame físico;
- Orientar sobre o cuidado pré-concepcional (identificação do período fértil; alimentação e nutrição; uso de tabaco, álcool, outras drogas e de certos medicamentos; bom controle das condições clínicas preexistentes; avaliação das condições de trabalho e infertilidade);
- Fornecer informações sobre os métodos contraceptivos disponíveis e proporcionar a escolha da usuária, considerando fatores individuais e contexto de vida dos clientes no momento da escolha do método;
- Orientar individual ou coletivamente clientes em idade fértil, considerando os aspectos biopsicossociais relacionados ao livre exercício da sexualidade e do prazer, além dos aspectos culturais e transgeracionais relacionados à sexualidade e à reprodução;
- Ofertar e orientar sobre o uso e formas de inserção dos preservativos masculinos e femininos;
- Informar sobre o uso dos métodos contraceptivos hormonais e seus riscos, de acordo com o estilo de vida da cliente;
- Orientar sobre a função do anticoncepcional hormonal e a importância do preservativo para prevenção de IST (dupla proteção);
- Respeitar o sigilo profissional inerente à abordagem em saúde;
- Abordar as necessidades dos jovens e adolescentes em educação sexual e planejamento reprodutivo sem que haja a necessidade do acompanhamento de pais ou responsáveis legais, exceto em caso de

incapacidade daqueles.

- Encaminhar para o serviço de assistência em saúde para realização de exames complementares, conforme necessário.

## 5.2 ENFERMEIRO

- Indicações e orientações de uso conforme (APÊNDICE A);
- Prescrição conforme tabela 1.

**Tabela 1 - Contracepção Hormonal**

| MÉTODO | ANTICONCEPCIONAL | CONDUTAS DO ENFERMEIRO | EFEITOS COLATERAIS MAIS COMUNS |
|---|---|---|---|
| Anticoncepcional Oral Combinado (AOC)<br><br>Estrogênio + Progestágeno (mensal) | Etinilestradiol 0,03 mg + levonogestrel 0,15mg<br><br>Etinilestradiol 0,03mg + desogestrel 0,15mg<br><br>Etinilestradiol 0,02mg + Gestodeno 0,075mg | - Iniciar nos primeiros 5 dias do ciclo;<br>- Manter o uso de preservativo no mínimo por 7 dias após inicio do método;<br>- Ingerir o comprimido uma vez ao dia por 21 dias, dar 7 dias de intervalo e reiniciar a cartela; Em caso de esquecimento:<br>- Até 12 horas: orientar a ingestão do comprimido e esquecido assim que se lembrar;<br>- Acima de 12 horas: orientar a ingestão do comprimido esquecido assim que lembrar e utilizar preservativo por 07 dias;<br>- Mais de 1 episódio de esquecimento na | - Ganho de peso;<br>-Sensibilidade em mamas, náuseas, tontura: tranquilizar usuária, geralmente a melhora é espontânea.<br>-Alteração de humor: geralmente a melhora é espontânea;<br>-Sangramento anormal: comum nos 3 primeiros meses*;<br>-Se dor de cabeça severa ou alteração da visão: encaminhar para avaliação médica*. |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | | mesma cartela: utilizar preservativo até o término da cartela. Em caso de vômitos: Se ocorrer no período de 4 horas após a ingestão do comprimido, orientar o uso de preservativo até o final da cartela. | |
| Minipílula - Pílula de progestágeno isolado | Noretisterona 0,35 mg | - Escolher este método se a mulher estiver amamentando e após 6 semanas do parto;<br>- Tomar na mesma hora, todo o dia e manter aleitamento materno exclusive.<br><br>**Obs**: não deixar ultrapassar mais de 3 horas em relação ao horário habitual, caso ultrapasse utilizar preservativo por 2 dias. | - Sangramento anormal: comum nos primeiros 3 meses.<br>- Dor de cabeça leve, náuseas, sensibilidade mamária: tranquilizar paciente e se necessária avaliar com médico da equipe ou encaminhar para ESF. |
| Anticoncepcional Injetável (AI) Mensal Estrogênio + Progestágeno | Enantato de noretisterona 50mg + Valerato de Estradiol 5mg | - Injeção IM a cada 4 semanas (ou 30 dias);<br>- Iniciar no 1º ou 5º dia do ciclo (preferencialmente no primeiro dia do ciclo menstrual);<br>-Usar preservativo nos primeiros 7 dias após a primeira aplicação do método. | - Ganho de peso;<br>- Sensibilidade em mamas, náuseas, tontura: tranquilizar cliente, geralmente a melhora é espontânea.<br>- Alteração de humor: geralmente a melhora é espontânea;<br>- Sangramento anormal: comum |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | | | nos 3 primeiros meses;<br>- Se dor de cabeça severa ou alteração da visão: encaminhar para avaliação médica. |
| AI Trimestral Injeção de progestágeno | Acetato de medroxiprogesterona 150mg | - Injeção IM a cada 12 semanas (ou 90 dias).<br>- Pode iniciar a qualquer momento se certeza de não estar grávida ou nos primeiros 5 dias do ciclo menstrual (preferencialmente no primeiro dia);<br>- Usar preservativo no mínimo nos primeiros 7 a 14 dias após aplicação;<br>Em caso de atraso:<br>- Até 2 semanas: aplique nova injeção.<br>- Mais de 2 semanas: descarte primeiro a gravidez e após, aplique o método. | - Amenorreia (comum);<br>- Ganho de peso;<br>- Sangramento anormal: comum nos 3 primeiros meses;<br>- Se dor de cabeça severa ou alteração da visão: encaminhar para avaliação médica. |

Fonte: Brasil (2016).

## 6 ANTICONCEPCIONAL HORMONAL DE EMERGÊNCIA (AHE)

### 6.1 DIAGNÓSTICO DE ENFERMAGEM

- Relação sexual de risco;
- Comportamento sexual inadequado;
- Conhecimento sobre concepção ineficaz;
- Conhecimento sobre concepção eficaz.

## 6.2 INTERVENÇÕES DE ENFERMAGEM

**O Enfermeiro deverá ofertar a anticoncepção de emergência conforme tabela 2 para casos de:**

- Violência sexual;
- Ruptura do preservativo;
- Deslocamento ou expulsão do DIU e diafragma;
- Relação sexual sem uso de método contraceptivo;
- Uso inadequado do método contraceptivo, como esquecimento prolongado do contraceptivo oral, atraso na data do injetável mensal, cálculo incorreto do período fértil, erro no período de abstinência.

**Deverá estar atento a**:

- Ofertar o incentivo da utilização de outros métodos contraceptivos disponíveis e estimular a participação em atividades educativa;
- A pílula de levonorgestrel deve ser ofertada até 5 (cinco) dias após a relação sexual desprotegida;
- Investigar situação de violência sexual, se sim realizar encaminhamento ao serviço de urgência para notificação e outras medidas de urgência;
- Orientar sobre os principais efeitos colaterais: alterações no volume ou duração do fluxo menstrual ou na data esperada para o seu início;
- Incentivar a utilização de outros métodos contraceptivos disponíveis e estimular a participação em atividades educativas;
- Após uso de AHE (anticoncepcional hormonal de emergência), tomar ou reiniciar uso no dia em que parar de tomar a AHE;
- Uso de método de apoio por sete dias (anticoncepcional de barreira feminino ou masculino).

**Tabela 2 - Contracepção Hormonal de Emergência**

| MÉTODO | ESQUEMA TERAPÊUTICO | INFORMAÇÕES E PRAZO DE INÍCIO DA ANTICONCEPÇÃO |
|---|---|---|
| Levonorgestrel (comprimidos de 0,75mg) | 1,5mg de Levonorgestrel, dose única, por via oral (preferencialmente*). **OU** 1 comprimido de 0,75 mg, de 12 em 12 horas, via oral (total de 2 comprimidos). | Caso haja vômitos até uma hora após a ingestão dos comprimidos, repetir a dose após uso de um antiemético e de se alimentar. Iniciar de preferência nas primeiras 72 horas. Limite de cinco dias. |

Fonte: Brasil (2016).

Nota:

* O AHE pode ser usado por via vaginal caso a mulher esteja desacordada, como em casos em que ela tenha sido vítima de violência.

Observação: a eficácia (índice de Pearl) é, em média, de 2%. O índice de efetividade para cada ato sexual desprotegido é de 75% (ou seja, para cada quatro relações sexuais desprotegidas, o método é capaz de prevenir três gestações).

## REFERÊNCIAS


BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa. **Protocolos da atenção básica**: saúde das mulheres. Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Acolhimento à demanda espontânea**: queixas mais comuns na atenção básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. (Cadernos de Atenção Básica n. 28, volume II).

BULECHEK, G. M.; BUTCHER, H. K.; DOCHTERMAN, J. M. **Classificação das Intervenções de Enfermagem (NIC)**. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MATO GROSSO DO SUL. Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande. **Protocolo de enfermagem em saúde da mulher na atenção primária à saúde**. Campo Grande, MS: COREN-MS, 2010. Disponível em: http://ms.corens.portalcofen.gov.br/wp-content/uploads/2020/11/Protocolo-SA%C3%9ADE-DA-MULHER.pdf. Acesso em: 02 mar. 2021.

GARCIA, T. R. (org.) **Classificação Internacional para a Prática de Enfermagem (CIPE®):** versão 2017. Porto Alegre: Artmed, 2017.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ. **Formulários SAE para consulta de enfermagem e atendimento de demanda espontânea no âmbito do IFPI**. Teresina: IFPI, 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Saúde. **Protocolo de enfermagem**: saúde da mulher na atenção primária: acolhimento às demandas da mulher nos diferentes ciclos de vida: volume 3.

Florianópolis, SC, 2016. Disponível em: http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/28_11_2016_22.36.14.03084a93d0f0eec988fa25f3095b594a.pdf. Acesso em: 01 mar. 2021.

## APÊNDICE A - Método Hormonal

### ANTICONCEPCIONAL ORAL COMBINADO – AOC E A MINIPÍLULA

**Quando indicar?**

- Para toda e qualquer mulher, independentemente se adolescente ou adulta, ou no climatério, que preencha os critérios de elegibilidade para anticoncepção com AOC ou minipílula. A anticoncepção oral pode ser fornecida à mulher em qualquer momento para que inicie a ingestão posteriormente. Não há motivo para que isso não seja feito;
- Não necessita realizar colpocitologia, exame de mamas ou pélvico para iniciar o uso;
- Aquelas infectadas com o HIV, que tenham AIDS ou estejam em terapia antirretroviral (ARV) podem utilizar os AOC com segurança. Incentive-as a também utilizarem preservativos (dupla proteção).

**Como utilizar?**

**AOC**: iniciar preferencialmente entre o 1º e o 5º dia do ciclo menstrual.
Manter o intervalo de sete dias entre as cartelas, no caso do AOC monofásico.
**Minipílula:** ingerir 1 comprimido ao dia sem intervalo entre as cartelas.

**O que orientar?**

- A eficácia do método depende da cliente;
- Não protege contra infecções sexualmente transmissíveis (IST);
- **AOC:** tomar uma dose diariamente, se possível sempre no mesmo horário. Iniciar nova cartela no dia certo. Não há contraindicação em iniciar o AOC no meio do ciclo menstrual, mas pode provocar alterações menstruais naquele ciclo;
- **Minipílula**: tomar uma dose diariamente, se possível sempre no mesmo horário, sem interrupções. É um método com boa eficácia se associado à amamentação.

**Quando começar?**

- **Se estiver mudando de método não hormonal:** a qualquer momento do mês. Se em uso do DIU, iniciar imediatamente depois da retirada. Utilizar método de apoio por sete dias;
- **Mudança de método hormonal:** imediatamente. Se estiver mudando de injetáveis, poderá iniciar quando a injeção de repetição já tiver sido administrada;
- **Ausência da menstruação (não relacionada ao parto):** se não grávida, a qualquer momento. Uso de método de apoio por sete dias;
- **Após uso de ACE (anticoncepção de emergência):** tomar ou reiniciar uso no dia em que parar de tomar a ACE. Uso de método de apoio por sete dias.
- **Após a gestação (amentando de forma exclusiva ou não, com mais de seis semanas do parto)**: iniciar a minipílula a qualquer momento se há certeza razoável de que não está grávida. Método de apoio por sete dias. Em geral, os AOC's não são usados em mulheres nos primeiros seis meses do pós-parto que estejam amamentando.
- **Após aborto (espontâneo ou não):** imediatamente. Se iniciar nos sete dias depois de aborto, não necessita de método de apoio. Se mais que sete dias, iniciar desde que haja certeza razoável de que a mulher não está grávida;
- **Não amamentando: 1) para início de AOC:** em qualquer momento após o 21º dia do pós-parto, desde que com certeza razoável de que não está grávida; **2) para início de minipílula:** se menos de quatro semanas do parto, começar a qualquer momento (sem necessidade de método de apoio) – não é um método muito eficaz para mulheres que não estão amamentando.

**Quais os efeitos colaterais/adversos mais comuns?**

- Alterações da menstruação, náuseas ou tonturas, alterações do peso (AOC), alterações de humor ou no desejo sexual, acne (AOC), cefaleia

comum (AOC), dores de cabeça com enxaqueca, sensibilidade dos seios, dor aguda na parte inferior do abdômen (minipílula) etc.;

- Outros possíveis efeitos são apresentados na tabela 1.

**Se esquecer de tomar o AOC?**

- Tomar uma pílula assim que se notar o esquecimento;
- Esqueceu uma ou duas pílulas ou atrasou o início da nova cartela em um ou dois dias? Tomar uma pílula de imediato e tomar a pílula seguinte no horário regular. Nesses casos, o risco de gravidez é muito baixo.
- Esqueceu-se de tomar três ou mais pílulas? Tomar uma pílula de imediato e utilizar outro método contraceptivo de apoio por sete dias. Caso a usuária tenha feito sexo nos últimos cinco dias, avaliar necessidade de uso do anticoncepcional de emergência. Se o esquecimento tiver ocorrido na 3ª semana da cartela, iniciar nova cartela após sete dias.
- Vômitos ou diarreia? Se vomitar nas primeiras duas horas após tomar o AOC, pode tomar outra pílula assim que possível. Continuar tomando as pílulas normalmente. Se estiver vomitando ou com diarreia por mais que dois dias, seguir as instruções do tópico 3.

**ANTICONCEPCIONAL INJETÁVEL – AI: MENSAL E TRIMESTRAL**

**Quando indicar?**

- Para toda e qualquer mulher, independentemente se adolescente ou adulta, que preencha os critérios de elegibilidade para anticoncepção com o AI de escolha.
- Não necessita realizar colpocitologia, exame de mamas ou pélvico para iniciar o uso.
- Aquelas infectadas com o HIV, que tenham AIDS ou estejam em terapia antirretroviral (ARV) podem utilizar os AI's com segurança. Incentive-as a utilizarem preservativos juntamente com os injetáveis.

**Como utilizar?**

- Se trimestral, a cada três meses (13 semanas). Se mensal, a cada quatro semanas (30 dias);
- O AI trimestral pode ser adiantado ou atrasado em até duas semanas;
- O AI mensal pode ser adiantado ou atrasado em até sete dias.

**O que orientar?**

- Para maior eficácia, é importante aplicar no intervalo correto.
- No caso do AI trimestral, o retorno à fertilidade é gradual, mas pode apresentar alguma demora.
- Não protege contra infecções sexualmente transmissíveis (IST's).

**Quando começar?**

- A cliente pode iniciar o uso a qualquer momento se houver certeza razoável de que não está grávida. Utilizar método de apoio por sete dias.
- **Após a gestação (amamentando de forma exclusiva ou quase ou parcialmente**): para AI trimestral e se não houve retorno da menstruação, iniciar a qualquer momento se há certeza razoável de que não está grávida. Método de apoio por sete dias.
- **Amamentando de forma exclusiva ou quase ou parcialmente para AI mensal:** atrase a primeira injeção até completar seis semanas depois do parto ou quando o leite não for mais o alimento principal do bebê – o que ocorrer primeiro.
- **Após aborto (espontâneo ou não**): imediatamente. Se mais que sete dias, iniciar desde que haja certeza razoável de que não está grávida (método de apoio por sete dias).
- **Não amamentando: 1) para AI trimestral,** se menos de quatro semanas, iniciar a qualquer momento (sem necessidade de método de apoio); **2) para AI mensal,** se menos de quatro semanas do parto, iniciar a qualquer momento a partir do 21º do parto; **3) para ambos os AI**, se mais que quatro semanas do parto, iniciar a qualquer momento desde que com certeza razoável de que não está grávida. Se a menstruação tiver retornado, começar tal como mulheres que apresentam ciclos menstruais.

**Quais os efeitos colaterais/adversos mais comuns?**

- Alterações da menstruação, alterações do peso (AI mensal), alterações de humor ou no desejo sexual (AI trimestral), cefaleia comum, dores de cabeça com enxaqueca, sensibilidade dos seios (AI mensal) etc..

**Observações**

- **No caso do AI trimestral**: independentemente do atraso, ela deve retornar para a próxima injeção. Se o atraso foi maior do que duas semanas, ela deve abster-se de fazer sexo ou utilizar método de apoio até que receba uma injeção. Poderá tomar pílulas de anticoncepção hormonal de emergência (AHE) se o atraso foi maior do que duas semanas e ela tenha feito sexo desprotegido nos últimos cinco dias. Se o atraso for de mais de duas semanas, poderá receber a injeção seguinte se: houver certeza que não está grávida (ela não fez sexo nas duas semanas após o período em que ela deveria ter recebido sua última injeção ou utilizou método de apoio ou tomou AHE depois de ter feito sexo desprotegido nas duas semanas após o período em que ela deveria ter tomado sua última injeção); ou se ela estiver em amamentação de forma exclusiva ou quase e deu à luz há menos de seis meses. Ela precisará de método de apoio nos primeiros sete dias após a injeção. Se a cliente estiver mais que duas semanas atrasada e não atender aos critérios citados, medidas adicionais (como o teste rápido para gravidez) poderão ser tomadas para que se tenha certeza razoável de que ela não está grávida.
- **No caso do AI mensal: se houver menos de sete dias em atraso**, realizar a próxima aplicação sem necessidade de testes, avaliação ou método de apoio. **Se atrasar mais de sete dias**, poderá receber a injeção seguinte se: houver certeza que não está grávida (ela não fez sexo nas duas semanas após o período em que deveria ter recebido sua última injeção ou utilizou método de apoio ou tomou AHE depois de ter feito sexo desprotegido nas duas semanas após o período em que ela deveria ter tomado sua última injeção). Ela precisará de método de apoio nos primeiros

sete dias após a injeção. Se a cliente estiver mais que sete dias atrasada e não atender aos critérios acima, medidas adicionais (como o teste rápido para gravidez) poderão ser tomadas para que se tenha certeza razoável de que ela não está grávida.

## 1.31 PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DAS QUEIMADURAS

<table>
<tr><td rowspan="2">  </td><td rowspan="2">PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DAS QUEIMADURAS</td><td>Versão</td><td>1.0</td></tr>
<tr><td colspan="2">Data da aprovação<br>30/10/2020</td></tr>
<tr><td>VALIDADE</td><td>ELABORAÇÃO</td><td>REVISÃO</td><td>APROVAÇÃO</td></tr>
<tr><td>3 anos e/ou conforme atualização do MS</td><td>MARIA DA CRUZ DIAS FEITOSA<br>COREN-PI: 314.317 ENF</td><td>Grupo Técnico de Trabalho</td><td>Grupo Técnico de Trabalho</td></tr>
</table>

**1 DEFINIÇÃO**

É toda lesão provocada pelo contato direto com alguma fonte de calor ou frio, produtos químicos, corrente elétrica, radiação ou mesmo alguns animais e plantas (como larvas, água-viva, urtiga), entre outros. Se a queimadura atingir 10% do corpo de uma criança ela corre sério risco. Já em adultos, o risco existe se a área atingida for superior a 15%.

**Tipos de queimadura**

- **Queimaduras térmicas**: são provocadas por fontes de calor como o fogo, líquidos ferventes, vapores, objetos quentes e excesso de exposição ao sol;
- **Queimaduras químicas**: são provocadas por substância química em contato com a pele ou mesmo através das roupas;
- **Queimaduras por eletricidade**: são provocadas por descargas elétricas.

**Quanto à profundidade, as queimaduras podem ser classificadas como:**

- **1º grau**: atingem as camadas superficiais da pele. Apresentam vermelhidão, inchaço e dor suportável no local, sem a formação de bolhas;
- **2º grau**: atingem as camadas mais profundas da pele. Apresentam bolhas, pele avermelhada, manchada ou com coloração variável, dor, inchaço, desprendimento de camadas da pele e possível estado de choque;

**3º grau**: atingem todas as camadas da pele e podem chegar aos ossos. Apresentam pouca ou nenhuma dor e a pele branca ou carbonizada.

**2 ANAMNESE**

- Identificação do paciente;
- Queixa inicial;
- Condições de saúde;
- Grau de dependência;
- Histórico de alergias;
- Histórico de imunização.

**3 EXAME FISICO**

- Sinais vitais (pulso, pressão arterial, frequência respiratória, temperatura corporal e dor);
- Inspeção e palpação: nível de consciência, estado nutricional e de hidratação, áreas com alteração de coloração; temperatura; umidade; turgor; vascularização ou hematomas; lesões (local, tamanho, exsudato, leito da lesão).

**4 DIAGNOSTICO DE ENFERMAGEM**

- Ferida por queimadura.

**5. INTERVENÇÕES DE ENFERMAGEM**

**5.1 EQUIPE DE ENFERMAGEM**

- Anamnese;
- Exame físico;
- Realizar curativo conforme (POP 27);
- Lavar a lesão com água corrente ou soro fisiológico e observar a temperatura que deve ser próxima ou igual a da temperatura corporal;
- Aplicar agentes tópicos na lesão (cremes e ácido graxo essencial (AGE)), se necessário;
- Colocar curativo oclusivo sem fazer compressão, se necessário;
- Oferecer o controle adequado da dor com medidas farmacológicas e não farmacológicas;
- Lavar, continuamente, lesões por substâncias químicas durante 30 minutos ou mais, para garantir a eliminação de todo o agente queimador;

- Determinar a área de entrada e saída das queimaduras elétricas para avaliar os órgãos que possam estar envolvidos;
- Monitorar o nível de consciência em pacientes com grandes queimaduras;
- Avaliar a boca e as fossas nasais do paciente para identificar possíveis lesões por inalação;
- Encaminhar à imunização antitetânica, conforme apropriado;
- Assegurar a ingestão adequada de líquidos e nutrientes;
- Discutir o caso na equipe para continuidade dos cuidados ao indivíduo e à família;
- Fornecer orientações e agendar data do retorno;
- Encaminhar e/ou acompanhar quando necessário o usuário até o serviço de referência.

**5.2 ENFERMEIRO**

- Avaliar a lesão examinando profundidade, extensão, localização, dor, agente causador, exsudação, granulação ou tecido necrosado, epitelização e sinais de infecção.

**Prescrever:**

**Sulfadiazina de prata 1%**: conforme avaliação da lesão, aplicar o creme por toda extensão da lesão (5mm de espessura). Colocar gaze de contato úmida. Cobrir com cobertura secundária estéril. O curativo deve ser trocado diariamente ou até duas vezes ao dia.

**Hidrogel**: conforme avaliação da lesão, aplicar o gel apenas sobre o leito da ferida e ocluir com curativo secundário. Trocar a cada 24 horas se a ferida estiver infectada. Pode permanecer por até 72 horas.

**Recomendação**: administrar analgésico 30 minutos antes da realização do curativo, se necessário.

**Analgesia**

**Dipirona Sódica** solução oral 500 mg/ml: 20 a 40 gotas em administração única, ou se a dor permanecer, até o máximo de 40 gotas, 4 vezes ao dia; **OU**

**Paracetamol** 500 mg: 1 ou 2 comprimidos (500 mg a 1.000 mg), por via oral, em administração única, ou a cada 6 horas se a dor permanecer, respeitando a dose máxima de 4g/dia.

**Orientar cuidados pós-cicatrização**: uso de cremes hidratantes em grande quantidade, acompanhado de massagem no local, evitar o sol por seis meses e monitoramento durante um ano para o aparecimento de cicatrizes hipertróficas.

**REFERÊNCIAS**

BRASIL. Ministério da Saúde. Biblioteca Virtual em Saúde. **Queimaduras**. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/dicas-em-saude/2109-queimaduras. Acesso em: 18 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Acolhimento à demanda espontânea**: queixas mais comuns na atenção básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. (Cadernos de Atenção Básica n. 28, volume II).

## 1.32 PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DA URTICÁRIA

<table>
<tr><td rowspan="2">  </td><td rowspan="2">PROTOCOLO DE ENFERMAGEM PARA O TRATAMENTO DA URTICÁRIA</td><td>Versão</td><td>1.0</td></tr>
<tr><td colspan="2">Data da aprovação<br>30/10/2020</td></tr>
<tr><td>VALIDADE</td><td>ELABORAÇÃO</td><td>REVISÃO</td><td>APROVAÇÃO</td></tr>
<tr><td>3 anos e/ou conforme atualização do MS</td><td>NAILA ROBERTA ALVES ROCHA<br>COREN-PI: 241.927 ENF</td><td>Grupo Técnico de Trabalho</td><td>Grupo Técnico de Trabalho</td></tr>
</table>

**1 DEFINIÇÃO**

Irritação cutânea caracterizada por lesões avermelhadas e levemente inchadas, como vergões, que aparecem na pele e coçam muito. Essas lesões podem surgir em qualquer área do corpo, pequenas, isoladas ou se juntarem e formar grandes placas avermelhadas, com desenhos e formas variadas, sempre acompanhadas de coceira. Aparecem em surtos, podendo surgir em qualquer período do dia ou da noite, durando horas e desaparecendo sem deixarem marcas na pele. Embora seja mais comum em adultos jovens (entre 20 e 40 anos), a urticária crônica pode ocorrer em qualquer idade.

**Tipos de urticária**

De acordo com o tempo de duração, a urticária pode ser:

**Urticária aguda**: quando os sinais e sintomas desaparecem em menos de seis semanas.

**Urticária crônica**: quando os sintomas duram por seis semanas ou mais.

De acordo com a causa, a urticária é classificada em:

**Urticária induzida**: quando um fator é identificado, como drogas, alimentos, infecções, estímulos físicos (calor, frio, sol, água, pressão).

**Urticária espontânea**: quando a doença ocorre sem uma causa identificada,

também chamada de urticária idiopática.

**2 ANAMNESE**

- Identificação do cliente;
- Queixa inicial;
- Histórico de saúde;
- Histórico de alergias;
- Histórico de imunização.

**3 EXAME FISICO**

- Sinais vitais (pulso, pressão arterial, frequência respiratória, temperatura corporal e dor);
- Inspeção: presença de prurido intenso, lesões avermelhadas e levemente inchadas, como vergões. Pode ocorrer inchaço rápido, intenso e localizado, que atinge normalmente pálpebras, lábios, língua e garganta. Este inchaço, algumas vezes, dificulta a respiração, constituindo risco de morte. As lesões de angioedema podem durar mais de 24 horas. Na presença de anafilaxia, onde a reação envolve todo o corpo, ocorrem náuseas, vômitos, hipotensão e edema de glote (garganta) com dificuldade para respirar.

**4 DIAGNOSTICO DE ENFERMAGEM**

- Prurido presente;
- Integridade da pele prejudicada;
- Edema presente;
- Dispneia presente.

**5 INTERVENÇÕES DE ENFERMAGEM**

**5.1 EQUIPE DE ENFERMAGEM**

- Determinar a causa do prurido;
- Fazer exame físico para identificar rupturas na pele;
- Aplicar compressa fria para alívio da irritação, se indicado;
- Orientar o cliente a manter as unhas curtas;
- Comunicar os responsáveis pelo cliente, se necessário;
- Monitorar as características da lesão;

- Monitorar áreas de risco de deterioração;
- Verificar estado nutricional;
- Monitorar sinais e sintomas de infecção;
- Aplicar curativo apropriado;
- Verificar se o cliente apresenta sinais de abuso físico/negligência;
- Orientar o cliente e a família sobre procedimentos de cuidado com a lesão;
- Orientar o cliente e a família sobre sinais e sintomas de infecção;
- Documentar local, tamanho e aspecto da lesão;
- Avaliar a localização e a extensão do edema;
- Monitorar sinais e intensidade do edema;
- Fazer uma avaliação completa da circulação periférica;
- Aplicar gelo nas primeiras 24 a 36 horas para reduzir edema, se indicado;
- Manter vias aéreas permeáveis;
- Monitorar frequência, ritmo, profundidade e esforço nas respirações;
- Monitorar a ocorrência de dispneia e eventos que a melhorem ou piorem;
- Monitorar saturação periférica de oxigênio;
- Monitorar sinais vitais;
- Encaminhar ao serviço de emergência, se indicado.

**5.2 ENFERMEIRO**

**Prescrever:**

**Loratadina** (10mg/cp ou xarope com 1mg/ml) – 10mg ao dia por via oral;

**Prednisona** (5mg/cp e 20mg/cp - 0,5mg/kg) – máximo de 60mg/dia por via oral.

**REFERÊNCIAS**

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Acolhimento à demanda espontânea**: queixas mais comuns na atenção básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. (Cadernos de Atenção Básica n. 28, volume II). Disponível em:

http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/acolhimento_demanda_espontanea_queixas_comuns_cab28v2.pdf. Acesso em: 16 fev. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ. **Formulários SAE para consulta de enfermagem e atendimento de demanda espontânea no âmbito do IFPI**. Teresina: IFPI, 2020.

# REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Brasília: Ministério da Educação, 19 jul. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm. Acesso em: 12 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017**. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, 2017. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html. Acesso em: 12 mar. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Decreto nº 94.406/87**. Regulamenta a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o exercício da Enfermagem, e dá outras providências. Brasília, 08 jun. 1987. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/decreto-n-9440687_4173.html. Acesso em: 23 fev. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Lei nº 7.498/86, de 25 de junho de 1986.** Dispõe sobre a regulamentação do exercício da Enfermagem e dá outras providências. 1986. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/lei-n-749886-de-25-de-junho-de-1986_4161.html. Acesso em: 23 fev. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Resolução COFEN nº 358/2009.** Dispõe sobre a Sistematização da Assistência de Enfermagem e a implementação do Processo de Enfermagem em ambientes, públicos ou privados, em que ocorre o cuidado profissional de Enfermagem, e dá outras providências. 2019. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/resoluo-COFEN-3582009_4384.html. Acesso em: 23 fev. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Resolução COFEN nº 564/2017**. Aprova o novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. 2017. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017_59145.html. Acesso em: 12 mar. 2021.

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM (São Paulo). **Guia para construção de protocolos assistenciais de enfermagem**. São Paulo, 2017. Disponível em: https://portal.coren-sp.gov.br/sites/default/files/Protocolo-web.pdf. Acesso em: 23 fev. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ. **Cartilha da política estudantil do IFPI**. Teresina: IFPI, 2017. Disponível em: http://sardes.ifpi.edu.br:8080/pergamumweb/vinculos/00003a/00003a35.pdf. Acesso em: 23 fev. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ. **Projeto Pedagógico do curso de Bacharelado em Administração**. Angical, PI: 2016. Disponível em: https://ifpi.edu.br/angical/o-

campus/cursos/bacharelado/PPCADMINISTRACAOADAPTAOANGICAL1.pdf. Acesso em: 23 fev. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ. **Resolução n° 27/2016 - Conselho Superior**. Aprova a alteração da Resolução nº 14/2014 e da Resolução nº 31/2014 do CONSUP que trata da Política de Assistência Estudantil - POLAE, no IFPI. Teresina: IFPI, 2016. Disponível em: https://www.ifpi.edu.br/area-do-estudante/assistencia-estudantil/resolucao-27-2016. Acesso em: 12 mar. 2021.

JERONIMO, M. K. A expansão do Instituto Federal de Educação do Piauí (IFPI): 110 anos de história. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 6., 2019, Fortaleza. **Anais** [...]. Fortaleza: Realize, 2019. Não paginado. Disponível em: http://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA20_ID13389_03102019223209.pdf. Acesso em: 12 mar. 2021.

MATO GROSSO (Estado). Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste. **Lei nº 546/2019**. Aprova o Protocolo de Prescrição de Medicamentos e Solicitação de Exames por Enfermeiro na Atenção Básica o Município de Conquista D'Oeste e dá outras providências. Mato Grosso, 21 fev. 2019. Disponível em: https://www.conquistadoeste.mt.gov.br/Transparencia/fotos_downloads/5358.pdf. Acesso em: 23 fev. 2021.

INSTITUTO FEDERAL
Piauí

**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI**
Reitoria - Avenida Presidente Jânio Quadros, 330
64.053-390, Santa Isabel, Teresina (PI)

Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IFPI
Av. Jânio Quadros, 330, Santa Isabel, TERESINA / PI, CEP 64053-390
Fone: (86) 3131-1443 Site: www.ifpi.edu.br

# RESOLUÇÃO 23/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 23 de agosto de 2021.

Autoriza o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), Campus Parnaíba.

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, no uso de suas atribuições conferidas no Estatuto deste Instituto Federal, aprovado pela Resolução Normativa nº 59, de 20 de agosto de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2021, e considerando o Processo nº 23172.001209/2021-57 e deliberação em reunião ordinária do dia 20 de agosto de 2021,

**R E S O L V E:**

Art. 1º Autorizar o funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas no IFPI, Campus Parnaíba, a partir do período letivo de 2022, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor em 1° de setembro de 2021.

PAULO HENRIQUE GOMES DE LIMA

Presidente do CONSUP

Documento assinado eletronicamente por:

- **Paulo Henrique Gomes de Lima, REITOR - CD1 - IFPI-IFPI**, em 23/08/2021 11:14:22.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 22/07/2021. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse https://suap.ifpi.edu.br/autenticar-documento/ e forneça os dados abaixo:

**Código Verificador:** 41465
**Código de Autenticação:** dbbe10582d

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL
Piauí

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

CAMPUS PARNAÍBA

DIREÇÃO DE ENSINO

# PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

# CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

PARNAÍBA

DEZEMBRO DE 2020

**REITOR**

Paulo Henrique Gomes de Lima

**PRÓ-REITORA DE ENSINO**

Laura Maria Andrade de Sousa

**DIRETORIA DE ENSINO SUPERIOR**

Francisca da Rocha Barros Batista

**DIRETORIA DE POLÍTICAS PEDAGÓGICAS**

Orideia de Sousa Lima

**DIRETORIA GERAL DO CAMPUS PARNAÍBA**

Luis Fernando dos Santos Souza

**DIRETORIA DE ENSINO**

Marcelo Ribeiro Mesquita

**COORDENADOR DO EIXO DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

Clodoaldo Brasilino Leite Neto

**COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO**

Athanio de Souza Silveira

Clodoaldo Brasilino Leite Neto

Denival Araujo dos Santos

Denylson Melo Pereira

SUMÁRIO

**1. DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO 6**
1.1. Identificação da Mantenedora 6
1.2. Identificação da Mantida 6
1.3. Corpo Dirigente da Instituição 6
1.4. Breve Histórico da Instituição 7
1.5. Identidade Estratégica da Instituição 12
1.5.1. Missão 12
1.5.2. Finalidades 12
1.5.3. Objetivos 13

**2. DO CURSO 14**
2.1. Dados Gerais 14
2.2. Breve Histórico do Curso 15
2.3. Justificativa da Oferta 16

**3. ASPECTOS LEGAIS 19**

**4. OBJETIVOS DO CURSO 20**
4.1. Objetivo Geral 20
4.2. Objetivos Específicos 20

**5. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO 21**

**6. FORMAS DE INGRESSO E INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR 22**

**7. DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR 22**
7.1. Considerações Iniciais 22
7.2. Matriz curricular 24
7.3. Desenho Curricular 27
7.4. Metodologia 28

**8. SISTEMA DE AVALIAÇÃO 31**

**9. PROGRAMA DOS COMPONENTES CURRICULARES 34**

**10. ATIVIDADES ARTICULADAS AO ENSINO 71**
10.1. Projetos Integradores 71
10.2. Atividades complementares 72
10.3. Prática Curricular em Comunidade e em Sociedade – PCCS 73
10.4. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC 74
10.5. Estágio Supervisionado 75

**11. INCLUSÃO E DIVERSIDADE NOS CURSOS DE TECNOLOGIA 76**

**12. MOBILIDADE ACADÊMICA 78**

**13. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS, PROGRAMAS E PROJETOS VOLTADOS AOS DISCENTES 79**

13.1. Políticas de Ensino 79

13.2. Políticas de pesquisa e inovação 80

13.3. Políticas de extensão 81

**14. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS ANTERIORES 84**

**15. GESTÃO ACADÊMICA DO CURSO 84**

15.1. Coordenação do curso 84

15.2. Colegiado do curso 86

15.3. Núcleo docente estruturante do curso 87

**16. DOS RECURSOS HUMANOS 88**

16.1. Docentes 88

16.2. Técnicos Administrativos em Educação 90

**17. DA INFRAESTRUTURA 92**

17.1. Espaço Físico Geral 92

17.2. Segurança, manutenção e conservação das instalações físicas e equipamentos 93

17.3. Condições de acessibilidade para os portadores de necessidades específicas 94

17.4. Espaços Físicos Específicos do Campus 94

17.4.1. Espaço de trabalho para o coordenador do curso e serviços acadêmicos 94

17.4.2. Sala de Professores 95

17.4.3. Salas de Aula 95

17.4.4. Sala de Reuniões 95

17.4.5. Laboratórios de Informática 95

17.4.6. Biblioteca 97

17.4.7. Periódicos e base de dados específicas 98

**18. AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO 99**

**19. CERTIFICADOS E DIPLOMAS 99**

**20. REFERÊNCIAS 100**

# 1. DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

## 1.1. Identificação da Mantenedora

**Nome**: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

**CNPJ**: 10.806.496/0001-49

**Endereço**: Av. Presidente Jânio Quadros, 330, Santa Isabel

**Cidade**: Teresina **UF**: PI **CEP**: 64.053-390

**Telefone**: (86) 3131-1443

## 1.2. Identificação da Mantida

**Nome**: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ - CAMPUS PARNAÍBA

**CNPJ**: 10.806.496/0015-44

**Endereço**: Av. Monsenhor Antonio Sampaio, S/N, Dirceu Arcoverde

**Cidade**: Parnaíba **UF**: PI **CEP**: 64215-145

**Telefone**: (86) 3315-6900

## 1.3. Corpo Dirigente da Instituição

**Cargo**: Reitor

**Nome**: Paulo Henrique Gomes de Lima

**Endereço**: Rua Jônatas Batista, 2911, Porenquanto

**Cidade**: Teresina **UF**: PI **CEP**: 64003-080

**Telefone**: (86) 3223-9225 / (86) 99929-3260

**E-mail**: paulohenrique@ifpi.edu.br

**Cargo**: Pró-Reitora de Ensino

**Nome**: Laura Maria Andrade de Sousa

**Endereço**: Av. Presidente Jânio Quadros, 330, Santa Isabel

**Cidade**: Teresina **UF**: PI **CEP**: 64.053-390

**Telefone**: (86) 3131-1436

**E-mail**: proreitoria.ensino@ifpi.edu.br

**Cargo**: Diretor Geral do Campus Parnaíba

**Nome**: Luis Fernando dos Santos Souza

**Endereço**: Av. Monsenhor Antonio Sampaio, S/N, Dirceu Arcoverde

**Cidade**: Parnaíba **UF**: PI **CEP**: 64215-145

**Telefone**: (86) 3315-6901

**E-mail**: dg.capar@ifpi.edu.br

**Cargo**: Diretor de Ensino do Campus Parnaíba

**Nome**: Marcelo Ribeiro Mesquita

**Endereço**: Av. Monsenhor Antonio Sampaio, S/N, Dirceu Arcoverde

**Cidade**: Parnaíba **UF**: PI **CEP**: 64215-145

**Telefone**: (86) 3315-6930

**E-mail**: coeic.capar@ifpi.edu.br

**Cargo**: Coordenador do Eixo de Informação e Comunicação

**Nome**: Clodoaldo Brasilino Leite Neto

**Endereço**: Av. Monsenhor Antonio Sampaio, S/N, Dirceu Arcoverde

**Cidade**: Parnaíba **UF**: PI **CEP**: 64215-145

**Telefone**: (86) 3315-6934

**E-mail**: coeic.capar@ifpi.edu.br

## 1.4. Breve Histórico da Instituição

O Instituto Federal do Piauí – IFPI é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi e descentralizada, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica.

Criada nos termos da Lei nº 11.892/2008, a instituição é vinculada ao Ministério da Educação, possui natureza jurídica de autarquia, sendo detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

A missão do IFPI é promover uma educação de excelência, direcionada às demandas sociais, destacando-se como instituição de referência nacional na formação de cidadãos críticos e éticos, dotados de sólida base científica e humanística e comprometidos com intervenções transformadoras na sociedade e com o desenvolvimento sustentável.

Em 1909, após 101 dias da posse do Presidente Nilo Peçanha, foi decretada a criação de uma Rede Nacional de Escolas Profissionais (Decreto nº 7.566, de 23 de setembro) fundando, entre outras, a Escola de Aprendizes Artífices do Piauí.

Em 1910, aconteceu a 1ª reunião de instalação da Escola de Aprendizes Artífices, tendo sido a Escola do Piauí uma das três primeiras a serem instaladas e suas atividades foram iniciadas num velho casarão situado em uma antiga praça denominada Aquidabã, hoje, Praça Pedro II.

Em março de 1910, deu-se início ao 1º ano letivo da Escola de Aprendizes e Artífices do Piauí. Foram ofertados os cursos de Alfabetização e de Desenho. Os cursos profissionalizantes oferecidos àquela época foram: Arte Mecânica, Marcenaria e Sapataria.

No período de 1937 a 1942, a Escola de Aprendizes Artífices do Piauí, na vigência do Estado Novo, recebe uma nova denominação: Liceu Industrial do Piauí, devido à meta do governo federal de industrializar o país e de formar os operários para servir ao Parque Industrial Brasileiro. Naquele período, foi construída e inaugurada a sua sede própria, em terreno doado pela Prefeitura Municipal de Teresina, na Praça Monsenhor Lopes, hoje, Praça da Liberdade.

Em 1942, a Lei Orgânica do Ensino Industrial dividiu as escolas da Rede Federal em Industriais e Técnicas. A escola do Piauí passou a ser Escola Industrial de Teresina, continuando a formar profissionais na área da indústria. Permaneceu com essa denominação até 1965.

De 1965 a 1967, a Escola do Piauí passa por mais uma denominação, Escola Industrial Federal do Piauí, com autonomia para implantar cursos técnicos industriais. Os primeiros cursos técnicos de nível médio foram os cursos de Edificações e Agrimensura.

Segundo Rodrigues (2002, p.), em 1967, a Escola passa por mais uma mudança em sua denominação, recebendo o nome de Escola Técnica Federal do Piauí- ETFPI. Ofertava, além dos cursos da área industrial, os da área de serviços: Contabilidade, Administração, Secretariado e Estatística. Nesse período, também foi oportunizado o ingresso às mulheres.

De 1970 a 1994, houve uma preocupação com a qualificação do corpo docente. Oportunizou-se aos docentes a participação em curso de especialização, fora do Estado, em Minas Gerais. Além disso, outros docentes conseguiram aprovação em Programas de Mestrado e Doutorado.

Em 1994, dois fatos marcaram a história da ETFPI: a implantação da primeira Unidade de Ensino Descentralizada (UNED), em Floriano-PI, autorizada pela Portaria MEC nº 934, de 16/06/1994, DOU de 17/06/1994, e a autorização para a transformação da ETFPI em Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí- CEFET-PI, através da Lei n. 8.948/1994.

De acordo com Rodrigues (2002, p.), a Escola Técnica Federal do Piauí obteve parecer favorável para se transformar em CEFET em 1997. Entretanto, a portaria que autoriza a ETFPI a transformar-se em CEFET só foi expedida no mês de março de 1999. Essa transformação de Escola Técnica em Centro Federal ocorreu para atender às novas demandas sociais de formação de técnicos de nível superior, motivada pela expansão dos conhecimentos tecnológicos e pelas alterações/inovações nos sistemas produtivos.

A Escola Técnica Federal do Piauí ancorou-se em suas experiências nos diversos serviços prestados à comunidade. Enfrentam-se dificuldades e avanços no terreno do Ensino Profissional Tecnológico, pela oferta de um curso de Tecnologia em Informática, a partir de 1999. Foi nesse momento histórico que se realizou o primeiro vestibular do CEFET-PI, para o curso superior de Tecnologia em Informática. O primeiro vestibular para esse curso ocorreu em julho do ano referido, com uma oferta de 64 vagas, distribuídas igualmente entres os turnos tarde e noite.

Atualmente, o curso da área de Informática foi aperfeiçoado e recebeu outra denominação: Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Esse curso tem mantido um padrão de elevada qualidade, validada por uma procura intensa, nos vestibulares realizados na Instituição. Os índices dessa procura sugerem a plena aceitação e valorização do Curso, além do crescimento da credibilidade da Instituição.

No ano de 2001 o CEFET-PI implantou outros cursos, totalizando dez: Gestão de Recursos Humanos; Alimentos; Radiologia; Geoprocessamento; Gestão Ambiental; Secretariado Executivo; Redes de Comunicação; Ciências Imobiliárias; Comércio Exterior e Análise e Desenvolvimento de Sistemas. A demanda tem aumentado a cada ano por não existir no Piauí outras instituições públicas que ofereçam cursos voltados para a área tecnológica.

Outro ponto a ser destacado na oferta de Educação Superior no CEFET-PI é o da implantação de cursos de formação de professores, tendo por base o Decreto nº 3.462, de 17 de maio de 2000. O primeiro vestibular realizado nessa área ofertou 30 vagas em cada uma das licenciaturas oferecidas.

Em 2004, o CEFET-PI teve o seu primeiro diretor-geral eleito pelo voto popular. O público votante foi constituído pelos docentes, discentes e servidores administrativos. Em 2006 foi implantado o Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio e as modalidades concomitante e subsequente, e não mais foi ofertado só o Ensino Médio, porque essa modalidade de ensino se tornaria exclusivamente de responsabilidade dos Estados.

O ano de 2007 foi marcado pelas inaugurações das UNEDs de Parnaíba, autorizada pela Portaria MEC nº 1.977, de 18/12/2006, e de Picos, autorizada pela Portaria MEC nº 1.976, de 18/12/2006. As duas unidades descentralizadas foram inauguradas pelo Ministro da Educação Fernando Haddad em solenidade com a comunidade e presenças de autoridades municipais e estaduais.

Nas duas unidades estão sendo ofertados cursos técnicos e no ano de 2009 foram implantados os primeiros cursos superiores, especialmente os de Licenciatura, na área de Ciências da Natureza, devido à grande carência de profissionais da educação básica nas regiões em que estão funcionando. Outros marcos importantes em 2007 foram a implantação do Programa Nacional de Educação Profissional para Jovens e Adultos – PROEJA e a implantação dos cursos de pós-graduação lato sensu, na modalidade especialização, em diversas áreas.

Na fase II da expansão da Rede Federal, iniciada ainda em 2007, foi autorizada a construção de mais seis UNEDs no Piauí a serem implantadas nas cidades de Angical, Corrente, Paulistana, Piripiri, São Raimundo Nonato e Uruçuí.

Diversos são os destaques em 2008 para o CEFET-PI, são eles: os seus 99 anos de existência no Estado do Piauí, oferecendo cursos técnicos profissionalizantes e cursos superiores nas modalidades bacharelado, tecnológica e licenciatura; reformas e ampliação da Unidade Sede e UNED Floriano, Picos, Parnaíba e Teresina; repasse, pela Prefeitura Municipal de Teresina – PMT, do Centro Tecnológico de Teresina – CTT, que passou a se chamar Unidade de Ensino Descentralizada “Prof. Marcílio Rangel”- UNED Teresina; construção de outras UNEDs em municípios piauienses: Angical, Piripiri, Paulistana, São Raimundo Nonato, Corrente, Uruçuí; implantação da Educação a Distância – EAD; aprovação

do Projeto de Lei no Congresso Nacional e no Senado, que transformou os CEFETs em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFs, tendo ocorrido a sanção presidencial no dia 29 de dezembro de 2008.

O Instituto Federal do Piauí é domiciliado na sede de sua Reitoria, situada na Avenida Presidente Jânio Quadros, 330, 64053-390, Santa Isabel, na cidade de Teresina, estado do Piauí. Possui as seguintes unidades:

1. **Campus Angical**, situado na Rua Nascimento, 746, Centro, CEP 64.410-000, em Angical do Piauí;
2. **Campus Avançado do Dirceu**, situado na Rua Dona Amélia Rubim, s/n, Renascença II, CEP: 64.082-140, em Teresina;
3. **Campus Avançado José de Freitas**, situado na Rua Herculano da Rocha, s/n, Bairro Bezerro - CEP: 64.110-000, em José de Freitas;
4. **Campus Campo Maior**, situado na Avenida Nilo de Santana Oliveira, s/n, Localidade Fazendinha - CEP: 64.280-000, em Campo Maior;
5. **Campus Cocal**, situado na Rodovia PI 213, KM 21 - CEP: 64.235-000, em Cocal;
6. **Campus Corrente**, situado na Rua Projetada Seis, nº 380, Nova Corrente, CEP 64.980-000, em Corrente;
7. **Campus Floriano**, situado na Rua Francisco Urquiza Machado, 462, Meladão, CEP 64.800-000, em Floriano;
8. **Campus Oeiras**, situado na Rua Projetada, s/n, Bairro Uberaba II, CEP: 64.500-000, em Oeiras;
9. **Campus Parnaíba**, situado na Avenida Monsenhor Antônio Sampaio, S/N. Bairro Dirceu Arcoverde, em Parnaíba, CEP: 64211-145;
10. **Campus Paulistana**, situado na Rodovia BR-407, s/n, Centro, CEP 64.750-000, em Paulistana;
11. **Campus Pedro II**, situado na Rua Antônio Martins de Andrade, N° 750, Engenho Novo, CEP: 64.255-000, em Pedro II;
12. **Campus Picos**, situado na Rua Projetada, s/n, Pantanal, CEP 64.600-000, em Picos;
13. **Campus Pio IX**, situado na Rodovia PI 142, Km 02, CEP: 64.660-000, em Pio IX;
14. **Campus Piripiri**, situado na Avenida Rio dos Matos, s/n, Germano, CEP 64.260-000, em Piripiri;

15. **Campus São João do Piauí**, situado na Avenida Luis Carvalho, s/n, Bairro Matadouro, CEP: 64.760-000, em São João do Piauí;
16. **Campus São Raimundo Nonato**, situado na Rodovia BR 020, s/n, Bairro Primavera, CEP 64.670- 000, em São Raimundo Nonato;
17. **Campus Teresina Central**, situado na Praça da Liberdade, 1597, Centro, CEP 64.000-040, em Teresina;
18. **Campus Teresina Zona Sul**, situado na Avenida Pedro Freitas, 1020, São Pedro, CEP 64.018-000, em Teresina;
19. **Campus Uruçuí**, situado na Rodovia PI 247, KM 7, Portal do Serrado, CEP: 64860-000, em Uruçui;
20. **Campus Valença**, situado na Avenida Joaquim Manuel, Área Urbana, CEP: 64300-000, em Valença.

## 1.5. Identidade Estratégica da Instituição

### 1.5.1. Missão

*Promover uma educação de excelência, direcionada às demandas sociais.*

O IFPI destaca-se, ainda, como instituição de referência nacional na formação de cidadãos críticos e éticos, dotados de sólida base científica e humanística e comprometidos com intervenções transformadoras na sociedade e com responsabilidade econômica e social, incluindo, a partir de 2015, a responsabilidade ambiental em suas estratégias.

### 1.5.2. Finalidades

Em conformidade com a Lei nº 11.892/2008, o IFPI tem as seguintes finalidades:

- Ofertar a educação profissional e tecnológica em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando pessoas para a atuação profissional nos diferentes setores da economia, com ênfase no desenvolvimento social, econômico em nível local, regional e nacional;
- Desenvolver a educação profissional tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções para as demandas da sociedade e de acordo com as peculiaridades locais e regionais;

- Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento econômico, social e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- Constituir-se em centro de excelência na oferta de ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento do espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

### 1.5.3. Objetivos

São objetivos do IFPI:

- Ministrar a educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concludentes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- Ministrar a educação superior nas seguintes modalidades:
    - Cursos superiores de tecnologia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
    - Cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de Ciências e Matemática, e para a educação profissional;
    - Cursos de bacharelado visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento; cursos de pós-graduação lato

sensu visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;

    - Cursos de pós-graduação stricto sensu que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas ao processo de geração e inovação tecnológica.

- Ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional.

# 2. DO CURSO

## 2.1. Dados Gerais

| | |
|---|---|
| Denominação: | Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas |
| Modalidade: | Tecnologia |
| **DOCUMENTOS LEGAIS** | |
| Autorização: | Portaria Nº 198, de 15 de Setembro de 2002. |
| Reconhecimento: | Portaria Nº 209, de 28 de Fevereiro de 2011 (publicado no DOU 03/03/2011). |
| Renovação de reconhecimento: | Portaria Nº 1095, de 24 de dezembro de 2015 (publicado no DOU 30/12/2015). |

| OFERTA DE VAGAS ANUAIS | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Integral | Matutino | Vespertino | Noturno | Total |
| --- | --- | 40 | --- | 40 |

| | |
|---|---|
| Regime de Matrícula: | Semestral |
| Integralização: | Mínimo de 6 (seis) semestres e máximo de 12 (doze) semestres. |
| Unidade de oferta: | Campus Parnaíba |
| Endereço de oferta: | Av. Monsenhor Antonio Sampaio, S/N, Bairro Dirceu Arcoverde, Parnaíba, Piauí, CEP 64.215-145 |

| CARGA HORÁRIA | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| Disciplinas Obrigatórias | Disciplinas Optativas | Atividades Complementares | Atividades de Extensão | Trabalho de Conclusão de Curso | Total |
| 2.040 | 30 | 120 | --- | --- | 2.190 |

## 2.2. Breve Histórico do Curso

O curso superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas do IFPI foi criado no ano de 1999, ainda no antigo Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí – CEFET-PI. Originalmente, teve a denominação de Tecnologia em Informática, e foi assim até meados de 2006, quando por uma determinação do MEC os cursos de tecnologia tiveram suas denominações padronizadas por meio do Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, 1ª edição.

O curso surgiu pela iniciativa de alguns professores da instituição que, interessados nessa nova tecnologia que oferecia amplas potencialidades de aplicação, acharam por bem oferecer uma formação de nível superior em uma área promissora no Estado do Piauí e até mesmo no Nordeste.

A primeira turma ingressou no ano de 1999, quando o curso contava com apenas um laboratório na área. Ao longo dos anos o curso recebeu grande investimento na

infraestrutura de laboratórios, softwares e equipamentos e hoje possui com quatro laboratórios específicos na área.

Gradualmente, o curso tornou-se referência na região, destacando o fato de muitos egressos terem logrado sucesso na aprovação em concursos públicos (até mesmo nacionais) e estarem atuando em diversas instituições de ensino (universidades e institutos) e empresas renomadas.

Outra importante característica é que o curso abre espaço para que seu aluno tenha uma formação continuada na área de interesse nos níveis Lato Sensu e Stricto Sensu. O próprio IFPI ofertou, entre 2004 e 2012, o curso de especialização em Banco de Dados, tendo certificado muitos egressos desse e de outros cursos desta e de outras instituições. Hoje, a instituição tem ex-alunos com o diploma de mestrado e doutorado na área e em áreas afins.

Desde sua criação, o curso passou por diversas atualizações curriculares, buscando sempre oferecer conteúdos atualizados, alinhados com as demandas de mercado e acompanhando a evolução natural da própria informática. Essa característica refletiu na qualidade do ensino oferecido, visto que nesse período, o curso obteve nota máxima no ENADE em duas das três últimas avaliações (notas 5, 4 e 5 nos últimos ENADE).

Novamente, o curso passa por uma atualização, promovida pelo NDE – Núcleo Docente Estruturante, que deverá resultar em mudanças na matriz curricular, principalmente para atendimento de requisitos legais exigidos pelos órgãos da educação, mas que também, possibilitará, mantê-lo atual, frente às novas exigências do mercado.

## 2.3. Justificativa da Oferta

A presença da informática em diversos setores da sociedade tem garantido mercado crescente e promissor em diversas áreas do conhecimento. Desenvolvimento de tecnologias inovadoras potencializam a oferta de vagas a profissionais formados na área bem como a demanda por profissionais capacitados a indicar, avaliar, desenvolver, implantar a manter soluções para problemas envolvendo o uso de sistemas de informação.

Estudos feitos pela Associação Brasileira das Empresas de Software – ABES apontam que, das empresas dedicadas ao desenvolvimento, produção, distribuição de software e de prestação de serviços no mercado nacional, sendo que aproximadamente 59,5% delas

possui atividade principal voltada para o desenvolvimento e produção de software ou a prestação de serviços.

A ABES salienta que o mercado brasileiro de Tecnologia da Informação – TI, movimentou 39,6 bilhões de dólares em 2016, representando 2,1% do PIB brasileiro e 1,9% do total de investimentos de TI no mundo. Considerando-se apenas o mercado interno, sem considerar a exportação da ordem de 1,1 bilhão de dólares, o mercado total de TI foi da ordem de 38,5 bilhões de dólares. Deste valor, 8,475 bilhões vieram do mercado de software e 10,227 bilhões do mercado de serviços, sendo que a soma destes dois segmentos representou 48,5% do mercado total de TI, consolidando a tendência de passagem do país para o grupo de economias com maior grau de maturidade no mundo, que privilegiam o desenvolvimento de soluções e sistemas.

Conforme observado em ABES (2017, p.), o mercado de TI é o que mais cresce no país e no mundo, favorecendo não apenas as mudanças de tecnologias, mas, conforme corroboram Cardoso e De Davi (2017, p.), esse cenário promove a mudança de objetivos e necessidades dos negócios, o que dificulta localizar profissionais qualificados.

Diante dessas informações, faz-se necessário formar profissionais capacitados e habilitados que venham a suprir a sociedade e dar atendimento a todas as esferas de demanda por este profissional. Cabe à escola antecipar a necessidade de preparar profissionais capacitados para ocupar os postos de trabalhos gerados neste setor da economia, onde surge a necessidade de oferecer cursos tecnológicos na área de tecnologia da informação.

No Piauí, os índices de desenvolvimento nos últimos anos têm sido superiores aos alcançados pela própria região nordeste e pelo país como um todo. Para todo o estado, tem sido elaborada uma grande pauta de ações de planejamento que implicam em grandes investimentos em infraestrutura, educação, saúde, entre outros. Esse processo de desenvolvimento, entretanto, necessita do conhecimento dos diversos impactos por ele causados e da configuração de soluções contemporâneas e adequadas às demandas e problemáticas setoriais.

Nesse sentido, o Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas contribuirá com essa demanda de profissionais para atuar no projeto e implementação de Sistemas de Informação de acordo com as necessidades institucionais, que coordenam as infraestruturas de tecnologia da informação, elaborando políticas e

diretrizes a partir da análise de necessidades e, que, atuem na forma de consultoria em Sistemas de Informação, avaliando e selecionando recursos de software e hardware.

Além disso e, em atendimento aos princípios norteadores da educação profissional tecnológica, o curso privilegia o desenvolvimento do espírito científico, para que haja compreensão do processo tecnológico no qual o aluno está envolvido e não a simples repetição de procedimentos; e principalmente, incentiva a produção e inovação científico-tecnológica, e suas aplicações no mundo do trabalho, direcionando o currículo para a formação de um perfil profissional que atenda às demandas dos cidadãos, do mercado de trabalho e da sociedade.

A partir dessas diretrizes, a concepção do curso ora proposto, envereda pela reafirmação da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, por meio da adoção de um currículo flexível, que promova a interdisciplinaridade e a contextualização dos componentes curriculares e que relacione teoria e prática durante todo o processo de ensino.

A cidade de Parnaíba está localizada no mesorregião do Norte Piauiense. É uma das quatro mesorregiões do estado brasileiro do Piauí, sendo formada pela união de 32 municípios agrupados em duas microrregiões, a microrregião do Baixo Parnaíba Piauiense e Alto Piauiense (IBGE, 2020). O município de Parnaíba está na microrregião do Litoral Piauiense, com a população atual estimada em 153.078 no ano de 2019 pelo IBGE.

A microrregião Litoral Piauiense, onde é localizada a cidade, está dividida em nove municípios, são eles: Bom Princípio do Piauí, Buriti dos Lopes, Cajueiro da Praia, Caraúbas do Piauí, Caxingó, Cocal, Cocal dos Alves, Ilha Grande, Luís Correia, Murici dos Portelas, Parnaíba, Piracuruca, São João da Fronteira, São José do Divino. Juntos possuem uma área total de 9.658,107 km², com uma população estimada em 2015 pelo IBGE de 310.164 habitantes.

A cidade de Parnaíba firmou-se como um importante centro econômico no Litoral Piauiense. A densidade demográfica da cidade de Parnaíba é de 334,51 habitantes por km quadrado, colocando-o na posição 2 de 224 do mesmo estado. Já o Índice de Desenvolvimento Urbano (IDH) da cidade é de 0,687 (IBGE, 2010).

A cidade de Parnaíba além de ser a mais populosa também constitui-se da cidade com o maior desenvolvimento comercial. A cidade também apresenta importantes

instituições que absorvem demanda dos demais municípios da região, como: universidades, cartórios, bancos, órgãos do judiciário e outras instituições públicas.

Em relação a economia, o salário médio mensal do trabalhador é de 1.7 salários mínimos (ano de 2017). A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 14,8%. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 45,1% da população nessas condições, o que o colocava na posição 219 de 224 dentre os municípios do estado e na posição 2.135 de 5.570 dentre os municípios do Brasil. O PIB per capita é de R$ 13.534,25. Em 2015, tinha 81,2% do seu orçamento proveniente de fontes externas (IBGE, 2015).

A concentração econômica de serviços e comércio na cidade abre uma demanda crescente para o amadurecimento do setor de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Visto que o desenvolvimento da TIC é de fundamental importância para qualquer tipo de negócio nos dias de hoje, a formação de profissionais capacitados para atender a esta demanda transfigura-se de primordial importância para o desenvolvimento da cidade e, por consequência, de toda a região.

Ainda na cidade existe um movimento de empreendedorismo e inovação digital denominado Carnaúba Valley, com diversas startups criadas na região que abrange empresas que atuam nas áreas de educação, serviços, varejo, robótica entre outros. A cidade também possui diversas empresas de desenvolvimento de sistemas e web que proveem sistemas para a cidade e regiões vizinhas. Estas organizações possuem uma demanda crescente por profissionais da computação, principalmente programadores, a medida que estas empresas crescem e outras surgem.

O processo educativo na cidade de Parnaíba deve refletir sobre as demandas existentes na região. Neste universo de implementação do processo de ensino e aprendizagem o IFPI deve assumir papel de protagonizar a abertura de processos educativos que promovam o desenvolvimento regional com a formação de capacidades, expertises não apenas sobre o fazer, mas também sobre o pensar as questões de ordem política, social, cultural, econômica e ambiental. Desta forma, destaca-se a importância de formação de mão de obra especializada, o que vem a justificar a implantação de um curso superior na área de Análise e Desenvolvimento de Sistemas na cidade de Parnaíba.

# 3. ASPECTOS LEGAIS

A organização do Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas do IFPI tomou por base os preceitos dispostos nos art. 205 a 214 da Constituição Federal de 1988, Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, Lei 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais e dá outras providências; Lei 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências e a Lei 11.788/2008, que regula o estágio dos estudantes; Lei nº 13.005/2014.

Tomou por base, também, as considerações expostas nos seguintes documentos: Lei nº 9.795/1999, que dispõe sobre educação ambiental; Resolução CNE/CP nº 02, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental; a Resolução nº 01/2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos; o Parecer CNE/CES nº 436/2001, que orienta sobre cursos superiores de tecnologia e formação de tecnólogo; o Parecer CNE/CP nº 29/2002, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais no nível de tecnólogo; o Parecer CNE/CES nº 239/2008 que orienta sobre as atividades complementares nos cursos superiores de tecnologia; a Resolução CNE/CP nº 03/2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia e a Portaria MEC nº 413, de 11 de maio de 2016 que aprova, em extrato, o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia.

Internamente, baseou-se na Resolução 18/2014-CONSUP que aprova o Regulamento de Estágio nos cursos de tecnologia e bacharelado do IFPI; Resolução 42/2014-CONSUP que estabelece normas e procedimentos referentes à criação de cursos, alteração/reformulação curricular, suspensão temporária e extinção para os cursos de graduação do IFPI; Resolução 86/2016-CONSUP que regulamenta o desenvolvimento das atividades complementares em áreas específicas de interesse do estudante dos cursos de tecnologia e bacharelados do IFPI; Projeto Político-Pedagógico Institucional e no Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019, entre outros documentos.

# 4. OBJETIVOS DO CURSO

## 4.1. Objetivo Geral

Viabilizar a formação de profissionais, por meio de um itinerário formativo interdisciplinar e prático, para atuarem na área de TI (Tecnologia da Informação) com as atividades de análise, projeto, desenvolvimento, gerenciamento e implantação, suporte e manutenção de sistemas de informação computacionais a produção de bens, serviços e conhecimentos direcionados para o mercado de trabalho.

## 4.2. Objetivos Específicos

- Habilitar profissionais que possam efetivamente contribuir para o desenvolvimento tecnológico na área de software planejado para a região;
- Atender necessidades regionais e nacionais em termos de formação de recursos humanos em análise, projeto e desenvolvimento de sistemas computacionais;
- Possibilitar formação que facilite o desenvolvimento de sistemas com tecnologias atuais e com inovação e qualidade, bem como o entendimento da necessidade de constante aperfeiçoamento e atualização tecnológica;
- Estimular o desenvolvimento de pesquisas científicas e inovação tecnológica na área de Informática;
- Oferecer condições para a prática dos conhecimentos adquiridos no curso para a formação complementar do aluno e em prol do desenvolvimento social da comunidade externa através de projetos de extensão;
- Formar profissionais dotados de valores éticos, sociais, ambientais e cívicos.

# 5. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

Analisa, projeta, desenvolve, testa, implanta e mantém sistemas computacionais de informação. Avalia, seleciona, especifica e utiliza metodologias, tecnologias e ferramentas da Engenharia de Software, linguagens de programação e bancos de dados. Coordena

equipes de produção de softwares. Vistoria, realiza perícia, avalia, emite laudo e parecer técnico em sua área de formação.

O profissional formado pelo CSTADS do IFPI deverá:

- Atuar de maneira ética e socialmente responsável, reconhecendo os benefícios e os impactos das tecnologias de informação e comunicação para a sociedade;
- Analisar, projetar, desenvolver, implantar e manter sistemas de informação para processos organizacionais de modo a viabilizar a aquisição de dados, comunicação, coordenação, análise e apoio à decisão;
- Compreender e especificar os requisitos e as funcionalidades de um sistema, definir a sua interface, projeto de software e modelo dos dados;
- Planejar e orientar o processamento, o armazenamento e a recuperação de informações e o acesso de usuários a elas;
- Desenvolver sistemas computacionais, utilizando as tecnologias que viabilizem a solução mais adequada, visando o uso otimizado de recursos, o atendimento dos requisitos e de padrões de qualidade;
- Utilizar modelos de qualidade e de processos de software, adequando-os quando necessário;
- Trabalhar em equipe e liderar projetos de software, com espírito de colaboração, pró-atividade, organização e respeito;
- Desenvolver autonomia, criatividade, iniciativa e constante busca de atualização profissional.

# 6. FORMAS DE INGRESSO E INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI aderiu à proposta do Ministério da Educação – MEC, que propõe a utilização do resultado do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, através do Sistema de Seleção Unificada – SISU como forma de ingresso em cursos superiores.

Assim, o Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas - CSTADS, em conformidade com a Lei n° 9.394/1996 – LBD, será ofertado a candidatos que concluíram o ensino médio ou equivalente e tenham sido selecionados pelo SISU.

Anualmente são oferecidas 40 (quarenta) vagas, podendo esse número ser modificado conforme proposições das instâncias superiores, visando adequar-se às necessidades da Instituição. Além do ENEM, o curso oferece vagas aos portadores de diploma de curso superior e transferência externa, obedecendo a edital específico que determinará o número de vagas e os critérios de seleção.

A integralização curricular dos cursos de tecnologia dar-se-á dentro dos limites mínimo e máximo fixados para o curso. O aluno que tiver o prazo de integralização curricular esgotado, terá automaticamente cancelada sua matrícula.

# 7. DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

## 7.1. Considerações Iniciais

A organização curricular do CSTADS observa as determinações legais presentes na Lei nº 9.394/96 – LDB; nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia – Resolução CNE/CP n° 3 de 18 de dezembro de 2002; no Decreto nº 5.154/2004; no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia – 3ª edição; bem como nas diretrizes definidas no Projeto Pedagógico Institucional do IFPI.

Os componentes curriculares estão organizados de forma a atender os requisitos legais supracitados e o perfil do egresso, e serão desenvolvidos através de aulas teóricas e/ou práticas, atividades complementares, atividades de extensão e trabalho de conclusão de curso. Distribuem-se em 06 (seis) módulos semestrais, perfazendo, no total, uma carga horária de 2.190 (duas mil, cento e noventa) horas, que apresenta-se distribuída da seguinte forma:

- **Disciplinas de caráter teórico e/ou prático – 2.040 horas**: foram construídas a partir dos referenciais curriculares de formação geral e específica para a área de Informática, do perfil profissional pretendido para o egresso do curso e nas descrições constantes do eixo tecnológico Informação e Comunicação, do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia. Dentro das disciplinas obrigatórias tem-se os projetos integradores (204 horas), entendido como fundamental na formação do aluno e viabiliza a permanente ligação do curso com o meio produtivo e as necessidades da comunidade. Possui caráter obrigatório e dar-se-á, necessariamente, por meio da realização de extensão que tenham relação com a comunidade externa do IFPI;

- **Atividades complementares – 120 horas**: integram, em caráter obrigatório, o currículo do curso e consistem em atividades diferenciadas com cunho acadêmico, científico, tecnológico e cultural. São realizadas pelos alunos dentro ou fora da instituição e propiciam ampliação e flexibilização do seu contexto formativo. Devem ser cumpridas entre o primeiro e o último período do curso;
- **Disciplinas Optativas - 30 horas**: como forma de incentivo à inclusão social e diversidade este curso contempla a oferta da disciplina de LIBRAS (Linguagem Brasileira de Sinais), na modalidade à distância. A disciplina optativa será ofertada no módulo VI.
- **Atividades de Extensão: Práticas Curriculares em Comunidade e Sociedade (PCCS) - 204 horas**: segundo a resolução 016/2015 do CONSUP/IFPI, as atividades de extensão serão executadas em uma das a seguintes formas: projeto, programas, cursos e/ou eventos. É entendida como fundamental na formação do aluno e viabiliza a permanente ligação do curso com o meio produtivo e as necessidades da comunidade. Possui caráter obrigatório e dar-se-á, necessariamente, por meio da realização de projetos de extensão que tenham relação com a comunidade externa do IFPI;
- **Trabalho de Conclusão de Curso – TCC**: é um componente curricular obrigatório e constitui-se uma atividade que expressa as habilidades e competências desenvolvidas durante o curso. Deve ser realizado após elaboração do projeto de pesquisa sob orientação, acompanhamento e avaliação de docentes da Instituição e culminará na redação de uma monografia.

## 7.2. Matriz curricular

| **1º Período** | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Código | Disciplinas Obrigatórias | Teoria | Prática | Carga Horária |
| ADS.1 | Atividades Linguísticas | 51h | 0h | 51h |
| ADS.2 | Inglês Técnico | 51h | 0h | 51h |
| ADS.3 | Matemática Computacional | 68h | 0h | 68h |
| ADS.4 | Introdução a Computação | 28h | 40h | 68h |
| ADS.5 | Algoritmos e Programação | 20h | 82h | 102h |
| | **Subtotal** | 218h | 122h | 340h |
| **2º Período** | | | | |
| Código | Disciplinas Obrigatórias | Teoria | Prática | Carga Horária |
| ADS.6 | Metodologia da Pesquisa Científica | 34h | 0h | 34h |
| ADS.7 | Programação Orientada a Objetos | 28h | 40h | 68h |

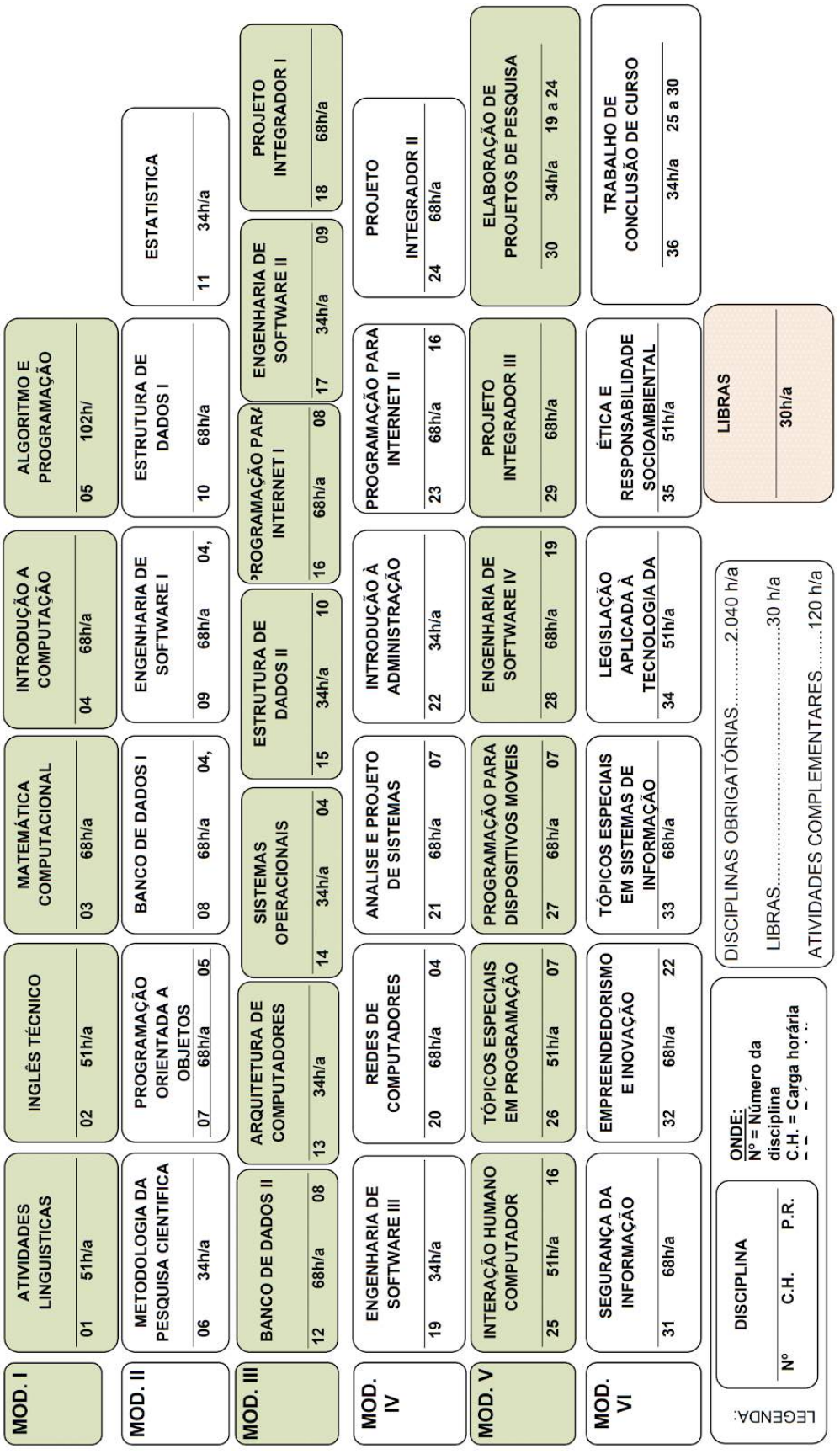
| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| ADS.8 | Banco de Dados I | 28h | 40h | 68h |
| ADS.9 | Engenharia de Software I | 68h | 0h | 68h |
| ADS.10 | Estruturas de Dados I | 28h | 40h | 68h |
| ADS.11 | Estatística | 34h | 0h | 34h |
| | **Subtotal** | 220h | 120h | 340h |
| **3º Período** | | | | |
| Código | Disciplinas Obrigatórias | Teoria | Prática | Carga Horária |
| ADS.12 | Banco de Dados II | 28h | 40h | 68h |
| ADS.13 | Arquitetura de Computadores | 34h | 0h | 34h |
| ADS.14 | Sistemas Operacionais | 34h | 0h | 34h |
| ADS.15 | Estruturas de Dados II | 10h | 24h | 34h |
| ADS.16 | Programação para Internet I | 28h | 40h | 68h |
| ADS.17 | Engenharia de Software II | 17h | 17h | 34h |
| ADS.18 | Projeto Integrador I | 28h | 40h | 68h |
| | **Subtotal** | 179h | 161h | 340h |
| **4º Período** | | | | |
| Código | Disciplinas Obrigatórias | Teoria | Prática | Carga Horária |
| ADS.19 | Engenharia de Software III | 17h | 17h | 34h |
| ADS.20 | Redes de Computadores | 68h | 0h | 68h |
| ADS.21 | Análise e Projeto de Sistemas | 28h | 40h | 68h |
| ADS.22 | Introdução a Administração | 34h | 0h | 34h |
| ADS.23 | Programação para Internet II | 28h | 40h | 68h |
| ADS.24 | Projeto Integrador II | 28h | 40h | 68h |
| | **Subtotal** | 203h | 137h | 340h |
| **5º Período** | | | | |
| Código | Disciplinas Obrigatórias | Teoria | Prática | Carga Horária |
| ADS.25 | Interação Humano-Computador | 21h | 30h | 51h |
| ADS.26 | Tópicos Especiais em Programação | 21h | 30h | 51h |
| ADS.27 | Programação para Dispositivos Móveis | 28h | 40h | 68h |
| ADS.28 | Engenharia de Software IV | 28h | 40h | 68h |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| ADS.29 | Projeto Integrador III | 28h | 40h | 68h |
| ADS.30 | Elaboração de Projeto de Pesquisa | 34h | 0h | 34h |
| | **Subtotal** | 160h | 180h | 340h |
| **6º Período** | | | | |
| Código | Disciplinas Obrigatórias | Teoria | Prática | Carga Horária |
| ADS.31 | Segurança da Informação | 68h | 0h | 68h |
| ADS.32 | Empreendedorismo e Inovação | 28h | 40h | 68h |
| ADS.33 | Tópicos Especiais em Sistemas de Informação | 28h | 40h | 68h |
| ADS.34 | Legislação aplicada à Tecnologia da Informação-TI | 51h | 0h | 51h |
| ADS.35 | Ética e Responsabilidade Socioambiental | 51h | 0h | 51h |
| ADS.36 | Trabalho de Conclusão de Curso | 34h | 0h | 34h |
| | **Subtotal** | 260h | 80h | 340h |

| Disciplinas Optativas | | Teoria | Prática | Carga Horária |
|---|---|---|---|---|
| ADS.37 | Língua Brasileira de Sinais - EaD | 30h | 0h | 30h |

| **Quadro Resumo** | | |
|---|---|---|
| Demonstrativo | Carga Horária | Percentual |
| Disciplinas Obrigatórias | 2.040 horas | 93,15% |
| Atividades Complementares | 120 horas | 5,48% |
| Disciplinas Optativas | 30 horas | 1,37% |
| Trabalho de Conclusão de Curso | --- | --- |
| **Totalização** | | |
| Integralização curricular mínima | 2.160 horas | 98,63% |
| Integralização curricular máxima | 2.190 horas | 100% |
| **Carga horária total do curso** | **2.190 horas** | **100%** |

## 7.3. Desenho Curricular



## 7.4. Metodologia

A educação profissional de nível tecnológico tem como objetivo formar profissionais que apresentem competências tecnológicas, gerais e específicas, necessárias para a sua inserção nos setores produtivos.

Para a aquisição de tais competências, torna-se fundamental que a indissociabilidade entre teoria e prática esteja presente ao longo do processo de ensino e aprendizagem. Sendo assim, as estratégias de aprendizagem a serem utilizadas no curso devem permitir ao educando vivenciar experiências inerentes à prática profissional do Tecnólogo em Analise e Desenvolvimento de Sistemas.

Os procedimentos de ensino a serem utilizados no desenvolvimento do curso contemplam:

- **Aulas teóricas**: a realizarem-se no âmbito da sala de aula onde serão disponibilizados recursos audiovisuais e de tecnologia da informação. Nesse espaço serão desenvolvidas atividades como leitura, análise e produção de textos, debates, trabalhos em grupo e/ou individual, produção de artigos, resolução de problemas propostos, apresentação de seminários, dentre outros;

- **Aulas práticas**: a realizarem-se em laboratórios e/ou campo (externo) através de demonstrações práticas de atividades, métodos e a utilização de equipamentos e softwares específicos da área visando a prática de experiências da vida profissional e a avaliação das competências e habilidades adquiridas pelo aluno, segundo as necessidades do mercado de trabalho;

- **Palestras e/ou seminários**: a realizarem-se em sala de aula ou nos auditórios do IFPI, oportunidade em que serão debatidos temas de real interesse para a formação profissional do aluno ou ainda oportunizando momentos de partilha, onde serão incentivados a apresentar os resultados de pesquisas desenvolvidas por eles ao longo de algumas disciplinas do curso;

- **Realização de visitas técnicas**: onde seja possível estabelecer uma relação entre teoria e prática. As visitas técnicas deverão acontecer sempre com a presença de um professor responsável pela atividade, sendo solicitado aos alunos, a elaboração de relatórios técnicos descrevendo as situações vivenciadas. Nessas oportunidades será disponibilizado pelo IFPI o transporte para a condução de professores e alunos.

Cada professor, de acordo, com as características próprias de cada disciplina, utilizará os meios disponibilizados pela Instituição para a concretização de aulas com qualidade. O detalhamento de cada unidade curricular pode ser observado na tabela a seguir:

| Unidade curricular | Aulas Expositivas | Apresentação de Seminários | Lista de Execícios | Prática em Laboratório | Leitura de artigos científicos | Produção de artigos científicos | Palestras |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Atividades Linguísticas | X | X | X | | X | | X |
| Inglês Técnico | X | X | X | | X | | X |
| Matemática Computacional | X | X | X | | X | | X |
| Introdução a Computação | X | X | X | | X | | X |
| Algoritmos e Programação | X | X | X | X | X | | X |
| Metodologia da Pesquisa Cientifica | X | X | X | | X | | X |
| Programação Orientada a Objetos | X | X | X | | X | | X |
| Banco de Dados I | X | X | X | X | X | | X |
| Engenharia de Software I | X | X | X | | X | | X |
| Estruturas de Dados I | X | X | X | X | X | | X |
| Estatística | X | X | X | X | X | | X |
| Banco de Dados II | X | X | X | X | X | | X |
| Arquitetura de Computadores | X | X | X | X | X | | X |
| Sistemas Operacionais | X | X | X | X | X | | X |
| Estruturas de Dados II | X | X | X | | X | | X |
| Programação para Internet I | X | X | X | | X | | X |
| Engenharia de Software II | X | X | X | | X | | X |
| Projeto Integrador I | X | X | X | | X | | X |

| Unidade curricular | Aulas Expositivas | Apresentação de Seminários | Lista de Execícios | Prática em Laboratório | Leitura de artigos científicos | Produção de artigos científicos | Palestras |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Engenharia de Software III | X | X | X | | X | | X |
| Redes de Computadores | X | X | X | X | X | | X |
| Analise e Projeto de Sistemas | X | X | X | | X | | X |
| Introdução a Administração | X | X | X | | X | | X |
| Programação para Internet II | X | X | X | | X | | X |
| Projeto Integrador II | X | X | X | | X | | X |
| Interação Humano-Computador | X | X | X | | X | | X |
| Tópicos Especiais em Programação | X | X | X | | X | | X |
| Programação para Dispositivos Móveis | X | X | X | X | X | | X |
| Engenharia de Software IV | X | X | X | | X | | X |
| Projeto Integrador III | X | X | X | | X | | X |
| Elaboração de Projeto de Pesquisa | X | X | X | | X | X | X |
| Segurança da Informação | X | X | X | X | X | | X |
| Empreendedorismo e Inovação | X | X | X | X | X | | X |
| Tópicos Especiais em Sistemas de Informação | X | X | X | X | X | | X |
| Legislação aplicada à Tecnologia da Informação-TI | X | X | X | | X | | X |
| Ética e Responsabilidade Socioambiental | X | X | X | | X | | X |
| Trabalho de Conclusão de Curso | X | X | X | X | X | X | X |

# 8. SISTEMA DE AVALIAÇÃO

A avaliação da aprendizagem no curso visa à progressão do estudante para o alcance do perfil profissional de conclusão, sendo contínua e cumulativa, prevalecendo os aspectos qualitativos sobre os quantitativos e os resultados ao longo do processo sobre as notas em eventuais provas finais.

Desenvolvida ao longo de todo o processo, a avaliação da aprendizagem (diagnóstica, formativa e somativa) é o meio pelo qual o docente interpreta os resultados de toda ação pedagógica, com a finalidade de acompanhar o processo de aprendizagem do educando e atribuir-lhe uma nota ou conceito.

Para tanto, torna-se necessário destacarmos os seguintes aspectos a serem considerados pelo docente durante esse processo:

- Adoção de procedimentos de avaliação contínua e cumulativa;
- Prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos;
- Uso de tarefas contextualizadas;
- Manutenção de diálogo permanente com o aluno;
- Definição de conhecimentos significativos;
- Divulgação dos critérios a serem adotados na avaliação;
- Exigência dos mesmos critérios de avaliação para todos os alunos;
- Aplicação de atividades de recuperação paralela aos alunos com dificuldades de aprendizagem;
- Valorização das aptidões dos alunos, dos seus conhecimentos prévios e do domínio atual dos conhecimentos que contribuam de forma significativa para a construção do perfil do profissional que será formado.

Considera-se avaliação diagnóstica aquela desenvolvida antes do início do curso, para que se tenha o perfil de entrada dos alunos; a formativa, por sua vez, avalia o processo e enfatiza a coleta de dados para conferir em que medida as competências profissionais estão sendo desenvolvidas; e a somativa avalia o processo de aprendizagem vivido pelos alunos ao longo de uma proposta de trabalho disciplinar, interdisciplinar ou modular, permitindo mensurar se os objetivos propostos foram atingidos.

Segundo a Organização Didática do Instituto Federal do Piauí – IFPI (Resolução nº 07/2018 – CONSUP), artigo 55, "A avaliação é um processo contínuo e cumulativo do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais, conforme estabelece a Lei Nº 9.394/96"

A avaliação da aprendizagem visa constatar a capacidade do aluno em resolver situações-problema da realidade, mobilizando as competências desenvolvidas durante o seu processo formativo. E o rendimento do aluno será avaliado em função do seu aproveitamento observando-se os aspectos cognitivos, afetivos e psicomotor.

Organização Didática do IFPI (2018, p.), em seu artigo 56, descreve alguns instrumentos avaliativos a serem utilizados para a avaliação do conhecimento adquirido pelo aluno, tais como: observação contínua, elaboração de portfólio, trabalhos individuais e/ou coletivos, provas escritas, resolução de exercícios, desenvolvimento e apresentação de projetos, seminários, relatórios, provas práticas e provas orais.

Outros instrumentos avaliativos podem ser acrescentados, desde que apontem uma reflexão sobre o tema em estudo, como problematização e discussão de recortes de jornal, letras de músicas, figuras ou gráficos e simulação de postura profissional em sala de aula podem ser utilizadas como forma de desenvolvimento global do educando.

O processo ensino-aprendizagem não deve ter como meta apenas a formação do perfil profissional e o saber estritamente técnico, mas a formação do indivíduo como um ser social. Deve considerar a diversidade dos educandos e os seus saberes prévios, observando as peculiaridades de cada um. Portanto, mais do que avaliar o domínio de conteúdos, é fundamental avaliar se o estudante conseguiu uma mudança interna de conceitos.

O desempenho do discente será aferido com base no rendimento escolar e na frequência a todas as atividades curriculares, sendo-lhe atribuído notas em uma escala de 0 a 10 pontos.

Segundo a Organização Didática:

- Será aprovado por média, o aluno que obtiver média semestral igual ou superior a 7,0 (sete) e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária da disciplina, sendo registrado no diário de classe e no controle acadêmico a situação de *Aprovado*;

- Será reprovado o aluno que obtiver média semestral menor que 4,0 (quatro) ou frequência inferior a 75% da carga horária da disciplina, sendo registrado no diário de classe e no controle acadêmico a situação de Reprovado por nota e Reprovado por falta, respectivamente;
- Fará exame final o aluno que obtiver média semestral igual ou superior a 4,0 (quatro) e inferior a 7,0 (sete). Neste caso a média final para aprovação deve ser igual ou superior a 6,0 (seis), sendo registrado no diário de classe e no controle acadêmico a situação de *Aprovado após Exame Final*;
- Nessa situação a média final será calculada da seguinte forma:

$$MF = \frac{MS+EF}{2} \geq 6,0\ (seis)$$

Onde:
MF – Média Final;
MS – Média Semestral;
EF – Exame Final.

Caso a nota semestral, após o exame final, seja inferior a 6,0 (seis), o discente será considerado reprovado, sendo registrado no diário de classe e no controle acadêmico a situação *Reprovado por Nota*.

# 9. PROGRAMA DOS COMPONENTES CURRICULARES

## ADS.1 - Atividades Linguísticas

| **Período** | 1º | **Carga Horária** | 51 horas |
|---|---|---|---|
| **Objetivos** | | | |
| Desenvolver o conhecimento básico da língua portuguesa no sentido de facilitar o processo de entendimento, o uso da comunicação escrita e oral em suas diversas situações e como um instrumento de auto-realização, de aquisição do conhecimento e de cultura. Desenvolver a compreensão a respeito da diversidade cultural brasileira por meio da interpretação de textos incitando a utilização do senso crítico, promovendo uma postura cidadã dos discentes. | | | |
| **Ementa** | | | |
| Leitura, análise e produção de textos de gêneros diversos calcada nos postulados teóricos metodológicos da linguística, na gramática normativa e numa visão crítica do discurso que contemple a linguagem como elemento-chave da comunicação, leitura e produção de textos técnicos e científicos. | | | |
| **Pré-requisitos** | | | |
| Não possui. | | | |
| **Bibliografia Básica** | | | |
| MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lúbia Scliar. Português instrumental: de acordo com as atuais normas da ABNT. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 560 p. ISBN 978-85-224-5722-9.<br>MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2014. xii, 331 p. ISBN 978-85- 224-9026-4.<br>GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 27. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010. 548 p. ISBN 978-85-225-0831-0. | | | |
| **Bibliografia complementar** | | | |
| BLIKSTEIN, Izidoro. Técnicas de comunicação escrita. 23. ed. São Paulo: Contexto, 2016. 126 p. ISBN 978-85-7244-937-3.<br>FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 17. ed. São Paulo: Ática, 2007. 431 p. (Ática Universidade). ISBN 978-85-08-10866-4.<br>ABAURRE, M. L. M.; ABAURRE, M. B. M. Um olhar objetivo para produções escritas: analisar, avaliar, comentar. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2012.<br>ISER, W. O ato da leitura: uma teoria do efeito estético. São Paulo: Editora 34, 1996.<br>BECHARA, Evanildo. Dicionário da língua portuguesa Evanildo Bechara. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. 1183p. ISBN 978-85-209-2617-8. | | | |

## ADS.2 - Inglês Técnico

| **Período** | 1º | **Carga Horária** | 51 horas |
|---|---|---|---|

**Objetivos**

Habilitar o aluno a ler, interpretar e compreender textos acadêmicos e técnicos da área da computação/informática através da utilização de estratégias de leitura.

**Ementa**

Estudo de vocabulário e estruturas linguísticas. Palavras cognatas, palavras repetidas, informação não verbal, palavras conhecidas, skimming, scanning e predição, uso do dicionário, afixos, grupo nominal, referência contextual, marcadores do discurso. Oficinas de tradução de textos e artigos científicos relacionados à área de Informática.

**Pré-requisitos**

Não possui.

**Bibliografia Básica**

MUNHOZ, Rosângela. Inglês instrumental: estratégias de leitura: módulo I. São Paulo: Textonovo, 2004. 111 p. (Módulo I). ISBN 85-85734-36-7.
MUNHOZ, Rosângela. Inglês instrumental: estratégias de leitura: módulo II. São Paulo: Textonovo, 2004. 134 p. ISBN 85-85734-40-X.
REJANI, Márcia. Inglês instrumental: comunicação e processos para hospedagem. São Paulo: Erica, 2014. 144p. (Eixos.Turismo, hospitalidade e lazer.). ISBN 978-85-365-0801-6.

**Bibliografia complementar**

MURPHY, Raymond. Essential grammar in use: gramática básica da língua inglesa com respostas. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes; 2010. x, 305 p. ISBN 978-85-61635-68-8.
GALLO, Lígia Razera. Inglês instrumental para informática: módulo I. 3. ed. atual. São Paulo: Ícone, 2014. 170 p. ISBN 978-85-274-0974-2.
PANITZ, Mauri Adriano; Dicionário Técnico Português Inglês. 1. ed. 2003. EDIPUCRS. ISBN 857430378X.
MACIEL, Amarino. INGLÊS INSTRUMENTAL PARA INFORMÁTICA. Edição do Autor, 2002.
BRITO, Marisa M. J. de; GREGORIM, Clovis Osvaldo. Michaelis Inglês Gramática Prática. São Paulo: Melhoramentos, 2006.

## ADS.3 - Matemática Computacional

| **Período** | 1º | **Carga Horária** | 68 horas |
|---|---|---|---|
| **Objetivos** | | | |
| Desenvolver a capacidade de ler, interpretar e utilizar representações, conhecimentos e conceitos advindos da Matemática para resolução de problemas, possibilitando o amadurecimento do raciocínio lógico para a criação de soluções computacionais eficientes. | | | |
| **Ementa** | | | |
| Teoria dos Conjuntos, Álgebra de Conjuntos, Relações, Funções, Estruturas Algébricas, Reticulados, Enumeração por Recursão, Análise Combinatória: Princípios da Contagem (Aditivo e Multiplicativo), Arranjo, Permutação, Combinação Simples e com Repetição, Princípio da Inclusão e da Exclusão, Álgebra Booleana e Indução Matemática. | | | |
| **Pré-requisitos** | | | |
| Não possui. | | | |
| **Bibliografia Básica** | | | |
| IEZZI, Gelson. MURAKAMI, Carlos. Fundamentos de matemática elementar, 1: conjuntos, funções. 9. ed. São Paulo: Atual, 2013. ISBN 978-85-357-1680-1.<br>BOULOS, Paulo. Introdução ao cálculo: cálculo diferencial: volume I. São Paulo: Blücher, 1983. 267p. ISBN 978-85-212-0217-2.<br>IEZZI, Gelson; MURAKAMI, Carlos; MACHADO, Nilson José. Fundamentos de matemática elementar, 8: limites, derivadas, noções de integral : 62 exercícios resolvidos. 7. ed. São Paulo: Atual, 2013. 280p. ISBN 978-85-357-1756-3. | | | |
| **Bibliografia complementar** | | | |
| FLEMMING, Diva Marília; GONÇALVES, Mirian Buss. Cálculo A: funções, limite, derivação e integração. 6. ed., rev. e ampl. São Paulo: Prentice Hall, 1992. 617 p. ISBN 0-07-460687-5.<br>BOULOS, Paulo; ABUD, Zara Issa. Cálculo diferencial e integral, volume 2. 2. ed. rev. e amp. São Paulo: Makron Books, 2002. 349 p. ISBN 978-85-346-1458-0.<br>LIMA, D. M.; FERNANDES GONZALEZ, L. E. Matemática aplicada à informática. Porto Alegre: Bookman, 2015.<br>MENEZES, P. B. Matemática discreta para computação e informática. Vol. 16. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.<br>GERSTING, J. L. Fundamentos Matemáticos para a Ciência da Computação. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008. | | | |

## ADS.4 - Introdução a Computação

| **Período** | 1º | **Carga Horária** | 68 horas |
|---|---|---|---|

**Objetivos**

Proporcionar aos alunos do curso uma base sólida de conceitos fundamentais sobre os quais está apoiada a informática, preparando o substrato necessário para o aprendizado da maioria das disciplinas ao longo do curso.

**Ementa**

Introdução aos principais conceitos relacionados com a ciência da computação, tais como: componentes de um sistema computacional típico; principais dispositivos de entrada/saída; armazenamento; sistemas de numeração; noções básicas de sistemas operacionais; banco de dados, redes de computadores e Internet.

**Pré-requisitos**

Não possui.

**Bibliografia Básica**

CAPRON, H.L.; JOHNSON, J. A. Introdução à informática. 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004. xv, 350p. ISBN 978-85-87918-88-8.
VELLOSO, Fernando de Castro. Informática: conceitos básicos. 7. ed., Rio de Janeiro, Elsevier, 2004. ISBN 8535215360.
BROOKSHEAR, J. Glenn. Ciência da computação: uma visão abrangente . 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2000. x, 499 p. ISBN 9788573075373

**Bibliografia complementar**

NORTON, Peter. Introdução à informática. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 1997. ISBN 8534605157.
VELLOSO, Fernando de Castro. Informática - conceitos básicos. 10. ed., Elsevier Editora, 2017. ISBN: 8535288139
CARVALHO, ANDRÉ C P L F; LORENA, ANA CAROLINA. INTRODUÇÃO À COMPUTAÇÃO - HARDWARE, SOFTWARE E DADOS. Editora LTC, 2017. ISBN: 8521631073
GLENN, Brookshear J., Ciência da Computação - Uma Visão Abrangente - 11ª Ed. 2013, Bookman. ISBN 9788582600306
OLSEN,DIOGO ROBERTO. REDES DE COMPUTADORES. 2012. Editora do Livro Técnico. ISBN 856368714X.

## ADS.5 - Algoritmos e Programação

| **Período** | 1º | **Carga Horária** | 102 horas |
|---|---|---|---|

**Objetivos**

Introduzir conhecimento e técnicas necessários para projeto e desenvolvimento de habilidades de programação, através da construção de algoritmos e programas que utilizam os princípios da programação estruturada.

**Ementa**

Estruturas fundamentais de programação; Estruturas sequenciais de programação; Estruturas de controle de fluxo para tomada de decisões; Estruturas de controle de fluxo para malhas de repetição; Variáveis indexadas homogêneas; Sub-rotinas ou modularização.

**Pré-requisitos**

Não possui.

**Bibliografia Básica**

ASCENCIO, Ana Fernanda Gomes; CAMPOS, Edilene Aparecida Veneruchi de. Fundamentos da programação de computadores: algoritmos , Pascal, C/C++ (padrão ANSI) e Java . 3. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012. x, 569 p. ISBN 978-85-64574-16-8.
CORMEN, Thomas H. et al. Algoritmos: teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. xvi, 926 p. ISBN 978-85-352-3699-6.
MANZANO, José Augusto N. G; OLIVEIRA, Jayr Figueiredo de. Algoritmos: lógica para desenvolvimento de programação de computadores. 21 ed . São Paulo: Érica, 2009. 240 p. ISBN 978-85-7194-718-X.

**Bibliografia complementar**

OLIVEIRA, Álvaro Borges de; BORATTI, Isaias Camilo. Introdução à programação: algoritmo . Florianópolis: Bookstore, 1999. 163 p. ISBN 8585943661.
GUIMARÃES, Angelo de Moura; LAGES, Newton Alberto de Castilho. Algoritmos e estruturas de dados. Rio de Janeiro: LTC, 1994. xii, 216 p. (Ciência da computação). ISBN 978-85-216-0378-8.
DAMAS Luís. Linguagem C. Editora LTC. ISBN-13: 8521615191. 2007.
FEOFILOFF, Paulo. Algoritmos em linguagem C. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. 208 p. ISBN 978-85-352-3249-3.
MEDINA, Marco; FERTIG, Cristina.Algoritmos e programação–teoria e prática. São Paulo: Novatec, 2006.

## ADS.6 - Metodologia da Pesquisa Científica

| **Período** | 2º | **Carga Horária** | 34 horas |
|---|---|---|---|

**Objetivos**

Compreender os aspectos teóricos e práticos referentes à elaboração de trabalhos científicos, enfatizando a importância do saber científico no processo de produção do conhecimento. Conhecer os fundamentos da ciência; Conhecer diferentes métodos de estudo e pesquisa; Saber formular o problema de pesquisa, construir a problemática, elaborar hipóteses. Ter capacidade de planejamento e execução de trabalhos científicos; Conhecer as etapas formais de elaboração e apresentação de trabalhos científicos; Saber usar as Normas Técnicas de Trabalhos Científicos; Planejar e elaborar trabalhos científicos.

**Ementa**

Introdução à metodologia científica. Leitura analítica, científica e outros tipos de conhecimento. Metodologia da Pesquisa em Computação. Noções Gerais sobre elaboração e apresentação de projetos da pesquisa e demais trabalhos acadêmicos. Orientações sobre Definição do Tema de Pesquisa. Indicadores de Produtividade e Qualidade em Pesquisa. Bases de Dados para pesquisas acadêmica. Estruturação de Textos Técnicos. Orientação técnica na elaboração dos projetos de artigos científicos e TCC.

**Pré-requisitos**

Não possui.

**Bibliografia Básica**

WAZLAWICK, R. S. Metodologia de Pesquisa para Ciência da Computação, 2.ed, Rio de Janeiro, Elsevier, 2014.
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 297 p. ISBN 978-85-224-5758-8.
CANDIOTTO, Cesar; BASTOS, Cleverson Leite; CANDIOTTO, Kleber B. B. Fundamentos da pesquisa científica: teoria e prática. Petrópolis: Vozes, 2011. 166 p. ISBN 978-85-326-4070-3.

**Bibliografia complementar**

BARROS, Aidil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Projeto de pesquisa: propostas metodológicas. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 127 p. ISBN 978-85-326-0018-9.
DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 124p. ISBN 978-85-249-1685-4.
GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184 p. ISBN 978-85-224-5823-3.
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 297 p. ISBN 978- 85-224-5758-8.
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 225 p. ISBN 978-85-224-4878-4.

## ADS.7 - Programação Orientada a Objetos

| **Período** | 2º | **Carga Horária** | 68 horas |
|---|---|---|---|
| **Objetivos** | | | |
| Aplicar habilidades de raciocínio lógico na elaboração de programas e implementar soluções computacionais utilizando o paradigma de programação orientado a objetos. | | | |
| **Ementa** | | | |
| Compreendendo a programação orientada a objetos: classes, métodos, objetos. Principais aspectos da programação orientada a objetos: encapsulamento, polimorfismo, herança, abstração e composição. Princípios do design orientado a objetos: aberto/fechado, inversão de controle, segregação de interfaces, responsabilidade única, substituição. Conceito de padrões de projetos: vantagens, taxonomia, contexto-aplicabilidade, padrões para linguagens dinâmicas, classificação dos padrões. | | | |
| **Pré-requisitos** | | | |
| Algoritmos e Programação (ADS.5) | | | |
| **Bibliografia Básica** | | | |
| DEITEL, Harvey; DEITEL, Paul. Java Como Programar. 8ª Ed. Bookman, 2010.<br>SANTOS, Rafael. Introdução à programação orientada a objetos usando Java. Rio de Janeiro: Campus, 2003. 319, [4] p. (Editora Campus ; Sociedade Brasileira de Computação). ISBN 85-352-1206-X (broch.).<br>LARMAN, Craig. Utilizando UML e padrões: uma introdução à análise e ao projeto orientados a objetos e ao desenvolvimento interativo. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007. xiv, 695 p. ISBN 978-85-60031-52-8. | | | |
| **Bibliografia complementar** | | | |
| VILARIM, Gilvan de Oliveira. Programação orientada a objetos: um curso básico. Curitiba: Editora do Livro Técnico, 2015. 168p. ISBN 9788563687920.<br>CARDOSO, Caíque. Orientação a objetos na prática: aprendendo orientação a objetos com Java . Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2006. 175 p. ISBN 85-7393-538-3.<br>BATES, Bert; SIERRA, Kathy. Use a Cabeça! Java. Tradução da 2º edição. Rio de Janeiro: Alta books, 2010. 496 p. ISBN 9788576081739.<br>SINTES, Anthony. Aprenda Programação Orientada a Objetos em 21 dias. São Paulo: Pearson, 2002. 693 p. (Editora Pearson ; Sociedade brasileira de computação). ISBN 85-34-1461-0.<br>CARVALHO, Thiago Leite E. Orientação a Objetos. Casa do Código, 2016. 218 p. ISBN 9788555192135. | | | |

## ADS.8 - Banco de Dados I

| **Período** | 2º | **Carga Horária** | 68 horas |
|---|---|---|---|

**Objetivos**

Modelar bancos de dados relacionais utilizando modelo entidade-relacionamento. Manipular informações em um banco de dados por meio de uma linguagem apropriada.

**Ementa**

Conceitos de Sistemas de Banco de Dados. Arquiteturas de SGBDs. Modelos de Dados. Modelo Entidade-Relacionamento. Modelo Lógico-Relacional. Álgebra Relacional. Normalização. Introdução à linguagem SQL.

**Pré-requisitos**

Introdução a Computação (ADS.4) e Algoritmos e Programação (ADS.5)

**Bibliografia Básica**

SILBERSCHATZ, Abraham; KORTH, Henry F; SUDARSHAN, S. Sistema de banco de dados. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. 861 p. ISBN 978-85-352-4535-6.
MACHADO, Felipe Nery Rodrigues. Banco de dados: projeto e implementação. 3. ed. S„o Paulo: …rica, 2014. 396 p. ISBN 978-85-365-0019-5.
ELMASRI, Ramez; NAVATHE, Shamkant. Sistemas de banco de dados. 6. ed. S„o Paulo: Pearson, 2011. xviii, 788 p. ISBN 978-85-7936-085-5 (broch.).

**Bibliografia complementar**

BEIGHLEY, Lyn. Use a cabeça SQL. Rio de Janeiro: Alta Books, 2008. 454 p. ISBN 978-85-7608-210-1.
DATE, C. J. Introdução a sistemas de bancos de dados. Rio de Janeiro: Campus, 2000. xxiii, 803 p. ISBN 85-352-0560-8
SADALAGE, Pramod J.; FOWLER, Martin. NoSQL Essencial: um guia conciso para mundo emergente da persistência poliglota. São Paulo: Novatec, 2013. 220 p. ISBN 978-85-7522-338-3.
HEUSER, Carlos Alberto. Projeto de banco de dados. 6. ed. Porto Alegre (RS): Bookman, 2009.
TEOREY, Toby J. et al. Projeto e modelagem de banco de dados. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier,c2014.

## ADS.9 - Engenharia de Software I

| **Período** | 2º | **Carga Horária** | 68 horas |
|---|---|---|---|
| **Objetivos** | | | |
| Despertar o interesse para adquirir visão abrangente acerca da Engenharia de Software no(a) aluno(a). | | | |
| **Ementa** | | | |
| Introdução à Engenharia de Software. Produto e processo de software. Metodologias de desenvolvimento de software. Metodologias tradicionais e ágeis. Visão geral de qualidade. Garantia e avaliação da qualidade de processos e produtos. Testes, métricas e medições. Fábrica de software. Modelos de qualidade. Normas e padrões. | | | |
| **Pré-requisitos** | | | |
| Introdução a Computação (ADS.4) e Algoritmos e Programação (ADS.5) | | | |
| **Bibliografia Básica** | | | |
| PRESSMAN, Roger S. Engenharia de software: uma abordagem profissional. 7. ed. São Paulo: AMGH, 2011. xxviii, 780 p.<br>SOMMERVILLE, Ian. Engenharia de software. 8.ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2007. 552 p. ISBN 978-85-88639-28-7<br>PAULA FILHO, Wilson de Pádua. Engenharia de software: fundamentos, métodos e padrões. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011. xiii, 1248 p. ISBN 978-85-216-1650-4 | | | |
| **Bibliografia complementar** | | | |
| PETERS, James F; PEDRYCZ, Witold. Engenharia de software: teoria e prática . Rio de Janeiro: Campus, 2001. xvii, 602 p. ISBN 85-352-0746-5<br>ENGHOLM JR., Hélio. Engenharia de software na prática. São Paulo: Novatec, 2010. 439p. ISBN 978-85-7522-217-1.<br>SCHACH, Stephen R. Engenharia de Software: os paradigmas clássico e orientado a objetos. 7ª ed. McGraw-Hill, 2009.<br>SBROCCO, José Henrique T. C.; MACEDO, Paulo. C.. Metodologias Ágeis: engenharia de software sob medida. São Paulo: Érica, 2012.<br>HIRAMA, Kechi. Engenharia de Software: qualidade e produtividade com tecnologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. | | | |

## ADS.10 - Estrutura de Dados I

| **Período** | 2º | **Carga Horária** | 68 horas |
|---|---|---|---|
| **Objetivos** | | | |
| Ser capaz de apresentar algoritmos de pesquisa e ordenação, além de identificar e utilizar listas, pilhas e filas. | | | |
| **Ementa** | | | |
| Estrutura de Dados lineares(Construção, Pesquisa, Ordenação). Variáveis indexadas heterogêneas. Pesquisa e Ordenação de Dados. Recursividade. Análise e Projeto dos Tipos Abstratos de Dados. Estruturas de Dados Lineares: Listas, Pilhas e Filas. | | | |
| **Pré-requisitos** | | | |
| Introdução a Computação (ADS.4) e Algoritmos e Programação (ADS.5) | | | |
| **Bibliografia Básica** | | | |
| CORMEN, Thomas H. et al. Algoritmos: teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. xvi, 926 p. ISBN 978-85-352-3699-6.<br>ZIVIANI, Nivio. Projeto de algoritmos: com implementações em PASCAL e C. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cengage Learning, 2010. xx, 639 p. ISBN 978-85-221-1050-6.<br>ZIVIANI, Nivio. Projeto de algoritmos: com implementações em Java e C++. São Paulo: Cengage Learning, 2007. xx, 621 p. ISBN 978-85-221- 0525-0. | | | |
| **Bibliografia complementar** | | | |
| PEREIRA, Silvio do Lago. Estruturas de dados em C: uma abordagem didática. S„o Paulo: …rica, 184 p. ISBN 9788536516295.<br>WIRTH, Niklaus. Algoritmos e estruturas de dados. Rio de Janeiro: LTC, 1999. 255p. ISBN 978-85-216-1190-5.<br>ZIVIANI, Nivio; BOTELHO, Fabiano C. Projeto de algoritmos: com implementações em JAVA e C++. São Paulo: Thomson, 2007. 621 p. ISBN 978-85-221-0525-0.<br>ASCENCIO, Ana Fernanda Gomes; ARAÚJO, Graziela Santos de. Estrutura de Dados: algoritmos, análise da complexidade e implementações em Java e C/C++. São Paulo: Pearson, 2010. 433 p. ISBN: 9788576058816.<br>PREISS, Bruno R. Estrutura de Dados e Algoritmos. Campus, 2000. | | | |

## ADS.11 - Estatística

| **Período** | 2º | **Carga Horária** | 34 horas |
|---|---|---|---|

**Objetivos**

Propiciar ao aluno a oportunidade de aplicar o ferramental estatístico desenvolvido/aprendido ao longo do curso de graduação, a uma situação real. Desenvolver sistemas de apuração de dados utilizando ferramenta de informática. Capacitar o aluno a planejar e desenvolver pesquisa estatística baseada na natureza do trabalho científico.

**Ementa**

Natureza da Estatística - população e amostra; Séries Estatística; Representação gráfica; Tabelas de distribuição de frequência; Medidas de posição, dispersão ou variabilidade; Medidas de Assimetria; Introdução à probabilidade; Distribuição binominal e normal; Estimativa.

**Pré-requisitos**

Não possui.

**Bibliografia Básica**

BUSSAB, Wilton de Oliveira; MORETTIN, Pedro Alberto. Estatística básica. 8. ed. São Paulo: Atual, 2013; xx, 548p. ISBN 978-85-02-20799-8.
PINHEIRO, João Ismael D. et al. Estatística básica: a arte de trabalhar com dados. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. xviii, 342 p. ISBN 978-85- 352-8041-8.
LARSON, Ron; FARBER, Betsy. Estatística aplicada. 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. xiv, 637p.

**Bibliografia complementar**

CRESPO, Antônio Arnot. Estatística fácil. 19. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2009. xi, 218 p. ISBN 978-85-02-08106-2. Classificação: 519.5 C921e 2009 / 19. ed.
DOWNING, Douglas. Estatística aplicada. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. 351 p. ISBN 978-85-02-03628-4
MORETTIN, Pedro Alberto, 1942 -; BUSSAB, Wilton O. Estatística básica. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. 526 p. ISBN 9788502034976
MARTINS, Gilberto de Andrade. Estatística geral e aplicada. São Paulo: Atlas, 2005. 421 p. ISBN 9788522441723 (broch.)
MOORE, David S.; Notz, William I.; Fligner, Michael A. A estatística básica e sua prática. 7º edição. Rio de Janeiro: LTC, 2017. ISBN 9788521634218.

## ADS.12 - Banco de Dados II

| **Período** | 3º | **Carga Horária** | 68 horas |
|---|---|---|---|

**Objetivos**

Apresentar o desenvolvimento de bancos de dados integrados com aplicações. Discutir e implementar conceitos associados a sistemas de bancos de dados, como segurança e integridade de dados, melhoria de desempenho, mecanismos de controle de transações e concorrência. Discutir tecnologias emergentes em bancos de dados.

**Ementa**

Sistemas Gerenciadores de Bancos de Dados comerciais. Introdução a bases de dados semiestruturadas e indexação por conteúdo. Banco de Dados não-relacionais e NoSQL.

**Pré-requisitos**

Banco de Dados I (ADS.8)

**Bibliografia Básica**

SILBERSCHATZ, Abraham; KORTH, Henry F; SUDARSHAN, S. Sistema de banco de dados. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. 861 p. ISBN 978-85-352-4535-6.
DATE, C. J. Introdução a sistemas de bancos de dados. Rio de Janeiro: Campus, 2000. xxiii, 803 p. ISBN 85-352-0560-8
ELMASRI, Ramez; NAVATHE, Shamkant. Sistemas de banco de dados. 6. ed. S„o Paulo: Pearson, 2011. xviii, 788 p. ISBN 978-85-7936-085-5 (broch.).

**Bibliografia complementar**

BEIGHLEY, Lyn. Use a cabeça SQL. Rio de Janeiro: Alta Books, 2008. 454 p. ISBN 978-85-7608-210-1.
MACHADO, Felipe Nery Rodrigues. Banco de dados: projeto e implementação. 3. ed. S„o Paulo: …rica, 2014. 396 p. ISBN 978-85-365-0019-5.
SADALAGE, Pramod J.; FOWLER, Martin. NoSQL Essencial: um guia conciso para mundo emergente da persistência poliglota. São Paulo: Novatec, 2013. 220 p. ISBN 978-85-7522-338-3.
RAMAKRISHNAN R., GEHRKE, J. Sistemas de gerenciamento de banco de dados, McGraw-Hill, 2008.
ROB, Peter.; CORONEL, C. Sistemas de Banco de Dados: Projeto, Implementação e Administração. Cengage Learning, 2011.

## ADS.13 - Arquitetura de Computadores

| **Período** | 3º | **Carga Horária** | 34 horas |
|---|---|---|---|

**Objetivos**

Entender o que é e como funciona um computador. Compreender os conceitos da arquitetura de um computador clássico, seus fundamentos e os princípios de funcionamento. Enfatizar o conceito de memória com suas diferentes funções e medidas de desempenho. Elucidar a função principal de um processador: a execução de programas. Conhecer os principais mecanismos para a realização de operações de entrada e saída bem como os principais dispositivos envolvidos. Entender o fluxo de dados entre os componentes de um computador por meio de uma linguagem de máquina.

**Ementa**

A estrutura básica de computadores; a unidade processadora, subsistemas de E/S, memória, a evolução dos computadores paralelos, esquemas de classificação de arquiteturas, aplicações de processamento paralelo e arquiteturas não convencionais.

**Pré-requisitos**

Não possui.

**Bibliografia Básica**

STALLINGS, William. Arquitetura e organização de computadores: projeto para o desempenho. 5. ed. São Paulo, SP: Prentice - Hall, 2003. xix, 786 p. ISBN 85-87918-53-2.
TANENBAUM, Andrew S. Organização estruturada de computadores. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, c1999. 398 p. ISBN 85-216-1253-2.
MAIA, Luiz Paulo. Arquitetura de redes de computadores. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013. xiii, 272 p. ISBN 978-85-216-2254-3.

**Bibliografia complementar**

WEBER, Raul Fernando. Fundamentos de arquitetura de computadores. 2. ed. Porto Alegre, RS: Sagra Luzzatto, 2001. 299 p. (Livros didáticos ; n. 8) ISBN 85-7282-263-1
MACHADO, Francis Berenger; MAIA, Luiz Paulo. Arquitetura de sistemas operacionais. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013 246 p. ISBN 978-85-216-22109.
WEBER, Raul Fernando. Fundamentos de arquitetura de computadores. 2. ed. Porto Alegre, RS: Sagra Luzzatto, 2001. 299 p. (Livros didáticos ; n. 8) ISBN 85-7282-263-1
PATTERSON, D.; HENESSY, J. L.; Arquitetura de computadores: uma abordagem quantitativa. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Campus, 2008, 494 p.
MONTEIRO, M. A. Introdução à Organização de Computadores. 5ª edição. Rio de Janeiro: LTC, 2007. 720 p.

## ADS.14 - Sistemas Operacionais

| **Período** | 3º | **Carga Horária** | 34 horas |
|---|---|---|---|
| **Objetivos** | | | |
| Compreender os conceitos e o funcionamento interno de sistemas operacionais e a sua importância para os sistemas de informação. Possuir uma visão geral dos principais mecanismos envolvidos na concepção de um sistema operacional. | | | |
| **Ementa** | | | |
| Introdução; Estrutura do Sistema Operacional; Processos; Sincronização e Comunicação entre Processos; Gerência do Processador; Gerência de Memória; Gerência de Entrada e Saída; Sistemas de Arquivos. | | | |
| **Pré-requisitos** | | | |
| Introdução a Computação (ADS.4) | | | |
| **Bibliografia Básica** | | | |
| MACHADO, Francis Berenger; MAIA, Luiz Paulo. Arquitetura de sistemas operacionais. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013 246 p. ISBN 978-85-216-22109<br>OLIVEIRA, Rômulo Silva de; CARISSIMI, Alexandre da Silva; TOSCANI, Simão Sirineo. Sistemas operacionais. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010. xii, 374 p. (Livros didáticos ; 11). ISBN 978-85-7780-521-1.<br>TANENBAUM, Andrew S. Sistemas operacionais modernos. 3. ed. Rio de Janeiro: Pearson Prentice Hall, 2010. 653p. ISBN 978-85-7605-237-1. | | | |
| **Bibliografia complementar** | | | |
| DEITEL, Harvey M.; DEITEL, Paul J.; CHOFFNES, David R. Sistemas operacionais. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005. xxi, 760 p. ISBN 978-85-7605-011-7.<br>SILBERSCHATZ, Abraham; GALVIN, Peter; GAGNE, Greg. Sistemas operacionais: conceitos e aplicações . Rio de Janeiro: Campus, 2000. 585p. ISBN 85-352-0719-8.<br>BOS, HERBERT; TANENBAUM, ANDREW S. SISTEMAS OPERACIONAIS MODERNOS. Edição:4, 2016. Editora: PEARSON BRASIL, ISBN: 8543005671<br>LAUREANO, Marcos; OLSEN, Diogo R. Sistemas Operacionais. 1ª ed., LTC, 2012. ISBN: 978-85-63687-15-9.<br>MCLEAN, Ian e THOMAS, Orin Thomas. Kit de Treinamento MCITP (Exame 70-646) Administração do Windows Server. Porto Alegre; Bookman; 2010 | | | |

## ADS.15 - Estrutura de Dados II

| **Período** | 3º | **Carga Horária** | 34 horas |
|---|---|---|---|
| **Objetivos** | | | |
| Ser capaz de compreender e utilizar técnicas de encadeamento. Aplicar conceitos de Árvores e Grafos. Análise de desempenho de algoritmos. | | | |
| **Ementa** | | | |
| Técnicas de Encadeamento: Listas Lineares Encadeadas. Análise de Algoritmos. Grafos. Árvores. | | | |
| **Pré-requisitos** | | | |
| Estrutura de Dados I (ADS.10) | | | |
| **Bibliografia Básica** | | | |
| CORMEN, Thomas H. et al. Algoritmos: teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. xvi, 926 p. ISBN 978-85-352-3699-6.<br>ZIVIANI, Nivio. Projeto de algoritmos: com implementações em PASCAL e C. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cengage Learning, 2010. xx, 639 p. ISBN 978-85-221-1050-6.<br>ZIVIANI, Nivio. Projeto de algoritmos: com implementações em Java e C++. São Paulo: Cengage Learning, 2007. xx, 621 p. ISBN 978-85-221- 0525-0. | | | |
| **Bibliografia complementar** | | | |
| PEREIRA, Silvio do Lago. Estruturas de dados em C: uma abordagem didática. São Paulo: Érica, 184 p. ISBN 9788536516295.<br>WIRTH, Niklaus. Algoritmos e estruturas de dados. Rio de Janeiro: LTC, 1999. 255p. ISBN 978-85-216-1190-5.<br>GOODRICH, Michael T.; TAMASSIA, Roberto. Estrutura de dados e algoritmos em Java. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013. 713 p. ISBN 9788582600184.<br>PIVA JUNIOR, Dilermando (Et al). Estrutura de dados e técnicas de programação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. 399 p. ISBN 9788535274370.<br>SZWARCFITER, Jayme Luiz; MARKENZON, Lilian. Estruturas de dados e seus algoritmos. 2. ed., rev. Rio de Janeiro: LTC, 1994. 320 p. ISBN 85-216-1014-9. | | | |

## ADS.16 - Programação para Internet I

| **Período** | 3º | **Carga Horária** | 68 horas |
|---|---|---|---|
| **Objetivos** | | | |
| Capacitar o aluno a desenvolver e implementar páginas, sítios e portais com utilização de páginas estáticas e dinâmicas, bem como interfaces de aplicações. | | | |
| **Ementa** | | | |
| Introdução aos conceitos de Internet. Linguagens de Marcação. Fundamentos de folhas de estilo. Princípios de Design responsivo. Princípios de Javascript e suas principais bibliotecas. Conceitos Básicos sobre Aplicações Cliente/Servidor. | | | |
| **Pré-requisitos** | | | |
| Banco de Dados I (ADS.8) | | | |
| **Bibliografia Básica** | | | |
| MILANI, André. Construindo aplicações Web com PHP e MySQL. São Paulo: Novatec, 2010. 336 p. ISBN 978-85-7522-219-5.<br>SILVA, Maurício Samy. Jquery: a biblioteca do programador JavaScript. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Novatec, 2013. 544 p. ISBN 978-85-7522- 387-1.<br>ZERVAAS, Quentin. Aplicações práticas de web 2.0 com PHP. Rio de Janeiro: Alta Books, 2008. xiii, 521 p. ISBN 978-85-7608-326-9. | | | |
| **Bibliografia complementar** | | | |
| LUCKOW, Décio Heinzelmann. MELO Alexandre Altair. Programação Java para a Web. São Paulo: Novatec, 2015 2ª. ed. 680p. ISBN 978-85-7522-445-8<br>BASHAM Bryan. SIERRA, Kathy. Use a cabeça Servlets e JSP. São Paulo: Alta Books, 2009, 2ª ed. 912p. ISBN 978-85-7608-294-1<br>DEITEL, Harvey M.; FURMANKIEWICZ, Edson (Trad.). Internet e World Wide Web: como programar . 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003. 1274 p. ISBN 853630121X<br>MORRISON, Michael. Use a cabeça: JavaScript. Rio de Janeiro: Alta Books, 2008. xxxiii, 606 p. (Use acabeça!) ISBN 9788576082132.<br>PINHO, Diego M., ECMAScript 6: Entre de cabeça no futuro do JavaScript. Rio de Janeiro: Casa do Código, 2017.ISBN 978-85-5519-258-6. | | | |

## ADS.17 - Engenharia de Software II

| **Período** | 3º | **Carga Horária** | 34 horas |
|---|---|---|---|
| **Objetivos** | | | |
| Desenvolver percepção de elaborar e manter especificações de requisitos de software em conformidade com necessidades de diferentes tipos de projetos e restrições. Desenvolver percepção clara de qualidade aplicada a produto, projeto ou processo de software, bem como seus artefatos intermediários (entregáveis ou não). | | | |
| **Ementa** | | | |
| Engenharia de Requisitos: Engenharia de requisitos; Técnicas de Elicitação; Documentação de requisitos; Requisitos no CMMI; Gerência de requisitos; Projeto de interface de usuário; Métodos de avaliação de interfaces. Gestão da Qualidade de Software: Conceito de Qualidade, Qualidade de Processo e de Produto de Software; Verificação e Validação de Software; Revisão e Inspeção de Software; Medições e Métricas de Software; Estimativas e Custo de Software. | | | |
| **Pré-requisitos** | | | |
| Engenharia de Software I (ADS.9) | | | |
| **Bibliografia Básica** | | | |
| PRESSMAN, Roger S.; MAXIM, Bruce R. Engenharia de software: uma abordagem profissional. 8. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2016. xxviii, 940 p. ISBN 978-85-8055-533-2.<br>SOMMERVILLE, Ian. Engenharia de software. 9. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011. 529 p. ISBN 978-85-7936-108-1.<br>PAULA FILHO, Wilson de Pádua. Engenharia de software: fundamentos, métodos e padrões. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009. xiii, 1244 p. ISBN 978-85-216-1650-4. | | | |
| **Bibliografia complementar** | | | |
| TONSIG, Sérgio Luiz. Engenharia de software: análise e projeto de sistemas. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2008. xii, 319 p. ISBN 978-85-7393-653-7 (broch.).<br>ENGHOLM JR., Hélio. Engenharia de software na prática. São Paulo: Novatec, 2010. 439p. ISBN 978-85-7522-217-1.<br>WAZLAWICK, R.S. Engenharia de Software: Conceitos e Práticas Elsevier, Rio de Janeiro, RJ, 2013.<br>VAZQUEZ, CE, SIMÕES, GS. Engenharia de Requisitos: software orientado ao negócio. Brasport. 2016.<br>METSKER, Steven J. Padrões de Projeto em Java. Bookman, 2004. | | | |

## ADS.18 - Projeto Integrador I

| **Período** | 3º | **Carga Horária** | 68 horas |
|---|---|---|---|
| **Objetivos** | | | |
| Garantir a interdisciplinaridade entre as disciplinas do curso; Oportunizar a aplicação dos conhecimentos adquiridos na solução de problemas reais da comunidade em que o curso está inserido. | | | |
| **Ementa** | | | |
| Planejamento, elaboração e desenvolvimento de um projeto de extensão relacionado a comunidade externa do IFPI, sob supervisão e coordenação de professores do curso, designados pelo Colegiado do Curso, tendo como referência as disciplinas do período letivo vigente e as disciplinas já cursadas pelos alunos. | | | |
| **Pré-requisitos** | | | |
| Não possui. | | | |
| **Bibliografia Básica** | | | |
| CASTRO, Claudio de Moura. A prática da pesquisa. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.<br>GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2007.<br>KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 30 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012. | | | |
| **Bibliografia complementar** | | | |
| FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 17 ed. São Paulo: Ática, 2007.<br>GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007.<br>MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lubia Scliar. Português instrumental: de acordo com as atuais normas da ABNT. São Paulo: Atlas, 2010.<br>MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.<br>MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas . 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.<br>MESQUITA, Roberto Melo. Gramática da língua portuguesa. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.<br>RUIZ, João Alvaro. Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006. | | | |

## ADS.19 - Engenharia de Software III

| **Período** | 4º | **Carga Horária** | 34 horas |
|---|---|---|---|

**Objetivos**

Descrever os conceitos de arquitetura de software; Realizar o projeto arquitetural e detalhado do software; Identificar, classificar e utilizar estilos arquiteturais e arquiteturas de referência; Identificar e utilizar as visões arquiteturais que devem ser documentadas; Realizar análise da arquitetura proposta.

**Ementa**

Arquitetura de Software: Projeto arquitetural; Arquiteturas modernas; Documentação de arquiteturas; Análise e projeto arquitetural; Métricas de arquitetura; Padrões de Projeto Arquiteturais; Métodos de Avaliação de Arquitetura; Tendências em arquitetura;

**Pré-requisitos**

Engenharia de Software II (ADS.17)

**Bibliografia Básica**

PRESSMAN, Roger S.; MAXIM, Bruce R. Engenharia de software: uma abordagem profissional. 8. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2016. xxviii, 940 p. ISBN 978-85-8055-533-2.
SOMMERVILLE, Ian. Engenharia de software. 9. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011. 529 p. ISBN 978-85-7936-108-1.
PAULA FILHO, Wilson de Pádua. Engenharia de software: fundamentos, métodos e padrões. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009. xiii, 1244 p. ISBN 978-85-216-1650-4.

**Bibliografia complementar**

TONSIG, Sérgio Luiz. Engenharia de software: análise e projeto de sistemas. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2008. xii, 319 p. ISBN 978-85-7393-653-7 (broch.).
ENGHOLM JR., Hélio. Engenharia de software na prática. São Paulo: Novatec, 2010. 439p. ISBN 978-85-7522-217-1.
MENDES, Antonio. Arquitetura de Software: desenvolvimento orientado para arquitetura. Campus, 2002.
FOWLER, Martin. Padrões de arquitetura de aplicações corporativas. Bookman, 2006.
METSKER, Steven J. Padrões de Projeto em Java. Bookman, 2004.

## ADS.20 - Redes de Computadores

| **Período** | 4º | **Carga Horária** | 68 horas |
|---|---|---|---|

**Objetivos**

Capacitar o aluno a classificar redes de computadores. Identificar os principais tipos de dispositivos de redes. Identificar topologias e tecnologias básicas de LANs. Conhecer os mecanismos básicos dos protocolos de comunicação. Reconhecer os aspectos básicos do modelo TCP/IP. Habilitar para a definição do projeto e montagem de uma rede.

**Ementa**

Introdução, Conceitos Básicos Sobre Redes de Computadores, Tecnologias de Redes, Modelo OSI, TCP/IP. Introdução aos Sistemas Operacionais de Redes: Princípios, Instalação, Configuração, Administração e Segurança.

**Pré-requisitos**

Introdução a Computação (ADS.4)

**Bibliografia Básica**

TANENBAUM, Andrew S. Redes de computadores. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003
KUROSE, James F. ROSS Keith W., Redes de computadores e a internet. Uma abordagem *top down* 6ª ed. Pearson 2013 ISBN 978-85-430-1443-2
COMER, Douglas E. Interligação de redes com TCP/IP: volume 1: princípios, protocolos e arquitetura. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2006. 486 p. ISBN 978-85-352-7863-7

**Bibliografia complementar**

ANDERSON, Al; BENEDETTI, Ryan. Use a cabeça!: redes de computadores. Rio de Janeiro: Alta Books, 2010.
COMER, Douglas E. Interligação de redes com TCP/IP, vol. 1: princípios, protocolos e arquitetura. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. 435 p. ISBN 85- 352-2017-8.
LOPES, Raquel V.; SAUVE, Jacques P.; NICOLLETTI, Pedro S. Melhores práticas para gerência de redes de computadores. Rio de Janeiro: Campus; 2003.
MARIN, Paulo Sérgio. Cabeamento estruturado: desvendando cada passo: do projeto à instalação. 3. ed. São Paulo: Érica, 2008.
SOARES, L. F. G. et all. Redes de computadores: das LANs MANs e WANs às redes ATM. Campus, 2a Edição, 1995.

## ADS.21 - Análise e Projeto de Sistemas

| **Período** | 4º | **Carga Horária** | 68 horas |
|---|---|---|---|
| **Objetivos** | | | |
| Aplicar a análise orientado à objeto, utilizando ferramentas de modelagem de dados. Conhecer, compreender e utilizar corretamente os componentes da linguagem unificada de modelagem (UML). | | | |
| **Ementa** | | | |
| Modelagem de Software usando o paradigma da Orientação a Objetos. Conceitos de Orientação Objetos. Diagramas da UML. Ferramentas Case. Estudos de casos. | | | |
| **Pré-requisitos** | | | |
| Programação Orientada a Objetos (ADS.07) | | | |
| **Bibliografia Básica** | | | |
| LARMAN, Craig. Utilizando UML e padrões: uma introdução à análise e ao projeto orientados a objetos e ao desenvolvimento interativo. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007. xiv, 695 p. ISBN 978-85-60031-52-8.<br>FOWLER, Martin. UML essencial: um breve guia para a linguagem-padrão de modelagem de objetos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. xv, 160 p. ISBN 85-363-0454-5.<br>GUEDES, Gilleanes T. A. UML 2: uma abordagem prática. 2. ed. São Paulo: Novatec, 2011. 484 p. ISBN 978-85-7522-281-2. | | | |
| **Bibliografia complementar** | | | |
| GÓES, W. M. Aprenda UML por Meio de Estudos de Caso. 1ª ed. São Paulo: Novatec, 2013.<br>BOOCH, Grady; RUMBAUGH, James; JACOBSON, Ivar. UML: Guia do usuário. Rio de Janeiro: Campus, 2006.<br>FOWLER, Martin. UML essencial: um breve guia para a linguagem-padrão de modelagem de objetos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. xv, 160p. ISBN 85-363-0454-5.<br>MARTIN, James. Princípios de análise e projeto baseados em objetos. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1994. 486 p. ISBN 85-7001-872-X<br>MEIRA JR., Wagner; MURTA, Cristina Duarte; CAMPOS, Sérgio Vale Aguiar; GUEDES NETO, Dorgival Olavo. Sistemas de comércio eletrônico projeto e desenvolvimento. Editora Campus – Rio de Janeiro, 2010. | | | |

## ADS.22 - Introdução a Administração

| **Período** | 4º | **Carga Horária** | 34 horas |
|---|---|---|---|
| **Objetivos** | | | |
| Proporcionar ao aluno uma visão global do funcionamento de uma empresa. | | | |
| **Ementa** | | | |
| A Administração e os Administradores, Objetivos e Funções da Administração, Conceitos, Classificação e Tipos de Organizações, Os Ambientes das Organizações e as Oportunidades de Negócios, As Organizações e o Processo de Globalização, A Responsabilidade Social, e Ética das Organizações, O Planejamento e a Administração Estratégica, Aspectos e Motivação, Desempenho e Satisfação no Trabalho, A Liderança e as Novas Técnicas de Gestão. | | | |
| **Pré-requisitos** | | | |
| Não possui. | | | |
| **Bibliografia Básica** | | | |
| CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração. 9. ed. Barueri: Manole, 2014. x, 654 p. ISBN 978-85-204-3669-1.<br>MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Introdução à administração. 8. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2011. 419p. ISBN 978-85-224-6288-9.<br>MOTTA, Fernando C. Prestes; VASCONCELOS, Isabella Freitas Gouveia de. Teoria geral da administração. 3. ed. rev. São Paulo: Cengage Learning, 2006. xix, 428 p. ISBN 85-221-0381-X. | | | |
| **Bibliografia complementar** | | | |
| ROSSI, Armando Tadeu. Marketing sem complicações: para principiantes e profissionais de outras áreas . 5. ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2010. 174 p. ISBN 978-85-7359-635-9.<br>KWASNICKA, Eunice Lavaca. Introdução à administração. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1995. 271 p. ISBN 85-224-1150-6.<br>SCHERMERHORN, J. Administração - Conceitos Fundamentais. Rio de Janeiro: LTC, 2007.<br>CARAVANTES, G. R. Administração. São Paulo: Editora Pearson, 2006.<br>SOBRAL, Filipe; PECI, Alketa. Administração: teoria e prática no contexto. São Paulo: Editora Pearson, 2008. | | | |

## ADS.23 - Programação para Internet II

| **Período** | 4º | **Carga Horária** | 68 horas |
|---|---|---|---|

**Objetivos**

Capacitar o aluno em procedimentos e técnicas de desenvolvimento de aplicações para a WEB. Desenvolver um estudo de caso para consolidar o conhecimento adquirido.

**Ementa**

Interação entre aplicações na Web. Integração com banco de dados. Técnicas e Modelos de Autenticação e Autorização em aplicações Web Tradicionais e WEB API/Rest. Serviço de banco de dados e sua integração com outros serviços em rede. Uso de frameworks para desenvolvimento Web. Padrão MVC. Tarefas Assíncronas. Técnicas de Requisições em Tempo Real. Cloud para Dev Web.

**Pré-requisitos**

Programação para Internet I (ADS.16)

**Bibliografia Básica**

NIEDERAUER, Juliano. Web interativa com Ajax e PHP. São Paulo: Novatec, 2007. 287 p. ISBN 978-85-7522-126-6
SANTANA, Osvaldo; GALESI, Thiago. Python e Django: desenvolvimento ágil de aplicações web. São Paulo: Novatec, 2010. 279 p. ISBN 978-85-7522-247-8
TATE, Bruce A.; HIBBS, Curt. Ruby on rails: executando . Rio de Janeiro: Alta Books, 2006 ix, 172 p. ISBN 978857608135-0

**Bibliografia complementar**

SILVA, Luciano Carlos da. Banco de dados para Web: do planejamento à implementação . São Paulo: Livros Erica, 2001. 240 p. ISBN 85-7194-755-4 (broch.)
GOMES, Daniel Adorno. Web services SOAP em java: guia prático para o desenvolvimento de web services em java . São Paulo: Novatec, 2010. 183 p. ISBN 978-85-7522-218-8
LUCKOW, D. H. Programação para a Web. São Paulo: Novatec, 2010.
GONÇALVES, Edson. Desenvolvendo aplicações web com NetBeans IDE 5.5. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2007.
BASHAM, B.; SIERRA, K.; BATES, B.. Use a Cabeca: Servlets & JSP. 2. ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2008.

## ADS.24 - Projeto Integrador II

| **Período** | 4º | **Carga Horária** | 68 horas |
|---|---|---|---|

**Objetivos**

Garantir a interdisciplinaridade entre as disciplinas do curso; Oportunizar a aplicação dos conhecimentos adquiridos na solução de problemas reais da comunidade em que o curso está inserido.

**Ementa**

Planejamento, elaboração e desenvolvimento de um projeto de extensão relacionado a comunidade externa do IFPI, sob supervisão e coordenação de professores do curso, designados pelo Colegiado do Curso, tendo como referência as disciplinas do período letivo vigente e as disciplinas já cursadas pelos alunos.

**Pré-requisitos**

Não possui.

**Bibliografia Básica**

CASTRO, Claudio de Moura. A prática da pesquisa. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.
GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2007.
KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 30 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

**Bibliografia complementar**

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 17 ed. São Paulo: Ática, 2007.
GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007.
MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lubia Scliar. Português instrumental: de acordo com as atuais normas da ABNT. São Paulo: Atlas, 2010.
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas . 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
MESQUITA, Roberto Melo. Gramática da língua portuguesa. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
RUIZ, João Alvaro. Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

## ADS.25 - Interação Humano-Computador

| **Período** | 5º | **Carga Horária** | 51 horas |
|---|---|---|---|

**Objetivos**

Apresentar ao aluno conceitos fundamentais da interação entre o usuário e o computador. Capacitar o aluno a discutir os tópicos envolvidos em áreas atuais de pesquisa. Dar ao aluno experiência na avaliação de interfaces.

**Ementa**

Fatores humanos em software interativo. Teoria, princípios e regras básicas. Estilos interativos. Linguagens de comandos. Manipulação direta. Dispositivos de interação. Arquitetura de sistemas reativos. Fatores humanos. Gerenciadores de janelas. Objetos de interação. Controle de diálogo. Sistemas de apoio para o desenvolvimento de interfaces homem-computador. Métodos de desenvolvimento.

**Pré-requisitos**

Programação para Internet I (ADS.16)

**Bibliografia Básica**

ROGERS, Yvone; SHARP, Helen; PREECE, Jennifer. Design de interação: além da interação humano-computador . 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013. xiv, 584 p. ISBN 978-85-8260-006-1.
BARBOSA, Simone D. J.; SILVA, Bruno Santana da. Interação humano-computador. Rio de Janeiro: Campus, 2010. 384 p. (Série Campus/SBC). ISBN 978-85-352-3418-3.
BENYON, David. Interação Humano-Computador. 2ª Edição. São Paulo. Editora Person, 2011.

**Bibliografia complementar**

NIELSEN, Jakob; HOA, Loranger. Usabilidade na web: projetando websites com qualidade. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2007.
CYSBIS, Walter; BETIOL, Adriana Holtz; FAUST, Richard. Ergonomia e Usabilidade - 3ª Edição. São Paulo, SP: Novatec Editora, 2015.
KALBACH, James. Design de navegação web: otimizando a experiência do usuário. Porto Alegre,: Bookman, 2009.
PADOVANI, Stephania; MOURA, Dinara. Navegação em Hipermídia: uma abordagem centrada no usuário. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2008.
SANTAELLA, Lúcia. Navegar no Ciberespaço: o perfil cognitivo do leitor imersivo. São Paulo: Palus, 2004.

## ADS.26 - Tópicos Especiais em Programação

| **Período** | 5º | **Carga Horária** | 51 horas |
|---|---|---|---|
| **Objetivos** | | | |
| Apresentação de temas atuais referentes a Programação. | | | |
| **Ementa** | | | |
| Ementa Livre. | | | |
| **Pré-requisitos** | | | |
| Programação Orientada a Objetos (ADS.07) | | | |
| **Bibliografia Básica** | | | |
| SILVA, M.S. JavaScript – Guia do programador. Editora Novatec, São Paulo, 2010.<br>CORMEN, Thomas H. et al. Algoritmos: teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. xvi, 926 p. ISBN 978-85-352-3699-6.<br>SILBERSCHATZ, Abraham; KORTH, Henry F; SUDARSHAN, S. Sistema de banco de dados. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. 861 p. ISBN 978-85-352-4535-6. | | | |
| **Bibliografia complementar** | | | |
| SADALAGE, P. J. E FOWLER, M. NoSQL Essencial. Editora Novatec, São Paulo, 2013.<br>SMITH, Ben. JSON básico: conheça o formato de dados preferido da web. São Paulo: Novatec , 2015. 400 p. ISBN 9788575224366 (broch.).<br>CHODOROW, K. MongoDB: The definitive guide. O'Reilly Media, Inc., 2013.<br>MONGODB. Mongodb documentation. acessível em <https://docs.mongodb.com/manual>.<br>SADALAGE, P. J. FOWLER, M. NoSQL Essencial: Um guia conciso para o Mundo emergente da persistência poliglota. Novatec, São Paulo, 2013. | | | |

## ADS.27 - Programação para Dispositivos Móveis

| **Período** | 5º | **Carga Horária** | 68 horas |
|---|---|---|---|

**Objetivos**

Desenvolver aplicações para dispositivos móveis utilizando um framework de desenvolvimento; Conhecer e utilizar componentes visuais de interface com o usuário; Manipular arquivos de dados e imagens em aplicações móveis; Persistir dados utilizando arquivos XML e bancos de dados para dispositivos móveis; Sincronizar dados entre dispositivos móveis e aplicações servidoras; Acessar serviços da Internet através de dispositivos móveis.

**Ementa**

Visão geral das tecnologias, ferramentas, padrões e práticas para desenvolvimento de aplicações para dispositivos móveis: Kit de Desenvolvimento para dispositivos móveis. Integração entre aplicações móveis e serviços e API em clouds/APIs. Persistência de dados local e remota. Padrões de Interface com o Usuário. Padrões de Navegação. Autenticação com Redes Sociais. Padrões Arquiteturais. Introdução a plataformas alternativas ao desenvolvimento nativo.

**Pré-requisitos**

Programação Orientada a Objetos (ADS.07)

**Bibliografia Básica**

LECHETA, Ricardo R. Android Essencial com Kotlin. São Paulo, SP: Novatec, 2017.
LECHETA, Ricardo R. Google Android - 5ª Edição. São Paulo, SP: Novatec, 2016.
NUDELMAN, Greg. Padrões de Projeto para o Android. São Paulo, SP: Novatec, 2013.

**Bibliografia complementar**

LECHETA, Ricardo R. Desenvolvendo para iPhone e iPad - 5ª edição. São Paulo, SP: Novatec, 2017.
LECHETA, Ricardo R. Android Essencial. São Paulo, SP: Novatec, 2016.
MEDNIEKS, Z.; NAKAMURA, M. Programando Android – Programação Java para a Nova Geração de Dispositivos Móveis. São Paulo: Novatec, 2010.
OEHLMAN, D.; BLANC, S. Aplicativos Web Pro Android – Desenvolvimento Pro Android Usando Html5, Css3 & Javascript. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2010.
PEREIRA, C. O. P.; SILVA, M. L. Android para desenvolvedores. Rio de Janeiro: Brasport, 2009.

## ADS.28 - Engenharia de Software IV

| **Período** | 5º | **Carga Horária** | 68 horas |
|---|---|---|---|

**Objetivos**

Controlar e acompanhar mudanças (Controle de Mudança); Registrar a evolução do projeto (Controle de Versão); Estabelecer a integridade do sistema (Integração Contínua). Compreender aspectos teóricos e práticos sobre o teste de software; Compreender quando e como aplicar técnicas de teste de software; Conhecer e manipular ferramentas de teste de software; Proporcionar a aplicação prática de teste de software durante o desenvolvimento de software.

**Ementa**

Gerência de Configuração: A Gestão da Configuração (GC) e conceitos; Configuração e ciclo de vida; Melhores práticas de Gestão da Configuração; Build, Integração Contínua; Demonstração de Ferramentas de Controle de versão – Build – Integração Contínua – Gestão de Solicitação e Mudanças; Gestão de Configuração para Modelos de Maturidade; Testes de Software: Introdução a testes; Testes no Ciclo de Vida de Software; Estágios e Tipos de Testes; Processo de Testes; Planejamento de Testes; Projeto de testes; Execução de testes; Avaliação de testes; Automatização de Testes; Ferramentas de apoio a testes; Gerenciamento de Projetos de Testes; Tendências em testes.

**Pré-requisitos**

Engenharia de Software III (ADS.19)

**Bibliografia Básica**

PRESSMAN, Roger S.; MAXIM, Bruce R. Engenharia de software: uma abordagem profissional. 8. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2016. xxviii, 940 p. ISBN 978-85-8055-533-2.
SOMMERVILLE, Ian. Engenharia de software. 9. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011. 529 p. ISBN 978-85-7936-108-1.
PAULA FILHO, Wilson de Pádua. Engenharia de software: fundamentos, métodos e padrões. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009. xiii, 1244 p. ISBN 978-85-216-1650-4.

**Bibliografia complementar**

TONSIG, Sérgio Luiz. Engenharia de software: análise e projeto de sistemas. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2008. xii, 319 p. ISBN 978-85-7393-653-7 (broch.).
ENGHOLM JR., Hélio. Engenharia de software na prática. São Paulo: Novatec, 2010. 439p. ISBN 978-85-7522-217-1.
MENDES, Antonio. Arquitetura de Software: desenvolvimento orientado para arquitetura. Campus, 2002.
FOWLER, Martin. Padrões de arquitetura de aplicações corporativas. Bookman, 2006.
METSKER, Steven J. Padrões de Projeto em Java. Bookman, 2004.

## ADS.29 - Projeto Integrador III

| **Período** | 5º | **Carga Horária** | 68 horas |
|---|---|---|---|

**Objetivos**

Garantir a interdisciplinaridade entre as disciplinas do curso; Oportunizar a aplicação dos conhecimentos adquiridos na solução de problemas reais da comunidade em que o curso está inserido.

**Ementa**

Planejamento, elaboração e desenvolvimento de um projeto de extensão relacionado a comunidade externa do IFPI, sob supervisão e coordenação de professores do curso, designados pelo Colegiado do Curso, tendo como referência as disciplinas do período letivo vigente e as disciplinas já cursadas pelos alunos.

**Pré-requisitos**

Não possui.

**Bibliografia Básica**

CASTRO, Claudio de Moura. A prática da pesquisa. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.
GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2007.
KÖCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 30 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

**Bibliografia complementar**

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 17 ed. São Paulo: Ática, 2007.
GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007.
MARTINS, Dileta Silveira; ZILBERKNOP, Lubia Scliar. Português instrumental: de acordo com as atuais normas da ABNT. São Paulo: Atlas, 2010.
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas . 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
MESQUITA, Roberto Melo. Gramática da língua portuguesa. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
RUIZ, João Alvaro. Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

## ADS.30 - Elaboração de Projetos de Pesquisa

| **Período** | 5º | **Carga Horária** | 34 horas |
|---|---|---|---|

**Objetivos**

Oferecer subsídios para o desenvolvimento e elaboração de trabalhos científicos segundo metodologias e técnicas de vanguarda e de acordo com as normas e padrões da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e redigir e qualificar o projeto de pesquisa científica do TCC.

**Ementa**

Noções Gerais sobre elaboração e apresentação de projetos da pesquisa e demais trabalhos acadêmicos; orientação técnica na elaboração dos projetos de TCC dos alunos e avaliação da viabilidade dos Projetos apresentados. Defesa pública do projeto.

**Pré-requisitos**

Todas as disciplinas do 4º período.

**Bibliografia Básica**

BARROS, Aidil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Projeto de pesquisa: propostas metodológicas. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 127 p. ISBN 978-85-326-0018-9.
DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 124 p. ISBN 978-85-249-1685-4.
FERRAREZI JUNIOR, Celso. Guia do trabalho científico: do projeto à redação final: monografia, dissertação e tese. São Paulo: Contexto, 2011. 157 p. ISBN 978-85-7244-631-0.

**Bibliografia complementar**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Informação e documentação – citações em documentos – apresentação: NBR 10520. Rio de Janeiro, ago. 2002.
_____. Informação e documentação – numeração progressiva das seções de um documento escrito - apresentação: NBR 6024. Rio de Janeiro, maio 2003.
_____. Informação e documentação – referências - elaboração: NBR 6023. Rio de Janeiro, ago. 2002.
_____. Informação e documentação – trabalhos acadêmicos - apresentação: NBR 14724. 2.ed. Rio de Janeiro, dez. 2005.
BASTOS, L.R. et al. Manual para elaboração de projetos, relatórios de pesquisa, teses, dissertações e monografias. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

## ADS.31 - Segurança da Informação

| **Período** | 6º | **Carga Horária** | 68 horas |
|---|---|---|---|

**Objetivos**

Compreender os conceitos de segurança da informação para o desenvolvimento e aplicação de políticas de segurança. Desenvolver competências para a utilização de técnicas e ferramentas de proteção de software e hardware.

**Ementa**

O conceito e os objetivos da segurança de informações. Análise de Riscos em Sistemas de Informação. Os Conceitos e os Tipos de Ameaças, Riscos e Vulnerabilidades dos Sistemas de Informação. Plano de Contingência. Técnicas de Avaliação de Sistemas. Aspectos Especiais: Vírus, fraudes, criptografia e acesso não autorizado. O planejamento, a implementação e a avaliação de políticas de segurança de informações. O conceito e os objetivos da auditoria de sistemas de informação. O planejamento, a implementação e a avaliação de auditorias de sistemas de informação.

**Pré-requisitos**

Redes de Computadores (ADS.20)

**Bibliografia Básica**

DIAS, Cláudia. Segurança e auditoria da tecnologia da informação. Rio de Janeiro: Axcel Books, 2000. xi, 218 p. ISBN 85-7323-131-9
LYRA, Maurício Rocha. Segurança e auditoria em sistemas de informação. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2008. x, 253 p. ISBN 978-85-7393-747-3.
IMONIANA, Joshua Onome. Auditoria de sistemas de informação. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 207 p. ISBN 978-85-224-5002-2 (broch.)

**Bibliografia complementar**

HOGLUND, Greg; MCGRAW, Gary. Como quebrar códigos/ a arte de explorar e proteger software. São Paulo: Pearson Makron Books, 2006. ISBN 9788534615464 . - ( Ebook )
KUROSE, James F.; ROSS, Keith W. Redes de Computadores e a Internet: uma abordagem top-down. Tradução da 6a.edição, 2013. Editora Pearson.
SEMOLA, M. Gestão da Segurança da Informação: uma visão executiva. 1ª ed., Campus Elsevier, 2002.
SCAMBRAY J.; SHEMA M. Segurança Contra Hackers: Aplicações Web. 1ª ed., Futura, 2003.
SIX, J. Segurança de aplicativos android. 1ª ed., Novatec, 2012.

## ADS.32 - Empreendedorismo e Inovação

| **Período** | 6º | **Carga Horária** | 68 horas |
|---|---|---|---|

**Objetivos**

Estudar os fundamentos do Empreendedorismo e sua relação com a transferência de tecnologias inovadoras do setor de pesquisa para o setor produtivo e sociedade

**Ementa**

Cases de negócios: mundiais e locais e suas trajetórias; Picth : O que é uma ideia e como apresentar para outras pessoas?; Metodologias e Técnicas de Modelagem de Negócios: Lean Startup e Customer Development; Gestão Ágil e Gestão para Inovação. Design: perspectiva sobre as metodologias de design focadas em inovação e negócio. Exploração do Problema : como observar e entender o mundo com as técnicas e métodos de design. Unindo dados de negócios na exploração dos dados. Geração de Ideias: como gerar e selecionar alternativas para criar uma solução. Avaliação: por uma perspectiva de design e negócio.

**Pré-requisitos**

Introdução a Administração (ADS.22)

**Bibliografia Básica**

CARMO, Cintia Tavares do. Empreendedorismo. Colatina, ES: Instituto Federal do Espírito Santo, 2011. 72 p.
DRUCKER, Peter F. Inovação e espírito empreendedor (entrepeneurship): prática e princípios. 6. ed. São Paulo: Pioneira, 2000. 378 p. ISBN 85-221-0085-3
MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Administração para empreendedores/ fundamentos da criação e da gestão de novos negócios. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. ISBN 9788576058762 .

**Bibliografia complementar**

DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013. xv, 266 p. ISBN 978-85- 216-2497-4.
HISRICH, Robert D.; PETERS, Michael P.; SHEPHERD, Dean A. Empreendedorismo. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009. X, 662 p. ISBN 978-85-7780-346-0 (enc.)
CHÉR, Rogério. Empreendedorismo na veia: um aprendizado constante . Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. 228 p. ISBN 978-85-352-2971-4.
GRANDO, Nei (org.). Empreendedorismo inovador: como criar startups de tecnologia no Brasil. São Paulo: Editora Évora, 2012.
LINDERGAARD, Stefan. A revolução da inovação aberta: a chave da nova competitividade nos negócios. São Paulo: Évora, 2011.

## ADS.33 - Tópicos Especiais em Sistemas de Informação

| **Período** | 6º | **Carga Horária** | 68 horas |
|---|---|---|---|
| **Objetivos** | | | |
| Apresentação de temas atuais referentes a Sistemas de Informação. | | | |
| **Ementa** | | | |
| Ementa Livre. | | | |
| **Pré-requisitos** | | | |
| Não possui. | | | |
| **Bibliografia Básica** | | | |
| BATISTA, Emerson de O. Sistemas de Informação: o uso consciente da tecnologia para o gerenciamento. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.<br>OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Sistemas de informações gerenciais: estratégicas, táticas e operacionais. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2011.<br>PRADO, Edmir. SOUZA, Cesar Alexandre de. Fundamentos de sistemas de informação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. | | | |
| **Bibliografia complementar** | | | |
| CRUZ, Tadeu. Sistemas de informações gerenciais: tecnologias da informação e as organizações do século XXI & introdução ao BPM & BPMS, introdução ao CMM-I. 4. ed. São Paulo: Altas, 2014.<br>CRUZ, Tadeu. Sistemas, organização e métodos: estudo integrado das novas tecnologias da informação e introdução à gerência do conteúdo e do conhecimento. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.<br>FERREIRA, Fernando Nicolau Freitas. Política de segurança da informação: guia prático para elaboração e implementação. 2 ed. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2008.<br>FONSECA, Maria Odila. Arquivologia e ciência da informação. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.<br>GORDON, Steven R.; GORDON, Judith R. Sistemas de informação: uma abordagem gerencial. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.<br>HOFFMANN, Andreas Roberto. PLANTULLO, Vicente Lentini. Sistema de Informação: fundamentos. Juruá, 2012.<br>LAUDON, Kenneth. Sistemas de informação gerenciais. 9. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.<br>LYRA, Maurício Rocha. Segurança e auditoria em sistemas de informação. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2008.<br>RONDINELLI, Rosely Curi. Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. | | | |

## ADS.34 - Legislação aplicada à Tecnologia da Informação

| **Período** | 6º | **Carga Horária** | 51 horas |
|---|---|---|---|
| **Objetivos** | | | |
| Discutir e resolver questões como: acesso não autorizado; direitos autorais do software; Discutir o Direito Ambiental e a Legislação que trata da inclusão das pessoas com necessidades específicas e questões étnicos-raciais. | | | |
| **Ementa** | | | |
| Lei de software. Noções de legislação constitucional, civil, penal, trabalhista, comercial e fiscal. Propriedade industrial. Direitos autorais. Patentes e direitos. Contratos. Registro de software. Direito ambiental – noções fundamentais. Princípios, patrimônio, Política Nacional de Meio Ambiente e seus instrumentos. Educação Ambiental. Dano ambiental e responsabilidade. Legislação que trata da inclusão das pessoas com necessidades específicas e questões étnicos-raciais. | | | |
| **Pré-requisitos** | | | |
| Não possui. | | | |
| **Bibliografia Básica** | | | |
| FINKELSTEIN, M. E. R. Direito do Comércio Eletrônico. Rio de Janeiro: Campus, 2010.<br>PAESANI, L. M. Direito e Internet - Liberdade de informação, 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.<br>SALGARELLI, K. C. Direito do Consumidor no Comércio Eletrônico. São Paulo: Icone, 2010. | | | |
| **Bibliografia complementar** | | | |
| QUEIROZ, C; VARGAS, R. Investigação e Perícia Forense Computacional. Rio de Janeiro: Brasport, 2010.<br>SCHWARTZ, N. Noções de Direito. Curitiba: Juruá, 2009.<br>PAESANI, L. M. Direito de Informática: comercialização e desenvolvimento internacional do software. Atlas, 2006.<br>AQUINO JR, Geraldo F. Contratos Eletrônicos a boa-fé Objetiva e a Autonomia da Vontade. Curitiba: Juruá, 2012.<br>FRAGOSO, J. H. R. Direito Autoral: da antiguidade à internet. São Paulo: Quartier Latin, 2009. | | | |

## ADS.35 - Ética e Responsabilidade Socioambiental

| **Período** | 6º | **Carga Horária** | 51 horas |
|---|---|---|---|

**Objetivos**

Sistemas críticos com relação à segurança e a responsabilidade social; as doenças profissionais; liberdade de informação, privacidade e censura. TI VERDE.

**Ementa**

Valores e ética profissional. Indicadores e avaliação. Instrumentos de responsabilidade social. Código de ética. Responsabilidade social empresarial e indicadores. Gestão dos sistemas de responsabilidade social. Implementação da responsabilidade social. TI VERDE.

**Pré-requisitos**

Não Possui.

**Bibliografia Básica**

SÁ, Antônio Lopes de. Ética profissional. 9. ed., rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2012. 312 p. ISBN 978-85-224-5534-8.
DURKHEIM, Émile. Educação e sociologia. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. 120 p. (Coleção Textos fundantes de educação). ISBN 978-85-326- 2463-5.
MASIERO, Paulo Cesar. Ética em computação. São Paulo: EDUSP, 2008. 219 p. (Acadêmica; n. 32) ISBN 978-85-314-0575-4 (broch.)

**Bibliografia complementar**

MEKSENAS, Paulo. Sociologia da educação: introdução ao estudo da escola no processo de transformação social. 17. ed. São Paulo: Loyola, 2014. 133 p. (Coleção escola e participação). ISBN 978-85-15-00311-2.
SILVA, José Luiz Rosa da. Artigo: Ética – algumas considerações sobre o tema. Porto Alegre 2003.
ASHLEY, Patricia Almeida (Coord.). Ética e responsabilidade social nos negócios. São Paulo: Saraiva, 2002.
ESTEVAM, Rita de Cássia Oliveira. Artigo: Uma proposta metodológica para discutir e subsidiar a elaboração de um código de ética para profissionais da área de tecnologia da informação. Juiz de Fora.
LEISINGER, Klaus M. Ética empresarial: responsabilidade global e gerenciamento moderno. Petrópolis: Vozes, 2001.

## ADS.36 - Trabalho de Conclusão de Curso

| **Período** | 6º | **Carga Horária** | 34 horas |
|---|---|---|---|

**Objetivos**

Elaboração de proposta de trabalho científico e/ou tecnológico envolvendo temas abrangidos pelo curso. Desenvolvimento do trabalho proposto.

**Ementa**

Planejamento e desenvolvimento da pesquisa; coleta, sistematização, análise e crítica dos dados; estruturação, redação, normalização e apresentação do TCC.

**Pré-requisitos**

Todas as disciplinas do 5º período.

**Bibliografia Básica**

BARROS, Aidil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Projeto de pesquisa: propostas metodológicas. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 127p. ISBN 978-85-326-0018-9.
DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 124 p. ISBN 978-85-249-1685-4.
FERRAREZI JUNIOR, Celso. Guia do trabalho científico: do projeto à redação final: monografia, dissertação e tese. São Paulo: Contexto, 2011. 157p. ISBN 978-85-7244-631-0.

**Bibliografia complementar**

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184 p. ISBN 978-85-224-5823-3.
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 297 p. ISBN 978- 85-224-5758-8.
MEDEIROS, João Bosco. Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2014. xii, 331 p. ISBN 978-85- 224-9026-4.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Informação e documentação - citações em documentos - apresentação: NBR 10520. Rio de Janeiro, ago. 2002.
BASTOS, L.R. et al. Manual para elaboração de projetos, relatórios de pesquisa, teses, dissertações e monografias. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

## ADS.37 - Língua Brasileira de Sinais

| **Período** | ------- | **Carga Horária** | 30 horas |
|---|---|---|---|

**Objetivos**

Adquirir os instrumentos básicos para o estabelecimento de uma comunicação funcional com pessoas surdas.

**Ementa**

Introdução à LIBRAS. Alfabeto Manual. Vocabulário Básico. Estrutura gramatical básica. Princípios linguísticos pertinentes à LIBRAS. Expressão facial. Expressão corporal. Compreensão de pequenos diálogos e narrativas breves. Legislação. Pesquisa da cultura surda. Conservação em LIBRAS. Introdução à escrita de LIBRAS. Literatura surda.

**Pré-requisitos**

Não Possui.

**Bibliografia Básica**

FIGUEIRA, Alexandre dos Santos. Material de apoio para o aprendizado de libras. São Paulo: Phorte, 2011. 339 p. ISBN 978-85-7655-321-2.
GESSER, Audrei. LIBRAS?: que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009. 87 p. (Estratégias de ensino ; 14). ISBN 978-85-7934-001-7.
QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004. 221 p. ISBN 978-85-363-0308-6.

**Bibliografia complementar**

CASTRO, A. R. de; Carvalho, I. S. de. Comunicação por língua brasileira de sinais. Brasília: SENAC, 2005.
FELIPE, T. Libras em contexto. Pernambuco: EDUPE, 2002.
OLIVEIRA, Maria Lúcia Wiltshire de (Org.). Inclusão e cidadania. Niterói: Nota Bene, 2000.
BOTELHO, P. Linguagens e letramento na educação dos surdos. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
FIGUEIRA, Alexandre dos Santos. Material de apoio para o aprendizado de libras. São Paulo: Phorte, 2011. 339 p. ISBN 978-85-7655-321-2.

# 10. ATIVIDADES ARTICULADAS AO ENSINO

## 10.1. Projetos Integradores

Os projetos interdisciplinares, denominados integradores, constituem estratégia de ensino/aprendizagem que objetiva proporcionar a interdisciplinaridade dos temas abordados no currículo. É um instrumento de integração entre ensino, pesquisa e extensão no sentido de proporcionar relação direta entre os diversos saberes das diferentes áreas do conhecimento que compõem o curso e o fazer prático/real na atuação para solução de problemas da comunidade em que o curso está inserido.

Além disso, proporciona maior envolvimento dos alunos com o curso, integração do corpo docente e discente, práticas de trabalho em equipe e atitudes colaborativas, senso de compromisso e responsabilidade para alcançar os objetivos, melhoria das habilidades e relações interpessoais tais como: respeito, ética, liderança e motivação; e muitas outras perspectivas positivas de formação complementar.

Os projetos integradores como componentes curriculares obrigatórios no CSTADS, têm início no terceiro período do curso e são desenvolvidos com referência nas disciplinas do período letivo vigente e nas disciplinas já ministradas em períodos anteriores, cabendo aos professores dessas disciplinas designadas, atuarem como coordenadores do projeto. Podem também ter um tema único, a ser trabalhado por todos os alunos da turma, ou temas diferentes, quando a turma for dividida em grupos.

As atividades referentes a este componente curricular consistem no planejar, desenvolver e executar um projeto, que deverá ter, necessariamente, cunho de extensão, com relação direta com a comunidade externa ao IFPI e seguirão as seguintes etapas:

- **Planejamento:** escolha conjunta pelos professores e alunos da disciplina, sobre o(s) tema(s) a serem trabalhados;
- **Projeto:** escrita do(s) projeto(s) contendo pelo menos os itens: tema, justificativa, objetivos geral e específicos, metodologia, cronograma de execução das atividades e planilha de custos (caso haja);
- **Aprovação e cadastro:** nessa etapa, o projeto é submetido ao Colegiado do Curso que avaliará a pertinência e relevância do mesmo, e, sendo aprovado, o

encaminhará para o setor de Extensão do *Campus*, por meio da Coordenação do curso, para a verificação de disponibilidade de recursos para sua execução;

- **Desenvolvimento:** essa etapa consiste na execução do projeto com supervisão e acompanhamento constantes por parte dos professores da disciplina;
- **Apresentação dos resultados:** apresentação do projeto em momentos especialmente criados para partilha de experiências entre os alunos do curso.

## 10.2. Atividades complementares

Visando o enriquecimento do currículo do CSTADS, possibilitando o aprofundamento temático e interdisciplinar para uma formação mais completa do aluno, é permitida a realização de atividades complementares/extracurriculares, dentro ou fora do IFPI, de cunho acadêmico, científico, tecnológico e cultural, correspondendo a uma carga horária de 120 (cento e vinte) horas para os discentes do curso.

Essas atividades foram incluídas motivadas pela necessidade de se estimular a prática de estudos independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade e de permanente e contextualizada atualização profissional específica. Adicionalmente, têm como objetivos básicos:

- Flexibilizar o currículo do curso;
- Articular o trinômio: ensino, pesquisa e extensão;
- Integrar o aluno às atividades da instituição;
- Contribuir para uma formação ética e humanística;
- Incentivar a reflexão crítica do aluno e a descoberta de novas aptidões;
- Desenvolver o senso de responsabilidade social e autonomia do saber.

As atividades complementares integram, em caráter obrigatório, o currículo do curso e poderão ser iniciadas já no primeiro período. Obedecem a regulamento específico do IFPI – Resolução n° 86/2016/CONSUP – que estabelece as normas gerais de controle, aproveitamento, validação e registro das horas complementares realizadas pelo acadêmico, bem como especificar quais atividades são válidas para esse fim, os documentos comprobatórios e a limitação da carga horária admitida para cada atividade.

## 10.3. Prática Curricular em Comunidade e em Sociedade – PCCS

A extensão é um processo educativo, cultural e científico, articulado de forma indissociável ao ensino e à pesquisa que propicia um canal direto entre o IFPI e as realidades sociais locais/regionais.

As atividades de extensão possuem caráter obrigatório para todos os alunos dos cursos de graduação do IFPI. De acordo com o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2020, os cursos de graduação devem assegurar, em seus currículos, o mínimo de 10% da carga horária, em atividades de extensão. Nesse sentido, o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas traz em seu currículo 204 (duzentas e quatro) horas de atividades de extensão.

Essas atividades são regidas pela Resolução n° 016/2015/CONSUP do IFPI e poderão ser realizadas por meio de projetos, programas, cursos e/ou eventos. A participação do professor(a) dar-se-á como Coordenador de Projetos. Após a aprovação da atividade de extensão pelo Colegiado do Curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, essa deverá ser cadastrada no Setor de Extensão do Campus, onde será submetida a análise com base nos seguintes critérios:

1. Importância do projeto para o desenvolvimento da tríade ensino-pesquisa-extensão para a comunidade;
2. Viabilidade das atribuições do corpo docente e discente envolvido no projeto;
3. Disponibilidade de recursos físicos e financeiros necessários a execução do projeto.

As atividades de extensão para fins de registro no histórico escolar do aluno serão denominadas de Práticas Curriculares em Comunidade e em Sociedade – PCCS e terão seu registro no Controle Acadêmico semestralmente, conforme realização das atividades pelos alunos.

No Curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, o aluno terá a oportunidade de participar de atividades de extensão planejadas e promovidas pelos professores do curso (junto aos alunos), ao cursar as disciplinas de Projetos Integradores. Essas disciplinas, mesmo tendo como principal objetivo promover a interdisciplinaridades

dos conhecimentos trabalhados pelas disciplinas do curso, também serão aproveitadas para o desenvolvimento de uma atividade extensionista pelos alunos.

## 10.4. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC

A elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC é uma das competências a serem desenvolvidas pelos alunos durante a sua formação em Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, que requer aprimoramento contínuo e produz resultados positivos para toda a sua vida.

É um componente curricular obrigatório e constitui-se em uma atividade que expressa as habilidades e competências desenvolvidas durante o curso. Deve ser realizado após elaboração de um projeto de pesquisa sob orientação, acompanhamento e avaliação de docentes da Instituição.

Essas atividades são regidas pela Resolução n° 117/2016/CONSUP do IFPI e devem seguir a proposta apresentada em tal documento. A Coordenação de Curso sistematizará a distribuição das orientações segundo a especificidade de atuação de cada docente.

O desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC seguirá as seguintes etapas:

1. Termo de Compromisso assinado pelo professor orientador e pelo aluno (modelo disponibilizado pela Coordenação de curso);
2. Desenvolvimento e entrega de um plano de atividades do aluno e professor orientador para a Coordenação de Curso;
3. Elaboração do projeto de pesquisa pelo aluno, sob tutela do professor orientador e do professor da disciplina: *Elaboração de Projetos de Pesquisa (ADS.30)*, que incluirá: reuniões periódicas do aluno com o professor orientador e elaboração do trabalho escrito;
4. Defesa do projeto de pesquisa ao final da disciplina: *Elaboração de Projeto de Pesquisa (ADS.30)*, no 5º período do curso;
5. Desenvolvimento do TCC sob tutela do professor orientador e do professor da disciplina: *Trabalho de Conclusão de Curso (ADS.36)*, que incluirá: reuniões periódicas do aluno com o professor orientador e elaboração do trabalho escrito*;*

6. Avaliação e defesa do trabalho, ao final da disciplina: *Trabalho de Conclusão de Curso (ADS.36),* perante uma banca examinadora em sessão pública;
7. Entrega do documento final com as modificações sugeridas pela banca à Coordenação de Curso para posterior encaminhamento à biblioteca do campus.

Caso o aluno não seja aprovado, deverá revisar o trabalho, junto com seu professor orientador, para ser submetido a uma nova banca examinadora, num prazo de até trinta dias.

## 10.5. Estágio Supervisionado

O estágio supervisionado corresponde a uma atividade curricular optativa no CSTADS, a qual se concretizará mediante a inserção do aluno em um ambiente de trabalho e tem por finalidades:

- Aplicar os conhecimentos teóricos na prática profissional;
- Favorecer a prática profissional ao vivenciar situações concretas;
- Complementação do ensino e aprendizagem;
- Orientação do estudante na escolha de sua especialização profissional;
- Adaptação psicológica e social do estudante à sua futura atividade profissional.

O estágio supervisionado também desenvolve a capacidade de expressão escrita dos alunos quando da redação do relatório final do mesmo, podendo ser iniciado a partir do quarto período do curso.

Pode ser realizado em instituições públicas ou privadas, sob a orientação e supervisão dos professores do curso e de um supervisor de campo, profissional qualificado designado pela empresa onde acontecer o estágio. Para realizar estágios em instituições ou empresas, o aluno interessado deve se cadastrar no SIEE (Sistema de Integração Escola Empresa) do IFPI, órgão ligado à Diretoria de Extensão.

Tal atividade deverá obedecer ao regulamento geral de estágio curricular da instituição e a legislação específica (Lei nº 11.788/2008), bem como estar relacionada às áreas de atuação do tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Considera-se

concluído o estágio com a entrega de relatório final de estágio pelo discente devidamente aprovado pelos supervisores.

# 11. INCLUSÃO E DIVERSIDADE NOS CURSOS DE TECNOLOGIA

Buscando contribuir para a formação de profissionais conscientes e atuantes para com as questões de ética, respeito à diversidade e aos direitos legais constituídos, sustentabilidade socioambiental e a valorização da identidade multicultural e pluriétnica do nosso país, o CSTADS contempla nos conteúdos das disciplinas ministradas e em suas atividades curriculares a educação das relações étnico-raciais (especialmente quanto às populações afrodescendentes e indígenas), a educação em direitos humanos, ética profissional, educação ambiental e sustentabilidade e ações inclusivas.

A educação ambiental é abordada no âmbito da Lei n° 9.795/1999 que indica que "a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal".

No curso, a integração desta temática se dá por meio de atividades curriculares e extracurriculares da disciplina Ética e Responsabilidade Socioambiental. Além disso, outras atividades tais como: projetos de pesquisa e de extensão, palestras, apresentações e ações coletivas, podem ser realizadas.

Já em relação às temáticas de relações étnicorraciais, ações inclusivas e educação para os direitos humanos, são abordadas no âmbito das seguintes legislações:

- Lei n° 9.394/1996, Lei n° 10.639/2003 e Lei n° 11.645/2008 – preveem a inclusão obrigatória das temáticas relacionadas à História e Cultura Afro-Brasileiras e Indígenas em todas as modalidades e níveis de ensino;
- Resolução CNE/CP n° 01/2004 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- Resolução CNE/CP n° 01/2012 – Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
- Lei n° 10.098/2000 – Normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;

- Lei n° 12.764/2012 – Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Com o propósito de promover o tratamento dessas temáticas, o IFPI aprovou, no ano de 2015, a Política da Diversidade e Inclusão – Resolução nº 04/2015/CONSUP, em que orienta um espaço de concretização de ações inclusivas mediante princípios, diretrizes e objetivos que ampliam e fortalecem o atendimento e acompanhamento da comunidade acadêmica inserida no contexto da diversidade cultural, étnico-racial, de gênero e necessidades específicas. Essa política propõe medidas que são intermediadas pelo Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE e pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas Afrobrasileiros e Indígenas – NEABI.

O NAPNE visa promover a inclusão das pessoas com necessidades específicas no *campus*, contribuindo para que haja adequadas condições de acesso, de permanência e de conclusão nos cursos ofertados pelo IFPI.

Esse núcleo atua desenvolvendo as seguintes atividades: orientações aos docentes durante o planejamento, elaboração e adaptações de materiais didático-pedagógicos e no processo de avaliação para os alunos com necessidades específicas; formação continuada à comunidade interna e externa sobre assuntos relacionados à inclusão; atendimento aos alunos com deficiência com vistas à maximização de suas potencialidades; aquisição de equipamentos, softwares e materiais didático-pedagógicos a serem utilizados nas práticas educativas; promoção de atividades de pesquisa, ensino e extensão com foco na educação inclusiva; acompanhamento dos alunos com deficiência no campus; dentre outras atividades.

O NEABI tem por finalidade nortear as ações de ensino, pesquisa e extensão sobre a temática das identidades e relações étnico-raciais, no âmbito do IFPI e da comunidade externa. São atribuições do NEABI:

1. Estimular a produção científica, extensionista e pedagógica voltada para as questões étnico-raciais no âmbito do IFPI, promovendo debates de temas a elas relacionados;
2. Atuar no desenvolvimento de ações afirmativas, promovendo a implantação da Lei n° 10.639/03 e 11.645/08 no âmbito do IFPI;

3. Definir e atuar na consolidação das diretrizes de ensino, pesquisa e extensão nas temáticas étnico-raciais promovendo a cultura da educação para a convivência e aceitação da diversidade;
4. Atuar como órgão proponente e consultivo quanto às políticas afirmativas no IFPI;
5. Promover encontros de reflexão e capacitação de servidores, comunidade acadêmica e externa, o conhecimento e valorização da história dos povos africanos e indígenas, destacando as suas influências na formação da cultura brasileira.

Ainda em atendimento a estas questões, a matriz curricular do CSTADS contempla no conteúdo programático da disciplina Legislação aplicada à Tecnologia da Informação-TI ao longo do curso, espaços para a discussão dessas temáticas de maneira contextualizada, em sala de aula e também em trabalhos de pesquisa e projetos de extensão.

# 12. MOBILIDADE ACADÊMICA

A Resolução Nº 039/2013 do Conselho Superior do IFPI dispõe sobre as normas e procedimentos para a mobilidade acadêmica, nacional e internacional, de estudantes de curso de graduação do IFPI tendo em vista a autonomia didático-científica conferida às Instituições de Educação Superior pela legislação educacional vigente, pela Organização Didática do IFPI e a necessidade de padronização de procedimentos para o aproveitamento dos discentes do IFPI que realizam a mobilidade acadêmica.

Por mobilidade acadêmica entende-se o processo pelo qual o discente desenvolve atividades em instituição de ensino distinta da que mantém vínculo acadêmico. São consideradas como atividades de mobilidade acadêmica aquelas de natureza acadêmica, científica, artística e/ou cultural, como cursos, estágios e pesquisas orientadas que visem à complementação e ao aprimoramento da formação do discente de graduação do IFPI.

# 13. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS, PROGRAMAS E PROJETOS VOLTADOS AOS DISCENTES

O Instituto Federal do Piauí, conforme explicita em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (2015-2019), atua no desenvolvimento de programas e projetos de ensino, nos níveis básico, superior e de pós-graduação. Atua ainda na pesquisa e na extensão, sob a forma de atividades presenciais e a distância, em todas as áreas do conhecimento. Por meio da formação e qualificação de profissionais, da pesquisa e extensão, busca contribuir para o desenvolvimento tecnológico, social e econômico do Estado do Piauí e da Região Nordeste.

Sendo assim, o estabelecimento de parcerias com a comunidade, por meio de convênios e ações de cunho social, deve ser priorizado, pois a experiência de atuação na resolução de problemas reais da comunidade é fonte de aprendizagem e faz parte do currículo de formação do profissional egresso do curso.

O Curso pretende uma formação integral do aluno e, para tanto, estes deverão entrar em contato com o meio onde deverão atuar, experimentando, ainda no decorrer de sua formação, as realidades, os problemas e as atividades relacionadas à sua futura profissão.

Nesse sentido, o curso busca oferecer oportunidades de intercâmbio de conhecimento entre os alunos e as diversas instituições públicas que atuam na área de Tecnologia, por meio de convênios e/ou acordos de cooperação técnica, que proporcionam experiências valiosas.

## 13.1. Políticas de Ensino

As políticas de ensino explicitadas no Plano de Desenvolvimento Institucional (2020-2024) do IFPI, pautam-se pela busca da expansão da sua área de atuação para os níveis mais elevados de ensino, investimento na qualificação docente, melhoria da infraestrutura e atualização de seus cursos e currículos.

No âmbito do CSTADS, as ações materializam-se por meio de mecanismos de acompanhamento dos alunos e dos fatores influenciadores da retenção e evasão; fortalecimento do Colegiado e do Núcleo Docente Estruturante do Curso como mecanismos

de contínuo acompanhamento e avaliação do Projeto Pedagógico do Curso; atualização do Projeto Pedagógico do Curso; incentivo à participação de alunos em eventos científicos e profissionais da área por meio da inclusão de Atividades Complementares como parte integrante do currículo obrigatório para a integralização do curso; oferta de editais de monitoria com seleção interna, visando auxiliar o desenvolvimento do curso e/ou disciplinas ofertadas, no aspecto teórico-prático, para a melhoria do processo ensino – aprendizagem dos educandos, dentre outros.

O Programa Institucional de Bolsas de Monitoria - IFPI é gerido pela Diretoria de Ensino, cujo objetivo é auxiliar o desenvolvimento de determinadas disciplinas, no aspecto teórico e/ou prático, visando a melhoria do processo ensino-aprendizagem e como estratégia de reforço pedagógico. Para os alunos monitores, existe ainda a perspectiva de aperfeiçoamento de habilidades relacionadas à atividade docente.

Os recursos financeiros para as bolsas de monitoria são provenientes da própria Instituição. As mesmas são concedidas a alunos regularmente matriculados em curso de graduação do IFPI, de acordo com normas específicas em edital lançado semestralmente.

## 13.2. Políticas de pesquisa e inovação

Divide-se em dois programas: programa de incentivo à qualificação (especialização, programas de mestrado e doutorado: minter/dinter), mais relacionados aos servidores do IFPI. E o programa de incentivo a pesquisa, que possui os seguintes subprogramas:

- PRO-AGRUPAR-INFRA: destinado a reestruturação de laboratório ou ambiente de pesquisa;
- PRO-AGRUPAR-BOLSA PESQUISADOR: destina-se a estimular o desenvolvimento científico e tecnológico estimulando o aumento da publicação docente;
- PIBIC: destina-se a estimular alunos de graduação a realizarem pesquisa aplicada e tecnológica;
- PIBIC-IT: destina-se a estimular alunos de graduação a realizarem pesquisas específicas na área de inovação tecnológica;

- EXTENSÃO ACADÊMICA: utiliza-se para convidar renomados pesquisadores de outras IES ou de outros Programas de Pós-Graduação para realizarem cursos de extensão e com isso aumentar o intercâmbio entre pesquisadores e alunos;
- PUBLICAÇÃO: pagamento de tradução e correções de artigos técnicos científicos e os pagamentos de taxas de publicação junto a revistas e jornais especializados;
- APOIO À INOVAÇÃO TECNOLÓGICA: destina-se a ofertar bolsas para alunos e servidores do IFPI, tendo em vista a geração de ativos de propriedade industrial (patentes de invenção, modelos de utilidade, programas de computador, desenhos industriais e cultivares);
- EXTENSÃO EM INOVAÇÃO TECNOLÓGICA: convidar renomados pesquisadores de outras IES ou de outros Núcleos de Inovação Tecnológica para realizarem cursos de capacitação e palestras para o estímulo à inovação e transferência de tecnologia para alunos e servidores do IFPI.

## 13.3. Políticas de extensão

A Assistência Estudantil é entendida na perspectiva de educação, como direito e compromisso com a formação integral do sujeito. Configura-se como uma política pública que estabelece um conjunto de ações que buscam reduzir as desigualdades socioeconômicas e promover a justiça social no percurso formativo dos estudantes.

A Política de Assistência Estudantil do IFPI – POLAE é direcionada aos estudantes regularmente matriculados nos cursos do Ensino Médio Integrado, Ensino Técnico Concomitante/Subsequente e estudantes de graduação e são realizadas por meio dos Programas Universais e do Programa de Atendimento aos Estudantes em Situação de Vulnerabilidade Social.

Os Programas Universais são voltados aos estudantes do IFPI, e tem como objetivo contribuir com ações de atendimento às necessidades básicas e de incentivo à formação acadêmica, visando o desenvolvimento integral dos mesmos no processo educacional. Nesse sentido, o IFPI oferece aos alunos equipe multidisciplinar qualificada que cuidam da saúde física e mental dos estudantes, tais como, dentista, assistente social, pedagogo e psicólogo. Possui gabinete médico odontológico, restaurante estudantil, biblioteca e propicia o desenvolvimento de atividades esportivas e culturais. A instituição oportuniza ainda, que seus alunos participem de Congressos e eventos de cunho artístico,

científico ou cultural, dentro ou fora do estado, contribuindo para a formação do profissional numa perspectiva holística.

O Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social, é aquele direcionado ao estudante que se encontra em situação de vulnerabilidade social. Este Programa surge frente a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras (Parágrafo Único do Art. 4, Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010) e agravantes sociais.

As políticas de Extensão são materializadas por meio do Programa Institucional de Apoio a Extensão – ProAEx. Esse programa contempla diversos subprogramas, aos quais os alunos do Curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas poderão ter acesso. Dentre eles:

1. Cursos de Extensão: visam capacitar professores, técnicos administrativos, discentes e comunidade em geral por meio de cursos de atualização e aperfeiçoamento nas formas presencial e a distância;
2. Bolsa de Extensão - PIBEX: apoiar projetos de extensão que apresentem relevância social ou contribuição potencial à consecução das políticas do estado do Piauí;
3. Bolsas para participação em eventos de extensão: incentivar a participação em congressos e eventos de extensão;
4. Jogos Intercampi: é um instrumento educacional que tem por objetivo promover a integração entre os diversos campi do IFPI, estimulando o desenvolvimento da cidadania através da prática esportiva;
5. Bolsa de Iniciação Profissional: constitui-se na concessão de recurso financeiro aos estudantes que se encontram em vulnerabilidade socioeconômica, com o objetivo de dar suporte a permanência no IFPI, contribuindo para a formação acadêmica e profissional destes estudantes;
6. Subprograma de Apoio à Promoção de Eventos Institucionais: visa incentivar a promoção de eventos de extensão;
7. Apoio a Publicações no âmbito da Extensão: visa incentivar publicações de natureza extensionista nos diversos campi do IFPI;

8. Núcleo de Ensino de Línguas Estrangeiras: por meio da Diretoria de Relações Internacionais - DIRIN, esse subprograma objetiva ofertar, aos servidores, aos discentes e a comunidade externa, o ensino de uma ou mais línguas adicionais;
9. Subprograma Extensão Itinerante: implementa junto as escolas da rede oficial de ensino, municipais e estaduais, ações voltadas para a melhoria da educação básica através da promoção de oficinas, minicursos, palestras, encontros, teleconferências, mostras, feiras e exposições de equipamentos;
10. Incentivo à Promoção de Eventos Artístico-Culturais: visa incentivar a criação de grupos folclóricos e/ou de atuação artístico-cultural, bem como viabilizar o intercâmbio cultural entre as comunidades e o IFPI;
11. Subprograma IFPI em Ação Social: visa incentivar a participação de docentes, técnicos administrativos e discentes, em eventos de prestação de serviços a comunidades carentes, a fim de humanizar e oportunizar a solidariedade no âmbito profissional;
12. Benefício Atleta: integra o Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social da POLAE e corresponde ao repasse financeiro ao estudante atleta, como incentivo à participação do mesmo em atividades desportivas de representação do IFPI, oportunizando a sua socialização e fomentando as suas potencialidades;
13. Subprograma de Cooperação e Convênios: promove o estabelecimento de parcerias com órgãos públicos, entidades e outros, a fim de desenvolver trabalhos na área específica do curso;
14. Inclusão e Diversidade: executado por meio do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE, tendo por finalidade promover e desenvolver ações que propiciem a inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas.

## 14. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE ESTUDOS ANTERIORES

A Legislação da Educação Profissional confere direitos de aproveitamento de estudos anteriores aos portadores de conhecimentos e experiências, expressos no Art. 41 da Lei nº 9.394/96, do Decreto 5.154/2004 e no Art. 11 da Resolução CNE/CP n° 3/2002.

Com base nessa legislação, o IFPI definiu que o aproveitamento de estudos realizados com êxito, desde que dentro do mesmo nível de ensino ou de um nível superior para um inferior, poderá ser solicitado no período estabelecido no Calendário Acadêmico conforme normatiza a Organização Didática deste IFPI.

O aluno pode requerer aproveitamento de estudos regulares de disciplina cursada no prazo máximo de 5 (cinco) anos, observando-se compatibilidade de competências/conteúdos/cargas horárias.

Existe ainda a possibilidade de abreviação do tempo de curso para os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos e cursado pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total do curso, conforme Resolução n° 064/2014 – CONSUP.

# 15. GESTÃO ACADÊMICA DO CURSO

## 15.1. Coordenação do curso

A Coordenação do Curso é uma unidade organizacional subordinada à Coordenação do Eixo de Informação e Comunicação (COEIC), responsável por planejar, organizar, executar, coordenar e controlar as atividades da área no *Campus*.

Possui participação assegurada, como presidente, no Colegiado e no Núcleo Docente Estruturante do curso. É professor da área profissional com dedicação exclusiva a instituição. A sua competência é dada pelo Regimento Interno Geral do IFPI, aprovado pela Resolução nº 020/2011/Conselho Superior e consiste:

- Participar do planejamento, execução e avaliação do projeto pedagógico do curso e suas atividades acadêmicas;
- Operacionalizar e executar as normas e diretrizes para o curso;
- Participar do desenvolvimento de metodologias de ensino, da elaboração de materiais didáticos, da sistematização e atualização das listas bibliográficas;
- Planejar e organizar eventos e atividades complementares para o curso;
- Acompanhar o registro acadêmico dos discentes matriculados no curso;
- Realizar o registro dos discentes aptos ao Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE, acompanhar a divulgação de resultados no Diário Oficial da

União - DOU e informar ao Controle Acadêmico a situação de regularidade do discente;

- Monitorar o andamento e o desempenho do curso;
- Supervisionar as atividades dos docentes, monitores e bolsistas do curso;
- Elaborar e executar instrumentos e procedimentos para o controle e acompanhamento das atividades do projeto pedagógico;
- Promover e executar o aperfeiçoamento, modernização, melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem;
- Organizar, coordenar e monitorar as atividades referentes à estruturação, execução e manutenção de laboratórios na área;
- Promover reuniões individuais e em equipe com os docentes do curso;
- Deliberar sobre recebimento de transferências, dispensa de disciplina, reingresso e reabertura de curso;
- Participar do planejamento e acompanhar a execução dos planos de curso e o calendário acadêmico;
- Coordenar as atividades de estágio e Trabalhos de Conclusão de Cursos - TCC;
- Organizar e informar listas de previsão dos formandos para o Controle Acadêmico.

O atual Coordenador do Curso possui graduação em Ciências da Computação pela Universidade Federal da Paraíba (2010) e mestrado em Informática pela Universidade Federal de Paraíba (2014).

| **DADOS DO COORDENADOR DO CURSO** | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Nome:** | Clodoaldo Brasilino Leite Neto | | | | |
| **Endereço:** | Conviver Parnaiba Residence, Q17 C10 | | | | |
| **Cidade:** | Parnaíba | **UF:** | Piauí | **CEP:** | 64205-030 |
| **Telefone:** | (86) 33156943 | | **Celular:** | (83) 988170309 | |
| **E-mail:** | clodoaldo.neto@ifpi.edu.br | | | | |

## 15.2. Colegiado do curso

O Colegiado do Curso é um órgão consultivo e deliberativo, encarregado da coordenação didática, da elaboração, execução e acompanhamento da política de ensino do respectivo curso. É regulado pela Resolução nº 54/2018 e tem as seguintes atribuições:

- Propor planos de metas para o curso;
- Acompanhar e avaliar os planos e atividades da coordenação, garantindo a qualidade do curso;
- Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular do curso, para a aprovação nos colegiados superiores, sempre que necessário;
- Estabelecer formas de acompanhamento e avaliação do curso;
- Proceder ao acompanhamento e avaliação do curso, envolvendo os diversos segmentos inseridos no processo;
- Dar parecer sobre a participação de docentes em eventos técnico-científicos, considerando a relevância para o curso;
- Elaborar proposta do calendário anual do curso;
- Apreciar convênios, no âmbito acadêmico, referentes ao curso;
- Apreciar propostas relativas a taxas, contribuições e emolumentos a serem cobradas pelo curso;
- Deliberar, conclusivamente, sobre a alocação de recursos destinados ao curso, inclusive em sua fase de planejamento;
- Opinar, em primeira instância, nas questões referentes à matrícula, à dispensa de disciplina, à transferência interna e externa e à obtenção de novo título, bem como às representações e aos recursos apresentados por docentes e discentes;
- Analisar os casos de infração disciplinar e, quando necessário, encaminhar ao órgão competente;
- Propor e/ou avaliar as atividades extracurriculares do curso;
- Exercer a fiscalização e o controle do cumprimento de suas decisões.

O Colegiado é composto pelo Coordenador do Curso como presidente, três representantes dos docentes efetivos que ministram disciplinas profissionalizantes na área específica do curso, dois representantes dos docentes efetivos que ministram as demais disciplinas do curso, um assessor pedagógico indicado pela coordenação pedagógica do campus e um representante dos alunos do curso.

O Colegiado reúne-se seguindo um calendário anual ou por convocação do presidente ou por convocação de 1/3 (um terço) dos seus membros. As reuniões acontecerão com a presença mínima de 2/3 (dois terços) dos membros e as deliberações ocorrerão pela maioria simples dos votos.

### 15.3. Núcleo docente estruturante do curso

O Núcleo Docente Estruturante do CSTADS constitui segmento da estrutura de gestão acadêmica do curso, com atribuições consultivas, propositivas e de assessoria sobre matéria de natureza acadêmica, corresponsável pela elaboração, implementação e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso.

O NDE de ADS possui um regimento que disciplina as suas atribuições e funcionamento, elaborado conforme o que dispõe a Resolução nº 004, de 02 de março de 2011, do Conselho Superior do IFPI.

O NDE é constituído pelo coordenador do curso e pelo menos 30% (trinta por cento) dos docentes efetivos atuantes no curso, indicado pelo Colegiado do Curso. Reúne-se conforme um calendário anual ou por convocação da Diretoria de Ensino, da Presidência do NDE ou pela maioria simples dos membros.

## 16. DOS RECURSOS HUMANOS

### 16.1. Docentes

O corpo docente é formado por Doutores, Mestres e Especialistas do IFPI Campus Parnaíba, com cooperação, se necessário, de professores de outros Campi, com a devida autorização de seus respectivos Diretores.

O plano de qualificação do corpo docente é dado pela Lei nº 12.772/2012, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

Fazem parte do Corpo Docente do Curso:

**Titulação e Formação do corpo docente do Curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas – Eixo Informação e Comunicação**

| Docente | Regime | Titulação | Graduação |
|---|---|---|---|
| ANTONIO SANTOS SOUSA | DE | Mestre | B. Ciências da Computação |
| ATHANIO DE SOUZA SILVEIRA | DE | Mestre | B. Ciências da Computação |
| CLODOALDO BRASILINO LEITE NETO | DE | Mestre | B. Ciências da Computação |
| DENIVAL ARAUJO DOS SANTOS | DE | Mestre | B. Ciências da Computação |
| DENYLSON MELO PEREIRA | DE | Especialista | Análise Desenv. de Sistemas |
| FRANCISCO GERSON AMORIM DE MENESES | DE | Mestre | B. Ciências da Computação |

**Fonte:** Gabinete da Diretoria Geral – Campus Parnaíba

**Titulação e Formação do corpo docente que poderá atuar no Curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas – Demais áreas**

| ÁREA / DISCIPLINA | DOCENTE | TITULAÇÃO | REGIME |
|---|---|---|---|
| Língua Portuguesa | ANA PAULA LIMA DE CARVALHO | DOUTORA | DE |
| | FABIANA GOMES AMADO | MESTRE | DE |
| | HANNAH ISABEL SOUSA ARAGÃO SILVA | MESTRE | DE |
| | VANDA MARIA ALVES SANTANA | ESPECIALISTA | DE |
| Matemática | ANTONIO CARLOS DO NASCIMENTO | MESTRE | DE |
| | BRUNO SALGADO COLE | MESTRE | DE |
| | DIEGO PRUDÊNCIO SOARES | MESTRE | DE |
| | RUBENS | ESPECIALISTA | DE |
| | WESLAY VIEIRA DE ARAUJO | MESTRE | DE |
| | MÁRCIA VALÉRIA SILVA LIMA | DOUTOR | DE |
| | SIMONE CRISTIANE GALLANI RODRIGUES | DOUTOR | DE |
| | VALÉRIA DENISE BARROS NUNES | MESTRE | 40h-Subst. |
| Inglês | EDNEY CHIROL DA SILVA | ESPECIALISTA | DE |
| | RENATA CRISTINA DA CUNHA | DOUTOR | 40h |
| Espanhol | HUMBERTO MENDES FEITOSA FILHO | GRADUADO | DE |
| Gestão e Negócios | AURISTELA DO NASCIMENTO MELO | MESTRE | DE |
| | JALVA LILIA RABELO DE SOUSA | DOUTORA | DE |
| | JEFERSON LUÍS MARINHO DE CARVALHO | DOUTOR | DE |
| | KATIA CRISTINA TOFOLI LEITE | MESTRE | DE |
| | VITOR DE SOUSA MENDES | MESTRE | DE |
| Filosofia | LUIS FERNANDO DOS SANTOS SOUZA | DOUTOR | DE |
| | ROSELANY DE HOLANDA DUARTE TORRES | MESTRE | DE |
| Sociologia | TARCÍSIO ARQUIMEDES ARAÚJO CARNEIRO | MESTRE | DE |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Processos Industriais | WILSON ROSAS | DOUTOR | DE |
| | CÍCERO WILRISON | MESTRE | DE |

**Fonte:** Gabinete da Diretoria Geral – Campus Parnaíba

## 16.2. Técnicos Administrativos em Educação

A coordenação do CSTADS recebe apoio de uma equipe de profissionais que inclui assistentes de administração, pedagogos, psicólogos, médicos e enfermeiros, técnicos em assuntos educacionais, técnico de laboratório, entre outros.

O plano de qualificação do corpo técnico-administrativo é dado pela Lei nº 11.784/2008, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Carreiras dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação.

Os cargos e o Regime de Trabalho dos Técnicos Administrativos em Educação – TAEs seguem relacionadas no quadro abaixo:

**Cargo e Regime dos Técnicos Administrativos em Educação**

| CARGO | SERVIDOR | REGIME |
|---|---|---|
| ADMINISTRADORA | JACQUELINE MARIA DE ARAUJO DIAS | 40h |
| ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO | JACKS RENAN NEVES FERNANDES | 40h |
| ARQUIVISTA | ALINE DE LOURDES CARVALHO CRISPIM | 40h |
| ASSISTENTE DE ALUNOS | ADRYELLE SILVA LOPES | 30h |
| | BRUNO DA CUNHA COSTA | 40h |
| | GILMARA DE CARVALHO COSTA | 30h |
| | NADJA MANUELLY DOURADO DO NASCIMENTO | 30h |
| ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO | ABDIAS RODRIGUES DE VASCONCELOS NETO | 40h |
| | ANA KELLY DOS SANTOS NUNES | 30h |
| | ARICLÉA DE ALBUQUERQUE LIMA | 40h |
| | CLESIO RODRIGUES DE SOUSA | 40h |
| | AURIZÉLIA DO NASCIMENTO MELO | 30h |

| | | |
|---|---|---|
| | ELIONEIDE MARIA DE JESUS SOUZA | 30h |
| | EVALDO MARQUES GUEDES DE SOUSA | 30h |
| | EVELINE DE JESUS SOUZA | 30h |
| | FRANCISCO REGIS DA SILVA CUNHA | 30h |
| | JERRILDO DE SOUSA CARVALHO | 40h |
| | JURRICLESSIO DE CARVALHO LIMA | 40h |
| | KATIANY SILVA REIS | 40h |
| | KELCIA MARIA GOMES MOREIRA | 30h |
| | LILIANA MADEIRA BARROS | 40h |
| | MARCELO DE SOUZA ARAUJO | 40h |
| | RAFAELA DE MORAIS ACETI | 40h |
| | TARCÍSIO MENESES DE FARIAS | 30h |
| | THIAGO COSTA DO AMARAL | 40h |
| ASSISTENTE SOCIAL | CLEFRA VIEIRA GUEDELHO | 40h |
| | KAROLINA NOGUEIRA MENDONÇA | 40h |
| AUXILIAR DE BIBLIOTECA | ALCEMIR HORACIO ROSA | 40h |
| | KATRINE PINHEIRO SANTOS ROCHA | 30h |
| AUXILIAR EM ADMINISTRAÇÃO | ANDREA DE SOUSA BRANDIM | 40h |
| BIBLIOTECÁRIA | MICHELINE ANGELICA ARAGÃO GOUVEIA | 40h |
| PEDAGOGA | IRLANDA MARIA SILVA RIBEIRO | 30h |
| | SARA JANE DO NASCIMENTO OLIVEIRA | 30h |
| PSICÓLOGA | EROTIDES ROMERO DANTAS ALENCAR | 40h |
| TÉCNICO EM ARQUIVO | JAYANE ALVES DE BRITO | 40h |
| TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS | EDINALVA SILVA DOS ANJOS | 40h |
| | JAISLAN HONORIO MONTEIRO | 30h |
| TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS | VALMIELDA OLIVEIRA DE SOUZA REGO | 30h |
| TÉCNICO EM LABORATÓRIO - INFORMÁTICA | JAISON OLIVEIRA VANDERLEI | 40h |

| | | |
|---|---|---|
| TÉCNICO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO | LEONARDO DA ROCHA FREITAS | 40h |
| TRADUTORA E INTÉRPRETE DE SINAIS | DENISE PATRÍCIA LOPES COIMBRA | 30h |

**Fonte:** Gabinete da Diretoria Geral – Campus Parnaíba

# 17. DA INFRAESTRUTURA

## 17.1. Espaço Físico Geral

| Discriminação | Quantidade | Observações |
|---|---|---|
| Biblioteca | 1 | A Capacidade, atual, é de atender simultaneamente 50 pessoas sentadas. |
| Auditório | 1 | O auditório do IFPI – Parnaíba possui capacidade de 144 lugares, sistema de ar condicionado, palanque, oratório, sistema de som com microfones e recursos audiovisuais para gravação e projeção. |
| Banheiros | 17 | Banheiros distribuídos no campus |
| Sala dos professores | 1 | Sala comum de convívio entre os professores. |
| Quadra poliesportiva | 1 | O campus Parnaíba conta com uma quadra poliesportiva coberta e iluminada destinada às práticas de educação física do Ensino Técnico integrado ao médio, como também para atividades físicas de docentes e alunos das outras modalidades de educação presentes no campus. O campus possui profissional de educação física responsável por conduzir as atividades em práticas curriculares e também referentes à projetos de extensão envolvendo a sociedade de Parnaíba. |
| Refeitório | 1 | Refeitório do campus que atende aos discentes. |
| Lanchonete | 1 | O campus conta com um lanchonete construída em alvenaria com vendas de lanches, sucos, e derivados. |
| Centros de vivência | 6 | Hall de entrada, hall dos bebedouros, hall do refeitório, hall da quadra poliesportiva, hall do centro da lanchonete e hall das salas de aula. |
| Estacionamento | 2 | A área do Campus possui dois estacionamentos amplos, com capacidade para atender as necessidades dos técnicos, docentes e alunos. |

| | | |
|---|---|---|
| | | Possui também uma área de lazer e circulação arejada, com corredores sinalizados e áreas de convivência e jardins. |
| Serviços médicos | 1 | A equipe de saúde é composta por um médico, um técnico em enfermagem, psicólogo, dentista, técnico de saúde bucal e assistente social. |

**Fonte:** Gabinete da Diretoria Geral – Campus Parnaíba

## 17.2. Segurança, manutenção e conservação das instalações físicas e equipamentos

O serviço de manutenção e conservação das instalações físicas dos prédios ficam sob responsabilidade do Departamento de Administração do Campus, sob a qual estão vinculadas às Coordenações de Logística e Manutenção, de Hidráulica e a de Manutenção de Equipamentos. Essas coordenações possuem em seus quadros servidores da instituição e também prestadores de serviços terceirizados, responsáveis pelas instalações físicas e de equipamentos em geral.

A instalação e manutenção dos equipamentos de informática e a infraestrutura de comunicação do campus ficam sob responsabilidade do Departamento de Tecnologia da Informação, que possui servidores públicos para a realização desses serviços.

O *campus* possui contrato de terceirização, sob responsabilidade da Diretoria de Administração, com empresa de segurança armada que realiza a vigilância e proteção do patrimônio contra depredações e arrombamentos. Os prédios contam com guaritas com segurança armada e vigilância 24 horas.

## 17.3. Condições de acessibilidade para os portadores de necessidades específicas

Para promover a inclusão das pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida, o IFPI *campus* Parnaíba procurou adequar todos os seus ambientes, de forma a permitir pleno acesso dessas pessoas a todos os espaços públicos do prédio. A infraestrutura conta com rampas, banheiros adaptados com divisórias com espaço físico maior e suporte nas paredes, bebedouros instalados em altura acessível para usuários de cadeira de rodas e reserva de vagas no estacionamento da instituição. O prédio conta ainda

com sinalização tátil dos acessos aos usuários portadores de deficiência visual e serviços específicos na biblioteca para atendimento desses usuários.

Foi implantado ainda, por meio da Resolução n° 035/2014 – CONSUP, o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE, que promove ações com intuito de ampliar as condições de acessibilidade no *Campus*. Este núcleo, dentre outras atribuições, oferece orientação à Diretoria Geral do Campus quando da realização de serviços de reforma e readequação dos espaços físicos da instituição.

## 17.4. Espaços Físicos Específicos do Campus

### 17.4.1. Espaço de trabalho para o coordenador do curso e serviços acadêmicos

A coordenação fica instalada na sala das coordenações de curso superior sala s13, junto às coordenações dos demais cursos superiores subordinados ao mesmo departamento.

O espaço possui 18 (dezoito) metros quadrados, climatizado e com computador, impressora e acesso à internet.

O horário de atendimento da coordenação é nos turnos manhã e tarde, em conformidade ao horário fixado no mural do departamento e amplamente divulgado nas turmas.

### 17.4.2. Sala de Professores

Os professores dispõem de uma 01 sala de professores para uso coletivo. A sala possui 64 (sessenta e quatro) metros quadrados, climatizada, com acesso à internet e bebedouro de água. Possui mesas, cadeiras, e armários individuais com chave para guardar material de aula ou objetos pessoais. A sala também possui um 01 computador e uma 01 impressora compartilhada para auxílio das atividades docentes.

### 17.4.3. Salas de Aula

O IFPI – Campus Parnaíba possui 22 (vinte e duas) salas de aula, com 64,0 $m^2$ cada, todas equipadas e adequadas à metodologia e aos recursos didático-pedagógicos previstos neste projeto de curso, possibilitando um ambiente propício para discussões, anotações, projeções de filmes, vídeos e slides. Cada sala possui 40 carteiras, ambiente com ar condicionado, quadro de acrílico, disponibilidade de projetor multimídia e computador.

### 17.4.4. Sala de Reuniões

Fica localizada do lado da direção geral, possui capacidade para 16 pessoas, é climatizada e dispõe de mesa e cadeiras acolchoadas para reuniões. Além disso, conta com equipamento multimídia dedicado para videoconferência e quadro branco de acrílico.

### 17.4.5. Laboratórios de Informática

O Campus Parnaíba conta, atualmente, com cinco laboratórios específicos para os cursos de informática, sendo 3 salas com 40 computadores, 1 sala com 30 computadores e última com 18 computadores, onde o aluno terá acesso para realizar atividades relacionadas às disciplinas do curso, desde que previamente reservado pelo professor. Os laboratórios são climatizados, possuem cadeiras acolchoadas, acesso à internet, quadro interativo e projetor multimídia.

O campus possui também rede de internet sem fio com velocidade de 200 Mbps em todas as dependências (inclusive áreas externas), disponível para todos os servidores e discentes, desde que previamente cadastrados no setor responsável.

| **Laboratórios de Informática - Salas L1, L2 e L3** | Área: 64,0 m² cada<br>Capacidade: 40 pessoas por sala |
|---|---|
| Sala climatizada para realização de atividades práticas das disciplinas de redes de computadores e segurança da informação | |
| **Quantidade por sala** | **Descrição** |
| 40 | Computadores Dell Optiplex 9010<br>Processador Intel Core i5-3470S<br>Memória Ram de 4GB<br>Disco Rígido de 1TB<br>Placa de rede integrada com acesso à Internet<br>Placa de vídeo integrada<br>Placa de som integrada<br>Monitor<br>Teclado<br>Mouse |
| 40 | Cadeiras acolchoadas |
| 40 | Mesas de 60 cm x 1m |
| 1 | Mesa de 60 cm x 1,47 m(professor) |

| | |
|---|---|
| 1 | Quadro de acrílico medindo 1,26 m x 4,50 m |
| 1 | Condicionador de ar de 21 mil Btus |
| 1 | Quadro interativo |

**Tabela: ambiente de laboratórios**

| **Laboratório de Informática - Sala l4** | Área: 64,0 m²<br>Capacidade: 30 pessoas |
|---|---|
| Sala climatizada para realização de atividades práticas das disciplinas de redes de computadores e segurança da informação | |
| **Quantidade** | **Descrição** |
| 30 | Computadores HP Compaq Elite<br>Processador Intel Core i7-3770<br>Memória Ram de 8GB<br>Disco Rígido de 1TB<br>Placa de rede integrada com acesso à Internet<br>Placa de vídeo integrada<br>Placa de som integrada<br>Monitor<br>Teclado<br>Mouse |
| 30 | Cadeiras acolchoadas |
| 30 | Mesas de 60 cm x 1m |
| 1 | Mesa de 60 cm x 1,47 m(professor) |
| 1 | Quadro de acrílico medindo 1,26 m x 4,50 m |
| 1 | Condicionador de ar de 21 mil Btus |
| 1 | Rack com equipamentos Cisco, como roteadores e switch, utilizados nas aulas práticas de redes de computadores. |
| 1 | Quadro interativo |

**Tabela: ambiente do laboratórios de redes**

| | |
|---|---|
| **Laboratório de Informática - Sala L13** | Área: 64,0 m²<br>Capacidade: 30 pessoas |

| Sala climatizada para realização de atividades de EAD | |
|---|---|
| **Quantidade** | **Descrição** |
| 18 | Computadores Positivo<br>Processador Intel 3.3 Ghz<br>Memória Ram de 4GB<br>Disco Rígido de 500 GB<br>Placa de rede integrada com acesso à Internet<br>Placa de vídeo integrada<br>Placa de som integrada<br>Monitor<br>Teclado<br>Mouse<br>HeadFone |
| 30 | Cadeiras acolchoadas |
| 30 | Mesas de 60 cm x 1m |
| 1 | Mesa de 60 cm x 1,47 m(professor) |
| 1 | Quadro de acrílico medindo 1,26 m x 4,50 m |
| 1 | Condicionador de ar de 21 mil Btus |
| 1 | Quadro interativo |

**Tabela: ambiente do laboratórios de EAD**

### 17.4.6. Biblioteca

A biblioteca do IFPI/Campus Parnaíba possui uma área total de 192 m2, conta com mobiliários/equipamentos adequados para este tipo de ambiente, possuindo atualmente: 5 cabines para estudo individual; 10 mesas para estudo em grupo com capacidade para 45 alunos; 40 armários guarda-volumes; sistema automatizado para empréstimos; sistema de segurança com sistema antifurto com tecnologia eletromagnética. O acervo de recursos informacionais contém obras de diversas áreas do conhecimento, com a finalidade de dar suporte ao Ensino, Pesquisa e Extensão da comunidade interna da Instituição. Contabilizando-se hoje no acervo 3043 títulos com 10405 exemplares. Grande parte desse acervo já está disponível para os alunos e servidores de toda a instituição. Deste material, temos cerca de 277 títulos com 934 exemplares de livros voltados para a área de

Informática. O espaço da biblioteca é adequado e funciona de acordo com a Organização Didática do IFPI: "Art. 1º. As Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológica do Piauí possuem em seu acervo, obras de diversas áreas do conhecimento, com a finalidade de dar suporte ao Ensino, Pesquisa e Extensão da comunidade interna da Instituição" (IFPI, 2010).

O acervo divide-se por áreas de conhecimento, facilitando, assim, a procura por títulos específicos, com exemplares de livros, contemplando todas as áreas de abrangência do curso. O acervo é constantemente atualizado com a aquisição de novos exemplares, a organização da lista de compras dos livros é realizada com a participação dos docentes e em observância as referências contidas no Projeto Político Pedagógico do Curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas. O horário de funcionamento é de segunda a sexta, de 7:30h às 21:00 h.

**17.4.7. Periódicos e base de dados específicas**

A biblioteca procura sempre atender a demanda dos cursos ofertados pela instituição, para tanto, possui assinatura de periódicos científicos de áreas gerais e específicas. Possui acesso ao Portal de Periódicos da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, que é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional.

Além disso, dispõe de assinatura da base de dados Ebrary – uma grande biblioteca virtual de livros e textos completos que abrange diversas áreas. Na área específica do curso, a biblioteca dispõe de acesso a diversos periódicos livres com acesso online. Dentre eles:

| **Periódicos** | **Acesso** |
|---|---|
| Acta da informática | digital |
| Chicago journal of theoretical computer science | digital |
| Computer mediated communication magazine (cmc magazine) | digital |
| Controle e automação: revista da sociedade brasileira de automática (sba) | digital |
| Distributed systems engineering | digital |

| | |
|---|---|
| E-learning magazine | digital |
| Eptic: revista de economía política de las tecnologías de la información y de la comunicación | digital |
| Informs journal on computing | digital |
| Mitsubishi electric advance | digital |
| Revista de ciências exatas e tecnologia | digital |
| Revista de informação e tecnologia : rit | digital |
| Revista de informática teórica e aplicada : rita | digital |
| Tendências em matemática aplicada e computacional : tema | digital |

**Tabela: periódicos disponíveis na área do curso**

# 18. AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

O CSTADS possui mecanismos de avaliação nas esferas interna e externa. A avaliação interna é realizada por meio da Avaliação Institucional, coordenada pela Comissão Própria de Avaliação – CPA da instituição. Nessa oportunidade, o curso é avaliado por uma comissão constituída por representantes dos segmentos discentes, docentes, administrativos e da sociedade civil, e seus resultados orientam a tomada de decisão que busquem a melhoria da qualidade de ensino do curso.

A avaliação externa é prevista na Lei nº 10.861/2004 e compreende a Avaliação das Instituições de Ensino Superior – AVALIES, realizada quando do processo de recredenciamento da instituição como IES; a Avaliação dos Cursos de Graduação – ACG, realizada no processo de reconhecimento ou renovação do reconhecimento dos cursos de graduação da instituição e a Avaliação de Desempenho dos Estudantes – ENADE, realizada à critério do MEC.

# 19. CERTIFICADOS E DIPLOMAS

Os alunos que cursarem e forem aprovados em todas as unidades curriculares obrigatórias do curso, tiverem apresentado comprovantes da realização das atividades complementares e das atividades de extensão, conforme regulamentação específica, e tiverem defendido com sucesso, junto a uma banca examinadora, o seu Trabalho de Conclusão de Curso, farão jus ao Diploma de Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, expedido pelo IFPI, com validade em todo território nacional conforme Lei N° 9.394/1996, Lei N° 11.892/2008 além da portaria MEC nº 1.095/2018 que dispõe sobre a expedição e o registro de diplomas de cursos superiores de graduação no âmbito do sistema federal de ensino. O diploma será acompanhado de histórico escolar em que deverá constar todas as atividades obrigatórias cumpridas.

# 20. REFERÊNCIAS


Associação Nacional dos Tecnólogos - ANT. **Cartilha do Tecnólogo**: o caráter e a identidade da profissão. Brasília: Confea, 2010.

BRASIL. Lei no 9.394/1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília/DF, 1996.

_____. Lei no 9.795/1999. Institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília/DF, 1999.

_____. Lei no 10.098/2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Brasília/DF, 2000.

_____. Lei no 10.861/2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Brasília/DF, 2004.

_____. Lei no 5.526/2005. Regulamenta sobre a Língua Brasileira de Sinais. Brasília/DF, 2005.

_____. Lei no 11.788/2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Brasília/DF, 2008.

_____. Lei no 11.892/2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Brasília/DF, 2008.

_____. Lei no 12.711/2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. . Brasília/DF, 2012.

_____. Lei no 12.764/2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília/DF, 2012.

_____. Lei no 13.005/2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília/DF, 2014.

_____. Decreto no 4.281/2002. Regulamenta a Lei n o 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília/DF, 2002.

_____. Decreto no 5.154/2004. Regulamenta o § 2o do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei no. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências. Brasília/DF, 2004.

_____. Decreto no 5.626/2005. Regulamenta a Lei n o 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei n o 10.098. Brasília/DF, 2005.

_____. Decreto no 7.234/2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília/DF, 2010.

_____. Decreto no 7.824/2012. Regulamenta a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Brasília/DF, 2012.

_____. Parecer CNE/CES no 436/2001. Traça orientações sobre os Cursos Superiores de Tecnologia e formação de tecnólogo. Brasília/DF, 2001.

_____. Parecer CNE/CP no 29/2002.Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais no Nível de Tecnólogo. Brasília/DF, 2002.

_____. Parecer CNE/CES no 239/2008. Traça orientações sobre as atividades complementares nos cursos superiores de tecnologia. Brasília/DF, 2008.

_____. Portaria MEC no 10/2006. Cria e aprova o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia. Brasília/DF, 2006.

_____. Portaria MEC n° 18/2012. Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto no 7.824, de 11 de outubro de 2012. Brasília/DF, 2012.

_____. Portaria MEC no 1.291/2013. Estabelece diretrizes para a organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e define parâmetros e normas para a sua expansão. Brasília/DF, 2012.

_____. Resolução CNE/CP no 03/2002. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia. Brasília/DF, 2002.

_____. Resolução CONAES no 01/2010. Normatiza o núcleo docente estruturante e dá outras providências. Brasília/DF, 2010.

_____. Resolução CNE/CP no 01/2012. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação em Direitos Humanos. Brasília/DF, 2012.

____. Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia – 3ª edição. Ministério da Educação. Brasília/DF, 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ. Resolução CONSUP no 040/2010. Institui a Organização Didática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Teresina/PI, 2010.

___. Resolução CONSUP no 008/2010. Estabelece a criação do Programa Institucional de Iniciação Científica - PIBIC e Programa Institucional de Iniciação Científica Júnior – PIBIC jr do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Teresina/PI, 2010.

___. Resolução CONSUP no 042/2012. Institui o Regulamento para os trabalhos de conclusão de cursos de graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Teresina/PI, 2012.

___. Resolução CONSUP no 034/2013.Aprova o programa institucional de Apoio à Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Teresina/PI, 2013.

___. Resolução CONSUP no 014/2014. Aprova a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Teresina/PI, 2014.

___. Resolução CONSUP no 035/2014. Regulamenta o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Teresina/PI, 2014.

___. Resolução CONSUP no 064/2014. Aprova a abreviação dos Cursos de Graduação do IFPI para alunos com extraordinário aproveitamento nos estudos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Teresina/PI, 2014.

____. Plano de Desenvolvimento Institucional 2020 – 2024. Disponível em: https://ifpi.edu.br/pdi. Acesso em: 14/08/2020.

Cópia de documento digital impresso por Ursula Monteiro (2178382) em 22/07/2021 10:03.

# Documento Digitalizado Público

## Projeto Pedagógico ADS Parnaíba

**Assunto:** Projeto Pedagógico ADS Parnaíba
**Assinado por:** Paula Thays
**Tipo do Documento:** Projeto
**Situação:** Finalizado
**Nível de Acesso:** Público
**Tipo do Conferência:** Documento Original

Documento assinado eletronicamente por:

- **Paula Thays Freitas Silva**, **SECRETARIO EXECUTIVO**, em 19/07/2021 16:40:41.

Este documento foi armazenado no SUAP em 19/07/2021. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse https://suap.ifpi.edu.br/verificar-documento-externo/ e forneça os dados abaixo:

**Código Verificador:** 84926
**Código de Autenticação:** 8c9ab1e868

Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IFPI
Av. Jânio Quadros, 330, Santa Isabel, TERESINA / PI, CEP 64053-390
Fone: (86) 3131-1443 Site: www.ifpi.edu.br

# RESOLUÇÃO 24/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 23 de agosto de 2021.

Aprova o Projeto Político-Pedagógico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), Campus Teresina Zona Sul.

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, no uso de suas atribuições conferidas no Estatuto deste Instituto Federal, aprovado pela Resolução Normativa nº 59, de 20 de agosto de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2021, considerando o Processo nº 23172.000900/2021-13 e deliberação em reunião ordinária do dia 20 de agosto de 2021,

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar o Projeto Político-Pedagógico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), Campus Teresina Zona Sul, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor em 1° de setembro de 2021.

PAULO HENRIQUE GOMES DE LIMA

Presidente do CONSUP

Documento assinado eletronicamente por:

- **Paulo Henrique Gomes de Lima**, **REITOR - CD1 - IFPI-IFPI**, em 23/08/2021 11:15:04.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 08/07/2021. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse https://suap.ifpi.edu.br/autenticar-documento/ e forneça os dados abaixo:

**Código Verificador:** 39831
**Código de Autenticação:** 9158c7cc09




**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ**

**CAMPUS TERESINA ZONA SUL**

# PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ - CAMPUS TERESINA ZONA SUL

Teresina, (PI) / 2018

PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Michel Miguel Elias Temer Lulia

MINISTRO DA EDUCAÇÃO
Rossieli Soares da Silva

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
Eline Neves Braga Nascimento

REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
Paulo Henrique Gomes de Lima

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO
Paulo Borges da Cunha

PRÓ-REITORA DE ENSINO
Laura Maria Andrade de Sousa

PRÓ-REITORA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
José Luis de Oliveira e Silva

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO
Divamélia de Oliveira Bezerra Gomes

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
Antônio de Pádua Alves Pinto

DIRETORA DO CAMPUS TERESINA ZONA SUL
Francisca Assunção Almeida Félix

DIRETORA DE ENSINO DO CAMPUS TERESINA ZONA SUL
Nara Neide Lucas dos Santos

**COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO**
- Portaria nº 159 de 19 de janeiro de 2017 -

**Presidente**
Francisco Gomes Ribeiro Filho

**Membros**
Benedito Palheta Alves
Carlos Pereira da Silva
Carlos Renê Gomes Ferreira
Claudete de Jesus Ferreira da Silva
Clautina Ribeiro de Moraes da Costa
Edna Maria dos Santos Silva
Edna Maria Evangelista de Araújo
Erivelton Sousa Lima
Eurídice Mota Sobral de Carvalho
Francisca Ocilma Mendes Monteiro
Francisco José de Sousa
Giselda dos Santos Costa
Gislane Cristina Machado Torres
Henrique de Carvalho Craveiro
Jandeína Maria Barbosa Uchôa
Joseam Cabral de Moraes
José Marcílio de Sá
Karen Cristina de Barros Santos
Kelson de Sousa Leite
Lívia Tátila dos Reis Martins
Maria do Livramento Alves do Nascimento
Marília Alves Marques de Souza
Nara Neide Lucas dos Santos
Nelymar Gonçalves do Nascimento
Regilane do Oliveira Andrade
Reginaldo Barbosa de Sousa
Rivanda Marta Araújo de Medeiros
Shirneth Bucar Sobreira Malheiros Nunes
Telma Maria dos Santos Nascimento
Terciana Nayala Feitosa de Carvalho
Thays Ribeiro Torres Magalhães Xavier
Wládia Martins Ribeiro Vieira

## AGRADECIMENTOS

Após a reunião de esforços que concorreram para a consecução deste documento, queremos aqui apresentar nossos sinceros e necessários agradecimentos a todas as pessoas que colaboraram para o alcance de tudo aquilo que neste Projeto Político Pedagógico está sendo apresentado à comunidade do Campus Teresina Zona Sul (CATZS), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).

Inicialmente, somos gratos à comissão geral responsável pela coleta dos dados, tabulação, produção textual e formatação do presente relatório;

Agradecimento inquestionável deve ser dirigido também a cada um dos segmentos que compõem o CATZS e que se dispuseram, sem reservas, a fornecer todas as informações que lhes foram solicitadas.

Somos também gratos aos gestores desta instituição de ensino (com representações na Reitoria e na Diretoria Geral, Diretoria de Ensino e nos demais setores administrativos do CATZS), que, considerando-se as condições objetivas atuais do serviço público federal no nosso país, viabilizaram a realização das etapas necessárias ao desenvolvimento deste trabalho, resultando na estruturação do presente documento;

Finalmente, encaminhamos aqui também, antecipadamente, nossos agradecimentos a todos aqueles que lerão este documento e que, por conseguinte, formularão e apresentarão suas críticas necessárias à melhoria do que nele se faz constar, ao tempo em que assim também estarão dando vazão à perspectiva da avaliação, de modo contínuo, que a ele deve estar necessariamente relacionada.

A Comissão.

Não te aflijas com a pétala que voa:
também é ser, deixar de ser assim.
Rosas verás, só de cinza franzida,
mortas intactas pelo teu jardim.
Eu deixo aroma até nos meus espinhos,
ao longe, o vento vai falando de mim.
E por perder-me é que me vão lembrando,
por desfolhar-me é que não tenho fim.

Cecília Meireles

# SUMÁRIO


**1 APRESENTAÇÃO....7**

**2 QUEM SOMOS....10**

2.1 Escola de Aprendizes Artífices do Piauí (1909 – 1937)....10
2.2 Liceu Industrial do Piauí (1937 –1942)....11
2.3 Escola Industrial de Teresina (1942-1965)....11
2.4 Escola Industrial Federal do Piauí (1965 - 1967)....12
2.5 Escola Técnica Federal do Piauí (1967 - 1998)....12
2.6 Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí (1999 -2008)....12
2.7 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (desde 2008)....13
2.8 O Campus Teresina Zona Sul (CATZS)....15

**3 NOSSA ESCOLA, NOSSO AMBIENTE....17**

3.1 Onde estamos, com quem atuamos e o que temos....17
**3.1.1 Nossa localização....17**
**3.1.2 Nossos servidores, nossos alunos e nosso espaço físico....20**
3.1.2.1 Nossos servidores em função de apoio/técnico pedagógico....20
3.1.2.2 Nosso corpo docente efetivo....26
3.1.2.3 Nosso corpo docente substituto....32
3.1.2.4 Nossos servidores terceirizados....33
3.1.2.5 Número de alunos por curso....36
3.1.2.6 Estrutura física do nosso campus....37
**3.1.3 Realidade socioeconômica da nossa comunidade escolar....38**
**3.1.4 Características familiares e étnico-raciais dos nossos alunos....38**
**3.1.5 Meios de transporte e de informação....39**
**3.1.6 Trabalho remunerado, benefício social e renda familiar....39**
**3.1.7 Vínculo empregatício dos pais dos alunos e situação de moradia da família....40**
**3.1.8 Nível de escolaridade dos pais, modalidade de ensino e tipo de escola frequentada pelos alunos no nível fundamental e/ou médio....40**
3.2 Nossos traços e nossos modos de ação....41
**3.2.1 Nossa identidade....41**
3.2.1.1 O que há para ser contado a respeito da nossa escola....41
3.2.1.2 Situação física da nossa escola....42
3.2.1.3 Recursos humanos e materiais....43
3.2.1.4 Organização da escola e do ensino....44
3.3 Os frutos do nosso trabalho....47
**3.3.1 Resultados educacionais gerais dos cursos ofertados no CATZS, no biênio 2013-2014....50**
3.3.1.1 Resultados Educacionais Gerais dos Cursos Técnicos Integrados ao Nível Médio Regular e na Modalidade Jovens e Adultos - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica (PROEJA)....51
3.3.1.2 Resultados Educacionais Gerais dos Cursos Técnicos Concomitantes/ Subsequentes e Cursos Superiores....52
3.3.1.3 Resultados Educacionais dos Cursos Técnicos Integrados ao Nível Médio Regular, do CATZS, por Período Letivo, por Curso e por Série/ Módulo....54
3.3.1.4 Resultados Educacionais dos Cursos Técnicos Concomitantes/Subsequentes por período Letivo, por Curso e por Módulo....56
3.3.1.5 Resultados Educacionais dos Cursos Superiores, por Período Letivo, por Curso e por Período Curricular....58
3.4 Convivências: cotidiano, conflitos e aspirações no CATZS....60
**3.4.1 Um ponto de partida: as convivências como favorecedoras do processo de humanização em todos os ambientes....60**
**3.4.2 Relações interpessoais: a conceituação como referência para as análises e para as ações integrativas e humanizadoras....61**
**3.4.3 As relações interpessoais no ambiente escolar....62**
**3.4.4 Um diagnóstico das relações interpessoais no CATZS....62**

**3.4.5 A promoção de relações interpessoais humanizadoras: como deve atuar cada segmento escolar do CATZS?....65**

**4 O MUNDO EDUCACIONAL QUE ALMEJAMOS....68**

4.1 Os caminhos que buscamos seguir....68
4.2 A "Rosa dos Ventos"....71
4.3 As normas à frente das nossas condutas....76
4.4 A condição humana que queremos alcançar: nosso currículo....80

**5 EIXOS NORTEADORES DO PERCURSO....84**

5.1 Ações vinculadas à comunidade escolar....84
5.2 Ações vinculadas ao conhecimento....84
5.3 Ações vinculadas à formação continuada....85
5.4 Ações vinculadas ao planejamento dos nossos fazeres....85
5.5 Ações vinculadas à divulgação dos nossos fazeres....86

**6 HÁ PROPÓSITO: OS OBJETIVOS DO TRABALHO NO CATZS....87**

6.1 Objetivos Gerais....87
6.2 Objetivos Específicos....87

**7 MEDINDO O QUE PODEMOS FAZER: NOSSAS METAS....89**

**8 CATZS: UMA RETOMADA....91**

8.1 Situação Física da Escola....91
8.2 Recursos Humanos e Materiais....92
8.3 Gestão da escola....95
8.4 Escola e ensino: um perfil do CATZS....97
8.5 Relações entre a escola e a comunidade....98

**9 DOS RESULTADOS OBTIDOS, UM RETORNO AOS OBJETIVOS: NOSSO CAMPUS EM ESTADO DE AVALIAÇÃO 100**

**10 OLHANDO O NOSSO PERCURSO: O QUE DIZER DO NOSSO TRABALHO?....103**

REFERÊNCIAS....105
ANEXOS E/OU APÊNDICES....108

# 1 APRESENTAÇÃO

O presente documento expressa um esforço coletivo com vistas à leitura da realidade do mundo dos nossos tempos atuais, considerando-se, para isso, as escalas local, regional, federal e mundial, e produzida a partir da ambiência do Campus Teresina Zona Sul (CATZS), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).

A leitura que possibilita a apresentação das ideias aqui contidas resultou do conjunto de experiências que vêm sendo produzidas quando, a partir do ano de 2008, a sociedade piauiense, em particular a da cidade de Teresina, capital do estado do Piauí, passou a contar com a presença de um campus do IFPI localizado na Zona Sul, no bairro Vermelha, desta cidade.

O propósito maior deste documento é, à luz da realidade atual que envolve o CATZS, favorecer indicadores que contribuam para a sistematização de projetos, programas, planos e outras intervenções de caráter especialmente pedagógico, mas também de cunho administrativo e financeiro, vinculados aos cursos e ações educacionais circunscritos ao alcance da política educacional colocada sob a responsabilidade do campus em questão.

Um Projeto Político Pedagógico (PPP) representa parte do esforço de um agrupamento de seres humanos, sob a motivação dos fazeres da educação formal, comprometidos com a emancipação plena e capacitados para atuar em diversas áreas do planejamento e da execução do ato pedagógico, objetivando construir diálogos a respeito da condução do fazer educacional competente segundo as dimensões da ética, da política, da técnica e da estética. Por isso, podemos afirmar que

> [...] o projeto político-pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola. (VEIGA, 2002, p. 01)

Ele representa um instrumento que deve se encontrar em contínuo processo de construção, que resulte das experiências coletivas daquilo que já foi vivido, e ajude a vislumbrar as possibilidades de uma nova realidade que vai se constituindo, todos os dias, num novo porvir, depreendendo-se daí duas de suas principais características: sua identidade coletiva e sua necessária e inevitável condição de movimento, de dinamismo. Assim,

> O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto

pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado

> ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. "A dimensão política se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica" (Saviani 1983, p. 93). Na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade. (VEIGA, 2002, p. 01)

Não deve haver num PPP o direcionamento da sua utilização como fundamento único para a definição de caminhos, de instrumentos, de posturas ou de qualquer outro mecanismo que aprisione a liberdade dos sujeitos envolvidos com a educação que praticam, e que, também com a contribuição dela, queiram viver a condição da sua plena emancipação humana.

O seu movimento só pode ser autêntico quando expressa a participação coletiva de todos os que fazem o ambiente escolar, uma vez que o seu escopo é proporcionar situações que revelem a escola como lugar de humanização. Por isso, não cabe torná-lo documento feito a duas mãos, ou restrito ao exercício mecânico de especialistas que o elaboram para "embelezar prateleiras" de recintos que se parecem cultos pela presença de documentos que ali, apenas burocraticamente, são resguardados.

O seu contexto de criação revela um quadro situacional do CATZS como resultado das dimensões sociopolíticas e econômicas de expansão da capacidade de atuação do IFPI, numa escala de análise local, até o significado das relações internacionais do Brasil com várias outras nações do mundo globalizado, situando-se aí as consequências trazidas, para a educação, por essas ditas relações, numa escala de caráter mundial.

O marco histórico desse novo contexto, do qual se parte aqui, é representado pela transformação do antigo Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí (CEFET-PI), a partir do momento em que foi sancionada, pelo governo federal, a Lei nº 11.892/2008, convertendo-o em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).

As mudanças, ainda em curso, criaram situações educacionais específicas e inerentes à realidade de cada um dos campi que vêm sendo criados em função da expansão do atual poder de atuação dos IF's, o que justifica a necessidade do planejamento das ações de caráter local, resguardando-se o poder de determinação geral em nome da reitoria e do seu conselho superior, em escala regional, assim como também da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) e do próprio Ministério da Educação (M EC), em escala nacional.

Não menos importante é o fomento de debates relacionados ao momento atual de mudanças referentes à estrutura do ensino médio brasileiro, através da Lei nº 13.415/2017.

Objetivando respeitar uma metodologia de caráter participativo, buscou-se, aqui, ouvir, através de representantes dos vários segmentos que constituem a comunidade educacional do CATZS, a partir de instrumentos de coleta de dados que permitissem a manifestação dessas "falas", quais são os traços que delineiam a realidade atual do que é o CATZS e, mais ainda, o que poderia representar os anseios desses segmentos em relação ao "vir a ser" da realidade do campus em questão.

Delineia-se na estrutura deste documento, itinerariamente, uma perspectiva de PPP que buscou situar o histórico, o marco referencial, o marco doutrinal, a definição de prioridades, os objetivos, as metas, os recursos (disponíveis e necessários), as metodologias de assistência e de execução e a sistemática de avaliação dos desdobramentos deste PPP, na dinâmica do tempo, no CATZS.

## 2 QUEM SOMOS

A História do IFPI se confunde com a História do ensino profissionalizante no Brasil.

O percurso histórico do ensino profissionalizante no nosso país encontra o seu primeiro marco num Decreto do Príncipe Regente (que se tornaria D. João VI), de 1809, estabelecendo a criação do "Colégio das Fábricas" no Brasil (PARECER CNE/CEB 16/1999).

A criação do "Colégio das Fábricas" representaria um desdobramento do Alvará de 1º de abril de 1808, que revogava o Alvará de 1765, imposto por D. Maria I, cujo objetivo era inviabilizar o funcionamento de oficinas manufatureiras no Brasil, à época da sua condição de colônia de Portugal (RIBEIRO FILHO, 2010).

Em 1906, registra-se uma mudança de orientação política do governo brasileiro, quando o ensino profissional deixa de ser visto apenas como mecanismo que se destina aos menores em situação de desamparo social, e passa a representar uma política de Estado que visa à preparação de operários para a prática de uma profissão no Brasil. Para isso, no ano em questão, o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio passa a assumir o controle do ensino profissional e, sob o governo de Nilo Peçanha, através do Decreto nº 7.566/1909, são criadas 19 "Escolas de Aprendizes Artífices", destinadas aos "pobres e humildes", passando a ser instaladas a partir de 1910.

Uma das "Escolas de Aprendizes Artífices" foi criada em Teresina, representando o início do que hoje constitui o IFPI, que nasceu, como as demais, com a função semelhante aos Liceus de então, mas com o seu custeio promovido pelo governo federal.

Em 1942, as "Escolas de Aprendizes Artífices" são transformadas, pelo governo federal, em "Escolas Industriais e Técnicas", contribuindo assim para gerar mão de obra necessária ao processo de industrialização, que passava a sofrer um grande incremento a partir do governo de Getúlio Vargas, iniciado no ano de 1930.

### 2.1 ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DO PIAUÍ (1909 – 1937)

A Escola de Aprendizes Artífices do Piauí funcionou, inicialmente, em um prédio localizado na antiga Praça Aquidabã, hoje Praça Pedro II, e foi a primeira escola federal de ensino profissional implantada no Estado do Piauí, com cursos profissionalizantes nas áreas de

Arte Mecânica, Marcenaria, Sapataria e Fundição. Sua estrutura administrativa era pequena: um diretor, um escriturário e um porteiro contínuo. Márcia Cruz, professora de Alfabetização, e José Enéas Maia Filho, professor de Desenho, foram os primeiros contratados pela instituição. Além deles, outros operários e mestres, com experiência reconhecida, eram responsáveis pela organização e montagem das oficinas de aprendizagem.

Os primeiros diretores da Escola de Aprendizes Artífices foram: Josino José Ferreira (de 1909 a 1928), Oswaldo Fettermann (de 1928 a 1929), Cid Rocha Amaral (de 1931 a 1933), Nilton Norberto de Oliveira (de 1933 a 1934) e Artur Seixas (de 1934 a 1935). Hermínio de Moura Rios também assumiu, interinamente, a direção em vários momentos desse período.

## 2.2 LICEU INDUSTRIAL DO PIAUÍ (1937 –1942)

Em 1937, na vigência do Estado Novo, no governo Vargas, surgiu uma nova denominação: Liceu Industrial do Piauí, resultante da intenção governamental de industrializar o país usando a Rede de Escolas Profissionais como instrumento de formação de operários. Essa mudança foi feita durante a gestão de Flávio Castelo Branco, à frente da Escola até 1940, quando foi sucedido por Argemiro Freire Gameiro, de 1941 a 1943.

A partir desse período, as escolas de artífices, pertencentes ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, passaram a integrar o recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública. Nesse período, também houve a construção e a inauguração da sede própria em terreno cedido pela Prefeitura Municipal de Teresina, na Praça Monsenhor Lopes, hoje Praça da Liberdade, onde funciona atualmente o Campus Central do IFPI.

## 2.3 ESCOLA INDUSTRIAL DE TERESINA (1942-1965)

A terceira fase da instituição começou com a criação da Lei Orgânica do Ensino Industrial de 1942, que dividiu as escolas da Rede em industriais e técnicas. Com o propósito de formar mão de obra, as escolas industriais formariam operários, em nível ginasial, para a indústria, e as técnicas formariam operários e também técnicos, em nível médio.

As escolas industriais ficaram geralmente nos estados menos industrializados, como o Piauí. Em Teresina, foi ampliado o número de salas de aula e de oficinas escolares. Foram seus dirigentes: Argemiro Freire Gameiro (de 1941 a 1943), Luiz Pires Chaves (de 1944 a 1948), Elói do Egito Coelho (de 1948 a 1957) e Murillo de Rubin Couto (de 1957 a 1967).

## 2.4 ESCOLA INDUSTRIAL FEDERAL DO PIAUÍ (1965 - 1967)

No ano de 1965 houve a inclusão do termo “Federal”, no nome das escolas da Rede. Essa mudança permitiu que a instituição pudesse fundar cursos técnicos industriais, a exemplo das escolas que já eram técnicas.

Em 1967, foram criados os primeiros cursos técnicos de nível médio: Edificações, Agrimensura e Eletromecânica.

## 2.5 ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DO PIAUÍ (1967 - 1998)

A criação e o reconhecimento dos cursos técnicos permitiram que o Ministério da Educação promovesse a Escola Industrial Federal à Escola Técnica Federal do Piauí (ETEFPI), em 1967. Nesse período, houve uma grande ampliação da estrutura geral da Escola. Os cursos técnicos, que eram noturnos, passaram a ser também diurnos e houve a oferta de novas vagas para as seguintes áreas: Contabilidade, Administração, Secretariado e Estatística. Com a permissão de matrículas de mulheres, o número de estudantes quadruplicou em dois anos.

Entre 1968 e 1970, foi feita a construção do Prédio “B”. E, de 1970 a 1975, em parceria com o governo do estado do Piauí, professores e alunos participaram das obras de construção, em Teresina, da Praça Marechal Deodoro da Fonseca, conhecida como Praça da Bandeira, e do Monumento aos Heróis da Batalha do Jenipapo, em Campo Maior. É dessa fase também a construção do Prédio “C”, em Teresina, e a inauguração da primeira Unidade de Ensino Descentralizada (UNED), em Floriano, em 1994.

Os diretores gerais desse período foram Roberto Gonçalves Freitas (de 1968 a 1970), José Luiz Castro Aguiar (de 1970 a 1975), José Ferreira Castelo Branco (de 1975 a 1994) e Rita Martins de Cássia (de 1994 a 2004).

## 2.6 CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO PIAUÍ (1999 -2008)

A transformação da Escola Técnica Federal do Piauí em Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí (CEFET-PI) aconteceu em 1999.

Nesse mesmo ano, ocorreu o primeiro vestibular da instituição, com a oferta do curso superior de Tecnologia em Informática. Em 2001, foi ofertado o primeiro curso superior na área de saúde, o de Tecnologia em Radiologia. E, no ano seguinte, foram implantados os cursos de Licenciatura em Biologia, Matemática, Física e Química.

Aconteceram, em 2004, as primeiras eleições diretas para escolha de Diretor-Geral. Francisco das Chagas Santana foi escolhido para um mandato de quatro anos e substituiu Rita Martins de Cássia. A partir de 2007, houve, na capital, a implantação de uma nova Unidade de

Ensino Descentralizada (UNED), que hoje é o Campus Teresina Zona Sul. E, no interior do estado, passaram a funcionar as unidades de Picos e Parnaíba, com bibliotecas, alojamentos, refeitórios, consultórios clínico-odontológicos, quadras de esportes e campos de futebol. Também em 2007, houve a implantação do Programa de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), com oferta de cursos técnicos.

## 2.7 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ (DESDE 2008)

Com a transformação de 38 unidades dos CEFETs em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, em 2008, o Governo Federal criou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Nesse período, começaram também as ações de ensino a distância, com atuação do Instituto Federal do Piauí em seis polos de apoio presencial.

Em 2009, houve a expansão do IFPI para mais seis municípios. A instituição passou a funcionar em Angical, Corrente, Piripiri, Paulistana, São Raimundo Nonato e Uruçuí. Já em 2011, com a criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (PRONATEC), foi reforçado o desenvolvimento e a interiorização da educação profissional.

Após dois mandatos do professor Francisco das Chagas Santana, em 2013, foi eleito reitor o professor Paulo Henrique Gomes de Lima.

No segundo semestre de 2013, entraram em funcionamento os campi de Pedro II, Oeiras, São João do Piauí e, em 2014, os de Campo Maior, Cocal e Valença do Piauí. Com investimentos na ampliação dos espaços físicos e na qualificação dos servidores, o Instituto Federal do Piauí vem reafirmando o compromisso com a inovação e com o aperfeiçoamento das ações de ensino, pesquisa e extensão.

Atualmente, é oferecida uma variada gama de cursos, tanto na modalidade presencial como à distância. Dentre eles, cursos técnicos de nível médio, cursos superiores de tecnologia, licenciaturas, bacharelados, além de diversas opções de cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*.

O IFPI possui, nos dias de hoje (janeiro de 2018), uma Reitoria e 17 campi. A distribuição desses campi, pelo território piauiense está assim determinada: dois em Teresina (Central e Zona Sul), um em Angical, um em Campo Maior, um em Cocal, um em Corrente, um em Floriano, um em Oeiras, um em Parnaíba, um em Paulistana, um em Pedro II, um em Picos, um em Piripiri, um em São João do Piauí, um em São Raimundo Nonato, um em Uruçuí e um em Valença do Piauí.

Além dos 17 campi, o IFPI possui ainda três “Campi Avançados” (um em José de Freitas, um em Pio IX e outro em Teresina, no Bairro Dirceu Arcoverde) e um “Polo de Educação a Distância” (em Teresina, no Bairro Dirceu Arcoverde), conforme pode ser verificado no mapa abaixo:

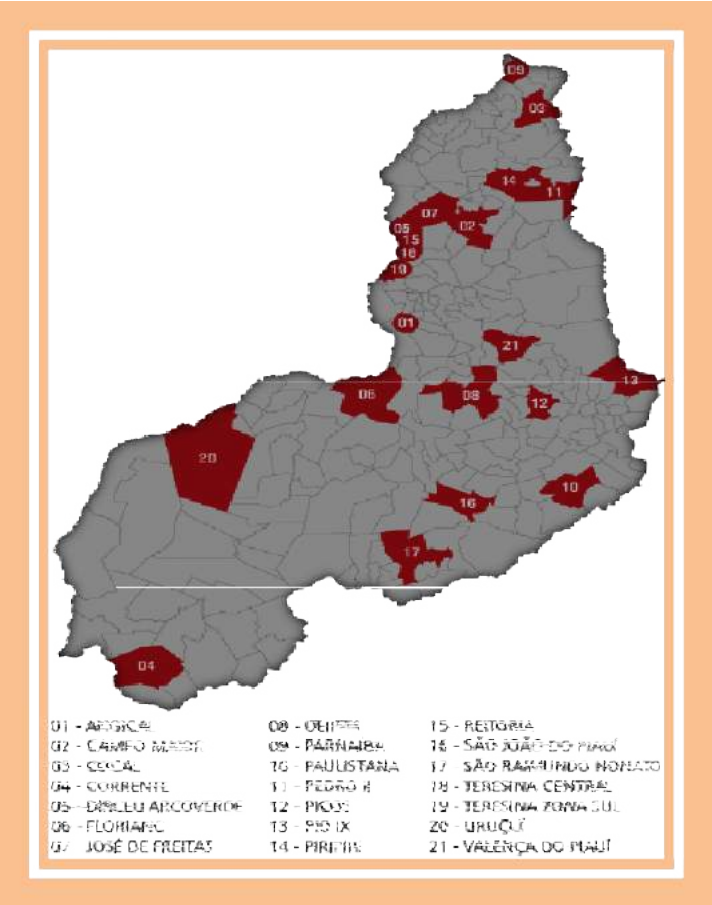



Fig. 01: Mapa dos campi do IFPI

Fonte: http://libra.ifpi.edu.br/imagens/mapa_campi_ifpi.png/view

A diferença entre “Campus”, “Campus Avançado” e Polo de Educação a Distância, no processo de definição da estrutura organizacional e da expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, é definida por meio da Portaria MEC nº 1.291, de 30 de dezembro de 2013.

De acordo com a Portaria MEC nº 1.291, o “Campus [é aquele] voltado ao exercício das atividades permanentes de ensino, pesquisa aplicada, inovação e extensão e ao atendimento das demandas específicas nesse âmbito, em sua área de abrangência territorial”; o “Campus Avançado” é aquele “vinculado administrativamente a um campus ou, em caráter excepcional, à Reitoria, e destinado ao desenvolvimento da educação profissional por meio de atividades de ensino e extensão circunscritas a áreas temáticas ou especializadas, prioritariamente por meio da oferta de cursos técnicos e de cursos de formação inicial e continuada”; o “Polo de Educação a

Distância", por sua vez, é aquele "destinado à oferta de cursos de educação profissional e tecnológica na modalidade a distância, que poderá ser criado por meio de parceria com órgãos da administração pública, com o objetivo de expandir o atendimento às demandas por formação profissional em todo o território de abrangência do Instituto Federal".

O IFPI tem a missão de "promover uma educação de excelência, direcionada às demandas sociais" (esta missão está definida na Organização Didática do IFPI. Verificar o apêndice nº 1). O IFPI destaca-se como instituição de referência nacional na formação de cidadãos críticos e éticos, dotados de sólida base científica e humanística e comprometidos com intervenções transformadoras na sociedade e com responsabilidade econômica e social, incluindo-se, a partir de 2015, a responsabilidade ambiental em suas estratégias.

## 2.8 O CAMPUS TERESINA ZONA SUL (CATZS)

O Campus Teresina Zona Sul foi criado em 2007, como uma Unidade Descentralizada do Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí (CEFET-PI), durante a segunda fase de Expansão da Rede Federal de Educação do Piauí, com a cessão das instalações do Centro Tecnológico de Teresina – CTT, construído pela Prefeitura Municipal, doado por meio da Lei Municipal nº 3.888, de 16 de julho de 2009, que desafeta e autoriza a alienação, a título de doação do bem imóvel municipal ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí – CEFET/PI, atual Instituto Federal do Piauí - IFPI. O CTT passou a ser chamado de Unidade de Ensino Descentralizada (UNED - TERESINA). A partir da Lei nº 11.892/2008 que criou os Institutos Federais, passou a ser denominado de Campus Teresina Zona Sul.

Suas atividades de ensino iniciaram-se no dia 11 de fevereiro de 2008, com a oferta dos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio: Edificações, Vestuário e Saneamento (na modalidade integrada); Edificações, Vestuário e Estradas (nas modalidades concomitante e subsequente). No segundo semestre do mesmo ano, foi ofertado o curso Técnico Integrado em Cozinha, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, por meio do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos (PROEJA).

Em 2009, foram criados os Cursos Técnicos Concomitante/Subsequentes em Panificação e Cozinha.

Em 2011, inicia-se a oferta do curso Superior de Tecnologia em Gastronomia e foi ofertado à comunidade o primeiro curso de pós-graduação lato sensu em "Docência da Educação Profissional".

Em 2012, foi implantado o curso Superior de Licenciatura em Informática. Neste mesmo ano, a oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) foi ampliada. Além do Programa CERTIFIC (2010) e Mulheres Mil (2011), o Campus iniciou a oferta de cursos FIC e Técnico concomitante por meio do Programa PRONATEC.

Em 2013, foi ofertado o curso de Especialização em Alimentos e Gastronomia, bem como os cursos na modalidade EAD (Técnico em Informática para Internet, Técnico em Serviços Públicos, Técnico em Meio Ambiente, Técnico em Eventos, Técnico em Segurança do Trabalho e Técnico em Logística) e os Cursos do Profuncionário, na modalidade EAD (Técnico em Secretariado, Técnico em Multimeios Didáticos, Técnico em Biblioteca e Técnico em Administração Escolar).

Em 2014, foi implantado o Plano Nacional de Formação de Professores – PARFOR, com o Curso de Licenciatura em Informática.

Em 2015, mais cursos na modalidade EAD foram implantados, entre eles o de Técnico em Serviços Jurídicos.

A partir de 2017, o campus vem ofertando também o curso Superior de Tecnologia em Design de Moda e o curso Técnico em Nutrição e Dietética.

No ano letivo de 2017, havia no campus 1.117 alunos matriculados, 96 docentes efetivos, oito docentes substitutos e 64 servidores técnico-administrativos.

Por meio do Edital Nº 26, de 8 de outubro de 2007, foi realizado o 1º Concurso Público de Provas e Títulos destinado ao provimento de cargos de Professor de 1º e 2º Graus, com o objetivo de preencher o Quadro de Pessoal do Campus Teresina Zona Sul, com vagas destinadas ao curso de Técnico em Vestuário.

O IFPI - Campus Teresina Zona Sul tem como missão promover a formação de cidadãos capacitados e competentes para atuarem em várias habilitações profissionais, em pesquisas científicas e na difusão de conhecimentos que contribuam para o desenvolvimento tecnológico, econômico e social do país (essa missão está definida na Organização Didática do IFPI. Verificar o apêndice nº 1).

# 3 NOSSA ESCOLA, NOSSO AMBIENTE

## 3.1 ONDE ESTAMOS, COM QUEM ATUAMOS E O QUE TEMOS

### 3.1.1 Nossa localização

Segundo o censo ꝺo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2010, o município de Teresina (PI) possui atualmente uma população de 814.230 habitantes.

O Campus Teresina Zona Sul localiza-se no Bairro Vermelha, na Zona Sul de Teresina. A Vermelha ocupa uma área de 127 ha. Segundo o Censo de 2010, o bairro possui 5.659 habitantes, sendo 3.169 do sexo feminino e 2.490 do sexo masculino, ocupando a 52ª posição em termos de população relativa teresinense. Em 1990, a população era de 8.001 habitantes, e até 2010 houve uma diminuição constante desse contingente (SEMPLAN, 2014; BRASIL, 2010). O Bairro Vermelha está entre os mais antigos de Teresina, e por isso revela muito das tradições da cultura teresinense (OLIVEIRA, 2010).

De acordo com os registros históricos, o solo da área é formado por um tipo de barro vermelho, por isso, durante a ocupação inicial, era chamado “Quinta Vermelha”: a “quinta do Sr. Laurindo Veloso”, o mais antigo morador do lugar.

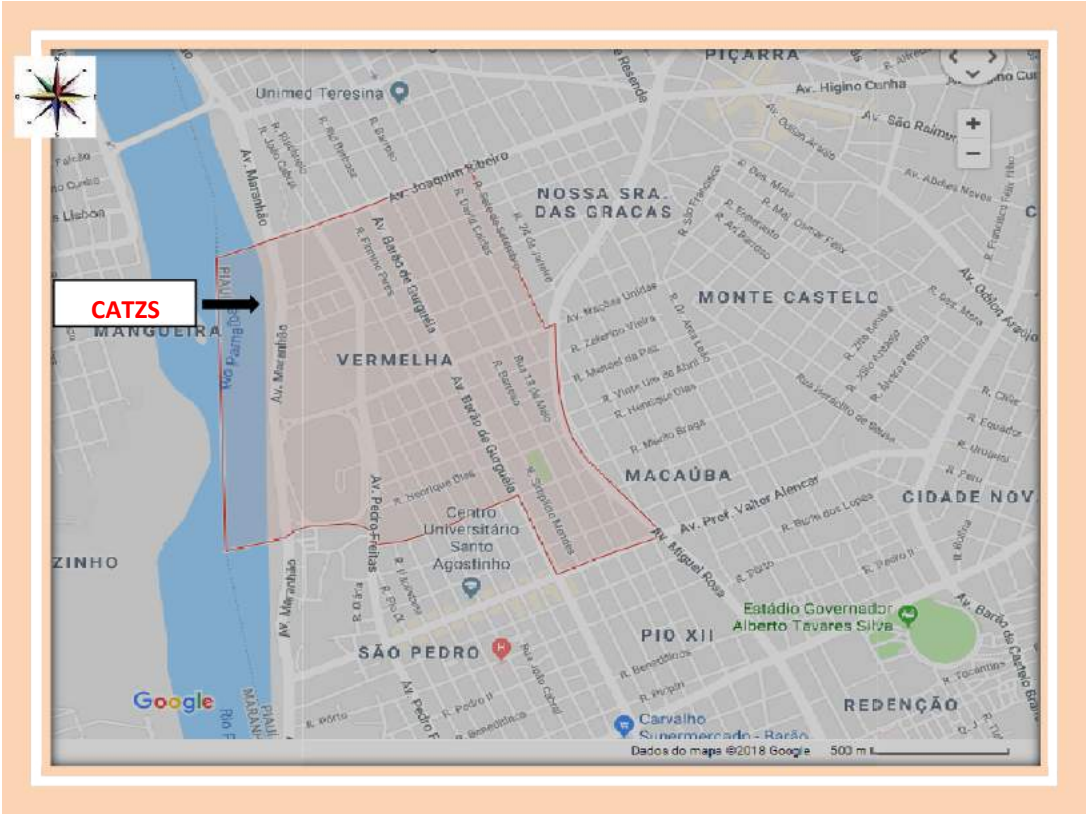



Fig. 02: Planta baixa do bairro Vermelha

Fonte: Google Maps (2017)




Fig. 03: Foto de satélite, destacando a quadra na qual se situa o CATZS

Data da imagem: 15/01/2018 5°06'07.72"S 42°48'47.37"O Elev 66 m Altitude do ponto de visão 549 m

Fonte: Google Earth. Acessado em 28 abr. 2018




Fig. 04: Fotografia frontal, destacando a guarita da entrada do CATZS

Fonte: Google Earth (2018)

A Vermelha apresenta uma localização ribeirinha, porque está quase à margem do Rio Parnaíba, distante a poucos minutos do centro da cidade.

Segundo dados do Censo (2010), 67% dos domicílios ali são próprios, 26% são alugados e 7% são cedidos. A água de 100% dos domicílios é abastecida pelo sistema público geral. No que se refere ao saneamento básico, há apenas 7% de rede de esgoto sanitário, 62% possuem fossa séptica e 31% possuem fossa rudimentar. Todos os domicílios ocupados possuem fornecimento de energia elétrica e coleta de lixo (SEMPLAN, 2014; IBGE, 2010).

Há no bairro apenas um Posto de Saúde (Vermelha), o que provoca grandes queixas dos moradores, em relação à satisfação no atendimento. Possui três unidades de Assistência Social: o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS IV), a Casa de Zabelê e o Conselho Tutelar III (SEMTCAS, 2014).

Em relação aos estabelecimentos de Ensino, possui redes de ensino federal (Instituto Federal do Piauí - IFPI), estadual (U. E. Paulo Ferraz, U. E. Anísio Teixeira e U. E. Gabriel Ferreira), Municipal (U. E. Teresinha Nunes) e privado (Colégio "Cenecista Popular de Teresina" e a Escola Educacional São Raimundo). 57% da população feminina e 43% da masculina são alfabetizadas em todo o local.

Possui um campo de futebol, um mercado, denominado de "Laurindo Veloso", também conhecido por "Mercado da Vermelha", um Parque Municipal (Parnaíba I), que se localiza à margem direita do rio Parnaíba, na Avenida Maranhão, com uma área de 12 hectares de extensão, entre as Avenidas Joaquim Ribeiro e Getúlio Vargas, estendendo-se por três quilômetros de comprimento, entre a Avenida Maranhão e o Rio Parnaíba. É um espaço aberto à visitação da população, para a prática de Cooper e para a ginástica. Na área próxima ao Centro Administrativo, parte desse parque foi revitalizada, com a implantação da "Bio C", que são museus vivos e que possuem espécies dos principais biomas do estado do Piauí.

O Bairro Vermelha possui uma Igreja Católica, a Igreja Nossa Senhora de Lourdes, cujo templo requer um relativo destaque, pelo fato de contar com portas tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN (OLIVEIRA, 2010)

Há duas praças no local: Nossa Senhora de Lourdes I e Nossa Senhora de Lourdes II. Ali localiza-se também o 3° Distrito Policial, instrumento de segurança que, aparentemente, não tem sido suficiente para controlar os inúmeros episódios de violência urbana que tem se manifestado, pois o bairro tem travado uma longa luta contra o tráfico de drogas e contra as ações de gangues.

A Vermelha, entre outras, é cortada pelas seguintes vias: Av. Joaquim Ribeiro, Av. Barão de Gurgueia, Av. Maranhão, Av. Pedro Freitas, Av. Nações Unidas, Rua Sete de Setembro, Rua David Caldas e Rua Murilo Braga.

Encontram-se, na região, diversas atividades empresariais, como comércio, serviços, indústrias, construção civil, agropecuária e outras, totalizando 983 empresas.

Há algumas empresas de transporte coletivo que operam no bairro. No entanto, alguns setores são pouco atendidos, principalmente nas avenidas de menor circulação, como a Av. Pedro Freitas. Além disso, os moradores reclamam da qualidade do transporte público que atua no bairro.

O CATZS atende a alunos e profissionais de diferentes bairros e até mesmo de outros municípios e estados do Brasil.

### 3.1.2 Nossos servidores, nossos alunos e nosso espaço físico

Atualmente (2018), o CATZS possui 163 servidores efetivos: 95 professores e 68 técnicos administrativos. Há ainda 07 servidores substitutos (professores) e 40 servidores terceirizados. Todo esse conjunto é destinado ao atendimento das necessidades de trabalho junto ao efetivo de 1.171 alunos, matriculados na modalidade de ensino na forma presencial.

3.1.2.1 Nossos servidores em função de apoio/técnico pedagógico:

| Nº | Nome | Cargo | Lotação | Titulação |
|---|---|---|---|---|
| 1 | Alacyra Viana Rodrigues de Sousa | Nutricionista | DEPAP – Refeitório | Especialização |
| 2 | Alba Campelo Braga | Técnica em Enfermagem | Coord. de Saúde | Especialização |
| 3 | Alessandra de Carvalho Paiva Viveiros | Tradutor Intérprete de Libras | Diretoria de Ensino | Especialização |
| 4 | André Carvalho de Rezende | Assistente em Administração | Coord. de Controle Acadêmico | Graduação |
| 5 | Antonia Charliane Matos | Assistente em Administração | Gabinete da Diretoria-Geral | Graduação |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Facundo | | | |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 6 | Belmiro Gomes da Cruz Filho | Técnico em Contabilidade | DEPAP - Coord. de Orçamento, Contabilidade e Finanças | Especialização |
| 7 | Cleuton Silva de Oliveira | Assistente em Administração | DEPAP - Coord. de Patrimônio e Almoxarifado | Especialização |
| 8 | Delany Ramos de Sousa | Tradutor Intérprete de Libras | Em exercício no Teresina Central | Graduação |
| 9 | Dilson Cristino da Costa Reis | Técnico de Laboratório | Diretoria de Ensino | Mestrado |
| 10 | Eduardo Lopes Carreiro de Alencar | Odontólogo | Coord. de Saúde | Mestrado |
| 11 | Edypo Rocha Moura | Técnico em Contabilidade | DEPAP - Coord. de Orçamento, Contabilidade e Finanças | Especialização |
| 12 | Elaine Cristina Osorio Rocha | Assistente em Administração | DEPAP - Coord. de Logística e Manutenção | Mestrado |
| 13 | Elisângela Franca Soares | Técnico de Laboratório | Diretoria de Ensino | Mestrado |
| 14 | Eliza Rodrigues de Oliveira Martins | Tradutor Intérprete de Libras | Diretoria de Ensino | Especialização |
| 15 | Ellen Caroline Alves Silva | Assistente de Aluno | Coordenação de Disciplina | Especialização |
| 16 | Fernando Malheiros Nunes | Auxiliar em Administração | DEPAP - Coord. de Logística e | Especialização |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Manutenção | |
| 17 | Francelma Oliveira Macedo | Assistente em Administração | Coord. de Controle Acadêmico | Especialização |
| 18 | Francisca Assunção Almeida Felix | Técnico em Assuntos Educacionais | Diretoria-Geral | Especialização |
| 19 | Francisco das Chagas Paiva de Vasconcelos Júnior | Assistente em Administração | Coordenação de Disciplina | Especialização |
| 20 | Francisco de Assis Dias de Oliveira | Assistente em Administração | DEPAP - Coord. de Logística e Manutenção | Especialização |
| 21 | Francisco Janiel de Oliveira | Técnico de Tecnologia da Informação | Coord. de Tecnologia da Informação | Mestrado |
| 22 | Geovana Azevedo da Costa | Assistente em Administração | Coord. de Controle Acadêmico | Especialização |
| 23 | Geraldo Pereira de Sá Neto | Analista de Tecnologia da informação | Coord. de Tecnologia da Informação | Especialização |
| 24 | Gláucio Cipriano Leite | Analista de Tecnologia da informação | Coord. de Tecnologia da Informação | Mestrado |
| 25 | Isabel dos Santos Lima | Bibliotecário-Documentalista | Coordenação de Biblioteca | Especialização |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 26 | James da Silva Santos | Engenheiro | Em Exercício na | Graduação |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | | | Reitoria | |
| 27 | Jaqueline de Oliveira Sousa | Assistente em Administração | DEPAP - Coord. de Patrimônio e Almoxarifado | Especialização |
| 28 | Jô Ocer Castro Sousa | Médico | Coord. de Saúde | Especialização |
| 29 | João Paulo Carvalho de Brito | Técnico de Laboratório | Diretoria de Ensino | Especialização |
| 30 | José Maria Cardoso Filho | Assistente de Aluno | Coordenação de Disciplina | Graduação |
| 31 | José Orlando da Silva Júnior | Técnico em Audiovisual | Coord. de Extensão | Graduação |
| 32 | Juliana Reis Lima | Assistente Social | Coord. de Saúde | Mestrado |
| 33 | Jurandy do Nascimento Silva | Técnico de Laboratório | Diretoria de Ensino | Mestrado |
| 34 | Kleiry Maria de Sousa Macedo | Auxiliar em Administração | Coord. de Extensão | Especialização |
| 35 | Lara Ely Sena da Silva | Assistente em Administração | DEPAP - Coord. de Logística e Manutenção | Graduação |
| 36 | Larissa Santiago de Amorim | Administrador | Departamento de Administração e Planejamento | Especialização |
| 37 | Laurelli Joann Vieira da Silva | Técnico em Eletromecânica | Em Exercício na Reitoria | Graduação |
| 38 | Lígia Maria Araújo Cardoso | Pedagoga | Em Exercício na Pró-Reitoria de Ensino | Especialização |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 39 | Lilian Maria de Oliveira Ferreira | Auxiliar de Biblioteca | Coordenação de Biblioteca | Especialização |
| 40 | Lis Helena Mendes da Silva | Técnico de Laboratório | Coord. de Saúde | Ensino Médio |
| 41 | Luiza de Fátima Paula Gomes | Assistente Social | Campus Oeiras, em Exercício no Campus Zona Sul | Especialização |
| 42 | Maria Aparecida e Silva Pereira Sobreira | Pedagogo | Coordenação Pedagógica | Mestrado |
| 43 | Maria do Livramento Alves do Nascimento | Pedagogo | Coordenação Pedagógica | Mestrado |
| 44 | Maria Janaina Barroso Andrade | Odontólogo | Coord. de Saúde | Mestrado |
| 45 | Marinês Pessoa dos Santos | Assistente de Aluno | Coordenação de Disciplina | Especialização |
| 46 | Miguel de Castro Silva | Tradutor Intérprete de Libras | Diretoria de Ensino | Especialização |
| 47 | Nádia Teresa Vaz Almeida | Técnico de Laboratório | Coord. de Saúde | Especialização |
| 48 | Olívia Batista Rego Lima | Assistente em Administração | Coordenação de Extensão | Especialização |
| 49 | Paulo André Meneses Queiroz Alves | DEPAP - Coord. de Compras e Licitações | Reitoria, em exercício provisório no Campus Zona Sul | Especialização |
| 50 | Rafaela Coelho Teixeira | Assistente em Administração | Coord. de Gestão de Pessoas | Especialização |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 51 | Raquel Santos Araújo | Assistente em Administração | DEPAP - Coord. de Compras e Licitações | Especialização |
| 52 | Regilane de Oliveira Andrade | Técnico em Assuntos Educacionais | Coordenação Pedagógica | Especialização |
| 53 | Rejane de Sousa Cunha | Assistente em Administração | DEPAP - coord. de Compras e Licitações | Especialização |
| 54 | Renata Flávia de Oliveira Sousa | Auxiliar de Biblioteca | Coordenação de Biblioteca | Mestrado |
| 55 | Ronaldo Teixeira Lopes | Assistente de Laboratório | Diretoria de Ensino | Graduação |
| 56 | Rudney do Carmo Paz | Bibliotecário-Documentalista | Coordenação de Biblioteca | Especialização |
| 57 | Shirlane de Sousa Rodrigues | Nutricionista | DEPAP – Refeitório | Especialização |
| 58 | Silvana Teixeira de Araújo Sousa | Psicólogo | Coord. de Saúde | Especialização |
| 59 | Sônia Oliveira Matos Moutinho | Bibliotecário-Documentalista | Coordenação de Biblioteca | Mestrado |
| 60 | Stayce Mesquita Santiago | Assistente em Administração | DEPAP - Coord. de Compras e Licitações | Graduação |
| 61 | Telma Maria dos Santos Nascimento | Técnico em Assuntos Educacionais | Coordenação Pedagógica | Especialização |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 62 | Thais Mesquita Martins | Técnico de Laboratório | Diretoria de Ensino | Especialização |
| 63 | Thaline Alves Elias da Silva | Médico | Coord. de Saúde | Especialização |
| 64 | Thays Ribeiro Torres Magalhães Xavier | Técnico em Assuntos Educacionais | Coordenação Pedagógica | Especialização |
| 65 | Vanessa de Abreu Passos | Assistente em Administração | Coord. de Controle Acadêmico | Especialização |
| 66 | Wládia Martins Ribeiro Vieira | Pedagogo | Coordenação Pedagógica | Especialização |
| 67 | Yelone Moura e Silva | Assistente em Administração | Coord. de Controle Acadêmico | Especialização |

3.1.2.2 Nosso corpo docente efetivo

| **Nº** | **Nome** | **Regime** | **Formação** | **Título** |
|---|---|---|---|---|
| 1 | Ailton Soares Freire | D.E* | Engenharia Civil | Doutor |
| 2 | Alessandro de Lima | D.E | Nutrição | Doutor |
| 3 | Alfredo Werney Lima Torres | D.E | Artes-Música | Mestre |
| 4 | Aline Kely Vieira Chaves | D.E | Design de Moda | Mestra |
| 5 | Ana Maria Athayde Uchoa Thomaz | D.E | Nutrição | Doutora |
| 6 | Antônio Alves de Carvalho Júnior | D.E | Física | Mestre |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 7 | António José Silva Lopes | 40h | Engenharia | Graduado |
| 8 | Aritana Sousa Dutra de Melo | D.E | Administração | Mestre |
| 9 | Astrogildo Rodrigues Alves | 40h | Química | Mestre |
| 10 | Benedito Palheta Alves | D.E | Licenciatura em Saneamento | Especialista |
| 11 | Bruno Camargo de Holanda Cavalcanti | 40h | Engenharia Civil | Especialista |
| 12 | Carlos Pereira da Silva | D.E | Química | Doutor |
| 13 | Carlos Renê Gomes Ferreira | D.E | Engenharia Civil | Mestre |
| 14 | Caroline Pinto Guedes Ferreira | D.E | Administração | Especialista |
| 15 | Claudete de Jesus Ferreira da Silva | D.E | Processamento de Dados | Mestre |
| 16 | Clautina Ribeiro de Moraes da Costa | D.E | Biologia | Doutora |
| 17 | Cristiany Marinho Araujo | D.E | Química | Mestre |
| 18 | Cyntia Meneses de Sá Sousa | D.E | Educação Física | Especialista |
| 19 | Deusdete da Rocha Barros | 40h | História | Mestre |
| 20 | Edna Maria dos Santos Silva | D.E | Design de Moda | Mestre |
| 21 | Edna Maria Evangelista de Araújo | D.E | Letras/Espanhol | Especialista |
| 22 | Edna Maria Ferreira Chaves | D.E | Nutrição | Doutora |
| 23 | Eduardo Nunes Vilarinho | 40h | Engenharia Civil | Especialista |
| 24 | Eldina Castro Sousa | D.E | Nutrição | Doutora |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 25 | Elenilce Soares Mourão | D.E | Arte | Mestre |
| 26 | Emmanuel Wassermann Moraes e Luz | D.E | Educação Física | Doutor |
| 27 | Erika Lourrane Leôncio Lima | D.E | Pedagogia | Especialista |
| 28 | Erivelton Sousa Lima | D.E | Nutrição | Especialista |
| 29 | Eurídice Mota Sobral de Carvalho | D.E | Letras/Inglês | Mestre |
| 30 | Fernando José Guimarães Ferreira | 40h | Engenharia Civil | Doutor |
| 31 | Francisca Elcilena Oliveira da Silva | D.E | Estilismo e Moda | Especialista |
| 32 | Francisca Ocilma Mendes Monteiro | D.E | Informática | Mestre |
| 33 | Francisco Eudes do Amaral | D.E | Matemática | Doutor |
| 34 | Francisco Gomes Ribeiro Filho | D.E | Geografia | Mestre |
| 35 | Francisco Gonçalves Feijão Neto | D.E | Engenharia Civil | Doutor |
| 36 | Francisco José de Sousa | D.E | Letras/Português | Especialista |
| 37 | Francisco José Sampaio Melo | D.E | Letras/Português | Doutor |
| 38 | Geraldo das Dores de Armendane | D.E | Filosofia | Mestre |
| 39 | Germano Lúcio Pereira Moura | D.E | Sociologia | Especialista |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 40 | Gilberto Gomes da Silva | 40h | Engenharia | Especialista |
| 41 | Gilcelene de Brito Ribeiro | D.E | Filosofia | Mestre |
| 42 | Gilvan Moreira da Paz | D.E | Química | Mestre |
| 43 | Giovanni de Melo Sérvio | 20h | Engenharia | Graduado |
| 44 | Gislane Cristiane Machado Torres | D.E | História | Mestre |
| 45 | Hamifrancy Brito Meneses | 40h | Engenharia | Mestre |
| 46 | Hélder Pontes Gomes | D.E | Engenharia Civil | Doutor |
| 47 | Henrique de Carvalho Craveiro | D.E | Engenharia | Especialista |
| 48 | Israel de Oliveira Costa | D.E | Engenharia de Agrimensura | Mestre |
| 49 | Izaura Pereira Farias | D.E | Engenheiro | Doutor |
| 50 | Jandeína Maria Barbosa Uchoa | D.E | Estilismo em Moda | Graduado |
| 51 | Jeanne de Souza Silva Leite | D.E | Ciências da Computação | Mestre |
| 52 | Jefferson de Sousa Silva | 40h | Ciências da Computação | Mestre |
| 53 | Joana Áurea Medeiros Lima Poeta | D.E | Estilismo e Moda | Mestre |
| 54 | José Marcilio de Sá | D.E | Sociologia | Mestre |
| 55 | Joseam Cabral de Moraes | D.E | Engenharia | Graduado |
| 56 | Juliano Campos Vale | D.E | Medicina Veterinária | Mestre |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 57 | Juliany Sales Ramos | D.E | Tecnologia de Alimentos de Origem Vegetal | Mestre |
| 58 | Karen Cristina de Barros Santos | D.E | Engenharia de Produção | Especialista |
| 59 | Kelson Carvalho Santos | D.E | Computação | Mestre |
| 60 | Kelson de Sousa Leite | D.E | Física | Mestre |
| 61 | Kércia Maria Clementino Santos | D.E | Informática | Especialista |
| 62 | Lhosana Ceres de Miranda Tavares | D.E | Design de Moda | Mestre |
| 63 | Lívia Tátila dos Reis Martins | D.E | Biologia | Doutora |
| 64 | Luanne Morais Vieira Galvao | D.E | Tecnologia de Alimentos | Mestre |
| 65 | Lucas Pablo Rodrigues Luz | D.E | Arquitetura | Especialista |
| 66 | Maírla Meneses Lopes Teles | D.E | Engenharia Civil | Mestre |
| 67 | Marcelo Guerra Pires de Carvalho | D.E | Engenharia Civil | Doutor |
| 68 | Márcia Costa Santos | 40h | Engenharia | Especialista |
| 69 | Márcio Miranda de carvalho | D.E | Matemática | Mestre |
| 70 | Maria Lima de Santana | D.E | Letras/Português | Mestre |
| 71 | Maria Lúcia Portela de Deus Lages | D.E | Engenharia Civil | Doutora |
| 72 | Mariana Alves Adão | 40h | Arquitetura e Urbanismo | Especialista |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 73 | Mariana de Morais Sousa | D.E | Tecnologia de Alimentos | Doutora |
| 74 | Marilia Alves Marques de Souza | D.E | Gastronomia e Segurança Alimentar | Mestre |
| 75 | Matias Francisco Gomes de Sales | 40h | Engenharia de Agrimensura | Doutor |
| 76 | Mauro César de Brito Sousa | D.E | Engenharia Civil | Doutor |
| 77 | Nara Neide Lucas dos Santos | D.E | Letras/Português | Mestre |
| 78 | Nelymar Gonçalves do Nascimento | D.E | Estilismo em Moda | Mestre |
| 79 | Paulo Ronaldo Sousa Teixeira | D.E | Química | Doutor |
| 80 | Raimundo da Costa Machado Neto | 40h | Engenharia Civil | Especialista |
| 81 | Raquel Carvalho Santos | D.E | Estilismo em Moda | Graduado |
| 82 | Regianny Lima Monte | D.E | História | Mestre |
| 83 | Reginaldo Barbosa de Sousa | D.E | Matemática | Especialista |
| 84 | Régis Nunes Almeida | D.E | Engenharia | Mestre |
| 85 | Ricardo Feitosa de Carvalho | 40h | Geografia | Mestre |
| 86 | Rivanda Marta Araújo de Medeiros | D.E | Letras/Inglês | Mestre |
| 87 | Ronildo Brandão da Silva | D.E | Engenharia Civil | Especialista |
| 88 | Rosália Maria Torres de Lima | D.E | Gastronomia e Segurança Alimentar | Mestre |
| 89 | Seandra Doroteu de Macedo | D.E | Pedagogia | Mestre |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 90 | Shirneth Bucar Sobreira Malheiros Nunes | D.E | Economia Doméstica | Especialista |
| 91 | Stephenson de Sousa Lima Galvão | D.E | Ciências da Computação | Doutor |
| 92 | Tatiana Barros de Oliveira Nunes | D.E | Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos | Mestra |
| 93 | Terciana Nayala Feitosa de Carvalho | D.E | Engenharia Civil | Graduada |
| 94 | Valdênia Pinto de Sampaio Araujo | D.E | Educação Física | Doutora |
| 95 | Valéria Cristina Cunha Lima | D.E | Tecnologia em Gastronomia | Mestre |

*D.E. – Dedicação Exclusiva

3.1.2.3 Nosso corpo docente substituto

| **Nº** | **Nome** | **Regime** | **Formação** | **Título** |
|---|---|---|---|---|
| 1 | Adailson Aragão dos Santos | 40h | Professor | Mestre |
| 2 | Bruno Leonardo Almeida Viana | 40 h | Professor | Especialista |
| 3 | Demétrios Gomes Galvão | 20 h | Professor | Mestre |
| 6 | Maria da Purificação Lustosa de Sousa | 20 h | Professor | Especialista |
| 7 | Maria Elizaudia Holanda de Menezes | 40h | Professor | Especialista |

3.1.2.4 Nossos servidores terceirizados

| Nº | Nome | Cargo | Escolaridade |
|---|---|---|---|
| 1 | Ana Socorro dos Reis | Auxiliar de Limpeza | Ensino Fundamental Completo |
| 2 | Antonio Viana de Brito | Auxiliar de Limpeza | Ensino Fundamental Completo |
| 3 | Christiane Fernandes da Silva | Encarregada de Limpeza | Ensino Fundamental Completo |
| 4 | Cosme Pereira Costa | Operador de Máquina Fotocopiadora | Ensino Médio Completo |
| 5 | Domilson de Carvalho Silva | Vigilante | Ensino Médio Completo |
| 6 | Domingos Sotero Gomes | Vigilante | Ensino Médio Completo |
| 7 | Edmar Cardoso da Cunha | Auxiliar de Limpeza | Ensino Fundamental Completo |
| 8 | Elidones dos Reis Amador | Cozinheiro | Ensino Fundamental Completo |
| 9 | Eronidia Silva de Almeida Sousa | Auxiliar de Cozinha | Ensino Fundamental Completo |
| 10 | Evaldo dos Santos Monção | Bombeiro Hidráulico | Ensino Fundamental Completo |
| 11 | Francisca Rodrigues de Sousa | Auxiliar de Limpeza | Ensino Fundamental Completo |
| 12 | Hugo César Barbosa Borges | Auxiliar de Limpeza/Refeitório | Ensino Fundamental Completo |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 13 | Iêda Araújo dos Santos | Auxiliar de Limpeza | Ensino Fundamental Completo |
| 14 | Jecivaldo Saraiva Portela | Pedreiro | Ensino Fundamental Completo |
| 15 | José Carlos Gomes dos Reis | Auxiliar de Limpeza | Ensino Fundamental Completo |
| 16 | José Lima Ximenes | Motorista | Ensino Médio Completo |
| 17 | José Pereira Alves dos Santos | Vigilante | Ensino Médio Completo |
| 18 | Josué Feitosa Bispo | Cozinheiro | Ensino Fundamental Completo |
| 19 | Lindinalva Teixeira | Auxiliar de Cozinha | Ensino Fundamental Completo |
| 20 | Luís de Sousa Filho | Vigilante | Ensino Médio Completo |
| 21 | Márcio Rocha da Silva | Auxiliar de Cozinha | Ensino Fundamental Completo |
| 22 | Maria das Graças Lima | Auxiliar de Limpeza/Refeitório | Ensino Fundamental Completo |
| 23 | Maria do Perpétuo do Socorro | Auxiliar de Cozinha | Ensino Fundamental Completo |
| 24 | Maria do Socorro da Silva Rodrigues | Auxiliar de Limpeza | Ensino Fundamental Completo |
| 25 | Maria Nilza da Silva Marques | Auxiliar de Limpeza | Ensino Fundamental Completo |
| 26 | Maria Teresinha Barbosa da Silva Santos | Auxiliar de Limpeza | Ensino Fundamental Completo |
| 27 | Mariza Carneiro Silva | Auxiliar de Limpeza | Ensino Fundamental |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | | | Completo |
| 28 | Marta Maria de Morais | Cozinheira | Ensino Fundamental Completo |
| 29 | Nairo da Cruz Rodrigues | Motorista | Ensino Médio Completo |
| 30 | Paulo Abreu | Auxiliar de Limpeza | Ensino Fundamental Incompleto |
| 31 | Paulo César dos Santos | Auxiliar de Limpeza | Ensino Fundamental Incompleto |
| 32 | Raimundo Nonato da Silva | Auxiliar de Limpeza | Ensino Fundamental Completo |
| 33 | Renê de Jesus Sousa | Vigilante | Ensino Médio Completo |
| 34 | Sandra Maria da Silva | Auxiliar de Limpeza/Refeitório | Ensino Fundamental Completo |
| 35 | Sonia Maria de Sousa | Auxiliar de Cozinha | Ensino Fundamental Completo |
| 36 | Vanessa de Jesus Pacheco de Campos | Auxiliar de Limpeza/Refeitório | Ensino Fundamental Completo |
| 37 | Venceslau Félix da Silva | Vigilante | Ensino Médio Completo |
| 38 | Waldenir Alcântara de Sousa | Vigilante | Ensino Médio Completo |
| 39 | Wellington Luiz de Sousa | Auxiliar de Limpeza | Ensino Fundamental Completo |
| 40 | Wilton Costa Teixeira | Vigilante | Ensino Médio Completo |

3.1.2.5 Número de alunos por curso

| Modalidade | Cursos | Sigla | Quantidade (curso) | Turno | Soma das modalidades |
|---|---|---|---|---|---|
| **Cursos Técnicos integrados ao Ensino Médio** | Saneamento Ambiental | ISA | 149 | Manhã | 456 |
| | Confecção em vestuário | ICV | 150 | Manhã | |
| | Edificações | IED | 157 | Tarde | |
| **Cursos técnicos concomitantes e subsequentes** | Técnico c/s- Panificação | PAN | 14 | Tarde | 486 |
| | Técnico c/s – Cozinha | COZ | 36 | Tarde | |
| | Técnico c/s – Vestuário | VES | 153 | Noite | |
| | Técnico c/s – Edificações | EDF | 166 | Noite | |
| | Técnico c/s – Estradas | ESD | 117 | Tarde | |
| **Educação de Jovens e Adultos (EJA)** | Proeja – Técnico em Cozinha | CEJA | 31 | Tarde | 31 |
| | Tecnólogo – Gastronomia | GAST | 72 | Manhã | |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Superiores** | Licenciatura – Informática | LINF | 80 | Noite | 152 |

| | |
|---|---|
| **TOTAL** | **1.171** |

3.1.2.6 Estrutura física do nosso campus

| **Descrição** | **Quantidade** | **Área Física (m²)** |
|---|---|---|
| Auditório | - | - |
| Refeitório com cozinha | 01 | 328,46 |
| Banheiros | 15 | 160,65 |
| Salas administrativas | 24 | 334,34 |
| Salas para coordenação de curso | 09 | 107,85 |
| Salas para estudos de professores | 01 | 38,130 |
| Quadra Poliesportiva | 01 | 1.532,90 |
| Biblioteca | 01 | 187,99 |
| Vestuário | 02 | 67,22 |
| Estacionamento | 66 | 2.371,00 |
| Guarita | 01 | 5,88 |
| Laboratório de informática | 03 | 208,26 |
| Laboratório de desenho | 01 | 77,76 |
| Laboratório de mecânica dos solos | 01 | 48,85 |
| Laboratório de saneamento | 01 | 42,92 |
| Laboratório de estamparia | 01 | 42,09 |
| Laboratório de topografia | 01 | 39,66 |
| Laboratório de línguas | 02 | 40,14 |

| | | |
|---|---|---|
| Laboratório de costura | 01 | 66,55 |
| Laboratório de modelagem | 01 | 74,43 |
| Laboratório de alimentos | 01 | 66,15 |
| Laboratório de panificação | 01 | 66,15 |
| Laboratório de cozinha | 01 | 82,84 |
| Canteiro de Obras | 01 | 79,00 |
| LIFE | 01 | 25,00 |

### 3.1.3 Realidade socioeconômica da nossa comunidade escolar

Com a intenção de coletar informações sobre os aspectos socioeconômicos e educacionais dos alunos do IFPI – no Campus Teresina Zona Sul, foi aplicado um questionário, no modelo eletrônico, junto a 740 discentes matriculados no ano letivo de 2014. Destes, 411 eram dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio (Vestuário, Saneamento e Edificações), 209 dos Cursos Técnicos Concomitante/Subsequentes (Vestuário, Edificações, Estradas e Panificação), 40 do Curso Técnico em Cozinha (PROEJA) e 80 dos Cursos Superiores (Tecnólogo em Gastronomia e Licenciatura em Informática). O questionário foi analisado a partir da consideração de cinco eixos, definidos abaixo.

### 3.1.4 Características familiares e étnico-raciais dos nossos alunos

De acordo com os dados da pesquisa, a maioria dos alunos do CATZS é oriunda do estado do Piauí, com percentual de 88%; 7% é do estado do Maranhão; 2% é do estado de São Paulo; 1% é do Ceará e 1% é do Distrito Federal. A localização das suas residências é: 78% no município de Teresina, 12% em Timon, 3% em Altos, 1% em Nazária e 1% em Demerval Lobão.

Observa-se que nossos alunos vivem, principalmente, sob a responsabilidade dos pais, sendo que alguns têm apenas a mãe como responsável. Em relação à família deles, observamos, através da pesquisa, que 33% possuem apenas 1 (um) irmão, 27% possuem 2 (dois) irmãos, 21% possuem 4 (quatro) ou mais irmãos e 13% possuem 3 (três) irmãos. As principais atividades de lazer realizadas pelas famílias dos alunos são: assistir TV, visitar aos amigos e

parentes, desenvolver atividades religiosas, interagir por meio das redes sociais e uso de videogame.

Dos alunos entrevistados, 85% afirmam que são solteiros; 14% são casados e 2% são divorciados. 84% declaram que não possuem filhos, 7% possuem apenas 1 filho, 5% possuem 2 filhos, 2% possuem 3 filhos e 1% possui 4 ou mais filhos.

A quantidade de pessoas que moram com os alunos ficou assim identificada: 34% moram com mais 3 (três) pessoas, 21% com mais 4 (quatro) pessoas, 16% com mais 2 (duas) pessoas, 12% com mais 5 (cinco) pessoas, 9% moram com mais 1(uma) pessoa e 9% moram com mais de 5 (cinco) pessoas.

Observamos que 63% dos alunos autodeclararam-se pardos(as)/mulatos(as), 17% brancos, 16% negros, 3% amarelos (de origem oriental) e 1% declara-se indígena ou de origem indígena.

### 3.1.5 Meios de transporte e de informação

Os meios de transporte mais utilizados pelos alunos e suas famílias são os seguintes: ônibus (68%), automóvel (17%), moto (13%), bicicleta (1%) e outros (1%).

Para manterem-se informados dos acontecimentos atuais, 56% dos alunos e suas famílias utilizam a internet, 42% os telejornais, 1% os jornais escritos e 1% se serve de outros meios. Foi registrado ainda que 58% dos alunos raramente leem jornal, 21% leem algumas vezes por semana, 13% nunca leem e 7% leem diariamente. No que diz respeito às notícias mais lidas nos jornais: 44% leem todos os assuntos, 19% leem somente cultura e arte, 16% não leem, 11% leem apenas esportes, 10% leem política e/ou economia e 1% respondeu “outros”.

### 3.1.6 Trabalho remunerado, benefício social e renda familiar

Observamos que 62% não trabalham ou nunca exerceram atividade remunerada, 16% trabalham ou trabalharam 40h semanais ou mais, 10% trabalham ou trabalharam até 20h semanais, 9% trabalham ou trabalharam mais de 20h semanais e menos de 40h semanais e 3% trabalham ou trabalharam eventualmente.

A renda mensal de 38% das famílias dos entrevistados varia de 1 a 2 salários mínimo. 24% das famílias têm renda de até 1 salário mínimo, 17% de 2 a 3 salários mínimos, 11% de 3 a 5 salários mínimos, 7% não têm renda mensal fixa, 3% têm renda de 6 a 8 salários mínimos e 1% tem renda de 8 a 10 salários mínimos. 69% dos entrevistados afirmam que não recebem nenhum tipo de benefício social oriundo do governo federal e 31% garantem recebê-lo.

Com relação à participação dos alunos na renda familiar, constatamos que: 71% não trabalham, e seus gastos são financiados por familiares ou terceiros, que 11% trabalham e contribuem com o sustento da família, que 8% trabalham e recebem ajuda da família, que 6% trabalham, sendo os principais responsáveis pelo sustento da família, e, ainda, que 3% trabalham e se sustentam.

### 3.1.7 Vínculo empregatício dos pais dos alunos e situação de moradia da família

35% são empregados com carteira assinada, 19% são autônomos/prestadores de serviços, 17% assinalaram a opção "outro", 9% são funcionários públicos, 8% estão desempregados, 8% empregados sem carteira assinada e 4% são proprietários de empresa/ negócio.

As mães são, em sua maioria, 27% desempregadas, 24% empregadas com carteira assinada, 15% autônomas/prestadoras de serviço, 15% dos entrevistados assinalaram a opção "outro", 10% são funcionárias públicas, 7% empregadas sem carteira assinada e 2% proprietárias de empresa/negócio.

79% de nossos alunos moram em casa própria, quitada ou financiada. Aproximadamente 9% moram em casa alugada. Os demais moram em casa de parentes ou amigos. A maioria dos nossos alunos reside na zona urbana (92%).

70% das residências dos nossos alunos são de tijolo e piso cerâmico, 20% são de tijolo e piso cimentado, 7% são de tijolo e piso bruto, 1% de taipa e 1% "outros". No que diz respeito ao saneamento básico, 72% das moradias dos alunos estão ligadas à rede pública de água e esgoto, 24% somente à rede pública de água, 2% não estão ligadas a nenhuma das duas redes, e 1% está ligada a um sistema de água oriundo de poço particular.

Com relação à coleta de lixo nos bairros em que os alunos residem, para 67% deles há coleta de lixo de forma eficiente, para 30% há coleta de lixo, mas com deficiência, e para 3% não há coleta alguma de lixo.

Quando os alunos e suas famílias adoecem, 75% recorrem aos serviços médicos do Sistema Único de Saúde (SUS), mantido pelo governo federal, 10% aos planos de saúde particular, 9% ao IAPEP, 2% ao IPMT, e o restante recorre a outros tipos de atendimento.

### 3.1.8 Nível de escolaridade dos pais, modalidade de ensino e tipo de escola frequentada pelos alunos no nível fundamental e/ou médio

O nível de escolaridade do pai é, em grande parte, o fundamental incompleto (33% deles). 25% possuem o ensino médio completo, 13% deles não foram alfabetizados, 11%

possuem o ensino fundamental completo, 8% possuem o ensino médio incompleto, 6% possuem o ensino superior completo, 3% possuem o ensino superior incompleto e 2% deles possuem pós-graduação.

31% das mães possuem o ensino médio completo, 26% possuem o ensino fundamental incompleto, 10% possuem o ensino fundamental completo, 10% possuem o ensino médio incompleto, 9% possuem o ensino superior completo, 7% delas não foram alfabetizadas, 5% são pós-graduadas e 3% delas possuem o ensino superior incompleto.

Quanto à modalidade de ensino e o tipo de escola na qual os alunos cursaram o ensino fundamental e/ou médio, 64% deles cursaram o ensino regular todo em escola pública. 14% cursaram a maior parte em escola pública. 12% cursaram a maior parte em escola particular. 9% cursaram todo ele em escola particular. 1% cursou o ensino supletivo todo em escola pública e 1% cursou o ensino supletivo todo em escola particular.

## 3.2 NOSSOS TRAÇOS E NOSSOS MODOS DE AÇÃO

### 3.2.1 Nossa identidade

#### 3.2.1.1 O que há para ser contado a respeito da nossa escola

A história do Campus Teresina Zona Sul começa em 2007, com a cessão das instalações do Centro Tecnológico de Teresina – CTT, ligado à Prefeitura Municipal, em favor do Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí – CEFET/PI, atual Instituto Federal do Piauí - IFPI. De acordo com a Lei Municipal nº 3.888, de 16 de julho de 2009, que autoriza a doação do bem imóvel municipal ao CEFET/PI, esta cessão tem por finalidade promover a educação profissional, bem como ampliar as parcerias firmadas com a Prefeitura de Teresina.

O campus iniciou suas atividades no dia 11 de fevereiro de 2008, com a oferta de 280 vagas e com o remanejamento de 426 alunos dos cursos de Edificações, Estradas e Saneamento, que estudavam no Campus Teresina Central. Essas vagas foram distribuídas nos seguintes cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio: Edificações, Vestuário e Gastronomia (modalidades Integrada e Concomitante/Subsequente), Saneamento Ambiental (modalidade Integrada), Estradas (modalidade Concomitante/Subsequente).

Foi também ofertado, no segundo semestre do mesmo ano de 2008, o curso Técnico Integrado em Cozinha, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, por meio do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica da Modalidade de Jovens e Adultos (PROEJA).

Em 2009, foram criados os cursos técnicos Concomitante/Subsequentes em Panificação e Cozinha.

Em 2011, é iniciada a oferta do curso Superior em Gastronomia, assim como também foi ofertado à comunidade o primeiro curso de pós-graduação lato sensu (em Docência da Educação Profissional).

Em 2012, foi implantado o curso Superior de Licenciatura em Informática. Neste mesmo ano, a oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) foi ampliada, além do Programa CERTIFIC (2010) e Mulheres Mil (2011), o campus iniciou a oferta de cursos FIC's e Técnico Concomitante por meio do Programa PRONATEC.

Em 2013, foi ofertado o curso de Especialização em Alimentos e Gastronomia.

Em 2017, foi ofertado o curso Superior em Design de Moda, com a abertura de 30 vagas.

3.2.1.2 Situação física da nossa escola

O imóvel referente ao espaço que compreende a sede do CATZS apresenta uma área de 29.368,46m$^2$, e se encontra registrado no Cartório do 1º Ofício de Notas e Registros de Imóveis – João Crisóstomo, sob a matrícula nº 18.058, Livro nº 02, Ficha 01, em nome da Prefeitura Municipal de Teresina. O prédio data do ano de 1996, apresentando hoje alguns desgastes resultantes do tempo, sendo que nunca passou por um processo efetivo de reformas.

O Campus Teresina Zona Sul está estruturado da seguinte forma: 13 salas de aula, 1 biblioteca, 13 banheiros, 1 quadra de esportes, 1 refeitório, 15 laboratórios (modelagem, costura, artes e estamparia, informática - 1, 2, e 3 -, análise de alimentos, cozinha, panificação, línguas, química aplicada e saneamento, instalações hidrossanitárias, ciências, solos e Interdisciplinar de Formação de Educadores – LIFE) e 30 salas destinadas às atividades administrativas e de apoio ao ensino (Direção Geral, Recepção da Direção Geral, Departamento de Administração e Planejamento, Diretoria de Ensino, Coordenação de Controle acadêmico, Serviço de Psicologia, Serviço social, Coordenação Geral de Apoio ao Ensino, Coordenação Pedagógica, Coordenação de Educação Física, Sala dos professores, Coordenação de Cursos, Coordenação de Pesquisa e Inovação, Coordenação do Curso de Gastronomia, Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Especiais, Multimeios e Coordenação de Disciplina, Grêmio Estudantil, Coordenação de Tecnologia da Informação, Protocolo, Coordenação de Orçamento Contabilidade e Finanças, Coordenação de Logística e Manutenção, Coordenação de extensão, SIEE – Serviço de Integração, Estágios Egressos e Empregos, Coordenação de Saúde – Médico/ Enfermeiro, Consultório odontológico, Coordenação de Compras e Licitação,

Coordenação de Gestão de Pessoas, Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado, Almoxarifado Limpeza e Depósito Almoxarifado e Patrimônio).

Quanto às instalações físicas das salas de aula, elas possuem um tamanho adequado às atividades escolares, são bem iluminadas e contam com mobiliário adequado. Um fator enormemente limitante, no entanto, é a inadequação acústica dessas salas.

A biblioteca do CATZS, denominada "José Gomes Campos", comporta, simultaneamente, cerca de 70 estudantes, organizados nos seguintes espaços: 4 (quatro) salas de estudo em grupo, com capacidade para cinco alunos, cada; 28 (vinte e oito) cabines para estudo individual, e 5 (cinco) mesas para estudo em grupo. Este espaço reúne um total de 10.398 exemplares, entre livros, artigos, dissertações, monografias, teses, periódicos, normas técnicas, projetos técnicos, DVDs e CDs.

O Campus Teresina Zona Sul não dispõe de um espaço específico para o desenvolvimento de atividades pedagógicas coletivas ou de lazer, que possibilite congregar um número mais expressivo de indivíduos, para além do ambiente normal de uma sala de aula comum, sendo geralmente utilizado, para essas finalidades, o refeitório e a quadra de esportes.

#### 3.2.1.3 Recursos humanos e materiais

O corpo docente do Campus Teresina Zona Sul conta com 95 professores efetivos. Entre os professores efetivos, 80 atuam em regime de Dedicação Exclusiva, 14 em regime de 40 horas semanais e 01 em regime de 20 horas semanais. Quanto à titulação, 22 são doutores, 42 são mestres, 25 são especialistas e 06 graduados.

O CATZS, em atendimento às novas demandas vinculadas às políticas educacionais inclusivas, conta ainda, em situação efetiva, com 04 técnicos Interpretes de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), atuando no regime de 40 horas semanais.

Em relação ao nosso corpo docente substituto, ele é representando por um total de 07 professores, com 05 destes atuando em regime de 40 horas semanais e 02 atuando em regime de 20 horas semanais. 03 dos professores substitutos possuem títulos de mestres e 04 deles possuem títulos de especialistas.

A escola dispõe de uma sala de professores, na qual se encontram: mesa para reuniões, cadeiras, um computador com impressora, armários para os professores, um frigobar e espaços para estudo individual. Nessa sala também há dois banheiros destinados aos professores (um masculino e outro feminino), que, no entanto, encontram-se pessimamente localizados.

Com respeito à equipe administrativa, o Campus Teresina Zona Sul conta com 64 técnicos administrativos, que atuam no regime de 40 horas semanais. Para serviços de vigilância, limpeza, manutenção predial e refeitório, o CATZS conta com 40 servidores terceirizados.

A descrição da distribuição de funções e de tarefas relacionadas aos servidores do Campus Teresina Zona Sul encontra-se disponível no site: <http://libra.ifpi.edu.br/acesso-a-informacao/institucional/estrutura-organizacional>.

O corpo discente compreende um total 1.171 alunos, assim distribuídos: 456 alunos na modalidade de Técnico Integrado ao Ensino Médio; 486 alunos na modalidade de Técnico Concomitante/Subsequente, 31 alunos na modalidade Educação de Jovens e Adultos, 152 alunos matriculados em curso Superior e 46 alunos matriculados no PARFOR.

Os discentes do Campus Teresina Zona Sul são, em sua maior parte, da cidade de Teresina e de cidades circunvizinhas, como José de Freitas e Timon. Em sua quase totalidade, os alunos ingressantes no Campus Teresina Zona Sul concluíram o Ensino Fundamental em escolas do Piauí (86%) e do Maranhão (13%).

O ingresso nos cursos ofertados, no campus, se dá, predominantemente, por meio de processo seletivo público, a exemplo do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. Esse processo, por sua vez, considera as políticas de ação afirmativa, em especial as reservas de vagas destinadas ao recorte social e à identificação étnico-racial.

A maioria dos discentes do CATZS reside com os pais. Pouco mais da metade dos alunos recebem auxílio financeiro de seus pais para o custeio dos seus estudos, uma pequena parte recebe auxílio da Política de Assistência Estudantil do IFPI. Há, no entanto, ainda, uma significativa quantidade de alunos que não recebe auxílio financeiro de nenhuma espécie.

Com relação aos direitos e deveres, eles estão regimentalmente definidos, são comuns a todos os campi do IFPI, e se encontram descritos e publicados no site institucional. Também, na home page do IFPI, podem ser encontrados ainda: o Estatuto do IFPI, publicado no Diário Oficial de 02 de setembro de 2009; o Regimento Interno do IFPI, manual que apresenta, de forma estruturada e sistemática, as descrições sumárias e as competências das unidades organizacionais, conforme a estrutura organizacional aprovada pela Resolução nº 019/CONSUP e pela Portaria da Reitoria nº 1203, de 24/11/2011, publicadas no Boletim de Serviço Edição Extra nº 04, de 24/11/2011.

### 3.2.1.4 Organização da escola e do ensino

O Instituto Federal do Piauí rege-se pela legislação federal e pelos seguintes

instrumentos normativos: I - Estatuto; II - Regimento Geral; III - Resoluções do Conselho

Superior; IV - Atos da Reitoria; V - Regimentos Internos dos Campi e dos demais órgãos componentes de sua estrutura organizacional.

O IFPI Campus Teresina zona Sul tem sua estrutura organizacional definida pelo Regimento Interno Geral, em sua Seção X, Artigos 717 a 771, aprovado pela Resolução nº 020/2011, do Conselho Superior. O presente documento apresenta as normas que disciplinam as atividades das unidades organizacionais integrantes da estrutura organizacional da instituição.

De acordo com a Organização Didática (2010), os planos de ensino do Campus devem ser coerentes com o projeto pedagógico de cada curso. Sua elaboração, prevista no calendário escolar, configura-se como uma das atribuições do professor, sob a orientação e/ou revisão do Coordenador de Curso/Área e da equipe pedagógica, acompanhado pela supervisão geral da Direção de Ensino. De acordo ainda com a Organização Didática, os docentes devem apresentar os planos de ensino aos estudantes no início do período letivo.

O Campus Teresina Zona Sul, através do seu calendário acadêmico, define o início e o fim de cada período letivo, além dos dias reservados, por exemplo, à matrícula dos alunos, às avaliações, às reuniões de pais e mestres, aos conselhos de classe e ao planejamento de ensino. Tanto nos cursos técnicos concomitante/subsequentes e integrados do IFPI, como na educação superior, o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo.

A constituição das turmas, nos cursos técnicos integrados ao médio e concomitante/subsequentes, dá-se mediante processo seletivo público - Exame Classificatório. Nos cursos superiores de graduação, os alunos são selecionados mediante processo seletivo público - Vestibular/Exame Nacional do Ensino Médio/Transferências/Portadores de Diplomas. Nos cursos técnicos integrados ao médio, destinados a jovens e adultos - EJA, por meio de processo seletivo específico a essa modalidade de ensino. Todos os processos seletivos citados deverão estar em observância com o Edital, que determinará o número de vagas e o critério de seleção. O número de vagas oferecido por cada curso do campus Teresina Zona Sul obedece, principalmente, ao critério de espaço físico.

Atualmente, o campus Teresina Zona Sul encontra-se com 39 turmas, distribuídas da seguinte forma: 12 (doze) turmas de cursos técnicos integrados ao ensino médio, 15 (quinze) turmas de cursos técnicos concomitantes e subsequentes, 2 (duas) turmas de educação de jovens e adultos - EJA, e 10 (dez) turmas de ensino superior. O Campus Teresina Zona Sul funciona nos períodos matutino, vespertino e noturno.

A ordenação curricular do IFPI Campus Teresina Zona Sul encontra-se estruturada da seguinte forma: a) **Séries anuais** para os cursos técnicos integrados; b) **Módulos**, para os

cursos técnicos concomitante/subsequentes; c) **Módulos/disciplinas** para os cursos superiores de graduação.

A carga horária de cada curso, bem como sua duração, está prevista no projeto pedagógico de cada um deles, como se pode verificar por meio do seguinte quadro:

| MODALIDADE | CURSOS | CARGA HORÁRIA | HORA-AULA | DURAÇÃO DO CURSO | TURNO |
|---|---|---|---|---|---|
| CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS AO MÉDIO | SANEAMENTO AMBIENTAL | 4.240 h | 50 m | 4 anos | Manhã |
| | CONFECÇÃO EM VESTUÁRIO | 4.240 h | | | Manhã |
| | EDIFICAÇÕES | 3.570 h | | | Tarde |
| CURSOS TÉCNICOS, CONCOMITANTES E SUBSEQUENTES | PANIFICAÇÃO | 1.095 h | 60 m | 1,5 ano | Tarde |
| | COZINHA | 900 h | | 1,5 ano | Tarde |
| | ESTRADAS | 1.200 h | | 2 anos | Tarde |
| | VESTUÁRIO | 1.200 h | | 2 anos | Noite |
| | EDIFICAÇÕES | 1.200 h | | 2 anos | Noite |
| EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) | PROEJA – TÉCNICO EM COZINHA | 2.400 h | 50 m | 3 anos | Tarde |
| SUPERIOR | TECNÓLOGO - GASTRONOMIA | 2.175 h | 60 m | 3 anos | Manhã |
| | TECNÓLOGO – DESIGN DE MODAS | 2.040 h | | 3 anos | Noite |
| | LICENCIATURA - INFORMÁTICA | 3.558 h | | 4 anos | Noite |

Quadro 1 - Informações sobre os cursos, de acordo com o Projeto Pedagógico.

Fonte: Pesquisa direta, março de 2018.

Nos Cursos Técnicos Integrados ao Médio devem ser desenvolvidos os estudos de recuperação, de forma contínua e paralela, com o objetivo de corrigir as dificuldades de aprendizagem. Os Estudos de Recuperação acontecem a cada bimestre, conforme previsto em calendário acadêmico, e em turno oposto ou sábados, por meio de atividades escolares planejadas, ministradas e orientadas pelos professores das disciplinas.

Nos estudos de recuperação contínua e paralela, a média do bimestre será substituída pelo resultado da prova da recuperação bimestral, caso este seja maior. Os estudos de recuperação são organizados pelas Coordenações de Área/Curso e acompanhamento da Direção de Ensino.

O Campus Teresina Zona Sul possui um núcleo de atendimento às pessoas com necessidades específicas - NAPNE. Este setor consultivo encontra-se vinculado à Reitoria e à Pró-Reitoria de Extensão, e tem como finalidade promover e desenvolver ações que propiciem a inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas.

## 3.3 OS FRUTOS DO NOSSO TRABALHO

A função da escola é promover a aprendizagem e a formação dos seus alunos, o que requer o planejamento, o monitoramento e avaliação dos resultados com base nas ações planejadas/promovidas. O monitoramento é o processo de acompanhamento sistemático e descritivo dos processos de implementação do plano de ação da gestão da escola, com o objetivo de garantir a efetividade dos resultados.

Nesse sentido, o levantamento dos resultados da aprendizagem dos alunos, periodicamente, é ação imprescindível, com o objetivo de realizar uma análise desses resultados. Acreditamos que tal ação proporcionará um conhecimento mais aprofundado sobre o processo educativo desenvolvido na escola, como também subsidiará a avaliação escolar e o (re)planejamento de ações com o intuito de sanar possíveis impedimentos na sua ação de educar.

Assim sendo, buscamos levantar os dados relativos ao desempenho acadêmico dos alunos matriculados nos cursos ofertados no IFPI, no Campus Teresina Zona Sul, em relação aos anos de 2013 e 2014, recorrendo aos mecanismos que os registram, como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em âmbito externo, e ao sistema “Q-acadêmico”, em âmbito interno.

A avaliação educacional, no âmbito do IFPI, no campus Teresina Zona Sul, bem como nas demais instituições de ensino, perpassa pelos seguintes mecanismos: avaliação interna

→ processo de aprendizagem → provas abertas, provas objetivas, obser ação, seminários etc.;

avaliaçãoexterna→desempenhodosalunos→testedeproficiênciaequestões contextualizadas.

No que tange à avaliação interna, é imprescindível que, ao término de cada período letivo (ano e/ou semestre), sejam observados os resultados consubstanciados nos seguintes indicadores: matrícula, aprovação, retenção e evasão; disciplinas com maiores dificuldades nas diversas modalidades e cursos, bem como a condição do egresso com relação a sua inserção no mundo do trabalho, identificando as facilidades/dificuldades vivenciadas.

No tocante à avaliação externa, destacam-se: em nível médio, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que permite uma avaliação das competências e habilidades apreendidas pelos alunos ao término do ensino médio, relacionadas à possibilidade de acesso ao ensino superior; e, no ensino superior, o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), que busca avaliar os alunos com relação as competências e habilidades relativas à formação geral e profissional dos alunos, bem como o nível de atualização destes com relação à realidade local e global. Essas avaliações permitem conceituar a instituição de ensino e os cursos por ela ofertados.

Os indicadores educacionais são importantes instrumentos de gestão, pois oportunizam a autoavaliação e, consequentemente, o planejamento das ações pedagógicas voltadas para o melhoramento do processo de ensino e da aprendizagem na escola. De acordo com INEP/MEC (2017):

> Os indicadores educacionais atribuem valor estatístico à qualidade do ensino, atendo-se não somente ao desempenho dos alunos, mas também ao contexto econômico e social em que as escolas estão inseridas. Eles são úteis principalmente para o monitoramento dos sistemas educacionais, considerando o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os alunos. Dessa forma, contribuem para a criação de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade da educação e dos serviços oferecidos à sociedade pela escola.

Na escola, além de contribuir para a criação de políticas públicas em âmbito da esfera administrativa, especificamente, os indicadores educacionais contribuem para uma tomada de decisão, no sentido de um (re)direcionamento da ação gestora, visando à superação dos desafios e ao alcance das metas planejadas/desejadas, considerando que desafios e metas servem para apontar o sucesso, as dificuldades e as situações que carecem de maiores cuidados.

No entanto, durante a construção deste trabalho de recolha de dados relacionados ao CATZS, percebeu-se a carência de dados específicos sobre as Instituições Federais de Ensino, tanto com relação às avaliações internas como às externas. As informações registradas não dão conta dos dados apontados como possíveis indicadores de resultados que possam subsidiar o (re)planejamento para uma ação gestora mais eficaz, considerando as dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão. Isso

aponta para a necessidade do replaneja ento institucional, no

sentido de encaminhar ações programadas de formação de bancos de dados com essa finalidade, de tal modo que se possa subsidiar a continuidade das ações respaldadas, no caso do CATZS, por este PPP.

De acordo com os dados apresentados pelo INEP, relativos ao ENEM realizado em 2013, o IFPI/Campus Teresina Zona Sul atingiu a média, nas provas objetivas, de 554,49 pontos e, na redação, de 614,86 pontos, alcançando a 3.294ª colocação no ranking das escolas participantes do certame no país. No ENEM em questão, o conjunto das escolas públicas e privadas que ofertavam o ensino médio, e que participaram do certame, representou um total de 14.717 escolas. Em nível estadual, o CATZS ocupou o segundo lugar dentre as escolas públicas do estado, ficando atrás apenas do IFPI/Campus Teresina Central.

No resultado das médias por escola, no ENEM 2014, apresentado pelo INEP, o CATZS apresentou a 2.737ª posição, diante do total de 15.640 escolas de todo o país. Esse dado representou um avanço do CATZS perante o resultado produzido no ano anterior, posto que o número de escolas participantes no certame aumentou, ao tempo em que a posição ocupada por esta escola, no ranking, progrediu 557 lugares. Ela novamente assegurou destaque também no ranking estadual, ocupando a 3º colocação entre as escolas públicas, obtendo a média de 565,9 pontos.

Em 2011, inicia-se a oferta dos cursos superiores no CATZS, a princípio com o Curso de Tecnologia em Gastronomia e, em 2012, foi implantado o curso Superior de Licenciatura em Informática. A primeira turma do Curso de Tecnologia em Gastronomia concluiu a sua graduação em 2014, participando do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE 2015. A primeira turma de Licenciatura em Informática finalizou as suas atividades acadêmicas em 2016, mas não realizou o exame relacionado ao ENADE, até o presente momento.

Os instrumentos que subsidiam a produção de indicadores de qualidade, e os processos de avaliação de cursos superiores desenvolvidos pelo INEP são o ENADE e o Conceito Preliminar do Curso (CPC), sendo que esse último toma como base, para definição desse conceito, a avaliação de desempenho de estudantes, especificamente o resultado do ENADE, o valor agregado pelo processo formativo e os insumos referentes às condições de oferta, como: corpo docente, infraestrutura e recursos didático-pedagógicos. O CPC é um indicador prévio da situação dos cursos de graduação no país. O CPC varia de 1 a 5, sendo que ao alcançar o conceito 5 o curso será considerado como de excelência.

O Curso Tecnólogo em Gastronomia do CATZS alcançou o Conceito 3 (três). Segundo a regulamentação do INEP, quanto a essa avaliação, o curso atende plenamente aos

critérios de qualidade para funcionamento. O referido conceito foi auferido com base na avaliação da organização didático-pedagógica, do corpo docente, do corpo discente (resultado do desempenho dos estudantes no ENADE), do corpo técnico-administrativo e das instalações físicas pertencentes ao Campus, através de avaliação *in loco*, desenvolvidas por avaliadores do INEP.

Com relação aos dados obtidos no "Sistema Q-acadêmico", mecanismo de registro interno de resultados do processo de ensino e de aprendizagem do CATZS, necessitamos, em primeiro lugar, definir quais dados são necessários para uma avaliação mais eficaz do processo de ensino e de aprendizagem. Atualmente, é possível conhecermos o número de alunos matriculados, o de aprovados e o de reprovados, mas não temos clareza quem são os evadidos. Ainda deve ser considerado também que, para além do conhecimento desses dados, faz-se necessário compreender as possíveis causas que os engendraram.

A necessidade de levantamento e de análise dos dados relacionados aos resultados educacionais do CATZS indica algumas lacunas a serem preenchidas mediante os desdobramentos do conjunto de ações previstas neste PPP.

Desse modo, elegemos os anos de 2013 e de 2014 para o levantamento dos dados iniciais que servirão de diagnóstico para a orientaçãodo planejamento das ações e das metas relacionadas à realidade do CATZS, subsidiando, nessas condições, os caminhos que serão seguidos pelo rol de intervenções apontadas neste PPP. Assim, apresentamos, na continuidade deste documento, os resultados que já foram obtidos em função do trabalho até já realizado no CATZS.

### 3.3.1 Resultados educacionais gerais dos cursos ofertados no CATZS, no biênio 2013-2014

Os dados referentes aos resultados educacionais dos cursos ofertados pelo CATZS foram registrados por meio de duas categorias: resultados educacionais gerais - os dados são apresentados por nível/modalidade de ensino, por período letivo a que são submetidos - e resultados educacionais de forma mais detalhada, nos quais são considerados, além do nível/modalidade e do período letivo, o curso, e a(o) série/período/módulo.

Para o levantamento dos resultados foram considerados os totais dos alunos matriculados em cada curso, em cada período, levando-se em conta os seguintes *status*: aprovado, reprovado e evadido. No entanto, apenas foi possível considerar esses *status* nos cursos Integrados. Nos cursos técnicos concomitantes/subsequentes e superiores foram também utilizados os seguintes *status*: "período fechado" e "matriculados", sendo eles acrescentados nas

tabelas que seguem e que estão relacionadas a esses cursos, junto às quais encontra-se também

uma nota explicativa alusiva a essa particularidade. Essa situação especial, no entanto, impede que tenhamos os resultados dos períodos letivos, para esses cursos, conforme estabelece a Resolução Nº 07/2018 CONSUP – Organização Didática do IFPI.

É necessário ressaltar que, considerando-se a nota acerca do que seja o "período fechado", conforme é esclarecido pela Coordenação do Controle Acadêmico - CCA, do CATZS, e que se refere aos alunos que não são aprovados em todas as disciplinas, entre todos aqueles matriculados no período letivo, podemos pensar em uma aprovação ou "reprovação parcial", o que nos direciona para a necessidade de uma pesquisa mais acurada, no sentido de conhecermos as razões que têm implicado em um maior índice de reprovação, evidenciando-se aqui mais um aspecto a ser objeto de preocupação para as políticas de desdobramento deste PPP.

#### 3.3.1.1 Resultados Educacionais Gerais dos Cursos Técnicos Integrados ao Nível Médio Regular e na Modalidade Jovens e Adultos - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica (PROEJA).

Com base nos dados dos cursos integrados regulares (tabela 1), no biênio 2013-2014, temos os totais, respectivamente, de 108 e 69 alunos reprovados, o que equivale, em termos percentuais, tendo como referência os números de matriculados no período, a 25,77% e 15,64%. Com relação à evasão, os números totalizam 12 e 41, considerando-se a mesma ordem dos períodos, e em percentual representam 2,86% e 9,29%, respectivamente. Nota-se que, com relação à reprovação, houve uma diminuição em torno de 10%. Entretanto, no que se refere a evasão, houve um aumento percentual em torno de 7%.

Com relação ao PROEJA (tabela 2), a situação mais crítica, no que se refere à reprovação, foi encontrada no período 2013.1, com um percentual de 22,72%. Já com vistas à situação mais crítica da evasão, destacou-se o período 2014.2, com um percentual de 29,7%.

**Tabela 1 -** Resultados educacionais gerais dos Cursos Técnicos Integrados regulares - biênio 2013-2014

| Status | Matriculados | Aprovados | Reprovados | [1]Evadidos |
|---|---|---|---|---|
| 2013 | 419 | 299 | 108 | 12 |
| 2014 | 441 | 331 | 69 | 41 |
| Totais | 860 | 630 | 177 | 53 |

[1] Considerados apenas os alunos que tinham status "reprovado por falta"

Fonte: Dados coletados Sistema Q-Acadêmico do IFPI/CATZS

**Tabela 2 -** Resultados educacionais gerais do Curso PROEJA - biênio 2013-2014

| Status | Matriculados | Aprovados | Reprovados | Evadidos |
|---|---|---|---|---|
| 2013.1 | 22 | 17 | 5 | 0 |
| 2013.2 | 53 | 47 | 2 | 4 |
| 2014.1 | 43 | 38 | 3 | 2 |
| 2014.2 | 74 | 50 | 2 | 22 |
| Totais | 192 | 152 | 12 | 28 |

Fonte: Dados coletados Sistema Q-Acadêmico do IFPI/CATZS

### 3.3.1.2 Resultados Educacionais Gerais dos Cursos Técnicos Concomitantes/ Subsequentes e Cursos Superiores.

Nos cursos técnicos concomitantes/subsequentes e superiores não foi possível aferirmos os percentuais de aprovação e evasão, quando consideramos o *status* "período fechado" e "matriculados", o que tornou a situação do aluno indefinida, impossibilitando, dessa forma, o fechamento do período letivo em consonância com as orientações dos resultados acadêmicos definidos na Organização Didática do IFPI. Essa situação particular aponta para a necessidade de ações que possibilitem a conclusão/fechamento de todo e qualquer período letivo nesta instituição de ensino, de tal de forma que, planejadamente, seja evitado, no CATZS, o que aqui foi identificado.

Com relação aos números de reprovados e de evadidos, já consolidados nos cursos concomitantes/subsequentes (tabela 3), a reprovação variou, nos períodos investigados, entre 7 e 21%, e os percentuais da evasão, nos mesmos períodos, variaram entre de 9 e 13%.

**Tabela 3 -** Resultados educ cionais gerais dos Cursos concomitantes/subsequentes - biênio 2013-2014

| Status | Total matriculados | Aprovados | Reprovados | Evadidos | Período fechado[2] | Matriculados[3] |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 2013.1 | 379 | 255 | 63 | 45 | 14 | 2 |
| 2013.2 | 424 | 264 | 91 | 42 | 22 | 5 |
| 2014.1 | 383 | 241 | 55 | 49 | 0 | 38 |

[2]Conforme esclarecimento da Coordenação do Controle Acadêmico (CCA), refere-se aos alunos que não foram aprovados em todas as disciplinas nas quais se encontravam matriculados num determinado período letivo.

[3]Conforme a CCA, refere-se aos alunos que não têm sua situação escolar concluída, naquele período em questão, pelo professor(a), ou pode ser uma situação que foi resolvida posteriormente, e a CCA não foi informada, de tal modo que fosse possível fechar o sistema.

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 2014.2 | 362 | 227 | 26 | 49 | 41 | 19 |
| Totais | 1.548 | 987 | 235 | 185 | 77 | 64 |

Fonte: Dados coletados Sistema Q-Acadêmico do IFPI/CATZS

Nos cursos superiores, não aparece a figura do aluno evadido, mas ela pode estar incluída entre os "matriculados", isto é, em meio aos alunos com situação não definida no período letivo. Com relação ao fator reprovação, para o biênio 2013-2014, nos cursos de Tecnologia em Gastronomia e de Licenciatura Plena em Informática, considerando-se os números consolidados (tabelas 4 e 5), os percentuais quase se equivalem, ultrapassando 11% e 12%, respectivamente.

**Tabela 4 -** Resultados educacionais gerais do Curso Superior Tecnologia em Gastronomia - biênio 2013-2014

| Status | Total matriculados | Aprovados | Reprovados | Evadidos | Período fechado | Matriculados |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 2013.1 | 80 | 47 | 8 | 0 | 24 | 1 |
| 2013.2 | 69 | 46 | 9 | 0 | 14 | 0 |
| 2014.1 | 91 | 65 | 11 | 0 | 15 | 0 |
| 2014.2 | 88 | 64 | 10 | 0 | 10 | 4 |
| Totais | 328 | 222 | 38 | 0 | 63 | 5 |

Fonte: Dados coletados Sistema Q-Acadêmico do IFPI/CATZS

**Tabela 5 -** Resultados educacionais gerais do Curso Superior Licenciatura em Informática - biênio 2013-2014

| Status | Total matriculados | Aprovados | Reprovados | Evadidos | Período fechado | Matriculados |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 2013.1 | 61[4] | 33 | 18 | 0 | 9 | 0 |
| 2013.2 | 36 | 26 | 3 | 0 | 7 | 0 |
| 2014.1 | 77 | 41 | 21 | 0 | 13 | 2 |
| 2014.2 | 62 | 17 | 3 | 0 | 15 | 27 |

[4] Um aluno com status "trancado em intercâmbio" e não acrescentado na tabela.

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Totais | 236 | 117 | 30 | 0 | 44 | 29 |

Fonte: Dados coletados Sistema Q-Acadêmico do IFPI/CATZS

### 3.3.1.3 Resultados Educacionais dos Cursos Técnicos Integrados ao Nível Médio Regular, do CATZS, por Período Letivo, por Curso e por Série/ Módulo.

Considerando-se as tabelas 6 e 7, constatou-se, em relação aos cursos integrados regulares, que as primeiras séries desses cursos apresentam taxas de reprovação mais acentuadas, seguidas pelas taxas das segundas séries. No biênio letivo em análise (2013-2014), as primeiras séries apresentaram, em conjunto, respectivamente, as taxas de reprovação de 35,03% e 34,48%.

As segundas séries apresentaram percentuais, para a reprovação, no biênio 2013-2014, respectivamente, de 31,13% e 20,53%.

É possível perceber que, para as segundas séries, houve uma relativa redução do percentual de reprovados, do ano de 2013 para o ano de 2014, fenômeno que não se repetiu com relação às primeiras séries.

Outro dado a ser ressaltado é o fato de que a evasão também se apresenta em maior percentual nas primeiras séries, ficando abaixo de 3% no biênio considerado.

No caso do PROEJA, o que se apresenta de forma mais acentuada é a evasão no módulo I, como se pode verificar por meio das tabelas 8 e 9, também relacionadas ao biênio 2013-2014, sendo o módulo I do período 2014.2 o de percentual mais acentuado entre todos eles: 54,28%.

**Tabela 6 -** Resultados dos Cursos Técnicos Integrados regulares referentes ao ano letivo 2013

| Status | Matriculados | | | | Aprovados | | | | Reprovados | | | | Evadidos | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Séries | 1ª | 2ª | 3ª | 4ª | 1ª | 2ª | 3ª | 4ª | 1ª | 2ª | 3ª | 4ª | 1ª | 2ª | 3ª | 4ª |
| Edificações | 45 | 37 | 32 | 33 | 32 | 32 | 32 | 22 | 10 | 05 | 00 | 10 | 03 | 00 | 00 | 00 |
| Saneamento | 45 | 34 | 32 | 27 | 31 | 21 | 28 | 22 | 15 | 13 | 04 | 05 | 01 | 00 | 00 | 00 |
| Vestuário | 47 | 35 | 25 | 27 | 24 | 20 | 23 | 25 | 23 | 15 | 02 | 03 | 00 | 00 | 00 | 00 |
| Totais | 137 | 106 | 89 | 87 | 87 | 73 | 73 | 69 | 48 | 33 | 6 | 18 | 4 | 0 | 0 | 0 |

Fonte: Dados coletados Sistema Q-Acadêmico do IFPI/CATZS

**Tabela 7 -** Resultados dos Cursos Técnicos Integrados regulares referentes ao ano letivo 2014

| status | Matriculados | | | | Aprovados | | | | Reprovados | | | | Evadidos | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Séries | 1ª | 2ª | 3ª | 4ª | 1ª | 2ª | 3ª | 4ª | 1ª | 2ª | 3ª | 4ª | 1ª | 2ª | 3ª | 4ª |
| Edificações | 48 | 37 | 32 | 33 | 37 | 32 | 32 | 23 | 09 | 03 | 10 | 00 | 02 | 01 | 00 | 00 |
| Saneamento | 45 | 38 | 27 | 28 | 25 | 31 | 24 | 26 | 19 | 06 | 03 | 01 | 01 | 01 | 00 | 01 |
| Vestuário | 52 | 37 | 22 | 23 | 30 | 23 | 21 | 23 | 22 | 14 | 00 | 00 | 01 | 00 | 01 | 00 |
| Totais | 45 | 112 | 81 | 84 | 92 | 86 | 87 | 72 | 50 | 23 | 13 | 1 | 4 | 2 | 1 | 1 |

Fonte: Dados coletados Sistema Q-Acadêmico do IFPI/CATZS

**Tabela 8 -** Resultados do Curso PROEJA referente ao ano letivo 2013

| Status | Matriculados | | Aprovados | | Reprovados | | Evadidos | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Ano / módulo | 2013.1 | 2013.2 | 2013.1 | 2013.2 | 2013.1 | 2013.2 | 2013.1 | 2013.2 |
| M1 | - | 34 | - | 30 | - | 00 | - | 04 |
| M2 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| M3 | 15 | - | 12 | - | 03 | - | 00 | - |
| M4 | - | 14 | - | 12 | - | 02 | - | 00 |
| M5 | 07 | - | 05 | - | 02 | - | 00 | - |
| M6 | - | 05 | - | 05 | - | 00 | - | 00 |

Fonte: Dados coletados Sistema Q-Acadêmico do IFPI/CATZS

**Tabela 9 -** Resultados do Curso PROEJA referente ao ano letivo 2014

| status | Matriculados | | Aprovados | | Reprovados | | Evadidos | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Ano / módulo | 2014.1 | 2014.2 | 2014.1 | 2014.2 | 2014.1 | 2014.2 | 2014.1 | 2014.2 |
| M1 | - | 35 | - | 14 | - | 02 | - | 19 |
| M2 | 30 | - | 27 | - | 01 | - | 02 | - |

| | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| M3 | - | 27 | - | 24 | - | 00 | - | 03 |
| M4 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| M5 | 14 | - | 11 | - | 02 | - | 00 | - |
| M6 | - | 12 | - | 12 | - | 00 | - | 00 |

Fonte: Dados coletados Sistema Q-Acadêmico do IFPI/CATZS

### 3.3.1.4 Resultados Educacionais dos Cursos Técnicos Concomitantes/Subsequentes por período Letivo, por Curso e por Módulo

Com vistas a essa modalidade de promoção da educação profissional, no CATZS, é necessário enfatizar a presença dos *status* "período fechado" e "matriculados", já destacados anteriormente, uma vez que o *status* dos "matriculados" pode alterar a situação final da reprovação e da evasão em cada período.

Em análise anterior, acerca desses cursos, empreendemos a abordagem dos *status* “período fechado” e “matriculados”, de modo objetivo, a partir dos resultados gerais dos cursos concomitantes/subsequentes somados em conjunto. Nesta etapa, faremos as análises de forma individualizada, por curso.

Os números obtidos mostram que o curso de Edificações apresenta situações relacionados a esses *status* de forma mais constante, com decréscimo nos últimos dois períodos letivos, como se pode verificar através das tabelas 10, 11, 12 e 13. Nestas tabelas, nos períodos 2013.1, 2013.2, 2014.1 e 2014.2, respectivamente, temos os seguintes percentuais de reprovação: 22,59%, 29,19%, 14,93 e 7,28%. Em relação à evasão, nesse curso, os maiores percentuais se encontram nos períodos letivos do ano de 2014, tendo o biênio os seguintes percentuais: 11,29%; 9,37; 18,18% e 15,89%.

O curso de Estradas foi aquele que mais apresentou oscilações em seus resultados. Desse modo, verificamos que no período 2013.1 (tabela 10) a evasão e a retenção apresentaram percentuais equivalentes, obtendo valores de 18,57% e de 17,14%, respectivamente. No período 2013.2 (tabela 11), a reprovação atingiu 33,33%; no período 2014.1 (tabela 12), a reprovação nesse curso apresentou o percentual de 11,11%. É válido ressaltar que o *status* "matriculados", em 2014.1, atingiu o percentual de 36,66%, o que pode ter alterado substancialmente a taxa de evasão.

No Curso de Vestuário, verificamos um percentual significativo de 22,44%, relacionado à reprovação, para o período 2014.1, mas para os demais períodos os números

apresentados nas tabelas do biênio foram considerados relativamente de baixos percentuais. Com relação à evasão, os percentuais, para esse curso, nos períodos 2013.1, 2013.2, 2014.1, 2014.2, descritos nas tabelas 10, 11, 12 e 13, são os seguintes, respectivamente: 18,18%; 12,94%; 20,4% e 17,94%.

Em relação ao Curso de Panificação, os dados obtidos e descritos nas quatro tabelas supracitadas, apontaram os seguintes percentuais de reprovação, para cada período respectivo: 15,38%; 12,0%; 18,86% e 22,22%. No tocante à evasão, para esse curso, o maior percentual foi identificado no período 2014.2, totalizando 11,11%.

Finalmente, quanto ao Curso de Cozinha, o destaque a ser identificado refere-se ao período 2013.2 (tabela 11), posto que nesse período o *status* "evasão" apresentou um alto percentual, atingindo um total de 20, 37%.

Reafirmamos, outrossim, que as taxas aqui apresentadas, em relação a cada um dos cursos analisados nesta seção, podem sofrer alterações estatísticas, se considerarmos a condição de indefinição na situação dos alunos situados no *status* "matriculados" de cada um dos cursos em questão.

**Tabela 10 -** Resultados dos cursos técnicos concomitantes/subsequentes referentes ao período letivo 2013.1

| Status | Total matriculados | | | | Aprovados | | | | Reprovados | | | | Evadidos | | | | F chados | | | | Matriculados | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Curso/ módulo(M) | M 1 | M 2 | M 3 | M 4 | M 1 | M 2 | M 3 | M 4 | M 1 | M 2 | M 3 | M 4 | M 1 | M 2 | M 3 | M 4 | M 1 | M 2 | M 3 | M 4 | M 1 | M 2 | M 3 | M 4 |
| Edificações | 52 | 47 | 44 | 34 | 26 | 21 | 33 | 24 | 12 | 14 | 8 | 6 | 12 | 2 | 2 | 4 | 2 | 9 | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Estradas | 38 | - | 32 | - | 17 | - | 28 | - | 9 | - | 3 | - | 12 | - | 1 | - | 0 | - | 0 | - | 0 | - | 0 | - |
| Vestuário | 30 | - | 25 | - | 20 | - | 21 | - | 0 | - | 1 | - | 7 | - | 3 | - | 2 | - | 0 | - | 1 | - | 0 | - |
| Cozinha | - | 25 | - | - | - | 22 | - | - | - | 3 | - | - | - | 0 | - | - | - | 0 | - | - | - | 0 | - | - |
| Panificação | 31 | - | 21 | - | 26 | - | 17 | - | 5 | - | 3 | - | 0 | - | 2 | - | 0 | - | 0 | - | 0 | - | 0 | - |

Fonte: Dados coletados Sistema Q-Acadêmico do IFPI/CATZS

**Tabela 11 -** Resultados dos cursos técnicos concomitantes/subsequentes referentes ao período letivo 2013.2

| Status | Total matriculados | | | | Aprovados | | | | Reprovados | | | | Evadidos | | | | Fechados | | | | Matriculados | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Curso/ módulo(M) | M 1 | M 2 | M 3 | M 4 | M 1 | M 2 | M 3 | M 4 | M 1 | M 2 | M 3 | M 4 | M 1 | M 2 | M 3 | M 4 | M 1 | M 2 | M 3 | M 4 | M 1 | M 2 | M 3 | M 4 |
| Edificações | 49 | 31 | 42 | 39 | 27 | 22 | 22 | 25 | 15 | 5 | 15 | 12 | 7 | 4 | 5 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Estradas | 43 | 24 | - | 32 | 13 | 17 | - | 29 | 29 | 3 | - | 1 | 0 | 4 | - | 0 | 1 | 0 | - | 1 | 0 | 0 | - | 1 |
| Vestuário | 40 | 23 | - | 22 | 12 | 16 | - | 22 | 0 | 4 | - | 0 | 10 | 1 | - | 0 | 16 | 2 | - | 0 | 2 | 0 | - | 0 |
| Cozinha | 30 | - | 24 | - | 17 | - | 20 | - | 1 | - | 3 | - | 11 | - | 0 | - | 0 | - | 0 | - | 1 | - | 1 | - |
| Panificação | - | 25 | - | - | - | 22 | - | - | - | 3 | - | | - | 0 | - | - | - | 0 | - | - | - | 0 | - | - |

Fonte: Dados coletados Sistema Q-Acadêmico do IFPI/CATZS

**Tabela 12 -** Resultados dos cursos técnicos concomitantes/subsequentes referentes ao período letivo 2014.1

| Status | Total matriculados | | | | Aprovados | | | | Reprovados | | | | Evadidos | | | | Fechados | | | | Matriculados | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Curso/ módulo(M) | M 1 | M 2 | M 3 | M 4 | M 1 | M 2 | M 3 | M 4 | M 1 | M 2 | M 3 | M 4 | M 1 | M 2 | M 3 | M 4 | M 1 | M 2 | M 3 | M 4 | M 1 | M 2 | M 3 | M 4 |
| Edificações | 46 | 38 | 27 | 43 | 25 | 28 | 18 | 30 | 10 | 4 | 3 | 6 | 10 | 6 | 6 | 6 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 1 |

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Estradas | 44 | 26 | 20 | - | 15 | 10 | 16 | - | 7 | 2 | 1 | - | 2 | 4 | 0 | - | 0 | 0 | 0 | - | 20 | 10 | 3 | - |
| Vestuário | - | 27 | 22 | - | - | 14 | 13 | - | - | 8 | 3 | - | - | 5 | 5 | - | - | 0 | 0 | - | - | 0 | 1 | - |
| Cozinha | - | 20 | 17 | - | - | 19 | 16 | - | - | 1 | 0 | - | - | 0 | 1 | - | - | 0 | 0 | - | - | 0 | 0 | - |
| Panificação | 30 | - | 23 | - | 15 | - | 22 | - | 10 | - | - | - | 4 | - | - | - | 0 | - | - | - | 1 | - | 1 | - |

Fonte: Dados coletados Sistema Q-Acadêmico do IFPI/CATZS

**Tabela 13 -** Resultados dos cursos técnicos concomitantes/subsequentes referentes ao período letivo 2014.2

| Status | Total matriculados | | | | Aprovados | | | | Reprovados | | | | Evadidos | | | | Fechados | | | | Matriculados | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Curso/ módulo(M) | M 1 | M 2 | M 3 | M 4 | M 1 | M 2 | M 3 | M 4 | M 1 | M 2 | M 3 | M 4 | M 1 | M 2 | M 3 | M 4 | M 1 | M 2 | M 3 | M 4 | M 1 | M 2 | M 3 | M 4 |
| Edificações | 50 | 36 | 35 | 30 | 7 | 21 | 21 | 24 | 5 | 4 | 2 | 0 | 6 | 6 | 7 | 5 | 8 | 3 | 4 | 1 | 4 | 2 | 1 | 0 |
| Estradas | - | 35 | 18 | 18 | - | 16 | 11 | 16 | - | 3 | 0 | - | 1 | 4 | 0 | 0 | - | 4 | 3 | 2 | - | 11 | 0 | 0 |
| Vestuário | 40 | - | 25 | 13 | 5 | - | 15 | 10 | 1 | - | 0 | 1 | 9 | - | 5 | 0 | 4 | - | 5 | 2 | 1 | - | 0 | 0 |
| Cozinha | - | - | 17 | - | - | - | 16 | - | - | - | 0 | - | - | - | 1 | - | - | - | 0 | - | - | - | 0 | - |
| Panificação | 29 | 16 | - | - | 2 | 13 | - | - | 7 | 3 | - | - | 5 | 0 | - | - | 5 | 0 | - | - | 0 | 0 | - | - |

Fonte: Dados coletados Sistema Q-Acadêmico do IFPI/CATZS

### 3.3.1.5 Resultados Educacionais dos Cursos Superiores, por Período Letivo, por Curso e por Período Curricular

Os cursos superiores, quando analisados de forma individualizada, no CATZS, período por período, evidenciam que, a partir do critério adotado na forma de reprovação por falta, de tal modo que seja possível diagnosticar a situação dos evadidos, o *status* da evasão consta, ali, como nulo, para cada um dos cursos superiores em questão.

Em relação ao curso de Tecnologia em Gastronomia, conforme podemos verificar nas tabelas 14 e 15, os números apontam percentuais de reprovação de 12,19%; 22,85%; 23,07% e 13,88%, para os períodos 2013.1, 2013.2, 2014.1 e 2014.2, respectivamente. Esses períodos foram ressaltados em função de representarem os maiores índices para esse curso. Os dados, que identificam os primeiros e segundos períodos curriculares, nas referidas tabelas, aparecem na forma P1 e P2.

Ainda em relação ao curso de Tecnologia em Gastronomia, merece um relativo destaque o *status* que se refere aos "períodos fechados", implicando na possibilidade de ocorrência de um fenômeno do tipo "aprovação parcial", conforme esclarecimentos prestados pela CCA do CATZS. O *status* em questão apresentou os seguintes percentuais: período curricular 2013.1 - P1 31,70%, P3 28,00% e P5 28,57%; período curricular 2013.2 - P2 22,85 e P4 18,51%; período curricular 2014.1 - P1 17,94% e P5 19,23%); e, finalmente, período curricular 2014.2 - P2 19,44%, P4 03,33% e P6 09,09%.

Quanto ao curso de Licenciatura em Informática, considerando-se os dados apresentados por meio das tabelas 16 e 17, os índices de reprovação mais acentuados foram encontrados nos períodos curriculares P1 e P3, de 2013.1, e no período curricular P1, de 2014.1, totalizando 39,47%, 13,04% e 40,47%, respectivamente, para cada um deles.

Com relação aos "períodos fechados", no curso de Licenciatura em Informática, implicando no que já fora apontado antes como gerador de uma possível “aprovação parcial”, devem ser ressaltados: o período curricular P3, de 2013.1, o período curricular P1, de 2014.1, e os períodos curriculares P2 e P4, de 2014.2, tendo eles apresentados, respectivamente, os seguintes percentuais: 26,08%, 21,42%, 27,58% e 25%.

Tabela 14 - Resultados do Curso de Tecnologia em Gastronomia, no ano letivo 2013, por período curricular

| Status | Total matriculados | | Aprovados | | Reprovados | | Evadidos | | Fechados | | Matriculados | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Período curricular | 2013.1 | 2013.2 | 2013.1 | 2013.2 | 2013.1 | 2013.2 | 2013.1 | 2013.2 | 2013.1 | 2013.2 | 2013.1 | 2013.2 |
| P1 | 41 | - | 22 | - | 5 | - | 0 | - | 13 | - | 1 | - |
| P2 | - | 35 | - | 19 | - | 8 | - | 0 | - | 8 | - | 0 |
| P3 | 25 | | 17 | | 1 | | 0 | | 7 | | 0 | |
| P4 | - | 27 | - | 21 | - | 1 | - | 0 | - | 5 | - | 0 |
| P5 | 14 | - | 8 | - | 2 | - | 0 | - | 4 | - | 0 | - |
| P6 | - | 7 | - | 6 | - | 0 | - | 0 | - | 1 | - | 0 |

Fonte: Dados coletados Sistema Q-Acadêmico do IFPI/CATZS

Tabela 15 - Resultados do Curso de Tecnologia em Gastronomia, no ano letivo 2014, por período curricular

| Status | Total matriculados | | Aprovados | | Reprovados | | Evadidos | | Fechados | | Matriculados | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Período curricular | 2014.1 | 2014.2 | 2014.1 | 2014.2 | 2014.1 | 2014.2 | 2014.1 | 2014.2 | 2014.1 | 2014.2 | 2014.1 | 2014.2 |
| P1 | 39 | - | 23 | - | 9 | - | 0 | - | 7 | - | 0 | - |
| P2 | - | 36 | - | 21 | - | 5 | - | 0 | - | 7 | - | 3 |
| P3 | 26 | - | 21 | - | 2 | - | 0 | - | 3 | - | 0 | - |
| P4 | - | 30 | - | 26 | - | 2 | - | 0 | - | 1 | - | 1 |
| P5 | 26 | - | 21 | - | 0 | - | 0 | - | 5 | - | 0 | - |
| P6 | - | 22 | - | 17 | - | 3 | - | 0 | - | 2 | - | 0 |

Fonte: Dados coletados Sistema Q-Acadêmico do IFPI/CATZS

Tabela 16 - Resultados do Curso de Licenciatura em Informática, no ano letivo 2013, por período curricular

| status | Total matriculados | Aprovados | Reprovados | Evadidos | Fechados | Matriculados |
|---|---|---|---|---|---|---|

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Período curricular | 2013 | 2013 | 2013. | 2013 | 2013. | 2013 | 2013 | 2013. | 2013 | 2013. | 2013 | 2013. |

| | .1 | .2 | 1 | .2 | 1 | .2 | .1 | 2 | .1 | 2 | .1 | 2 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| P1 | 38 | - | 20 | - | 15 | - | 0 | - | 3 | - | 0 | - |
| P2 | - | 19 | - | 15 | - | 2 | - | 0 | - | 2 | - | 0 |
| P3 | 23 | - | 13 | - | 3 | - | 0 | - | 6 | - | 0 | - |
| P4 | - | 17 | - | 11 | - | 1 | - | 0 | - | 5 | - | 0 |

Fonte: Dados coletados Sistema Q-Acadêmico do IFPI/CATZS

Tabela 17 - Resultados do Curso de Licenciatura em Informática, no ano letivo 2014, por período curricular

| Status | Total matriculados | | Aprovados | | Reprovados | | Evadidos | | Período Fechado | | Matriculados | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Período curricular | 2014.1 | 2014.2 | 2014.1 | 2014.2 | 2014.1 | 2014.2 | 2014.1 | 2014.2 | 2014.1 | 2014.2 | 2014.1 | 2014.2 |
| P1 | 42 | - | 16 | - | 17 | - | 0 | - | 9 | - | 0 | - |
| P2 | - | 29 | - | 6 | - | 3 | - | 0 | - | 8 | - | 12 |
| P3 | 20 | | 15 | | 3 | | 0 | | 2 | | 0 | |
| P4 | - | 20 | - | 7 | - | 0 | - | 0 | - | 5 | - | 8 |
| P5 | 15 | - | 10 | - | 1 | - | 0 | - | 2 | - | 2 | - |
| P6 | - | 13 | - | 4 | - | 0 | - | 0 | - | 2 | - | 7 |

Fonte: Dados coletados Sistema Q-Acadêmico do IFPI/CATZS

Em síntese, a análise dos dados vinculados ao trabalho realizado em todos os cursos do CATZS revelou a necessidade de se buscar reverter a situação de maiores perdas sofridas, principalmente, nas primeiras séries/períodos/módulos, independentemente do nível e/ou modalidade do curso que esteja sendo analisado. Nesse sentido, as ações de planejamento do campus devem primar pelas intervenções que impliquem na identificação das condições de atuações falhas e que concorram, de algum modo, para a manifestação desse fenômeno (ambiente de trabalho, disciplinas, estrutura de cada curso, serviços de apoio ao ensino, atividades de gestão etc.), de tal modo que se possa reduzir os percentuais indesejáveis ao trabalho realizado, tais como aqueles representativos da reprovação, da evasão ou da “aprovação parcial”.

## 3.4 CONVIVÊNCIAS: COTIDIANO, CONFLITOS E ASPIRAÇÕES NO CATZS

### 3.4.1 Um ponto de partida: as convivências como favorecedoras do processo de humanização em todos os ambientes

A preocupação para com os relacionamentos interpessoais, implicando na valorização também da sua dimensão emocional, é de fundamental importância para uma convivência saudável entre os indivíduos e entre estes e seus respectivos grupos sociais, pois são processos que se sustentam em razões interativas e, desse modo, favorecem à dinâmica do conjunto de sistemas que definem e dão nexo de organização à vida humana em sociedade.

Em função das condições nas quais se manifestam os relacionamentos, é possível a realização de análises sistemáticas, com vistas à percepção de como se definem as mais variadas convivências entre os seres humanos, que em essência são seres de relações, com seus semelhantes e com tudo aquilo que compõe o ambiente onde vivem. São as convivências que nos ajudam a discernir o que é sofrimento e o que é bem-estar, por exemplo, assim como também o próprio significado mais amplo de como a vida social é, ou pode vir a ser, construída, no (e a partir do) cotidiano vivido.

É por meio da consciência produzida a respeito do significado e da importância que têm as relações interpessoais que nos tornamos aptos à verificação de que sua situação de deterioração implica no empobrecimento das próprias relações que vivemos em sociedade e, por conseguinte, daquilo que particularmente qualifica o ambiente das relações inter e intrainstitucionais que nos envolvem.

### 3.4.2 Relações interpessoais: a conceituação como referência para as análises e para as ações integrativas e humanizadoras

Muitos estudiosos consideram que as relações interpessoais possuem vida própria e que sua lógica estrutural está constantemente sujeita às mutações. As mudanças inerentes às relações interpessoais, por sua vez, são motivadas pelos comportamentos e pelos elos afetivos que socialmente vamos construindo, favorecendo situações de convergência de propósitos ou de interesses, ou, no sentido oposto, revelando situações de conflitos e criando um ambiente de animosidade entre os indivíduos ou grupos.

Muitos são os estudiosos que entendem que toda e qualquer relação interpessoal põe em movimento processos psíquicos, resultando, pelo que se verifica através das análises das experiências que se acumulam, na compreensão de que a vida cotidiana é caracterizada pela sociabilidade de tudo o que ser humano promove nas experiências construídas nos mais distintos grupos sociais (SILVA et al.,2014).

Por toda a vida, em todos os momentos, cada um de nós produz experiências diversas nas relações vividas com outras pessoas, nos mais variados lugares, formando grupos por critérios de afinidade ou por laços de agrupamento, que nascem em razão daquilo que qualifica a

família, a escola, a igreja, o trabalho, os amigos, o partido político, o lazer etc. Apoiando-se nesse entendimento, e buscando favorecer uma conceituação para o que vem a ser a relação interpessoal, Carvalho (2009, p. 72) aponta que "Os seres humanos são essencialmente seres sociais, instintivamente motivados por uma necessidade de se relacionar. É nessa interação que descobrem suas próprias capacidades e as exercitam" (CARVALHO, 2009, p. 72).

### 3.4.3 As relações interpessoais no ambiente escolar

A escola merece e necessita ser pensada como um ambiente cuja construção seja promovida a partir das (e para as) convivências democráticas, o que implica numa contínua necessidade de acompanhamento eficiente e eficaz das condições e das características das relações interpessoais que nela são desenvolvidas.

Como são definidas as ações que dão sentido de existência ao trabalho coletivo de uma comunidade escolar? Quem define as prioridades na programação do trabalho escolar? Como efetivamente se qualifica o processo de tomada de decisões, quando considerados todos os segmentos que compõem uma escola? Qual o tratamento dado aos conflitos que se estabelecem em determinadas situações que exigem soluções coletivas? Como se manifesta, na escola, o diálogo entre os segmentos que a compõem?

A preocupação para com tais questionamentos evidencia a importância da afetividade nas relações interpessoais, pois a vida se faz, inevitavelmente, também pela presença das emoções, sejam elas agradáveis, ou não. Assim, procurar identificar as emoções, muito mais em nome da necessidade de compreendê-las, do que tão somente evidenciar as diferenças existentes entre elas, é favorecer um ambiente humanizador, considerando-se, desse modo, o valor que têm as vivências envolvidas num contexto de ação coletiva, como, em essência, é aquilo que qualifica o trabalho escolar.

Segundo Vasconcelos (1994, p. 80), o trabalho escolar não pode ter como parâmetros apenas o traquejo exigido pela didática dispensada ao conhecimento, mas ganha sentido também pela atenção, dos que fazem a escola, para com a afetividade, pois "[...] Uma boa formação profissional por si só não garante a eficiência do processo de aprendizagem, visto que a qualidade do relacionamento equipe diretiva-professor-aluno é que norteia esse processo".

### 3.4.4 Um diagnóstico das relações interpessoais no CATZS

As relações interpessoais no CATZS serão aqui apresentadas na forma de um quadro-diagnóstico, objetivando à identificação do olhar dos inúmeros segmentos que compõem

o referido campus e que tiveram a oportunidade de se manifestar a respeito dessas relações a partir de um instrumento de coleta de dados primários (questionário), que, por sua vez, foi elaborado a partir do trabalho realizado pela comissão geral responsável pela construção do presente PPP.

Os dados coletados referem-se a um total de 777 pessoas consultadas, sendo esse conjunto formado por 22 segmentos, agrupados nos seguintes contingentes: alunos (674), professores (36), técnico-administrativos (41), terceirizados nos serviços de limpeza (20) e terceirizados nos serviços de segurança (06).

De acordo então com os dados coletados, em relação à percepção frente à realização de um trabalho que se caracterize como algo desenvolvido verdadeiramente em equipe, no CATZS, apenas 25% responderam que consideram que estão num ambiente onde o trabalho promovido tem significado de uma equipe em ação, ouvindo e se fazendo ouvir. No entanto, 30% responderam que não reconhecem o referido trabalho como um fenômeno produzido na forma de uma equipe, e 44% consideraram que isso se manifesta apenas de forma parcial.

Em consonância com o dado que aponta a relativa ausência de um sentimento de pertença a uma equipe de trabalho que ouve e que se faz ouvir, foi também considerado pelo grupo (45%) que há a carência de um trabalho planejado a partir do envolvimento do campus como um todo.

De acordo com a percepção dos entrevistados, 35% deles consideraram que o setor da escola que mais gera conflitos é aquele que representa o ensino (ação dos professores), enquanto que para 31% o setor com o qual mais são vivenciados conflitos seria o da direção geral da escola. O terceiro grupo, significativamente gerador de conflitos, para eles, seria o das coordenações de ensino, representando 22% das citações.

Para 51% dos entrevistados, os conflitos gerados pelas dificuldades vivenciadas no cotidiano do CATZS são apenas parcialmente resolvidos de forma satisfatória, enquanto que para 25% tais conflitos não são resolvidos de forma satisfatória. Para apenas 24% deles haveria condição de satisfação nas ações destinadas à resolução dos conflitos.

É bastante representativo o número de entrevistados (51%) que consideraram que o diálogo deve ser um dos fatores a ser priorizado no CATZS, para que nesse ambiente escolar se possam melhorar as relações interpessoais. Além do diálogo, em ordem decrescente de importância, os diversos segmentos da escola acreditam que é necessário investimento no respeito, na responsabilidade, no acesso à informação, na transparência das decisões, na confiança, na valorização dos fazeres e na impessoalidade das decisões.

Em termos de convivência interpessoal no CATZS, paradoxalmente, enquanto 35% dos entrevistados responderam que os conflitos são vivenciados diretamente junto aos professores (às ações de ensino), 74% do mesmo grupo apontam que o que mais os motiva a estarem na escola é o ensino, enquanto que para 7% a maior motivação estaria no trabalho, e para 5% o fator mais motivador à convivência no CATZS seriam as relações interpessoais.

Em termos de fatores que não motivam a convivência no CATZS, os entrevistados consideraram que aquele que se destacaria mais seria a carência em segurança (27%), seguida pela gestão da escola (12%), pelo ensino (12%), pelas práticas esportivas (9%), pelas relações interpessoais (8%) e pelos espaços de convivência (8%).

Naquilo que se refere à partilha dos problemas específicos de cada segmento escolar, contando com a solidariedade do conjunto da escola, 48% dos entrevistados consideraram que isso ocorre de forma parcial, 29% apontaram que isso se manifesta de forma plena e 23% informaram que isso não se manifesta na escola.

Há uma consciência quase absoluta (para 95% deles), no grupo investigado, de que é muito importante a boa convivência das relações interpessoais entre todos os segmentos que compõem o CATZS.

No entanto, para 47%, o convívio na escola estaria caracterizado pela ausência de eventos para além daqueles que se referem às aulas ou à especificidade das atribuições dos demais servidores que atuam junto à instituição. Para 34%, a carência em relação a esses eventos já estaria parcialmente suprida, enquanto que para 19% não haveria carência nesse aspecto.

Outro aspecto importante para as convivências interpessoais num determinado ambiente refere-se à sensação de segurança das pessoas que ali convivem. No CATZS, 46% das pessoas pesquisadas afirmam que se sentem seguras, do ponto vista da sua integridade física, embora 27% desse mesmo grupo já tivessem afirmado, anteriormente, que o fator menos motivador à presença deles na escola fosse exatamente a questão da segurança. 35% consideraram que haveria segurança para a sua integridade física na escola, enquanto que 19% afirmaram que não haveria garantia de segurança da sua integridade física ali.

Em relação à integridade psicológica das pessoas, o grupo pesquisado considerou que, para 54%, no CATZS há segurança para a garantia da integridade psicológica das pessoas que ali convivem. 29% apontaram que essa integridade estaria parcialmente protegida e 16% não acreditam existir ali garantias de segurança à integridade psicológica das pessoas.

A valorização e a prática da honestidade são aspectos das relações interpessoais imprescindíveis à consecução dos objetivos e das metas comuns àqueles que compõem uma equipe adequadamente integrada. Nesse sentido, para 55% das pessoas entrevistadas no CATZS,

o resultado do trabalho realizado pelo conjunto de todos os setores que compõem a referida instituição foi caracterizado como trabalho honesto, embora 38% o tenham visto assim apenas de forma parcial, e 7% tenham considerado esse trabalho como desonesto.

Evidenciou-se, nas respostas fornecidas pelo grupo, uma carência significativa de situações de diálogos que possam favorecer às convivências interpessoais no CATZS, pois 44% deles afirmaram que apenas parcialmente as pessoas procuram fazer uso desse instrumento de convivência, quando das tentativas de resolução dos problemas, enquanto que 21% afirmaram que não haveria uso do diálogo e 36% consideraram sim a sua existência na lida com os problemas do cotidiano na instituição.

Como consequência da percepção de que há carência de situações de diálogos, no grupo entrevistado, 45% deles consideraram que apenas parcialmente eram apresentados meios adequados, no CATZS, para que as pessoas pudessem apresentar suas opiniões sempre que isso se fizesse necessário. 27% consideraram que esses meios não existiam, em absoluto, e apenas 28% apontaram a sua existência.

A boa convivência num determinado grupo implica na construção coletiva e consciente de regras que evidenciem os propósitos comuns a todos aqueles que compõem o grupo em questão. Nesse sentido, estabelecidas as regras, que em muitos ambientes acabam sendo apresentadas a todos de modo escrito, o cumprimento do que ali está estabelecido torna-se de fundamental importância para a longevidade das boas relações que dão sentido de existência ao grupo. Nessas condições, de acordo com o grupo entrevistado no CATZS, 52% afirmaram que apenas parcialmente se fazem cumprir ali, de forma correta, as medidas regimentais que disciplinam o trabalho de todos os segmentos que compõem a estrutura dessa escola. Para 14% as medidas regimentais são totalmente desobedecidas, e para 35% há plena obediência ao cumprimento de tais medidas.

### 3.4.5 A promoção de relações interpessoais humanizadoras: como deve atuar cada segmento escolar do CATZS?

> O local em que se realiza a educação sistematizada precisa ser o ambiente mais propício possível à prática da democracia. Por isso, na realização da educação escolar, a coerência entre meios e fins exige que tanto a estrutura didática quanto a organização do trabalho no interior da escola estejam dispostas de modo a favorecer relações democráticas. Esses são requisitos importantes para que uma gestão escolar, pautada em princípios de cooperação humana e solidariedade possam concorrer tanto para ética quanto para a liberdade, componentes imprescindíveis de uma educação de qualidade (PARO, 2001, p. 17).

O ponto de partida e o ponto de chegada da ação educacional na escola não podem divergir da necessidade de ter como foco a condição humanizadora de tudo aquilo que ela se propõe a realizar em nome de todos os indivíduos que tomam parte do cotidiano do seu trabalho, nos mais diferentes fazeres: o do aluno, o do professor, o da segurança, o da administração, o da limpeza etc.

Se também é competência da escola o ato de humanizar, tal humanização não há de se manifestar sem que sejam observados e considerados o significado e a importância das boas relações interpessoais que ali podem ser produzidas.

Assumindo esse entendimento como um princípio para a ação, entendemos como de suma importância a divulgação, o esclarecimento, o incentivo à vivência e a avaliação de posturas e de ações que concorram para a melhoria das relações interpessoais no CATZS. Nesse sentido, o Projeto Político Pedagógico do CATZS orienta a todos os segmentos, que compõem a sua estrutura organizacional, a considerarem como necessários, às suas ações diárias, os seguintes encaminhamentos:

a) tornar acessível, a todos aqueles que formam a comunidade escolar, o pleno conhecimento das atribuições devidas a cada um dos seus segmentos;

b) demonstrar o valor que tem cada segmento escolar, com vistas à consecução dos objetivos de um trabalho que se pretende realizar em nome de uma verdadeira e integrada equipe de trabalho com fins humanizadores;

c) construir mecanismos democráticos, no sentido de viabilizar o significado do ouvir e do falar para o conjunto das decisões que são tomadas na instituição;

d) Orientados pela mesma lógica democrática, criar instrumentos e ocasiões de avaliação e autoavaliação de desempenho das equipes, no que tange aos meios e aos fins, isto é, *como* se está procedendo, e *que* objetivos estão sendo alcançados;

e) organizar cada ambiente da escola de forma que as pessoas que com ele interajam percebam ali uma necessária condição de agradabilidade e de possibilidade de integração;

f) trabalhar e colocar em prática a ideia de que existe prazer em aprender e trabalhar, individualmente ou em grupo.

g) criar eventos onde se possam evidenciar e valorizar os mais diversos tipos de talentos, provenientes de todos os setores, e que esses eventos possam fazer parte do calendário acadêmico, como forma de valorizar pessoas e enriquecer convivências;

h) elencar, de forma sistematizada e destinada a cada setor em específico, aquilo que tem sido evidenciado como incompatível ao pleno desenvolvimento de suas funções particulares;

i) elaborar instrumentos de coleta de sugestões, destinados aos usuários de cada setor escolar, visando à identificação do grau de satisfação em relação àquilo que já atende às necessidades das pessoas que demandam por tal serviço ou produto, assim como também em relação àquilo que para eles demonstram significado de carência ou de limitação de conquistas;

j) fomentar oportunidades de convivência entre membros representantes de grupos diversos, dentro da instituição, no intuito de favorecer trocas que possibilitem o rompimento de estereótipos e promovam o enriquecimento das relações em geral.

l) utilizar amplamente todas as formas possíveis/plausíveis de comunicação interna, divulgando, dentro da própria escola, ações, resultados, experiências e notícias que possam ser veiculadas através de uma equipe mista (alunos/professores/técnicos/terceirizados) e de formas diversas (rádio escola, portais, redes sociais etc.).

m) organizar atividades que possam beneficiar a comunidade, favorecendo nexo ao que se estuda e pratica, e ajudando a promover sentimentos de pertença e de orgulho, diante de uma instituição que valoriza e exerce a educação em suas mais amplas dimensões e formas de manifestação.

# 4 O MUNDO EDUCACIONAL QUE ALMEJAMOS

## 4.1 OS CAMINHOS QUE BUSCAMOS SEGUIR

O ponto de partida para a definição de diretrizes para o PPP do Campus tem sido a noção de permeabilidade da escola, como instância influenciada e grande influenciadora da estrutura de uma sociedade. Dessa forma, uma estratégia válida para se visualizar a escola que se deseja, como algo em contínuo processo de (re)invenção, seria também tentar imaginar uma sociedade em que o sujeito tenha condições de construir, autonomamente, uma trajetória de vida pessoal e profissional que condiga com os valores que a comunidade escolar entende como primordiais, considerando-se, para isso, aspectos como a técnica, a política, a ética e a estética.

Nessas condições, acreditamos, conforme os esforços de estruturação deste PPP, em uma configuração escolar capaz de favorecer aos sujeitos a oportunidade de aprender saberes e fazeres, de desenvolver talentos já reconhecidamente seus, ou de descobrir novos outros, que concorram para ampliar a sua visão do mundo, socializar vivências, enfim: explorar suas possibilidades de desenvolvimento em múltiplas direções e dimensões.

Nossa crença, e a consequente assunção de posturas que visem à promoção de uma educação assim radical, rigorosa e de conjunto, resulta das experiências acumuladas no processo de atuação profissional dos nossos servidores, e do próprio trajeto histórico-institucional do nosso IFPI, bem como também da comunhão que buscamos construir com outras experiências educacionais exitosas, das quais podemos extrair valorosas referências ao nosso processo particular de autonomia pedagógica.

Entre algumas experiências educacionais reconhecidas mundo afora, prestigiadas também por nossa instituição, destacamos aqui a expertise que, secularmente, tem resultado da atuação da Companhia de Jesus na lida com a educação, em diversos países, há quase cinco séculos.

A trajetória dos jesuítas no campo pedagógico permitiu-lhes a definição de um paradigma educacional autêntico e particular, denominado “Paradigma Pedagógico Inaciano”. A partir dos princípios inerentes a esse paradigma, os jesuítas têm promovido uma ação educacional louvável, contribuindo de forma significativa para a emancipação de muitos estudantes em vários países mundo afora.

Do ponto de vista da lógica da sua organização, o Paradigma Pedagógico Inaciano apoia-se na articulação de cinco dimensões estruturantes da realidade educacional a ser

planejada, na relação entre a escola (professores) e os alunos (comunidade). Assim, para os jesuítas, ser protagonista a partir dessa forma de fazer educação, implica que

> A compreensão do Paradigma Pedagógico Inaciano deve estender-se tanto ao contexto da aprendizagem como ao processo mais explicitamente pedagógico. Além disso, deveria indicar os modos de fomentar a abertura ao desenvolvimento, mesmo após ter o aluno concluído um ciclo determinado de estudos. Neste sentido, cinco pontos devem ser levados em consideração: CONTEXTO, EXPERIÊNCIA, REFLEXÃO, AÇÃO, AVALIAÇÃO. (KOLVENBACH, SJ, *apud* KLEIN: 2015, p. 191)

Em função da busca por um caminho autêntico, a exemplo do que se manifesta na experiência do trabalho educacional historicamente construído pelos jesuítas, este PPP busca delinear uma proposta sistematizada a partir da defesa e da luta cotidiana por uma educação que contribua, verdadeiramente, para a emancipação do nosso povo, justificando, desse modo, o significado e a importância do IFPI na ações de melhoria da qualidade das condições de vida e, por extensão, do próprio processo geral de humanização do povo do Piauí.

Inicialmente, portanto, estão sendo aqui listadas algumas ideias, que podem ser denominadas de **ideias-chave**, buscando-se qualificá-las como subsídios para chegarmos às diretrizes delineadas em etapas seguintes deste documento. São elas:

a) parte-se do princípio deque se trabalhará, no CATZS, em horário integral;
b) as salas de aula poderão ter sua distribuição organizada segundo disciplinas, seguindo o modelo de outras escolas, em especial as americanas e as europeias. Explicando esse modo de ação: o professor não se desloca até a turma. A turma se desloca até o professor daquela área, que ocuparia uma sala específica, já adaptada e ambientada de acordo com sua disciplina. Nessa sala também se faria o atendimento extraescolar;
c) os sujeitos deverão usufruir de um ambiente socioeducacional que lhes permita a convivência com os demais de forma a mais integrada possível. Para isso, a organização das atividades escolares deverá prever ocasiões em que os alunos estarão organizados por séries, mas também haverá momentos em que essa organização poderá ser mudada, a partir da implantação de oficinas temáticas;
d) as oficinas temáticas farão parte de um escopo de atividades optativas, que deverão complementar a grade curricular do aluno;
e) todo e qualquer membro da comunidade escolar poderá participar das oficinas temáticas: docentes, discentes, técnicos administrativos e funcionários terceirizados, preservando-se o limite de vagas para cada uma, em escala de prioridade;

f) cada área do conhecimento deverá ficar responsável pela elaboração e pela execução de uma ou mais oficinas temáticas optativas, em estrito acordo e respeito às cargas horárias de seus respectivos professores;

g) o objetivo para a implantação das oficinas temáticas é oferecer ao estudante a oportunidade de colocar em prática o conhecimento teórico obtido em sala de aula. Dessa forma, os professores de edificações, por exemplo, poderão organizar oficinas de fabricação de maquetes, de concretagem (se possível) e assim por diante. Acredita-se que essa seja uma forma que poderá ser criada para ajudar o aluno a descobrir sua vocação profissional e seus talentos. Alguns outros exemplos de oficinas optativas em que se pensou foram as seguintes: clubes de leitura, gastronomia, grupos de discussão (sobre sistemas de pensamentos desenvolvidos por pensadores clássicos ou contemporâneos), oficina de redação, de línguas, de artes plásticas, cênicas, música, laboratório de química, de física, de cinema (contemplando assuntos diversos como relações humanas, história, geopolítica, etc.);

h) um segundo objetivo das oficinas seria oportunizar a convivência e integração com as pessoas que trabalham em diversos setores da comunidade escolar, dando-lhes também a oportunidade de partilhar informações, experiências, competências etc.;

i) é importante que a escola alcance também a comunidade externa, o que deverá ser feito em visitas técnicas de saneamento, por exemplo, dentre outras;

j) existe também a ideia da criação, ou de se buscar conquistaruma certa autonomia local, através de projetos de extensão que beneficiem as duas extremidades envolvidas no processo, como fornecimento de quentinhas para trabalhadores da circunvizinhança, eventual projeto de extensão da área de gastronomia (possibilitando inclusive o levantamento de alguns recursos para compra de equipamentos ou insumos extras); a montagem de uma confecção de roupas de trabalho vendidas a preço diferenciado; a assistência técnica em canteiros de obras, orientadas por professores e alunos etc.

Com base nessas ideias iniciais, entende-se que o modelo de educação exercida no Campus Teresina Zona Sul deve assumir, paradigmaticamente, três prioridades fundantes: **Sentido, Articulação** e **Abrangência**.

A primeira prioridade, **Sentido**, refere-se ao fato de que se torna mais instigante aprender saberes cuja utilização empírica se deixa compreender desde o começo do processo. E

por empirismo, aqui, entende-se não somente uma prática concreta, como a confecção de um mapa, ou uma aula em laboratório de Física, por exemplo, mas também vivências no âmbito pessoal, político e cultural, isto é: a experiência em toda e qualquer instância educativa.

A segunda prioridade, a **Articulação**, está relacionada ao processo de conexão entre os diferentes saberes adquiridos em sala de aula, ideia que remete à interdisciplinaridade, ou à transdisciplinaridade. A escolha pelo primeiro vocábulo (articulação), como prioridade, deriva da importância em se enfatizar não apenas o que há de comum entre as disciplinas curriculares, mas trabalhar com a ideia de Ensino como "Malha", como "Tessitura", como "Texto", onde unidades primordiais (alunos e professores) são agrupadas de forma orgânica e flexível, para a construção e prática de saberes que se interconectam através de elos (conhecimento). Essas "Malhas"poderão ser combinadas das mais diferentes maneiras, cada uma resultando numa diferente feição (resultado), numa padronagem pedagógica que, quando observada em sua totalidade, dará identidade autônoma ao modelo de educação que se deseja desenvolver neste campus.

Por fim, a **Abrangência**,como a terceira das prioridades fundantes, é interpretada aqui em duas perspectivas articuladas:

a) como estandarte de uma prática educacional que nunca se esgota em si mesma, aberta às mudanças e aos desafios de um mundo que, no momento, configura-se como pós-moderno, portanto líquido, pronto para se resignificar em velocidade cada vez maior;
b) na perspectiva em que a Escola *abraça* efetivamente a ideia de que toda e qualquer pessoa tem o direito à educação, para além da política de Educação Inclusiva, que, apesar de meritória como ideia, é, no entanto, merecedora de certo escrutínio e reflexão. A escola que pratica uma Educação Abrangente acolhe as *diferenças* e busca suplementá-las com os recursos necessários para uma aprendizagem emancipatória.

## 4.2 A "ROSA DOS VENTOS"

A educação é uma das principais dimensões na composição do que podemos denominar de "processo de humanização da condição existencial humana" no nosso planeta. É por meio dela, também, que as relações entre os homens, e as relações entre os homens e a natureza, são problematizadas e tomadas como ponto de partida para atenuar ou anular tudo

aquilo que se constitui como obstáculo ou impedimento à emancipação plena da vida humana na Terra.

A palavra "educação" tem origem em termos latinos, tais como os verbos *educare* e *educere*. Este último vem de *exducere*, que significa, literalmente, conduzir (à força) para fora (influência dos aspectos culturais); o primeiro, significa amamentar, criar, nutrir (influência dos aspectos naturais), o que sugere, a partir da sua própria base de formação etimológica, pensar as condições daquele que educamos para além de uma determinação exclusiva, particularizada.

O planejamento e a ação educacionais, quando analisados sob os limites do ambiente escolar formal, não podem e não devem prescindir de fundamentos que lhes são intrínsecos, tais como o ambiente no qual se manifesta a sua ocorrência, as políticas que definem as suas bases, os profissionais que a ela diretamente se vinculam, os aprendizes aos quais se destinam o ensino programado, a comunidade contextualmente responsável por essa demanda social, entre outros.

Quem vai ser formado? Quem o estará formando? Como será conduzido o processo de formação do aprendiz? Quais os fins aos quais se vinculará o processo de formação a ser vivido? Essas são apenas algumas questões, de um conjunto muito amplo e complexo, que não poderão ser olvidadas, quando queremos pensar e ajudar a construir uma realidade educacional escolar que de fato concorra para a emancipação humana de quem vive e faz o ambiente escolar formal.

Para fazer existir uma educação que emancipe humanamente, acreditamos não ser suficiente apenas o estabelecimento de leis, regras ou normas, ou tão somente pensar em suprir, por exemplo, materialmente, o ambiente escolar com equipamentos tecnologicamente sofisticados, fingindo crer que o processo de ensino e de aprendizagem se manifeste no alcance potencial daquilo que a educação é capaz de favorecer, tal como contribuir para anular as desigualdades sociais, orientar o ser humano à convivência com as diferenças, valorizar a vida como bem maior, dentre outros fins a ela vinculados.

Rodrigues (2001), analisando a questão da formação humana, através da educação, com vistas à formação ética, vai encontrar em Kant (*RéflexionssurL'Éducation*; 1993) fortes estímulos para justificar a nossa necessidade de situarmos, a partir do nosso contexto real de vida, aquilo que pretendemos extrair do ato de fazer existir o fenômeno educacional.

Kant, afirma Rodrigues (*op. cit*.), considera a necessidade da educação como algo exclusivo para o ser humano, ao tempo em que a condição humana só se manifestaria sob a presença do ato educacional, pois apenas o fato de "nascer" biologicamente não garantiria a nossa condição humana. Seria então a educação um processo sustentado em duas mãos: uma que

se define de dentro para fora (condição biológica do sujeito), e a outra de fora para dentro (condição cultural do sujeito).

Levando adiante o raciocínio, Rodrigues (2001) afirma que fazer acontecer a educação em nós humanos é algo que não comporta apenas situar a nossa condição biológica, no sentido de esperar que nos autoeduquemos, ou apostar todas as fichas na educação como um ato exclusivamente dependente da volitividade de especialistas, como se tratássemos de um fenômeno essencialmente exógeno à condição do sujeito que intencionalmente será educado.

Se fazer a educação pressupõe estar atento a essas análises, implica também pensar que não há suficiência, para a sua plena realização, em entendê-la apenas a partir das intenções dos programas, projetos e modelos educacionais formulados por um agente formador/instrutor situado externamente àquele que será formado, pois não se pode restringi-la à condição de um mecanismo ou de uma "força" de ajuste do indivíduo a uma realidade, a exemplo de uma demanda de mercado.

Educar plenamente o ser humano é algo que supera a ação cujo fito reduz-se à valorização exclusiva de apenas uma das dimensões que envolvem sua construção processual,

> [...] educar compreende acionar os meios intelectuais de cada educando para que ele seja capaz de assumir o pleno uso de suas potencialidades físicas, intelectuais e morais para conduzir a continuidade de sua própria formação. Esta é uma das condições para que ele se construa como sujeito livre e independente daqueles que o estão gerando como ser humano. A Educação possibilita a cada indivíduo que adquira a capacidade de autoconduzir o seu próprio processo formativo. (RODRIGUES, 2001, p. 241)

A educação como fator e como reflexo de nossa socialização, de nossa humanização, não pode, portanto, prescindir de valores que visem a alcançar as condições do educando na sua totalidade, a partir das múltiplas dimensões que se articulam e influenciam o processo de formação integral do ser humano.

A formação integral reconhece a necessidade do investimento em dimensões humanas que se perderam/vêm se perdendo, continuamente, em diversas situações de ensino que marcam a história da educação formal no Brasil, como, por exemplo, ocorre com o relativo desprezo à manifestação da afetividade, tão necessária à compreensão da ontologia dimensional humana (FRANKL. 1981).

Formar integralmente favorece uma condição humana saudável, posto que a compreensão dessa condição na sua totalidade viabiliza a análise articulada das características mental, física, individual e social relacionadas ao processo de humanização. Assim,

> É instrutivo considerar que a palavra health(saúde) em inglês baseia-se na palavra anglo-saxônica hale, que significa "inteiro" [whole, em inglês]: isto é, estar com saúde é estar inteiro, o que é mais ou menos o equivalente, penso, da palavra hebraica "shalem". Igualmente, o inglês holy[sagrado, santo] baseia-se na mesma raiz que whole. Tudo isso indica que o homem sempre sentiu que a integridade ou totalidade é absolutamente

necessária para que a vida valha a pena ser vivida. No entanto, durante eras, ele

geralmente viveu em fragmentação. (BOHM, 1992, p. 21)

O principal fundamento a ser considerado nas ações que orientam/orientarão, portanto, a trabalho escolar desenvolvido no Campus Teresina Zona Sul, do Instituto Federal do Piauí, acreditamos que deverá guardar relações estreitas com a visão integral do ser humano, compreendendo-o como um sujeito historicamente situado, comprometido com a luta pelo fim da seletividade social, e pela promoção da escola como instrumento a favor da vida democrática. Tudo isso para que os resultados do trabalho realizado reflitam um processo pensado em favor de sujeitos que dialogam, considerando e respeitando também as suas diferenças, posto que sabem o valor da crítica e da reflexão para a transformação contínua da escola e, por extensão, da própria vida em sociedade.

O fazer educação no Campus Teresina Zona Sul parte do princípio da institucionalização do ensino integrado e diversificado, o que oportuniza a inclusão de uma comunidade acadêmica plural. De fato, a diversidade é uma realidade inconteste na sociedade de "modernidade radicalizada", com estrutura fragmentada, dispersão institucional e cultural, conhecimento sistemático, reflexividade e autoidentidade (GIDDENS, 1991, p. 150). E a instituição escolar, por excelência, não se furta a tal condição, o que não deve se resumir ao acolhimento desta pluralidade, mas vivenciá-la em suas vertentes e circunstâncias. Além do mais, esta instituição adota a política de cotas, que contribui para ampliar a diversidade de uma já diversificada comunidade acadêmica.

Nessa perspectiva a razoabilidade condiciona a instituição a definir e instituir sua política com foco na comunidade acadêmica permanente e, principalmente, na comunidade acadêmica transitória, a quem é destinado o processo social de ensino-aprendizagem. Para além da comunidade acadêmica, permanente e transitória, é papel desta instituição promover aproximação e interagir com a comunidade do Bairro Vermelha e do seu entorno. É de fundamental importância a escola promover ações integradas pela lógica da cidadania e da diversidade, o que fortalecerá a própria imagem institucional fora dos seus muros.

A tabulação dos dados que foram coletados para contribuir na construção deste projeto aponta para a necessidade de uma **reorganização interna da instituição**, apenas 25% apresenta convicção de que há um trabalho em equipe, 45% aponta carência no planejamento, 35% demostra a existência de conflitos na ação docente, 31% aponta a mesma problemática na direção, 22% enfatiza o mesmo problema nas coordenações de ensino e por fim, 47% dos que responderam se queixam pela ausência de eventos na escola. É importante enfatizar que parte dos eventos reclamados poderá ser organizada e realizada com a participação da comunidade, construindo uma relação de integração da comunidade que habita a região com a comunidade

acadêmica que vive isolada entre muros. Eventos com este propósito poderão abrir diálogos e romper as barreiras que nos separa de quem nos cerca.

De fato, precisamos com urgência compreender que fazer educação não se resume às atividades de sala de aula, mas, formar pelas trilhas da cidadania com ações formativas para além da "caixa" (sala de aula) proporcionando atividades nas quais o educando precisará para sua vida cotidiana, seja nas atividades profissionais, seja nas relações de convivência geral na sociedade, tais como as vivências na família, no trânsito, no transporte público, no mercado, no clube, nas praças esportivas, na rua, na perspectiva política etc. Em suma, é preciso instituir uma educação com formação para além do profissional que tecnicamente se torna o "repositório de confiança [...], da confiança presumida" (GIDDENS, 1991, p. 85 e 89).

O Campus precisa instituir e fortalecer uma educação com empoderamento para homens e mulheres, para discutir suas problemáticas a partir da essência democrática, questionadora e consciente da transitividade dos fatos e das condições políticas, econômicas, sociais e culturais, haja vista que a consciência destes fatos pode nos levar a novas posturas diante de novas problemáticas frente à sua condição social, mas sem nos furtar da relação do espaço social vivenciado com o global (FREIRE, 2011, p. 118 – 121).

Não podemos deixar de enfatizar que esta Instituição tem como meta proporcionar melhorias no índice de desenvolvimento educacional, social e econômico da região, através da qualificação profissional, haja vista que o IFPI faz parte de um processo de modernização, ampliação e democratização do sistema de ensino brasileiro e da necessidade de formação de profissionais qualificados, com base nas demandas regionais do país, para proporcionar o desenvolvimento nacional, regional e local.

Essa modernização do sistema educacional parte da necessidade de uma reforma na missão estratégica e única, que propõe construir um projeto de nação soberana e democrática, inclusiva e capaz de gerar a sua própria emancipação social. (MANFREDI NETO; SMOLENTZOV, 2008, p. 70).

Não obstante, a formação proporcionada pela Instituição, como já enfatizado acima, deve estar integrada à formação cultural e cidadã, mas também integrando ensino, pesquisa e extensão (PACHECO, 2010). "Assim, derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva de emancipação humana, é um dos objetivos dos Institutos" (PACHECO, 2010, p. 14).

Frente à conjuntura vigente da educação brasileira, na qual a aprendizagem demonstra índices insatisfatórios, elevados níveis de repetência, distorção idade/série e evasão, baixo nível de aprendizagem, além dos resultados insatisfatórios detectados nas avaliações

oficiais que aparecem na mídia demonstrando a baixa qualidade do ensino (SILVA, 2011, p. 2), tudo isso nos leva à necessidade de compreender o perfil socioeconômico e educacional de nossos alunos, na perspectiva de compreender sua trajetória social, econômica e estudantil, o que demonstrará, em parte, o perfil destes futuros profissionais. Essa compreensão poderá servir de norte às atividades docentes e às novas ações a serem colocadas em prática pela instituição. Antes de tudo, temos que entender que os Institutos Federais surgem em meio a uma nova institucionalidade na qual a educação básica aparece como um direito inalienável e universalizado, já que se "admite como condição básica de exercício de cidadania" (DEMO, 1996, p. 38). Nessa concepção, temos que trabalhar para fortalecer a cidadania, pois a

Além disso, no contexto desta nova institucionalidade, a União dividiu responsabilidades com os demais entes federados, a exemplo do ensino fundamental, que passou a ser de responsabilidade dos municípios, mas sem impedir que os estados ofereçam a mesma modalidade. Com isso, estrutura-se "um sistema amplo, diversificado e em princípios democráticos que garante, sobretudo, a acessibilidade às massas" (MANFREDI NETO; SMOLENTZOV, 2008, p. 69–70). Isso tem proporcionado, mesmo que com a persistência de problemas estruturais que podem comprometer a qualidade do ensino, um caminho para a totalidade da universalização do ensino básico.

No entanto, esse processo de democratização do ensino, ao menos no tocante a esta instituição, tem demostrado uma barreira em fortalecer tal processo nas relações para com a comunidade local externa. Partindo dos pressupostos citados em várias passagens neste texto, compreende-se que os processos de democratização e diversidade cultural e escolar precisam ser revistos, para uma possível discussão, com o objetivo de ampliar o processo de integração entre a comunidade escolar transitória, a comunidade escolar permanente e a comunidade local, que habita a região onde está localizada esta instituição escolar.

## 4.3 AS NORMAS À FRENTE DAS NOSSAS CONDUTAS

A principal referência atual de sustentação jurídica que fundamenta todo o trabalho educacional a ser desenvolvido no CTZS, a partir do que obviamente está resguardado na constituição brasileira, é encontrada na Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Por meio dessa lei foi instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, nos estados da federação brasileira, vinculados ao Ministério da Educação.

A Lei nº 11.892/2008 foi instituída em consonância com o que disciplinam a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

No Art. 2º da Lei nº 11.892 está instituído que:

> Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas. (BRASIL: 2008)

Há então respaldo jurídico para a atuação dos profissionais dos Institutos Federais nos níveis da educação superior, da educação básica e também profissional, o que já remete à necessidade de sistematização das ações pedagógicas a serem desenvolvidas a partir de um contingente profissional que esteja qualificado para essas possibilidades diversas de atuação, assim como também de currículos e de espaços físicos e equipamentos que favoreçam o pleno exercício do trabalho que se espera ver competentemente realizado pelos profissionais em questão.

Os Institutos Federais também são equiparados, segundo as prerrogativas da Lei 11.892/2008, às Universidades Federais, no que tange à "[...] incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior" (Art. 2º, § 1º), o que lhes confere autonomia para atuação também na oferta de cursos de nível superior, resguardada a autorização dos seus conselhos superiores.

Em relação ao alcance dos cursos que podem e devem ser ofertados nos campi que compõem cada um dos institutos federais distribuídos pelo espaço territorial brasileiro, o Ministério da Educação (MEC) atribui à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) a competência de promover a política geral de gestão dessa modalidade de ensino no Brasil, competindo-lhe fazer cumprir o que diz o Art. 15 do Decreto 9.005, de 14 de março de 2017:

I - Formular, planejar, coordenar, implementar, monitorar e avaliar políticas públicas de educação profissional e tecnológica;

II - Desenvolver a educação profissional e tecnológica em regime de colaboração com os demais sistemas de ensino e os diversos agentes sociais envolvidos;

III - Planejar, coordenar, implementar, monitorar e avaliar o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec e outros programas voltados ao fomento da educação profissional e tecnológica, de forma articulada com os sistemas de ensino e os diversos agentes sociais;

IV - Promover o fomento à inovação, à expansão e à melhoria da qualidade da educação profissional e tecnológica, especialmente quanto à integração com o ensino médio, à oferta na modalidade a distância, à certificação profissional de trabalhadores e ao diálogo com os setores produtivos e sociais;

V - Fomentar o desenvolvimento de modelos de ensino, avaliação e gestão na educação profissional e tecnológica, observadas as especificidades do público a ser atingido;

VI - Instituir mecanismos e espaços de controle social que garantam gestão democrática, transparente e eficaz no âmbito das políticas públicas e dos recursos destinados à educação profissional e tecnológica, em articulação com as redes de educação profissional e tecnológica, os sistemas de ensino e os demais agentes sociais;

VII - Elaborar políticas e programas de expansão da oferta de educação profissional e tecnológica de qualidade, em consonância com o Plano Nacional de Educação - PNE;

VIII - Fortalecer a rede pública federal de educação profissional e tecnológica e buscar a adequada disponibilidade orçamentária e financeira para a sua efetiva manutenção e expansão;

IX - Promover e realizar pesquisas e estudos voltados ao desenvolvimento da educação profissional e tecnológica;

X - Divulgar a educação profissional e tecnológica, visando a ampliar a sua atratividade e o seu reconhecimento social junto aos jovens, aos trabalhadores e à sociedade em geral;

XI - Estimular a integração das redes e instituições de educação profissional e tecnológica públicas e privadas dos sistemas de ensino;

XII - Apoiar técnica e financeiramente o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica dos sistemas de ensino e buscar desenvolver o regime de colaboração nos diferentes níveis de governo;

XIII – Estabelecer mecanismos de articulação entre setores produtivos, sistemas de ensino e agentes sociais, em consonância com as demandas econômicas e sociais;

XIV - Formular e implementar políticas e ações de supervisão da educação profissional e tecnológica, no âmbito do sistema federal de ensino, e estimular ações em regime de colaboração com os demais sistemas de ensino;

XV - Formular e implementar políticas de avaliação da educação profissional e tecnológica, em articulação com o Conselho Nacional de Educação, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, os sistemas de ensino e os demais agentes da educação profissional e tecnológica;

XVI - Propor ações de concepção e atualização dos referenciais e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica; e

XVII - Estabelecer políticas e programas voltados à internacionalização da educação profissional e tecnológica.

Configura-se, então, a necessidade de se alimentar continuamente o debate pedagógico a ser vivido no CATZS a partir, também, desses fundamentos legais e de suas relações com a efetiva execução de uma política educacional que favoreça a promoção da emancipação do ser humano verdadeiramente integral.

Esse debate é de extrema relevância para a educação, especialmente no atual momento de mudanças na estrutura do ensino médio brasileiro. Dessa forma, com a sanção da Lei nº 13.415/2017, a carga horária mínima anual deverá ser ampliada de forma progressiva para mil e quatrocentas horas, devendo os sistemas de ensino oferecer, no prazo máximo de cinco anos, pelo menos mil horas anuais de carga horária, a partir de 02 de março de 2017. Fica instituída, no âmbito do Ministério da Educação, a política de Fomento à implantação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, estabelecida no artigo 13 da referida Lei.

Ainda de acordo com a Lei 13.415/2017, o currículo do ensino médio passa a ser dividido em duas partes. Uma, denominada de *Base Nacional Comum Curricular*, comum a todos os estudantes, abrangendo as quatro áreas do conhecimento: linguagens e suas tecnologias, matemática e suas tecnologias, ciências da natureza e suas tecnologias e ciências humanas e sociais aplicadas, conforme o artigo 3º, e outra, dividida no que o artigo 36 da referida lei chama de "*itinerários formativos*", que se desdobram em: linguagens e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e sociais aplicadas; eformação técnica e profissional.

Está previsto também, no artigo 3º da Lei nº 13.415/2017, a obrigatoriedade dos estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia. No que diz respeito ao ensino da língua portuguesa e da matemática, eles serão obrigatórios nos três anos do ensino médio. Além disso, os currículos do ensino médio incluirão, obrigatoriamente, o estudo da língua inglesa, e poderão ofertar outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol.

Conforme a lei em questão, com a publicação da Base Nacional Comum Curricular, os sistemas de ensino terão o primeiro ano letivo subsequente para estabelecer o cronograma de implementação das alterações da lei 9.394/96, e deverão iniciar o processo de execução dessas mudanças a partir do segundo ano letivo subsequente à data de homologação da Base Nacional Comum Curricular.

Nesse contexto de mudanças na esfera educacional brasileira, não só os Institutos Federais de ensino, mas também as demais escolas do país que ofertam o ensino médio, deverão se adequar à Lei nº 13.415/2017, através da construção e/ou atualização do Projeto Político Pedagógico de cada escola. Essa é uma tarefa a ser desdobrada também no CATZS, com vistas ao alcance dos objetivos e das ações elencadas neste PPP.

## 4.4 A CONDIÇÃO HUMANA QUE QUEREMOS ALCANÇAR: NOSSO CURRÍCULO

O currículo historicamente foi e é um território de poder, de disputas políticas, de diferenças marcantes entre o dito e o vivido e de orientações presentes (ou ausentes) na organização curricular escolar, como descreve Santos (1996). Ele envolve, também, questionamentos e decisões diárias dos que fazem a escola e que vão além de preocupações do tipo: quais conteúdos ensinar em cada disciplina e curso? Mas passam necessariamente por indagações como: que ser humano estamos formando e/ou queremos formar? Neste sentido, é um processo que envolve

> [...] unidade, continuidade e interdependência entre o que se decide ao nível do plano normativo, ou oficial, e ao nível do plano real, ou do processo de ensino e aprendizagem. Mais ainda, o currículo é uma prática pedagógica que resulta da interação e confluência de várias estruturas (políticas, administrativas, econômicas, culturais, sociais, escolares...) na base das quais existem interesses concretos e responsabilidades compartilhadas (PACHECO, 2001, p. 20).

O currículo visa orientar a ação educativa escolar em um dimensionamento vasto e integrado de flexibilização, diversidade, transversalidade e multiculturalidades, sem deixar de ser um agente de humanização e emancipação. E isso compreende muito mais do que listar os conteúdos, as cargas horárias e as matrizes curriculares. Corroborando com o pensamento de Silva,

> O currículo é o espaço onde se corporificam formas de conhecimento e de saber. O currículo é um dos locais privilegiados onde se entrecruzam saber e poder, representação e domínio, discurso e regulação e é também no currículo que se condensam relações de poder que são cruciais para o processo de formação de subjetividades sociais. Em suma, currículo, poder e processo de formação estão mutuamente implicados. (2013, p.23).

Não seria possível pensar a proposta curricular dos Institutos Federais (IFs), com a singularidade que os envolve, sem destacar alguns aspectos que devem concorrer para sua operacionalização. Estes espaços de formação secular, durante décadas, foram responsáveis pela formação técnica de nível médio de trabalhadores. Com as novas demandas sociais, e como parte de uma política nacional de educação, os IFs assumiram responsabilidades até então não identificadas.

Neste sentido, como princípio, em sua proposta político-pedagógica pluricurricular, os IFs ofertam a educação básica, principalmente em cursos de ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio; ensino técnico em geral; cursos superiores de tecnologia, licenciatura e bacharelado em áreas em que a ciência e a tecnologia são componentes determinantes, em particular as engenharias, bem como em programas de pós-graduação lato e *stricto sensu*, sem deixar de assegurar a formação inicial e continuada do trabalhador e dos futuros trabalhadores, validando, assim, a verticalização do ensino (BRASIL, 2010).

O Currículo praticado no IFPI consiste em um conjunto de todas as atividades desenvolvidas, visando promover a construção do conhecimento, da aprendizagem e da interação do aluno com a sociedade, preparando-o para a vida produtiva e para o exercício da cidadania (art. 8º da Resolução nº 040/2010 - CONSUP/IFPI, de 1 de dezembro de 2010, que aprova a Organização Didática do IFPI).

De acordo com o art. 9º da Organização Didática, o Currículo desenvolvido pelo IFPI deve observar, em todos os seus cursos e programas, os seguintes princípios:

a) Integração de diferentes formas de educação para o trabalho, para a ciência e para a tecnologia, devendo conduzir ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva;
b) Orientação, mediante informações sobre o mundo do trabalho, principalmente nas áreas de influência do IFPI, de forma a possibilitar o aprimoramento do sistema de oferta de modalidades de cursos, em bases atualizadas e continuadas;
c) Organização por Eixos Tecnológicos/Áreas do Conhecimento/Núcleos de Conhecimento, observando as Diretrizes Curriculares Nacionais, o Catálogo Nacional de Cursos FIC, Técnicos e Tecnológicos e demais normas legais inerentes a cada nível/modalidade, adotando como base o estudo do perfil profissional e conhecimentos necessários ao exercício da profissão;
d) Institucionalização de mecanismos de participação da comunidade acadêmica e sociedade civil, para avaliar o perfil profissional e a matriz curricular de cada curso, de acordo com a necessidade de elaboração e reelaboração do currículo;
e) Construção do conhecimento, incorporando, em todos os níveis, estratégias de aprendizagem do mundo do trabalho, por meio de atividades práticas, visitas técnicas, estágios e outros instrumentos;
f) Avaliação dos programas e dos conteúdos dos cursos ofertados, visando à maior sintonia entre o IFPI e o ambiente socioeconômico, através de sistemas de

acompanhamento dos alunos e egressos, bem como consulta à comunidade acadêmica e sociedade civil;

g) Valorização das ações que estimulem o desenvolvimento de ações cidadãs, como o voluntarismo, bem como dos valores reconhecidamente éticos, destacando, dentre eles, a solidariedade e a tolerância em relação ao outro.

A estrutura curricular dos cursos do IFPI, em especial do Campus Teresina Zona Sul, está detalhada nos projetos pedagógicos de cada curso, que observam as determinações legais presentes na LDB (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), na Lei nº 11.741/2008 (que altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que por sua vez estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica), nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012), nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015), nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de bacharelado e de licenciatura em Computação (Parecer CNE/CES nº:136/2012), no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (aprovado pela Resolução CNE/CEB nº 03/2008, com base no Parecer CNE/CEB nº 11/2008 e instituído pela Portaria Ministerial nº 870/2008), no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia e na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

Buscando delinear um cenário mais amplo do que o que está posto e do que nos sinaliza a legislação educacional, o IFPI Campus Teresina Zona Sul, com a abrangência e particularidades de oferta do seu ensino, procura construir sua identidade curricular entendendo esta como uma construção social, fundamentada em princípios democráticos e numa perspectiva relacional de teoria-prática, prática-teoria.

A ideia de construção aqui perseguida envolve inquietações que almejam soluções amparadas no coletivo dos que fazem a escola. Nessa perspectiva, foram ouvidos segmentos da comunidade escolar sob o propósito de coletar e analisar dados para diagnosticar e projetar ações pedagógicas futuras. Essas análises apontaram que os alunos avaliam o currículo dos cursos como bem integrado, com grande vinculação entre as disciplinas e o conhecimento da área é articulado com os aspectos sociais, políticos e culturais da realidade brasileira e com o cotidiano. Em relação aos docentes, a maioria revela que ao final do período letivo conseguem realizar com êxito a proposta curricular prevista para sua disciplina inserida no currículo da escola.

Considerando-se assim os aspectos relacionados à questão curricular no IFPI, em especial neste contexto de propostas de reformas da educação básica do Brasil, desde o ano de 2016, ressaltamos aqui a defesa que se faz, neste PPP, de que nossa instituição deve sempre buscar assumir a sua autonomia, regimentalmente respaldada pela legislação educacional vigente no país, e a sua liberdade de estruturação curricular que concorra para a consecução dos seus objetivos e das suas metas e, assim, possa assegurar o processo de autonomia dos seus servidores e do público que recebe a necessária formação construída nesta instituição de ensino.

Finalmente, o presente documento defende a tese de que os currículos dos nossos cursos reflitam a possibilidade de inserção do máximo de disciplinas possíveis, não se limitando ao número mínimo obrigatório, contido em qualquer texto alusivo às propostas reformistas da nossa educação básica, como ocorre no contexto já referido. A justificativa para a defesa da tese em questão implica na valorização do potencial de formação ampliado, para todos aqueles que buscam obter formação no IFPI, assim como na inserção laboral do próprio corpo de servidores que constituem o seu atual quadro funcional, formado por um amplo rol de educadores oriundos de cursos de bacharelados, de cursos tecnológicos e de licenciaturas diversas, como Letras (Inglês, Espanhol, Francês), Matemática, Química, Física, Biologia, Geografia, História, Sociologia, Filosofia, Educação Física e Artes.

# 5 EIXOS NORTEADORES DO PERCURSO

## 5.1 AÇÕES VINCULADAS À COMUNIDADE ESCOLAR

Envolver a comunidade escolar nas atividades relacionadas ao processo de ensino e de aprendizagem, através da promoção de eventos de caráter interdisciplinar, onde sejam desenvolvidas atividades que associem teoria e prática, e que, principalmente, venham a valorizar a equidade e a importância das diversas áreas de conhecimento e da participação de todos os segmentos que compõem a escola. Desse modo, por meio deste PPP, partimos do pressuposto de que o desenvolvimento de projetos interdisciplinares, de visitas técnicas e/ou culturais são eventos que oportunizam o planejamento, o desenvolvimento e o processo de avaliação, de forma integrada, das ações educacionais, possibilitando assim a promoção da interação de toda a comunidade escolar e o consequente desenvolvimento integral de todos os que fazem a escola.

## 5.2 AÇÕES VINCULADAS AO CONHECIMENTO

Institucionalizar programas de iniciação científica, com fins ao fortalecimento das atividades de pesquisa e visando à consolidação do significado da escola para toda a comunidade a ela diretamente vinculada. A pesquisa é encarada aqui como ação imprescindível ao cotidiano escolar, pois através dela oportuniza-se aos docentes a continuidade do seu processo formativo, assim como favorece aos discentes a sua inserção em ambientes investigativos e a construção de posturas necessárias à lida com o conhecimento nas suas dimensões teóricas e práticas. As prioridades vinculadas aos programas de investigação, não apenas na modalidade científica, também estimulam o desenvolvimento de competências e de habilidades relacionadas à aplicabilidade do conhecimento produzido, na forma de solução dos problemas, a partir da mediação das variadas técnicas, beneficiando a própria comunidade escolar e, por conseguinte, constituindo-se em vetor de geração e de inovação tecnológica.

## 5.3 AÇÕES VINCULADAS À FORMAÇÃO CONTINUADA

Promover, de forma perene, a formação continuada dos profissionais que compõem a instituição, de tal modo que se possa viabilizar a atualização dos fundamentos teóricos e o aprimoramento das capacidades de desenvolvimento dos trabalhos práticos, segundo as especificidades das várias atividades setoriais da escola, sejam elas disciplinas, atividades de estágio, oficinas, reestruturação da metodologia das disciplinas, intervenções administrativas, intervenções de melhorias na infraestrutura etc. O investimento na formação continuada é interpretado aqui como um mecanismo necessário ao desenvolvimento do potencial específico dos sujeitos, nas suas devidas áreas de atuação, e do conjunto da escola na sua totalidade, considerando-se que a construção, a execução e a avaliação das ações institucionais, planejadas de forma conjunta, garantirá sempre um êxito em dimensão pessoal e institucional, de forma simultânea.

## 5.4 AÇÕES VINCULADAS AO PLANEJAMENTO DOS NOSSOS FAZERES

Desenvolver um calendário de eventos institucionais que venham a fomentar e a promover a organização social e produtiva do ambiente escolar, a partir das demandas da nossa própria sociedade, buscando produzir uma articulação dialética entre os saberes acadêmicos e as demais modalidades de conhecimentos relacionados ao conjunto da nossa comunidade como um todo. Para atingir esse propósito,evidencia-se a necessidade do desenvolvimento de uma rede de comunicação capaz de fazer articular o cotidiano da escola com o cotidiano da comunidade local. Um calendário unificado, normatizado, com ações planejadas de forma criteriosa e acessível a todos os que fazem a comunidade escolar, favorece um ambiente desejável de vivência do ensino, da pesquisa e da extensão, permitindo a real integração dos diferentes segmentos da escola, com vistas ao usufruto dos benefícios que as ações escolares podem proporcionar, assim como também a partilha das ações destinadas à solução dos problemas que se fizerem presentes ao longo do processo de trabalho.

## 5.5 AÇÕES VINCULADAS À DIVULGAÇÃO DOS NOSSOS FAZERES

Difundir, continuamente, o conhecimento produzido pela integração Ensino-Pesquisa-Extensão, como forma de divulgação dos resultados dos eventos institucionais, fazendo uso de mecanismos como reuniões, revistas, diários, murais informativos, sitio institucional e outros. A divulgação deve funcionar como uma prestação de contas, à comunidade escolar, dos trabalhos desenvolvidos no campus. Além disso, ela deve contribuir para estimular a valorização dos fazeres específicos de cada ação e dos seus respectivos agentes, posto que o ato de divulgar constitui-se numa clara demonstração do reconhecimento de cada ação para o sucesso geral da escola.

# 6 HÁ PROPÓSITO: OS OBJETIVOS DO TRABALHO NO CATZS

## 6.1 OBJETIVOS GERAIS

Em obediência às orientações contidas na Lei nº 11.892, de 29 de Dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, observando-se em especial o artigo 2º da referida lei, que assim define essas instituições de ensino: "[...] de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas [...]", o Campus Teresina Zona Sul do IFPI define como seu objetivo geral:

- Desenvolver a oferta de educação profissional e tecnológica, atendendo às necessidades de todos os níveis educacionais e variados modelos de ensino, de tal modo que seja proporcionada a qualificação profissional de pessoas para atender às demandas sociais vinculadas às necessidades econômicas, políticas e culturais da sociedade brasileira.

## 6.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Para promover a oferta da educação em questão, o CATZS focará os seguintes objetivos específicos:

- Ofertar a educação técnica de nível médio, em especial na modalidade integrada, aos estudantes que já concluíram o Ensino Fundamental e aos que se enquadram na modalidade de educação para jovens e adultos;

- Ofertar cursos de nível superior, nas modalidades de tecnólogo, licenciatura, bacharelado ou engenharia, bem como também de pós-graduação em condição *lato* e/ou *stricto sensu*, todos eles definidos em função dos seus propósitos relacionados à educação, à ciência e à tecnologia;

- Construir situações didático-pedagógicas que oportunizem contextos de aprendizagem de saberes-fazeres diversos, revelando talentos presentes nos alunos, assim como também nos demais segmentos que compõem a comunidade escolar: docentes, técnico-administrativos, servidores terceirizados, pais de alunos etc., ou a descoberta de novos outros

talentos, permitindo a ampliação do significado e do valor comunitário da educação que se desenvolve neste campus;

- Criar estratégias variadas de promoção das convivências interpessoais, observando e considerando o significado e a importância dessas relações para a consecução das metas e dos objetivos educacionais e, por consequência, a sua contribuição para o processo de humanização de todos os que fazem parte do cotidiano das ações empreendidas no CATZS;

- Ofertar ambientes físico-estruturais compatíveis com as necessidades inerentes às atribuições e às necessidades de operacionalização dos fazeres de cada um dos setores componentes do ambiente de trabalho do CATZS;

- Favorecer situações de formação continuada aos profissionais do CATZS, de tal modo que se possa responder, criteriosamente, às necessidades específicas do poder de atuação de cada profissional, na área em que atua, e, do mesmo modo, ao planejamento geral que concorre para a razão de sentido das ações do CATZS;

- Aplicar instrumentos, periodicamente, de avaliação e de autoavaliação sistematizados sob o propósito de acompanhamento dos resultados das ações programadas pelos diversos segmentos componentes da estrutura organizacional do CATZS.

## 7 MEDINDO O QUE PODEMOS FAZER: NOSSAS METAS

No conjunto das nossas intervenções necessárias, destinadas à consecução dos nossos objetivos, definimos como prioritárias as seguintes metas, relacionadas, pelo menos, aos dois próximos anos letivos seguintes (2018 e 2019):

a) manter o número atual (2017) de turmas relacionadas aos cursos técnico-integrados ao nível médio em Edificações, Vestuário e Saneamento, e o de Cozinha, na modalidade PROEJA;
b) dar continuidade aos cursos já implantados, de nível superior, na instituição, bem como criar novos cursos que, como os já existentes, estejam articulados às formações profissionalizantes que o estudante já recebe no nível médio. Nesse caso, a meta refere-se à necessidade de implantação de, pelo menos, um curso de graduação (na modalidade de tecnólogo, por exemplo) vinculado ao ensino de Edificações e de Saneamento. No caso de implantações futuras de novos cursos de nível médio, que seja seguida a mesma lógica da perspectiva de continuidade da formação desse nível;
c) manter o número atual de laboratórios e criar, pelo menos, um laboratório para cada área ainda não contemplada na estrutura já existente;
d) construir um auditório, e um conjunto de espaços anexos a ele, de tal modo que se possa favorecer a realização de oficinas pedagógicas, assim como também das demais atividades vinculadas à cultura e às outras manifestações do conhecimento e das artes;
e) definir, no calendário, a partir do Encontro Pedagógico do início do ano letivo, o período relativo às visitas técnicas e às oficinas relacionadas ao trabalho específico de cada curso e/ou coordenação;
f) incluir, atendendo ao limite de até três, as denominadas disciplinas opcionais, no projeto dos cursos do CATZS, visando atender à necessidade dos talentos que se manifestem nas oficinas pedagógicas e nas outras atividades atinentes ao cotidiano específico de cada curso;
g) definir e estruturar uma área coberta, destinada ao fomento da integração e da melhoria das convivências no CATZS;
h) eleger a meta de 85% como o mínimo esperado, em função dos obstáculos ainda presentes no nosso modelo educacional, para a promoção dos nossos alunos, em cada módulo ou série/ano de cada um dos cursos por nós ofertados, ressaltando-se que a promoção deverá ter como prioridade o trabalho e os resultados da ação docente;
i) eleger a meta de 10% como o máximo esperado, em função dos obstáculos ainda presentes no nosso modelo educacional, para a evasão dos nossos alunos, em cada módulo ou série/ano de cada um dos cursos por nós ofertados;

j) eleger a meta de, pelo menos, 50% como a esperada para o número de profissionais do CAZTS a terem acesso aos mais diversos cursos ou eventos que se caracterizem como de formação continuada, até os próximos dois anos, e que a definição desses eventos e cursos, assim como a dos profissionais que deles tomarão parte, seja feita de forma planejada e democrática, segundo as necessidades da comunidade escolar.

# 8 CATZS: UMA RETOMADA

## 8.1 SITUAÇÃO FÍSICA DA ESCOLA

O referido imóvel apresenta uma área de 29.368,46m$^2$, e se encontra registrado no Cartório do 1º Ofício de Notas e Registros de Imóveis – João Crisóstomo, sob a matrícula nº 18.058, Livro nº 02, Ficha 01, em nome da Prefeitura Municipal de Teresina. O prédio data do ano de 1996, não tendo passado, após 22 anos da sua construção, por uma reforma que atenda às novas demandas das atividades atuais nele desenvolvidas.

O Campus Teresina Zona Sul está estruturado da seguinte forma: 13 salas de aula, 1 biblioteca, 13 banheiros, 1 quadra de esportes, 1 refeitório, 12 laboratórios (1 de Modelagem, 1 de Costura, 1 de Artes e Estamparia, 3 de Informática, 1 de Análise de Alimentos, 1 de Cozinha, 1 de Panificação, 1 de Química Aplicada e Saneamento, 1 de Solo, e 1 de Formação de Professores – LIFE), além de 3 salas de apoio (destinadas aos laboratórios de Instalações Hidrossanitárias, de Ciências e de Línguas) e 30 salas destinadas às atividades administrativas e de apoio ao ensino (Anexos 1 e 2).

Quanto às instalações físicas das salas de aula, cabe ressaltar que, apesar das suas boas dimensões, ainda se fazem necessárias algumas melhorias relacionadas ao mobiliário e às condições acústicas (Figura 1).

A biblioteca do CATZS, denominada José Gomes Campos, comporta até cerca de 70 estudantes, organizados nos seguintes espaços: 04 (quatro) salas de estudo em grupo, com capacidade para cinco alunos, cada; 28 (vinte e oito) cabines para estudo individual, e 05 (cinco) mesas para estudo em grupo. Este espaço reúne um total de 10.398 exemplares, entre livros, artigos, dissertações, monografias, teses, periódicos, normas técnicas, projetos técnicos, DVDs e CDs. O Campus Teresina Zona Sul não dispõe de um espaço específico para o desenvolvimento de atividades pedagógicas e de lazer, sendo geralmente utilizado o refeitório e a quadra de esportes para esta finalidade.



Fig. 05 - Sala de aula

Fonte: Pesquisa direta, março de 2018

## 8.2 RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS

O corpo docente do Campus Teresina Zona Sul conta com 95 professores efetivos e 07 professores substitutos, perfazendo um total de 102 professores. Conta ainda com 04 intérpretes efetivos de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Entre os professores efetivos, 80 atuam em regime de Dedicação Exclusiva, 14 com 40 horas semanais e 1 com 20 horas semanais. Quanto à titulação, 22 são doutores, 42 são mestres, 25 são especialistas e 06 graduados. A escola dispõe de uma sala de professores, na qual se encontram: mesa para reuniões, cadeiras, um computador com impressora e espaços para estudo individual. No entanto, a instituição não apresenta espaço físico suficiente para acomodar todos os professores e o ambiente de estudo é bastante limitado (Figuras 2 e 3).




Fig. 06 - Sala de professores

Fonte: Pesquisa direta, março de 2018



Fig. 07 - Sala de estudos

Fonte: Pesquisa direta, março de 2018

Com respeito à equipe administrativa, o Campus Teresina Zona Sul conta com 68 servidores técnico-administrativos, que atuam no regime de 40 horas semanais. Para serviços de vigilância, limpeza, manutenção predial e refeitório, o Campus conta com 40 servidores terceirizados. A equipe administrativa conta com condições adequadas de trabalho para execução de suas atividades.

A distribuição de funções e as atribuições dos servidores do Campus Teresina Zona Sul encontram-se disponíveis nos respectivos sites: http://libra.ifpi.edu.br/acesso-a-informacao/institucional/ifpi_estruturaorganizacional.pdf e http://libra.ifpi.edu.br/acesso-a-informacao/institucional/ifpiregimento_completo.pdf.

O corpo discente compreende um total de 456 alunos na modalidade Técnico Integrado ao Ensino Médio; 486 alunos na modalidade Técnico Concomitante/Subsequente; 31 alunos na modalidade Educação de Jovens e Adultos; 152 alunos em cursos Superiores; e 46 alunos no PARFOR.

Os discentes do Campus Teresina Zona Sul são, em sua maior parte, da cidade de Teresina e de cidades circunvizinhas como José de Freitas e Timon. Em sua quase totalidade, os alunos ingressantes no Campus Teresina Zona Sul concluíram o Ensino Fundamental em escolas do Piauí (86%) e Maranhão (13%). O ingresso nos cursos ofertados se dá, predominantemente, por meio de políticas de ação afirmativa, em especial, reservas de vagas destinadas ao recorte social e identificação étnico-racial. A maioria dos discentes reside com os pais. Pouco mais da metade dos alunos recebem auxílio financeiro dos pais para o custeio dos estudos, uma pequena parte recebe auxílio da Política de Assistência Estudantil do IFPI. Contudo, há significativa categoria que não recebe auxílio financeiro de nenhuma espécie. Em relação à etnia, a maioria se autodeclara parda/mulata.

Com relação aos direitos e deveres, estes são comuns a todos os campi e publicados no sítio eletrônico institucional. Nele podem ser encontrados: o Estatuto: publicado no Diário Oficial de 02 de setembro de 2009; o Regimento Interno (manual que descreve, de forma estruturada e sistemática, as descrições sumárias e as competências das unidades organizacionais pertencentes à estrutura organizacional), aprovado pela Resolução nº 019/CONSUP e Portaria da Reitoria nº 1.203, de 24/11/2011; publicados no Boletim de Serviço, Edição Extra, nº 04, de 24/11/2011.

## 8.3 GESTÃO DA ESCOLA

Desde a doação do prédio, até o ano de 2012, o cargo de direção do campus Teresina Zona Sul foi ocupado por meio de indicação da Direção Geral do CEFET-PI, sendo a primeira diretora Susana Lago Mello Soares. Com a participação da comunidade escolar, elegeu-se a técnica em assuntos educacionais Francisca Assunção Almeida Félix, para os anos de 2013 a 2016, que foi reconduzida ao cargo, também via eleição, para os anos 2017 a 2020.

Embora haja possibilidade de eleição para provimento dos demais cargos, a Direção Geral do campus tem por prática indicar, via portaria, os Diretores Administrativo e de Ensino.

O Diretor-Geral é o dirigente máximo do campus e seu representante legal em todos os atos e efeitos judiciais. O provimento ou preenchimento do cargo de Diretor-Geral dos campi é realizado obedecendo ao artigo 13 da lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, além de oferecer outras providências. De acordo com o referido artigo é realizado um processo de consulta à comunidade do campus, com atribuição de peso de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo docente, de 1/3 (um terço) para a manifestação dos servidores técnico-administrativos e de 1/3 (um terço) para a manifestação do corpo discente.

O Campus Teresina Zona Sul apresenta um estilo de gestão democrática, que, de acordo com a LDB (Lei nº 9394/1996, em seu artigo 14), estabelece uma nova perspectiva de planejamento participativo, com o envolvimento das comunidades escolar e local na definição de suas ações.

O campus apresenta um órgão consultivo e de assessoramento à Direção Geral e integrante da sua estrutura básica, em conformidade com o Artigo 31 do Estatuto do Instituto Federal do Piauí (IFPI), aprovado pela Resolução Nº 1, de 31 de agosto de 2009, do Conselho Superior do IFPI, o Conselho Diretor (CONDIR). Este conselho é composto por representantes da comunidade escolar e de segmentos externos, que deverão ser eleitos por seus pares ou por chamada pública, para mandato de dois anos de duração. Sua finalidade é apoiar as atividades do campus visando a contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino, pesquisa e extensão e melhoria das condições socioeconômicas e culturais da região onde está localizado.

O Campus Teresina Zona Sul possui um grêmio estudantil intitulado H. Dobal, regido por um estatuto, e seus membros são escolhidos por meio de eleição, para um mandato de um ano. Este apresenta, dentre outros objetivos: congregar e defender os interesses dos

estudantes; incentivar a cultura literária, artística, desportiva e de lazer, bem como lutar pela democracia permanente dentro e fora da escola.

O gerenciamento dos recursos materiais e financeiros do Campus Teresina Zona Sul é realizado pela Direção Geral e Chefia de Departamento Administrativo.

A biblioteca José Gomes Campos é subordinada à Coordenação Geral de Apoio ao Ensino e possui um coordenador, com um total de 05 (cinco) servidores (Figura 4). Seu horário de funcionamento é das 08 às 21 horas. Compete à coordenação de biblioteca, entre outras atribuições: 1) organizar e coordenar os serviços de biblioteca; 2) coordenar a aquisição, seleção e conservação de material bibliográfico; 3) organizar, executar e controlar os empréstimos, reservas e devolução do acervo; 4) administrar os equipamentos e materiais, bem como zelar por sua manutenção e prever a aquisição dos que se fizerem necessários; 5) realizar o serviço de atendimento e orientação aos usuários.



Fig. 08 - Biblioteca José Gomes Campos

Fonte: Pesquisa direta, março de 2018

As informações relativas aos servidores (professor e técnico-administrativo) e aos discentes do Campus Teresina Zona Sul são coletadas quando do seu ingresso na instituição, e são atualizadas mediante solicitação de alteração cadastral e/ou conforme necessidade escolar.

As informações relativas aos servidores estão disponíveis no sistema SIGAC (Sistema de Gestão de Acesso), gerenciado no IFPI pela Diretoria de Gestão de Pessoas (DIGEP). E o registro da atividade docente (registro de aulas, notas, frequência etc.) é feito em um sistema denominado Q-Acadêmico. Além disso, é feito o controle da atividade docente através de formulários online denominados PSAD e RSAD.

No Campus Teresina Zona Sul, o registro das informações dos alunos é de responsabilidade da Coordenação de Controle Acadêmico, subordinada à Direção de Ensino. Estas informações estão disponíveis no sistema Q-Acadêmico.

## 8.4 ESCOLA E ENSINO: UM PERFIL DO CATZS

O Instituto Federal do Piauí rege-se pela legislação federal e pelos seguintes instrumentos normativos: I - Estatuto; II - Regimento Geral; III - Resoluções do Conselho Superior; IV - Atos da Reitoria; V - Regimentos Internos dos Campi e dos demais órgãos componentes de sua estrutura organizacional.

O IFPI Campus Teresina zona Sul tem sua estrutura organizacional definida pelo Regimento Interno Geral, em sua Seção X, Artigos 717 a 771, aprovado pela Resolução nº 020/2011, do Conselho Superior. O documento apresenta as normas que disciplinam as atividades das unidades organizacionais integrantes da estrutura organizacional da instituição.

De acordo com a Organização Didática (2018), os planos de disciplina do Campus devem ser coerentes com o projeto pedagógico de cada curso. Sua elaboração, prevista no calendário escolar, configura-se como uma das atribuições do professor, sob a orientação e/ou revisão do Coordenador de Curso/Área e da equipe pedagógica, acompanhado pela supervisão geral da Direção de Ensino. Os docentes devem apresentar os planos de disciplina aos estudantes no início do período letivo.

O Campus Teresina Zona Sul, através do seu calendário acadêmico, define o início e o fim de cada período letivo, além dos dias reservados, por exemplo, à matrícula dos alunos, às avaliações, às reuniões de pais e mestres, aos conselhos de classe e ao planejamento de ensino. Tanto nos cursos técnicos concomitantes/subsequentes e integrados do IFPI, como na educação superior, o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo.

A constituição das turmas, nos cursos técnicos integrados ao médio e concomitante/subsequente, dá-se mediante processo seletivo público - Exame Classificatório.

Nos cursos superiores, de graduação, os alunos são selecionados mediante processo seletivo público - Vestibular/Exame Nacional do Ensino Médio/Transferências/Portadores de Diplomas. Nos cursos técnicos integrados ao médio, destinados a jovens e adultos - EJA, por meio de processo seletivo específico a essa modalidade de ensino. Todos os processos seletivos citados deverão estar em observância com o Edital, que determinará o número de vagas e o critério de seleção. O número de vagas oferecido por cada curso do campus Teresina Zona Sul obedece, principalmente, ao critério de espaço físico.

Atualmente, o campus Teresina Zona Sul encontra-se com 39 turmas, distribuídas da seguinte forma: 12 (doze) turmas de cursos técnicos integrados ao ensino médio, 15 (quinze) turmas de cursos técnicos concomitantes e subsequentes, 02 (duas) turmas de educação de jovens e adultos - EJA, e 10 (dez) turmas de ensino superior. O Campus Teresina Zona Sul funciona nos períodos matutino, vespertino e noturno.

A ordenação curricular do IFPI Campus Teresina Zona Sul encontra-se estruturada da seguinte forma: a) **Séries anuais** (cursos técnicos integrados); b) **Módulos** (cursos técnicos concomitantes/subsequentes); c) **Módulos/disciplinas** (cursos superiores de graduação). A carga horária de cada curso, bem como sua duração, está prevista no projeto pedagógico do curso.

Nos Cursos Técnicos Integrados ao Médio os estudos de recuperação, contínua e paralela, têm o objetivo de corrigir as dificuldades de aprendizagem. Eles acontecem a cada bimestre, de forma prevista em calendário acadêmico, com atividades escolares planejadas, ministradas e orientadas pelos professores das disciplinas. A média do bimestre será substituída pelo resultado da prova da recuperação bimestral, caso o aluno obtenha nesta uma nota maior que a anterior. As Coordenações de Área/Curso, com acompanhamento da Direção de Ensino, organizam as ações relacionadas aos estudos de recuperação.

Da estrutura do CATZS, também faz parte o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE. Esse núcleo está vinculado à Reitoria, assim como também à Pró-Reitoria de Extensão, e tem como finalidade buscar promover e desenvolver políticas voltadas para a inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas.

## 8.5 RELAÇÕES ENTRE A ESCOLA E A COMUNIDADE

Além da participação na gestão escolar, por meio do Conselho Diretor (CONDIR), a comunidade é chamada a participar e vivenciar os espaços da escola por meio de projetos (palestras, feiras, oficinas, cursos etc.) financiados por bolsas (editais) ou desenvolvidos de

maneira voluntária por servidores (professores e técnico-administrativos) e discentes.

A parceria da escola com instituições e empresas dá-se por meio da Coordenação de Extensão (COEX) vinculada à Diretoria Geral do campus, a partir das seguintes atividades:

a) Visitas técnicas: alunos com acompanhamento de professores visitam espaços produtivos (fábricas, centros de produção, laboratórios, restaurantes, canteiros de obras etc.), participam de eventos relacionados à sua área de formação, promovidos por instituições diversas (locais, regionais e nacional), bem como visitam espaços culturais (escolas, museus, arquivos, unidades de preservação ambiental etc.);
b) Projetos de extensão: além de receber a comunidade no campus quando há eventos (palestras, oficinas, cursos etc.) realizados pela instituição, o IFPI faz parcerias com associações e entidades filantrópicas para desenvolvimento de projetos de extensão nas instalações físicas destas entidades;
c) Estágios: através de convênios firmados com empresas, instituições filantrópicas e instituições públicas, o campus encaminha discentes para realização de estágios obrigatórios (remunerados ou não) e não obrigatórios (devem ser remunerados) relacionados à área de formação por meio de Serviço de Integração Escola-Empresa (SIEE);
d) Recebimento de estagiários: por meio de uma parceria direta da Pró-Reitoria de Extensão com o Instituto Universal de Desenvolvimento Social (IUDS) o campus recebe estagiários de outras instituições para desenvolver suas atividades curriculares.

O campus relaciona-se com a comunidade por meio de projetos de extensão voluntária, desenvolvidos por professores, servidores e discentes dos diversos cursos da instituição.

# 9 DOS RESULTADOS OBTIDOS, UM RETORNO AOS OBJETIVOS: NOSSO CAMPUS EM ESTADO DE AVALIAÇÃO

A sistemática de avaliação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, na sua dimensão mais ampla, deve, continuamente, sempre buscar se fundamentar nas principais teorias educacionais, considerando-se, incialmente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/96), a Organização Didática do próprio IFPI, assim como os instrumentos de avaliação institucional, a exemplo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), dentre outros.

Segundo a Lei 9.394/96, a avaliação do desempenho do aluno deve ser contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Desta forma, esse princípio deve ser considerado durante todo o processo de ensino e de aprendizagem, sempre acompanhado de instrumentos que venham a consolidar os objetivos propostos, concorrendo em favor dos esforços de construção de conhecimentos, além de permitir fazer associações e articulações adequadas ao pleno desenvolvimento do potencial do educando.

Partimos aqui, então, do pressuposto de que a avaliação é elemento integrante de um processo muito maior que ela mesma, configurando-se, em particular, como uma das dimensões possíveis de um todo, que aqui estamos denominando de "realidade educacional". Sendo a avaliação parte desse todo, implica então afirmar que todas as formas de comportamentos humanos, destinados às intervenções relacionadas aos processos de compreensão desse todo, e de adequação dos seus produtos às nossas necessidades educacionais, encontram na avaliação um mecanismo imprescindível para o êxito da ação formativa.

O êxito da ação formativa humanizadora é um princípio que deve resguardar toda a comunidade escolar, cuja manutenção, como estado de espírito e como fenômeno desvelado, só sobrevive, de forma contínua, se aliado aos esforços ininterruptos de reflexão. Nessas condições, a avaliação formativa e a reflexão são feições inseparáveis de uma mesma moeda, pois

> Refletir é também avaliar, e avaliar é também planejar, estabelecer objetivos etc. Daí os critérios de avaliação, que condicionam seus resultados estejam sempre subordinados a finalidades e objetivos previamente estabelecidos para qualquer prática, seja ela educativa, social, política ou outra. (DEMO, 1999, p.01).

Refletir, portanto, também nos conduz à adoção de métodos de avaliação, que, por sua vez, devem buscar contemplar o desenvolvimento de habilidades que possam proporcionar aos alunos capacidade de intervenção num contexto mais amplo. Tal postura implica em priorizar modelos que articulam processos diagnósticos, somativos e formativos, além de

características dos tipos inclusiva, contínua, processual, sistemática, criativa, democrática, integral, formativa, capaz de fornecer um diagnóstico do processo de ensino e de aprendizagem e, ainda, passível de autocrítica pelo conjunto da comunidade.

Seu ponto de partida são os objetivos educacionais que necessitam ser alcançados. Assim, a avaliação, no ambiente educacional, é

> Uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho docente, que deve acompanhar passo a passo o processo de ensino e aprendizagem. Através dela, os resultados que vão sendo obtidos no decorrer do trabalho conjunto do professor e dos alunos são comparados com os objetivos propostos, a fim de constatar progressos, dificuldades, e reorientar o trabalho para as correções necessárias. A avaliação é uma reflexão sobre o nível de qualidade do trabalho escolar tanto do professor como dos alunos. Os dados coletados no decurso do processo de ensino, quantitativos ou qualitativos, são interpretados em relação a um padrão de desempenho e expressos em juízos de valor (muito bom, bom, satisfatório, etc.) acerca do aproveitamento escolar. A avaliação é uma tarefa complexa que não se resume a realização de provas e atribuição de notas. A mensuração apenas proporciona dados que devem ser submetidos a uma apreciação qualitativa. A avaliação, assim, cumpre funções pedagógico-didáticas, de diagnóstico e de controle em relação as quais se recorrem a instrumentos de verificação do rendimento escolar. (LIBÂNEO, 1994, p. 195).

Nesta perspectiva, no CATZS do IFPI, devem ser adotadas práticas pedagógicas de avaliação, e de autoavaliação, que se articulem com as atividades desenvolvidas através de projetos de pesquisa e de extensão; de visitas técnicas; de discussão, de observação e de participação nas atividades realizadas em sala de aula; de trabalhos individuais e em grupo; de testes; de provas subjetivas e objetivas; de portfólios; de pesquisas bibliográficas e de campo; de atividades e relatórios das práticas de laboratório; de seminários e outros.

As metodologias de avaliação deverão buscar sempre a assunção de um caráter inclusivo, mas principalmente estimuladoras da criatividade e da autonomia do aluno e dos demais agentes dos diversos setores que promovem a existência da escola, além de procurar servir como elemento norteador do trabalho dos professores, em particular, e daqueles que exercem outras funções que amparam o ensino, tornando-se assim indispensáveis ao processo de retroalimentação e de redefinição dos procedimentos pedagógicos e administrativos adotados na escola. Assim,

> Uma escola progressista precisa estabelecer um clima de troca, de enriquecimento mútuo, em que tudo é relacional, transitório, indeterminado e está sempre em processo. Caracteriza-se por ser uma instituição libertadora, democrática, dialógica e critica. Apresentando-se como local de problematização, para a compreensão do real no qual se defende a importância dos conteúdos abertos às realidades sociais. (BEHRENS, 2005, p. 80).

Seja na particularidade do trabalho imediatamente vinculado ao ambiente da sala de aula, seja nas situações de acompanhamento das atividades de trabalho desenvolvidas pelos agentes de qualquer um dos vários setores constituintes do CATZS, ou ainda nos processos de

definição das bases das políticas educacionais que devem guiar, de forma autônoma, o fazer educacional do CATZS, os instrumentos de avaliação deverão contribuir para a prevalência de uma visão de educação que fortaleça e aprimore os compromissos sociais, que ratifique a defesa do acesso à escola com qualidade a todos, que respeite as posturas e ações de caráter democrático, que valorize as diferenças e a diversidade, que favoreça o direito à identidade pessoal e coletiva e, finalmente, que se dedique ao cultivo da autonomia pessoal e institucional, através de cada uma das atividades realizadas no cotidiano de todo o CATZS.

# 10 OLHANDO O NOSSO PERCURSO: O QUE DIZER DO NOSSO TRABALHO?

Diante da necessidade de acompanhamento dos modos e dos resultados dos trabalhos que são e serão realizados em cada ano letivo no CATZS, a direção de ensino deverá promover situações que possibilitem definir a composição de uma equipe mista, para a elaboração de instrumentos destinados à coleta de dados, junto a todos os segmentos que compõem o CATZS. O objetivo dos instrumentos é verificar o grau de articulação existente entre a programação e a execução das atividades de cada setor específico do campus, em relação a tudo aquilo que se encontra definido em cada uma das partes estruturantes deste PPP, que são as necessárias e imediatas referências norteadoras dos fazeres educacionais desta instituição.

A equipe, em sua totalidade, deverá dispor da seguinte composição:

- ✓ 02 representantes dos professores e o coordenador de cada um dos cursos do CATZS (acrescidos de uma suplência);
- ✓ 02 representantes da coordenação pedagógica (acrescidos de uma suplência);
- ✓ 02 representantes dos técnico-administrativos (acrescidos de uma suplência);
- ✓ 02 representantes discentes selecionados pelo grêmio escolar (acrescidos de uma suplência);
- ✓ 02 representantes dos pais de alunos (acrescidos de uma suplência);
- ✓ 01 representante do setor de saúde (acrescido de uma suplência);
- ✓ 01 representante dos serviços terceirizados (acrescido de uma suplência);

A definição da equipe, que ficará responsável pelo processo de acompanhamento e de assistência à execução do que está contido neste PPP, ocorrerá a cada intervalo de dois (02) anos.

Após a definição da equipe, o campus favorecerá as necessárias condições para que o grupo de trabalho disponha de tempo, dos recursos e dos meios necessários ao acesso a todos os segmentos componentes desta comunidade escolar.

No desenvolvimento dos trabalhos, será considerado um tempo mínimo necessário de quatro meses, para a realização de todas as etapas que estiverem em pauta, acrescido, caso se faça necessário, de mais dois meses, podendo assim a conclusão dessa atividade chegar ao seu fim num prazo máximo de seis meses.

Eventualmente, diante de situações que fujam do controle possível, por parte da equipe constituída para a finalidade deste trabalho, algum lapso de tempo a ser acrescentado, visando à conclusão das tarefas necessárias, deverá ser objeto de apreciação e solução por parte do Conselho Superior deste campus.

As ações, no processo de composição da equipe em questão, assim como o modo de atuação e as referências adotadas pelos membros desse grupo a ser formado, deverão considerar os seguintes princípios norteadores:

a) A cada período de dois anos os membros que compõem a equipe deverão ser substituídos, sem ocorrência de recondução. Será possível a recondução apenas naquelas situações em que se fizerem presentes, em algum dos segmentos escolares, um número incompatível para o evento da substituição;
b) Os membros da equipe, depois de formada, devem atentar para os objetivos, geral e específicos, que fundamentam este PPP;
c) Considerar as referências contidas na seção de nº 4 deste documento, intitulada "o mundo educacional que almejamos", pois ali estão descritas as referências sociofilosóficas, os fundamentos legais e as visões de currículo que ensejam a perspectiva de educação pretendida neste campus;
d) Adotar como uma das referências básicas a seção de nº 5 deste documento, intitulada "eixos norteadores do percurso", assim como deverá deixar-se nortear por tudo aquilo que representa as metas a serem alcançadas e o levantamento dos recursos disponíveis e necessários ao trabalho de todos os setores que compõem o CATZS;
e) Verificar a coerência e o alcance dos mecanismos de avaliação que se farão presentes como desdobramento da aplicabilidade do que rezam todas as partes estruturantes deste documento;
f) Serão de responsabilidade da equipe a sistematização e a consequente análise dos dados colhidos neste trabalho, sendo vedado o uso dessas informações para fins que não estejam vinculados à dimensão específica deste PPP;
g) É atribuição da equipe, além da análise dos dados colhidos, a elaboração e a divulgação de um documento que especifique as sugestões, os encaminhamentos, as soluções etc., em relação a tudo aquilo que se refira ao alcance dos objetivos e das metas definidas neste PPP;
h) É também função da equipe fazer a mediação primeira entre os problemas verificados e a busca das soluções dos mesmos pelos setores responsáveis, sendo isto representado por um conjunto de sugestões a serem apresentadas pela equipe em pauta;

Deverá a equipe atuar sob uma postura ética, respeitando o que se manifesta neste PPP, e valer-se de propósitos que concorram para a conquista do ideal de educação que neste

documento se faz constar.

## REFERÊNCIAS


BEHRENS, Marilda Aparecida. **O Paradigma emergente e a prática pedagógica**. 4 ed. Curitiba - PR: Editora Universitária Champagnat, 2005.

BÖHM, David. **A totalidade e a ordem implicada**: uma nova percepção da realidade. São Paulo: Cultrix. 1992.

BRASIL.Presidência da República. **Decreto nº 7.690/2012**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7690.html.> Acesso em: 2 jan. 2015.

_____. **Lei nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 22 jun. 2017.

_____. **Parecer CNE/CEB 16/99**. Disponível em: <http//planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm> Acesso em: 4 jan. 2015.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica**: concepção e diretrizes. Brasília: MEC. SETEC, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&Itemid=30192>. Acesso em: 2 fev. 2017.

_____. **Portaria nº 1.291, de 30 de dezembro de 2013**. Disponível in: http://portal.mec.gov.br/docman/41001-por-1291-2013-393-2016-setec-pdf/file. Acesso em: 20 fev. 2018.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Indicadores Educacionais**. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais. Acesso em: 6 jul. 2017.

CARVALHO, Maria do Carmo Nacif de. **Relacionamento interpessoal**: como preservar o sujeito coletivo. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

DEMO, Pedro. **Avaliação qualitativa**. 6 ed. Campina, SP: Autores Associados, 1999.

_____. **Política social, educação e cidadania**. 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 1996. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 14 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FRANKL, Viktor. **A questão do sentido em psicoterapia**. (Tradução de Jorge Mitre). Campinas: Papirus, 1981.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controvertido. In: **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1087-1113, Edição Especial, out. 2005.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ. **Resolução CONSUP/IFPI nº 040**, de 1 de dezembro de 2010. Aprova a organização didática do IFPI. Disponível em: <http://libra.ifpi.edu.br/acesso-a-informacao/institucional/Organizacao_Didatica_IFPI.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2017.

KLEIN, Luiz Fernando. **Educação jesuíta e pedagogia inaciana**. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

MANFREDI NETO, P.; SMOLENTZOV, V. M. N. O perfil socioeconômico, político e cultural dos alunos da Faculdade da Fundação Educacional de Araçatuba. In: **Avesso do Avesso**, Araçatuba, v. 6, p. 69 – 96, agosto, 2008. Disponível em: www.faeta.edu.br. Acesso em: 12 mar. 2012.

NASCIMENTO NETO, J.R. Teresina (Piauí – Brasil) sob o contexto de um bairro: expansão, modernização e origem do bairro Macaúba (1939-1957) **Revista de História da UEG**, Anápolis. v. 4, n.1, p. 148-171, jan./jun. 2015.

OLIVEIRA, T. **Conheça a \'Vermelha\', um dos mais famosos bairros de THE**. Disponível em: <http://180graus.com/cultura/conheca-a-vermelha-um-dos-mais-famosos-bairros-de-the-349133.html. Acesso em: 16 de fev. 2017.

PACHECO, Eliezer Moreira. **Os Institutos Federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Natal: IFRN, 2010.

PACHECO, J. A. **Currículo**: teoria e práxis. 2. ed. Porto: Porto Editora, 2001.

PARO, Vitor Henrique. **Escritos sobre educação**. São Paulo: Xamã, 2001. 144p.

RIBEIRO FILHO, Francisco Gomes. **O ensino de Geografia no trabalho dos professores e dos alunos dos cursos de nível médio integrados no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI)**. 203 fl. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista (UNESP). Rio Claro-SP. Defesa em 25 de agosto de 2010.

RODRIGUES, Neidson. Educação: da formação humana à construção do sujeito ético. **Educação & Sociedade**, v. 22, n. 76, out. 2001. p. 232-257.

SEMPLAN - Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação da Prefeitura de Teresina. **O Bairro São Pedro**. 2015. Disponível em: <http://semplan.teresina.pi.gov.br/wp content/uploads/2015/05/SAO-PEDRO-20152.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2017.

SILVA, et al. Dimensões e indicadores da qualidade de vida e do bem-estar no trabalho. **Interbio**, v. 8, n. 2, jul./dez. 2014.

SILVA, J. L. O perfil sócio-econômico e formativo dos formandos de química licenciatura da UFS. In: **V colóquio internacional "educação e contemporaneidade"**. São Cristóvão Sergipe, 21 a 23 de setembro de 2011. Disponível em: <www.educonufs.com.br>. Acesso em: 12 mar. 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu de. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

TERESINA (SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO – SEPLAN). **Teresina em mapas**. Disponível em: <http://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/2014/10/Lei- n %C2%BA-4.423-2013-Anexo-2-mapa-dos-bairros-de-Teresina.pdf>. Acesso em: 23 out. 2017.

TV CIDADE VERDE. **Conheça o bairro São Pedro, em Teresina – PI**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Yt7qTEd3JE0>. Acesso em: 6 fev. 2014.

TV REDE CLUBE. **Quadro "Piauí TV nos Bairros", de agosto, conta a história do Bairro São Pedro**. Disponível em: <http://redeglobo.globo.com/pi/redeclube/noticia/2013/08/quadro-piaui-tv-nos-bairros-de-agosto-conta-historia-do-sao-pedro.html>. Acesso em: 6 fev. 2014.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. Relação escola X família: da acusação à interação educativa**. Associação de Educadores Católicos - Revista de Educação**. v. 23, n. 93, out./dez. 1994.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 14. ed. São Paulo: Papirus, 2002.

# ANEXOS E/OU APÊNDICES

Apêndice 1

Endereços eletrônicos do IFPI relacionados aos conteúdos deste PPP

| TEMA | ENDEREÇO ELETRÔNICO |
|---|---|
| Organização Didática do IFPI | http://libra.ifpi.edu.br/acesso-a-informacao/institucional/organizacao-didatica |
| Estrutura Organizacional – IFPI | http://libra.ifpi.edu.br/acesso-a-informacao/institucional/estrutura-organizacional. |
| Estatuto do IFPI | ibra.ifpi.edu.br/acesso-a-informacao/institucional/ifpi_estatutodou.pdf |
| Regimento Interno do IFPI | http://libra.ifpi.edu.br/acesso-a-informacao/institucional/ifpiregimento_completo.pdf |
| Funções e atribuições dos servidores do IFPI | http://libra.ifpi.edu.br/acesso-a-informacao/institucional/ifpi_estruturaorganizacional.pdf |

Apêndice 2

Endereços eletrônicos de leis, decretos, portarias etc., vinculados ao Governo Federal, ao próprio IFPI e relacionados aos conteúdos deste PPP

| **LEI, DECRETO, PORTARIA ETC.** | **ENDEREÇO ELETRÔNICO** |
|---|---|
| Lei Federal nº 11.892/2008 | http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm |
| Lei Federal nº 13.415/2017 | http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm |
| Parecer CNE/CEB 16/1999 | http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1999/pceb016_99.pdf |
| Decreto Federal nº 7.566/1909 | http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf |
| Lei Orgânica do Ensino Industrial de 1942 | http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4073-30-janeiro-1942-414503-publicacaooriginal-1-pe.html |
| Portaria MEC nº 1.291, de 30 de dezembro de 2013 | http://portal.mec.gov.br/docman/41001-por-1291-2013-393-2016-setec-pdf/file |
| Lei Municipal nº 3.888, de 16 de julho de 2009 | http://dom.teresina.pi.gov.br/admin/upload/DOM1290-1-31072009.pdf |
| Portaria da Reitoria IFPI nº 1203, de 24/11/2011 | https://www5.ifpi.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=55 |
| Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988 | http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm |
| Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 | http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm |
| Decreto Federal nº 9.005, de 14 de março de 2017 | http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9005.htm |
| Resolução nº 040/2010 - | https://www5.ifpi.edu.br/consup/attachments/article/6/Resolu% |

| | |
|---|---|
| CONSUP/IFPI, de 1 de dezembro de 2010 | C3%A7%C3%A3o%20n%C2%BA%20040.2010%20-%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Did%C3%A1tica.pdf |
| Lei Federal nº 11.741/2008 | http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm |
| Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012 | http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=11663 |
| Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015 | http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf&category_slug=agosto-2017-pdf&Itemid=30192 |
| Parecer CNE/CES nº:136/2012 | http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11205-pces136-11-pdf&category_slug=julho-2012-pdf&Itemid=30192 |
| Resolução CNE/CEB nº 03/2008 | http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/rceb003_08.pdf |
| Parecer CNE/CEB nº 11/2008 | http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/pceb011_08.pdf |
| Portaria Ministerial nº 870/2008 | http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/portarias/portaria8702008.pdf |

Apêndice 3

Lista de siglas relacionadas aos conteúdos deste PPP

| SIGLA | SIGNIFICADO |
|---|---|
| CATZS | Campus Teresina Zona Sul |
| IFPI | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí |
| PPP | Projeto Político Pedagógico |
| CEFET-PI | Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí |
| IFs | Institutos Federais |
| ETEFPI | Escola Técnica Federal do Piauí |
| UNED | Unidade de Ensino Descentralizado |
| PROEJA | Programa de Educação de Jovens e Adultos |
| CTT | Centro Tecnológico de Teresina |
| FIC | Formação Inicial Continuada |
| CERTFIC | Certificação da Formação Inicial Continuada |
| PRONATEC | Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego |
| EAD | Educação a Distância |
| PARFOR | Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| SEMPLAN | Secretaria Municipal de Planejamento |
| CRAS | Centro de Referência de Assistência Social |
| SEMTCAS | Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e Assistência Social |
| IPHAN | Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional |
| DEPAP | Departamento de Administração e Planejamento do CATZS |
| LIFE | Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores |
| SUS | Sistema único de Saúde |

| | |
|---|---|
| IAPEP | Instituto de Assistência e Previdência do Estado do Piauí |
| IPMT | Instituto e Previdência do Município de Teresina |
| SIEE | Serviço de Integração, Estágios Egressos e Empregos |
| LIBRAS | Língua Brasileira de Sinais |
| CONSUP | Conselho Superior do IFPI |
| NAPNE | Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas |
| ENEM | Exame Nacional do Ensino Médio |
| ENADE | Exame Nacional de Desempenho de Estudantes |
| INEP | Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira |
| MEC | Ministério da Educação |
| CPC | Conceito Preliminar do Curso |
| LDB | Lei de Diretrizes e Bases |
| CNE | Conselho Nacional de Educação |
| CEB | Câmara de Educação Básica |
| CES | Câmara de Educação Superior |
| CBO | Classificação Brasileira de Ocupações |
| CONDIR | Conselho Diretor do IFPI |
| SIGAC | Sistema de Gestão de Acesso |
| DIGEP | Diretoria de Gestão de Pessoas |
| PSAD | Plano Semestral de Atividade Docente |
| RSAD | Relatório Semestral de Atividade Docente |
| COEX | Coordenação de Extensão |
| IUDS | Instituto Universal de Desenvolvimento Social |
| LDBEN | Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional |

Apêndice 4

Lista de figuras utilizadas na construção deste PPP

| FIGURA | FONTE |
|---|---|
| Fig. 01 - Mapa dos campi do IFPI | http://libra.ifpi.edu.br/imagens/mapa_campi_ifpi.png/view |
| Fig. 02 - Planta baixa do bairro Vermelha | https://www.google.com.br/maps/place/Vermelha,+Teresina+-+PI/@-5.1062846,-42.8181536,15z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x78e3714edcdb745:0x573b3cba3ebf6925!8m2!3d-5.1059031!4d-42.8108828 |
| Fig. 03 - Foto de satélite, destacando a quadra na qual se situa o CATZS | Google Earth |
| Fig. 04 - Fotografia frontal, destacando a guarita da entrada do CATZS | https://earth.google.com/web/search/campus+teresina+zona+sul+do+ifpi/@-5.10200906,-42.81298976,68.00156403a,0d,90y,221.30326261h,91.41501134t,0r/data=CigiJgokCYa_jtC2AjVAEYS_jtC2AjXAGV56CAST6EBAIeHpOKtORVHAIhoKFkc2U2hfZ1BJc0hTT01iZHpMNVVMalEQAg |
| Fig. 05 – Sala de aula | Pesquisa direta, março de 2018 |
| Fig. 06 – Sala de professores | Pesquisa direta, março de 2018 |
| Fig. 07 – Sala de estudos | Pesquisa direta, março de 2018 |
| Fig. 08 – Biblioteca José Gomes Campos | Pesquisa direta, março de 2018 |

Apêndice 5

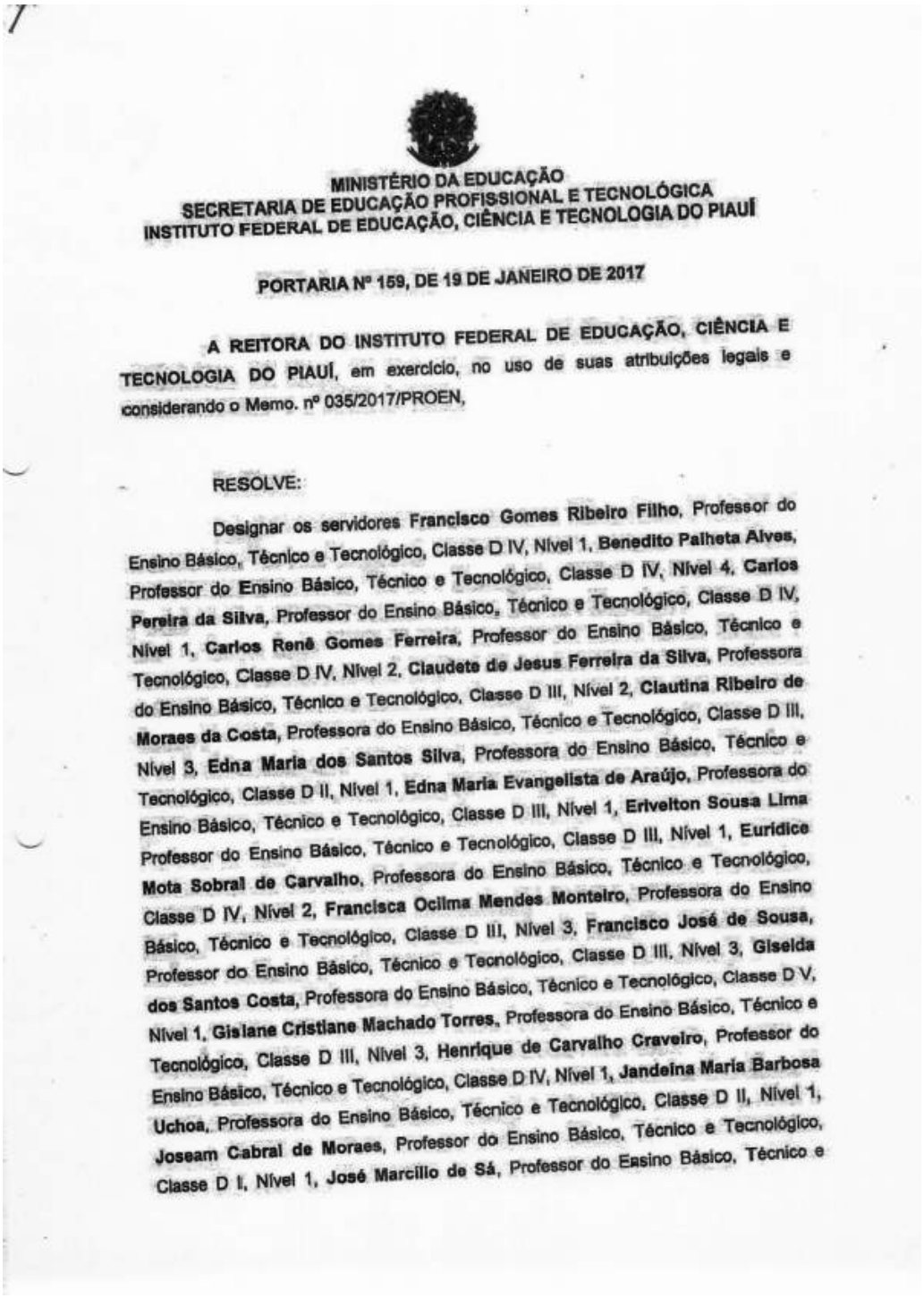
Lista de tabelas utilizadas na construção deste PPP


| TABELA | TÍTULO |
|---|---|
| **Resultados Educacionais Gerais dos Cursos Técnicos Integrados ao Nível Médio Regular e na Modalidade Jovens e Adultos - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica (PROEJA).** | |
| 1 | Resultados educacionais gerais dos Cursos Técnicos Integrados regulares - biênio 2013-2014 |
| 2 | Resultados educacionais gerais do Curso PROEJA - biênio 2013-2014 |
| **Resultados Educacionais Gerais dos Cursos Técnicos Concomitantes/ Subsequentes e Cursos Superiores.** | |
| 3 | Resultados educacionais gerais dos Cursos concomitantes/subsequentes - biênio 2013-2014 |
| 4 | Resultados educacionais gerais do Curso Superior Tecnologia em Gastronomia - biênio 2013-2014 |
| 5 | Resultados educacionais gerais do Curso Superior Licenciatura em Informática - biênio 2013-2014 |
| **Resultados Educacionais dos Cursos Técnicos Integrados ao Nível Médio Regulares, do CATZS, por Período Letivo, por Curso e por Série/ Módulo.** | |
| 6 | Resultados dos Cursos Técnicos Integrados regulares referentes ao ano letivo 2013 |
| 7 | Resultados dos Cursos Técnicos Integrados regulares referentes ao ano letivo 2014 |
| 8 | Resultados do Curso PROEJA referente ao ano letivo 2013 |
| 9 | Resultados do Curso PROEJA referente ao ano letivo 2014 |
| **Resultados Educacionais dos Cursos Técnicos Concomitantes/Subsequentes por Período Letivo, por Curso e por Módulo.** | |
| 10 | Resultados dos cursos técnicos concomitantes/subsequentes referentes ao período letivo 2013.1 |
| 11 | Resultados dos cursos técnicos concomitantes/subsequentes referentes ao período letivo 2013.2 |
| 12 | Resultados dos cursos técnicos concomitantes/subsequentes referentes ao |

| | |
|---|---|
| | período letivo 2014.1 |
| 13 | Resultados dos cursos técnicos concomitantes/subsequentes referentes ao período letivo 2014.2 |
| **Resultados Educacionais dos Cursos Superiores, por Período Letivo, por Curso e por Período Curricular** | |
| 14 | Resultados do Curso Tecnologia em Gastronomia, no ano letivo 2013, por Período Curricular |
| 15 | Resultados do Curso Tecnologia em Gastronomia, no ano letivo 2014, por Período Curricular |
| 16 | Resultados do Curso Licenciatura em Informática, no ano letivo 2013, por Período Curricular |
| 17 | Resultados do Curso Licenciatura em Informática, no ano letivo 2014, por Período Curricular |

ANEXO I

**Portaria n° 159, de 19 de janeiro de 2017**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

PORTARIA Nº 159, DE 19 DE JANEIRO DE 2017

A REITORA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ, em exercício, no uso de suas atribuições legais e considerando o Memo. nº 035/2017/PROEN,

RESOLVE:

Designar os servidores **Francisco Gomes Ribeiro Filho**, Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Classe D IV, Nível 1, **Benedito Palheta Alves**, Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Classe D IV, Nível 4, **Carlos Pereira da Silva**, Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Classe D IV, Nível 1, **Carlos Renê Gomes Ferreira**, Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Classe D IV, Nível 2, **Claudete de Jesus Ferreira da Silva**, Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Classe D III, Nível 2, **Clautina Ribeiro de Moraes da Costa**, Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Classe D III, Nível 3, **Edna Maria dos Santos Silva**, Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Classe D II, Nível 1, **Edna Maria Evangelista de Araújo**, Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Classe D III, Nível 1, **Erivelton Sousa Lima** Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Classe D III, Nível 1, **Euridice Mota Sobral de Carvalho**, Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Classe D IV, Nível 2, **Francisca Ocilma Mendes Monteiro**, Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Classe D III, Nível 3, **Francisco José de Sousa**, Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Classe D III, Nível 3, **Giselda dos Santos Costa**, Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Classe D V, Nível 1, **Gislane Cristiane Machado Torres**, Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Classe D III, Nível 3, **Henrique de Carvalho Craveiro**, Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Classe D IV, Nível 1, **Jandeina Maria Barbosa Uchoa**, Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Classe D II, Nível 1, **Joseam Cabral de Moraes**, Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Classe D I, Nível 1, **José Marcilio de Sá**, Professor do Ensino Básico, Técnico e

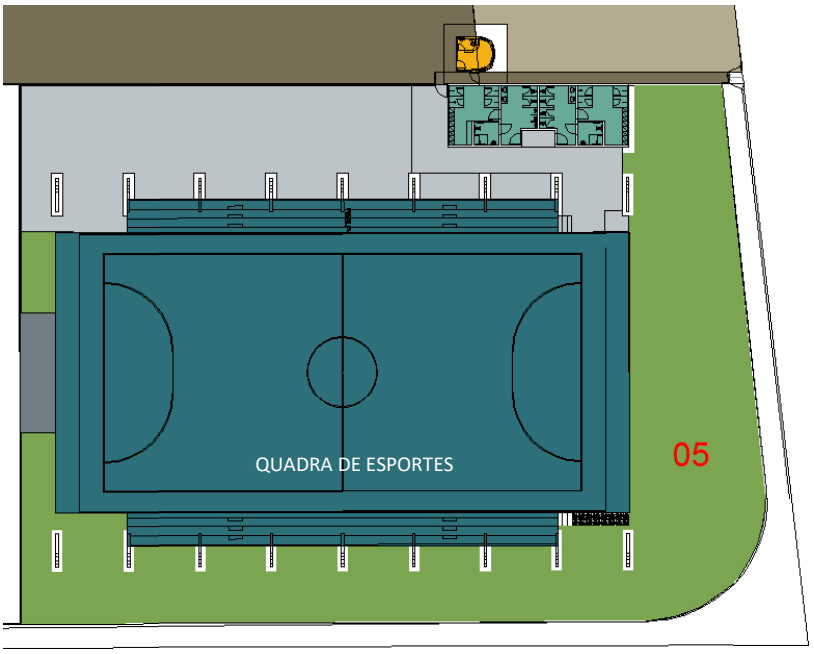
Tecnológico, Classe D III, Nível 4, **Karen Cristina de Barros Santos**, Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Classe D II, Nível 2, **Kelson de Sousa Leite**, Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Classe D III, Nível 4, **Lívia Tátila dos Reis Martins**, Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Classe D IV, Nível 1, **Maria do Livramento Alves do Nascimento**, Pedagoga-Área, Nível de Classificação E, Nível de Capacitação III, **Marília Alves Marques de Souza**, Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Classe D III, Nível 2, **Nara Neide Lucas dos Santos**, Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Classe D IV, Nível 1, **Nelymar Gonçalves do Nascimento**, Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Classe D III, Nível 1, **Regilane de Oliveira Andrade**, Técnica em Assuntos Educacionais, Nível de Classificação E, Nível de Capacitação IV, **Reginaldo Barbosa de Sousa**, Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Classe D IV, Nível 3, **Rivanda Marta Araújo de Medeiros**, Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Classe D III, Nível 3, **Shirneth Bucar Sobreira Malheiros Nunes**, Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Classe D III, Nível 1, **Telma Maria dos Santos Nascimento**, Técnica em Assuntos Educacionais, Nível de Classificação E, Nível de Capacitação IV, **Terciana Nayala Feitosa de Carvalho**, Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Classe D II, Nível 1, **Thays Ribeiro Torres Magalhães Xavier**, Técnica em Assuntos Educacionais, Nível de Classificação E, Nível de Capacitação IV, **Wládia Martins Ribeiro Vieira**, Pedagoga-Área, Nível de Classificação E, Nível de Capacitação IV, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a comissão responsável pelo Projeto Político Pedagógico deste Instituto Federal de Educação – Campus Teresina Zona Sul.

DIVAMÉLIA DE OLIVEIRA BEZERRA GOMES
Reitora do IFPI, em exercício

ANEXO II
ÁREAS DO CAMPUS TERESINA ZONA SUL

BLOCO 01

Figura 01 - Bloco 01 Campus Teresina Zona Sul

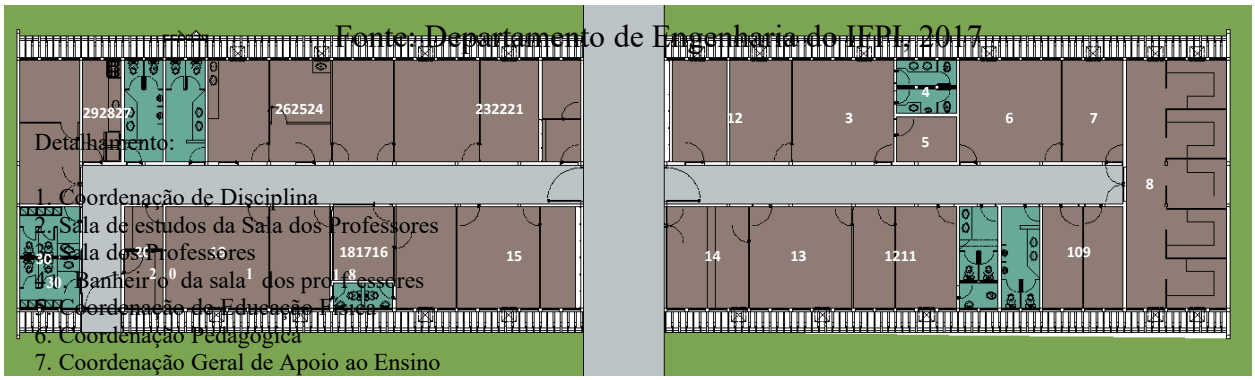



| ÁREAS BLOCO 01 | M² |
|---|---|
| VESTIÁRIO MASCULINO / FEMININO | 67.25m² |
| CIRCULAÇÃO | 431.33m² |
| DEPÓSITO | 30.00m² |
| GINÁSIO / ARQUIBANCADA | 1331.47m² |
| GUARITA | 8.99m² |
| ÁREA DE ESQUADRIA - EXTERNA E INTERNA | 3.10m² |

Fonte: Departamento de Engenharia do IFPI, 2017

BLOCO 02

Figura 02 - Bloco 02 Campus Teresina Zona Sul




Fonte: Departamento de Engenharia do IFPI, 2017.

Detalhamento:

1. Coordenação de Disciplina
2. Sala de estudos da Sala dos Professores
3. Sala dos Professores
4. Banheiro da sala dos professores
5. Coordenação de Educação Física
6. Coordenação Pedagógica
7. Coordenação Geral de Apoio ao Ensino
8. Coordenação de Cursos

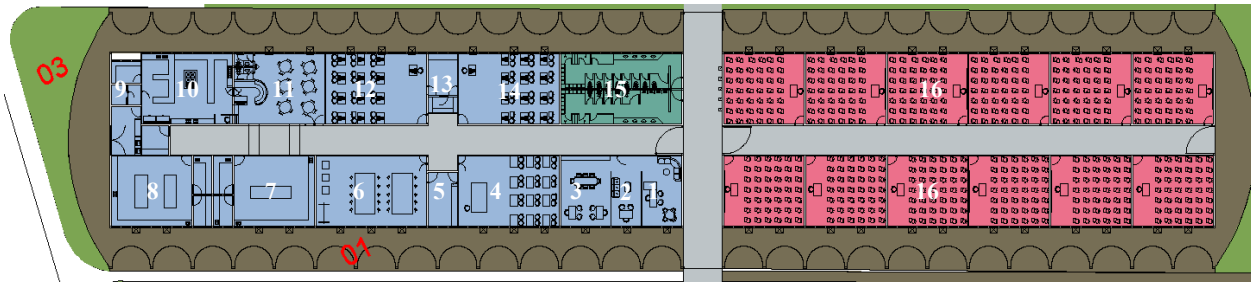
LEGENDA AMBIENTES

| ÁREAS BLOCO 02 | M² |
|---|---|
| SALAS ADMINISTRATIVAS | 600.79m² |
| BANHEIROS | 40.07m² |
| CIRCULAÇÃO | 245.10m² |
| ÁREA DE ESQUADRIA - EXTERNA E INTERNA | 91.32m² |

9. Serviço Social
10. Psicologia
11. Diretoria de Ensino
12. Arquivo do Controle Acadêmico
13. Coordenação de Controle Acadêmico
14. Atendimento Controle Acadêmico
15. Coordenação de Manutenção e Logística / Protocolo
16. Departamento de Administração e Planejamento
17. Gabinete da Diretoria Geral
18. Diretoria Geral
19. Coordenação de Compras e Licitação / Coordenação de Gestão de Pessoas
20. Depósito Almoxarifado e Patrimônio
21. Grêmio
22. Coordenação de Orçamento, Contabilidade e Finanças
23. Coordenação de Extensão
24. Consultório Médico
25. Atendimento Enfermagem
26. Consultório Odontológico
27. Banheiros dos servidores
28. Copa
29. Almoxarifado e Patrimônio
30. Banheiros

BLOCO 03

Figura 03 - Bloco 03 Campus Teresina Zona Sul




LEGENDA AMBIENTES

| ÁREAS BLOCO 03 | M² |
|---|---|
| SALAS DE AULAS | 645.27m² |
| LABORATÓRIOS | 675.33m² |
| BANHEIROS | 81.17m² |
| CIRCULAÇÃO | 384.39m² |
| ÁREA DE ESQUADRIA - EXTERNA E INTERNA | 209.04m² |

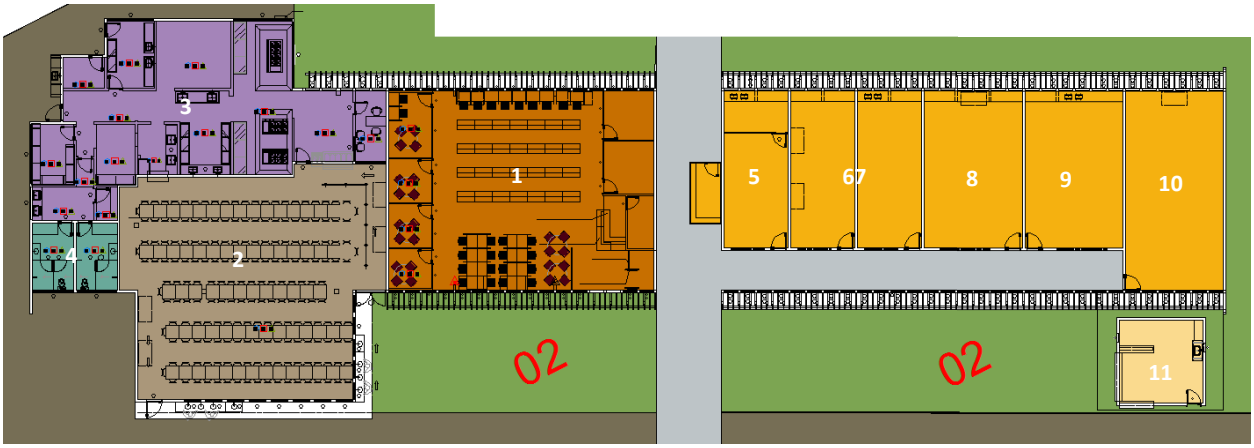
Fonte: Departamento de Engenharia do IFPI, 2017

Detalhamento:

1. NAPNE – Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Especiais
2. Laboratório de Línguas
3. LIFE – Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores
4. Laboratório de Costura
5. Sala dos técnicos de laboratório
6. Laboratório de Modelagem
7. Laboratório de Análise de Alimentos
8. Laboratório de Panificação
9. Sala do técnico em de laboratório
10. Laboratório de Cozinha
11. Sala de Aula
12. Laboratório de Informática 1
13. Coordenação de Informática
14. Laboratório de Informática 2
15. Banheiros
16. Salas de Aula

BLOCO 04

Figura 04 - Bloco 04 Campus Teresina Zona Sul




| LEGENDA AMBIENTES | |
|---|---|
| ÁREAS BLOCO 04 | M² |
| REFEITÓRIO | 194.51m² |
| COZINHA | 163.08m² |
| LABORATÓRIOS | 292.96m² |
| BIBLIOTECA | 187.96m² |
| CIRCULAÇÃO | 153.60m² |
| BANHEIROS | 19.77m² |
| LIXEIRA | 6.52m² |
| GÁS | 2.30m² |
| LANCHONETE | 24.50m² |
| ÁREA DE ESQUADRIA - EXTERNA E INTERNA | 119.32m² |

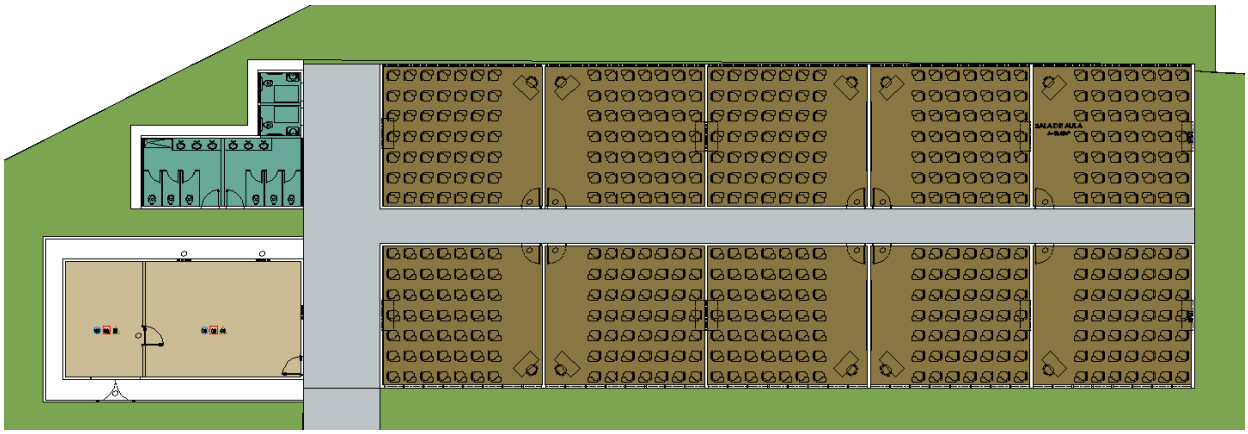
Fonte: Departamento de Engenharia do IFPI, 2017

Detalhamento:

1. Coordenação de Biblioteca
2. Refeitório
3. Cozinha do Refeitório
4. Banheiros
5. Laboratório de Hidrosanitários /Laboratório de Topografia
6. Laboratório de Informática 3
7. Laboratório de Estamparia
8. Laboratório de Saneamento
9. Laboratório de Solos
10. Sala de Desenho

BLOCO 05

Figura 05 - Bloco 05 Campus Teresina Zona Sul



LEGENDA AMBIENTES

| ÁREAS BLOCO 06 | M² |
|---|---|
| NOVAS SALAS DE AULAS | 560.00m² |
| NOVO BANHEIRO | 33.29m² |
| DEPÓSITO | 68.26m² |
| ÁREA DE ESQUADRIA - EXTERNA E INTERNA | 116.32m² |

Fonte: Departamento de Engenharia do IFPI, 2017

ANEXO III - PLANTA GERAL DO CAMPUS

Figura 06 - Planta de implantação, Campus Teresina Zona Sul




LEGENDA AMBIENTES

| | ÁREAS EXTERNAS | |
|---|---|---|
| | ESTACIONAMENTO | 1507.65m² |
| 01 | ÁREA EXTERNA 01 | 1048.54m² |
| 02 | ÁREA EXTERNA 02 | 1652.58m² |
| 03 | ÁREA EXTERNA 03 | 1080.89m² |
| 04 | ÁREA EXTERNA 04 | 1763.34m² |
| 05 | ÁREA EXTERNA 05 | 795.88m² |
| 01 | ÁREA PAVIMENTADA 01 | 3253.58m² |

Fonte: Departamento de Engenharia do IFPI, 2017

Ministério da Educação
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IFPI
Av. Jânio Quadros, 330, Santa Isabel, TERESINA / PI, CEP 64053-390
Fone: (86) 3131-1443 Site: www.ifpi.edu.br

# RESOLUÇÃO 26/2021 - CONSUP/OSUPCOL/REI/IFPI, de 23 de agosto de 2021.

Autoriza o funcionamento de 7 (sete) cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), nos campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, no uso de suas atribuições conferidas no Estatuto deste Instituto Federal, aprovado pela Resolução Normativa nº 59, de 20 de agosto de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2021, e considerando o Processo nº 23172.001236/2021-20 e deliberação em reunião ordinária do dia 20 de agosto de 2021,

**R E S O L V E:**

Art. 1º Autorizar o funcionamento de 7 (sete) cursos de Formação Inicial e Continuada, nos campi do IFPI, conforme relação abaixo:

| CAMPUS | CURSO | EIXO-TECNOLÓGICO | MODALIDADE | CARGA HORÁRIA |
|---|---|---|---|---|
| FLORIANO | Músico de Banda | Produção Cultural e Design | Presencial | 200h |
| OEIRAS | Agricultor Familiar | Recursos Naturais | Presencial | 200h |
| | Bovinocultor de Leite | Recursos Naturais | Presencial | 200h |
| TERESINA CENTRAL | Assistente de Contabilidade | Gestão e Negócios | Presencial | 240h |
| | Músico Instrumentista - Flauta Doce | Produção Cultural e Design | Presencial | 160h |
| | Músico Intérprete Instrumentista - Violão | Produção Cultural e Design | Presencial | 160h |
| AVANÇADO DIRCEU ARCOVERDE | Assistente de Recursos Humanos | Gestão e Negócios | Presencial | 160h |
| URUÇUÍ | Músico Intérprete Instrumentista - Flauta Doce | Produção Cultural e Design | Presencial | 160h |

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor em 1° de setembro de 2021.

PAULO HENRIQUE GOMES DE LIMA

Presidente do CONSUP

Documento assinado eletronicamente por:

- **Paulo Henrique Gomes de Lima**, **REITOR - CD1 - IFPI-IFPI**, em 23/08/2021 11:29:05.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 29/07/2021. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse https://suap.ifpi.edu.br/autenticar-documento/ e forneça os dados abaixo:

**Código Verificador:** 42122
**Código de Autenticação:** de26ca0c97